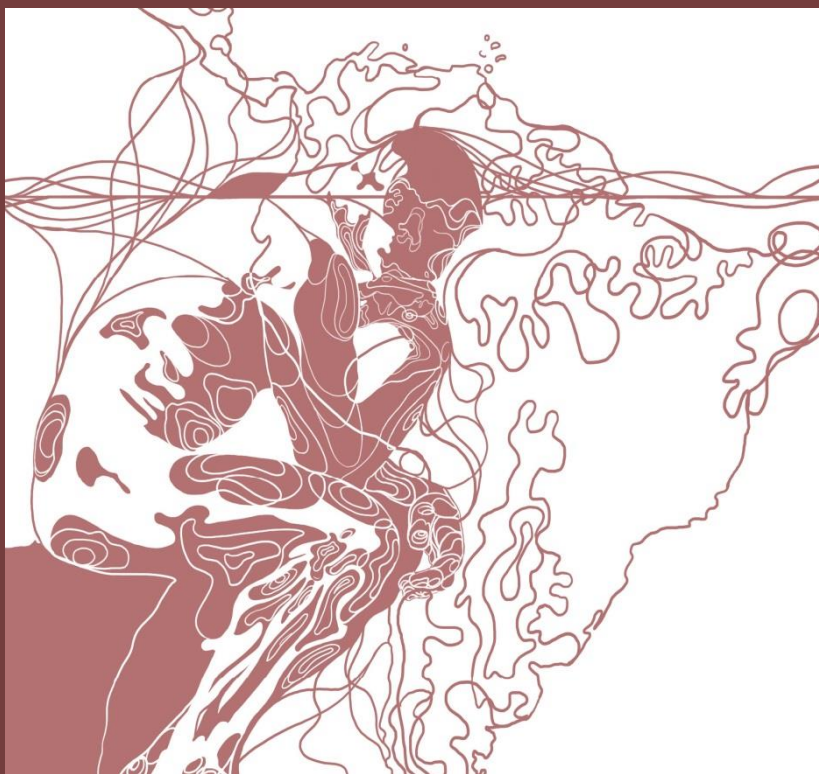


Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso,
Rogelio de la Mora (org.)

*INTELECTUAIS NA AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO,
CONTEXTOS E INSTITUIÇÕES. DOS PROCESSOS DE
INDEPENDÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO*



**Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso,
Rogelio de la Mora (org.)**

***INTELECTUAIS NA AMÉRICA LATINA: PENSAMENTO,
CONTEXTOS E INSTITUIÇÕES. DOS PROCESSOS DE
INDEPENDÊNCIA À GLOBALIZAÇÃO***



2014

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Reitor: Ricardo Vieira Alves de Castro / Vice-reitor: Paulo Roberto Volpato

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE IMIGRAÇÃO (LABIMI)

R. São Francisco Xavier, 524, 9º andar, bloco D, sala 9007, Maracanã, RJ

Coord. Geral: Lená Medeiros de Menezes

Coordenadoras Adjuntas: Érica Sarmiento e Syrléa Marques Pereira

CONSELHO EDITORIAL DO LABIMI

André Azevedo; Angela Roberti Martins; Érica Sarmiento da Silva; Lená Medeiros de Menezes; Luís Reznik; Maria Izilda dos Santos Matos; Maria de Nazaré dos Santos Sarges; Rosely Boschilia; Syrléa Marques Pereira

COMITÊ ACADÊMICO DO GT-AHILA: Dr. Hugo C. Troncoso (Dinamarca); Dra. Silvia Mallo (Argentina); Dra. Lená M. de Menezes (Brasil); Dr. Rogelio de la Mora V. (México); Dr. Arauco Chihuailaf (França); Dra. Beatriz Moreyra (Argentina); Dra. Liudmila Okuneva (Rússia); Dr. Silvano B. Moya (Argentina); Dr. Fernando Remedi (Argentina); Dra Maria Emília Prado (Brasil); – Dra Magali Engel (Brasil); Dra Maria Letícia Correa (Brasil).

ILUSTRAÇÃO DA CAPA: Design Monnerat

COMPOSIÇÃO TÉCNICA DO E-BOOK: Lená M. Menezes

DISPONIBILIZAÇÃO ON-LINE: Laboratório de Tecnologias de Inovação e Comunicação – LATIC/SR1/UERJ

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

I61 Intelectuais na América Latina [recurso eletrônico] : pensamento, contextos e instituições. Dos processos de independência à globalização / Lená Medeiros de Menezes, Hugo Cancino Troncoso, Rogelio de la Mora (Org.). – Rio de Janeiro : UERJ/LABIME, 2014.

1 recurso online (715 p.), arquivo pdf.

Bibliografia.

Requisitos do sistema: browser da Web; Abode Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

e-ISBN 978-85-66244-03-8

1. Intelectuais – América Latina. 2. América Latina – Vida intelectual. I. Menezes, Lená Medeiros de. II. Cancino Troncoso, Hugo. III. Mora V., Rogelio de la.

CDU 323.329(8=6)

PARTE 1

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores

Apresentação	I
Acercamiento al pensamiento de Romain Rolland em América Latina, 1919-1932 <i>Rogelio de la Mora V.</i>	11
A concepção educacional de Delgado de Carvalho para o ensino das Ciências Sociais <i>Beatriz Boclin Marques dos Santos</i>	22
Ariano Suassuna e as apropriações da cultura popular: as experiências com o Teatro de Estudante, o Centro de Cultura Popular e o Movimento Armorial <i>Christiane Marques Szesz</i>	37
CIEP's, Histórias e Memórias: um estudo sobre Darcy Ribeiro <i>Jacqueline de C. P. Lima/ Carlos Alberto B.de Sousa</i>	52
Construindo um acervo: História, intelectualidade e colecionismo em Vicente Salles <i>Alessandra R. e S. Mafra</i>	62
Interpretações do Brasil a partir de Ortega y Gasset. Leituras de <i>História como Sistema</i> e <i>Mirabeau ou o Político</i> <i>Maria Emilia Prado</i>	78
Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma narrativa oficial para o passado brasileiro <i>Adjovanes Thadeu S. de Almeida</i>	86
La Vida y obra de Gregorio Sánchez Gómez (1895-1942) <i>Jairo Henry Arroyo Reina</i>	103
Na corda bamba: a trajetória intelectual de Lima Barreto (1881-1922) <i>Magali Gouveia Engel</i>	117
Nacionalismo e Agrarismo em Alberto Torres <i>Maria Fernanda Lombardi Fernandes</i>	127
Nelson Werneck Sodré e a “Revolução Brasileira” <i>Alex Conceição Vasconcelos da Silva</i>	139
Octavio Paz y la estética de la historia <i>Javier Rico Moreno</i>	151
O intelectual Paulo Freire e alfabetização de 1960 <i>Nathalia Rodrigues Faria</i>	165
Uma guardiã da tradição: Geralda Armond e as ações educativas	173

no Museu Museu Mariano Procópio (Minas Gerais, Brasil)

Carina Martins Costa

Venerando da Graça: A sombra de um intelectual à luz
do Projeto Cinema Escolar

185

Maria Adalgisa P. Pinheiro/ Juçara L. Leite

PARTE 2

História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Cenários e Debates

A racialização da humanidade nos cursos públicos do Museu Nacional,
Rio de Janeiro, (1875-1885)

197

Karoline Carula

Bolívar na América Latina: História e Literatura no Labirinto do General

210

Yvone Dias Avelino

Cacaso para historiadores: poesia e crítica no Brasil ditatorial (anos 1970)

218

Beatriz de Moraes Vieira

Cultura Patrimonial, Ensino e novas perspectivas no Brasil: década de 80

236

Ana Beatriz Frazão Ribeiro

El movimiento generacional intelectual. Generación de 1842 y la irrupción
de un proyecto de Modernidad en Chile

250

Hugo Cancino / Rita Cancino

Entre “futeboleros” e “anelados”. Lima Barreto e os debates sobre a
Modernidade no Rio de Janeiro da virada do Novecentos

267

Celi Fonseca da Silva

De Sílvio Romero a Heitor Villa-Lobos: meio, raça e história na música
brasileira

284

Avelino Romero Pereira

Los intelectuales de la nación católica (Colombia, siglo XIX)

305

Gilberto Loaiza Cano

O Pensamento Político Eugênico Latino-Americano

318

Ricardo Augusto Dos Santos

“Un milagro migrante”. Aproximaciones a la devoción del culto al Cristo
De Pachacamillaen Santiago de Chile

337

Paula Hurtado López

Un sabio e intelectual en el espacio público: Alejandro Lipschutz en Chile

352

Arauco Chihuailaf

“La trama democrática en América Latina”. Redes y circulación de ideas

365

en la renovación intelectual de la izquierda latinoamericana durante la transición democrática. El caso de *Controversia* y *La Ciudad Futura*
María Jimena Montaña

PARTE 3

História Intelectual e História Política

A recepção de Hans Kelsen na Constituinte de 1933-34: peças de um quebra-cabeça incompleto. “Positivismo” versus Positivismos? <i>Ricardo G. Borrmann</i>	385
Caminhos do coração: Gonzaguinha e a política do silêncio <i>Leila Medeiros de Menezes</i>	405
Delgado de Carvalho e a opção pela Educação brasileira <i>Vera Lucia C. de Queiroz Andrade</i>	411
Estado, universidad y producción de conocimiento en la Argentina peronista (1946-1955) <i>Luis Ernesto Blacha</i>	423
História Intelectual e História Política: Teoria e Método <i>Gizlene Neder / Gisálio Cerqueira Filho</i>	439
Intelectuais e imprensa alternativa no Brasil no início do século XX <i>Alberto Mendes</i>	447
Intelectuais e política sob o Estado Novo: o corpo de editores de O Observador econômico e financeiro (1937-1945) <i>Maria Letícia Corrêa</i>	465
Reflexionando en torno a la influencia del liberalismo y del socialismo en el alfonsinismo <i>Cristina Basombrío</i>	472
Sérgio em Berlim: futurismo no desterro <i>Marcelo Neder Cerqueira</i>	486
Terra da Luz: a abolição da escravidão no Ceará a partir dos discursos dos políticos cearenses <i>Mariana de Oliveira Sousa</i>	506

Parte 4

Migrações e Exílios: idéias e processos

A história intelectual dos italianos no sertão da Bahia <i>Maria Luzia Braga Landim</i>	526
A problemática da imigração e o Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um estudo de caso	539

Lucia Maria Paschoal Guimarães

A Revolta dos Mercenários vista pela imprensa 549
Alexandre Belmonte - Brasil

De Bordallo Pinheiro a Julião Machado: Modernidade no humor 557
gráfico dos artistas portugueses na imprensa ilustrada
do Rio de Janeiro (1875-1920)
Ana Maria Rebello Magalhães

De escravos a imigrantes. La flexibilización de la política migratoria en 580
Argentina a través de la historiografía. S. XIX-XX
Silvia C. Mallo

Ideas y visiones de la inmigración española en la Argentina (1946-1965) 593
Nadia Andrea de Cristóforis

Interlocutores da cultura: intelectuais refugiados do nazifascismo no Brasil, 612
1933-1945
Maria Luiza Tucci Carneiro

“O Estrangeiro” um romance-manifesto: matrizes, representações, 627
apropriações e propostas na obra de Plínio Salgado
Leandro Pereira Gonçalves/ Maria Izilda S. de Matos

Entre o *ideal* e o *real*: Os discursos sobre a imigração no Brasil e 650
o enfrentamento da ‘desordem’ (1870-1930)
Lená Medeiros de Menezes - Brasil

O enfrentamento dos padeiros ibéricos no Rio de Janeiro e em Buenos Aires 659
(1890-1930)
Érica Sarmiento

Os intelectuais orgânicos nas comunidades de imigrantes na América: um 671
estudo dos lituanos
Erick Reis Godliauskas Zen

Novos lares – Judeus em Nilópolis: A memória dos imigrantes na mídia 688
Fernanda Capri Raposo

Novos olhares sobre antigas colônias: O exílio ibero-americano de Rafael 698
Altamira e Fidelino de Figueiredo
Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Sobre o LABIMI

Apresentação

O livro, em forma de e-book, reúne trabalhos selecionados, reformulados e ampliados apresentados inicialmente no III Encontro internacional do GT “Trabalho Intelectual, pensamento e modernidade na América Latina, séculos XIX e XX” da Associação Europeia de Historiadores Latinoamericanistas, realizado 27 a 29 de agosto de 2014 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, organizado pelo Laboratório de Estudos de Imigração (LABIME), pelo Laboratório Intelectuais, Cultura e Política (LICP) e pelo Laboratório de Estudos e Pesquisa Intelectuais, Sociedade e Política (GEPISP).

O trabalho de seleção de textos coube a Comitê Acadêmico formado por renomados especialistas, vinculados às Universidades de Aalborg (Dinamarca); Veracruzana (México); Nacional de La Plata (Argentina), Nacional de Córdoba e Católica de Córdoba (Argentina) e Paris 8 (França), além da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A organização do livro reflete este intercâmbio internacional e as pesquisas em rede que o grupo vem desenvolvendo sobre a América Latina, que se adensa a cada encontro com a incorporação de novos pesquisadores. O resultado é uma obra de grande qualidade que deverá transformar-se em referência no campo da história intelectual e da história dos intelectuais, contemplando, com determinado destaque as ideias e práticas concernentes às migrações internacionais.

Os autores dos textos, apresentados em português e espanhol, são professores pesquisadores vinculados a diferentes universidades da Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Dinamarca, França e México, versando sobre ideias, contextos, processos e atores da história intelectual e dos intelectuais, contemplado a dimensão da política, da educação, da mídia, das artes e dos deslocamentos internacionais.

A obra está dividida em quatro partes. Cada uma delas representa ampliação e enriquecimento nas discussões que até aqui foram travadas sobre os temas selecionados, com estudos comparativos emergindo como importante possibilidade de análise.

A primeira parte intitula-se *História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: Atores* e reúne artigos que projetam intelectuais de variadas nacionalidades, com atuação em campos variados do conhecimento, destacando-se a história, a política, a educação, a literatura e o cinema. Dentre eles destacam-se Romain Rolland, Delgado de Carvalho, Arturo Orgaz, Darcy Ribeiro, Joaquim Manuel de Macedo, Gregório Sánchez Gómez, Lima Barreto, Alberto Torres, José Coelho da Gama e Abreu, Nelson Werneck Sodré, Otavio Paz, Paulo Freire, Geralda Armond e Venerando da Graça.

Seguem-se artigos reunidos nem parte que leva o nome de *História Intelectual e dos Intelectuais na América Latina: cenários e debates*, congregando trabalhos que debatem contextos e processos variados, com destaque para questões relativas à modernidade, raça e racismo, cultura, hegemonia, patrimônio, espaço público, mídia e religião.

A terceira parte, *História Intelectual e história Política*, abre espaço para artigos centrados no domínio do político e da política, tanto no que se relaciona a abordagens teóricas e metodológicas quanto na participação de intelectuais em contextos e processos ocorridos em determinados espaços-tempo, citando-se os regimes ditatoriais no Brasil e na Argentina, a produção do conhecimento em determinados conjunturas, os contextos de proliferação da imprensa e cinema alternativos e momentos marcados pelo peso de ideologias como positivismo, liberalismo e socialismo.

Por último destaca-se a quarta e última parte, dedicada às ideias e processos relativos às migrações, tema central do trabalho desenvolvido pela Laboratório de Estudos de Imigração da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LABIMI-UERJ), responsável pela edição da obra. Nesse conjunto de artigos, é dado destaque à intelectualidade italiana, portuguesa e lituana; às políticas de imigração no Brasil e na Argentina; a discussões sobre o conceito de “estrangeiro”, a anarquistas estrangeiros com atuação na imprensa e nas lutas operárias, com trabalhos específicos relacionados com os exílios.

Os múltiplos olhares e as múltiplas abordagens reunidas no livro representam o esforço dos autores e organizadores em oferecer ao

público discussões de ponta sobre o tema elegido, com expansão do foco para temas que hoje se colocam como pauta política e acadêmica obrigatória. É o caso das migrações e dos exílios, que afetaram e continuam afetando os intelectuais, tanto como produtores de ideias que sustentam políticas e/imigrantistas quanto protagonistas de processos de deslocamento, muitos deles amargando prolongados exílios.

Desafiador foi o trabalho de construção de novas questões e novas abordagens. Esperamos que esse desafio transformado em sucesso tenha por correspondência o interesse do leitor na leitura do livro.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 2014

Lená Medeiros de Menezes

PARTE 3

História Intelectual e História Política

*A recepção de Hans Kelsen na Constituinte de 1933-34:
peças de um quebra-cabeça incompleto.
“Positivismo” versus Positivismos?*

*Ricardo Gaulia Borrmann**

Introdução: tese e antítese

Apesar de sua curta duração (1934-1937), a Carta Magna de 1934 é considerada bastante moderna e liberal na história do direito constitucional brasileiro, pois introduziu uma série de princípios que depois foram retomados em Constituições subsequentes. Em toda sua modernidade, ela foi considerada ainda uma caixa de ressonância do momento político por que passava o Brasil e suas contradições um prenúncio das mudanças políticas que estavam por vir.¹

Sobretudo no que concerne aos dispositivos sociais, as mudanças introduzidas pela Constituição de 1934 foram grandes. A partir dela, comenta-se, foi introduzido o Estado Social no Brasil², além de uma série de outras novidades nos campos político, jurídico, econômico e cultural-educacional. Neste sentido, Paulo Bonavides argumenta que a Constituição de 1934 foi vítima de sua “dose de socialismo”,³ inscrito nos direitos sociais, constituindo a “vitória jurídica da democracia”.⁴ Aqui volta-se para a comparação com a Constituição alemã de Weimar (1919), que teria tido destino similar e por razões parecidas, ambas provocando uma espécie de *contrarreforma* das forças conservadoras⁵.

Não se trata aqui de forma alguma de ignorar o caráter inovador das medidas sociais implementadas pela Constituição de 1934, que sem dúvida foram importantes, nem tampouco de desmerecer a *sensibilidade atualizadora*⁶ que teve a Comissão do Itamaraty, responsável pelo anteprojeto da Carta, servindo de base para os trabalhos da Constituinte. Está fora de questão que os *notáveis de 33*⁷ da referida Comissão realizaram “uma das contribuições mais ricas e inovadoras com respeito à modernidade e a atualização do direito constitucional positivo nas Constituições brasileiras”⁸ até

* Universidade de Munique (LMU), Amerika Institut/Historia Cultural; Passagens – Revista Internacional de História Jurídica e Cultura Política (História/UFF). Doutorando; assistente-editorial Passagens.

aquele momento. A tese do malogro da Carta de 1934 por seu suposto excesso de liberalismo, que teria ocasionado uma reação conservadora, culminando posteriormente no Estado Novo, porém, parece-nos demasiado simplista, porque taxativa. Até mesmo no caso de Weimar, que de alguma forma parece sempre sugerir similitudes com caso brasileiro, a mesma explicação não seria adequada, tendo em vista o contexto das lutas políticas concretas em que estiveram envolvidas as elaborações de ambas as cartas constitucionais.

Uma análise mais acurada dos debates constitucionais realizados entre novembro de 1933 e julho de 1934 no Brasil demonstra a fragilidade do argumento face à tamanha variedade de juristas, constituições e tratados citados pelos parlamentares. A Carta de Weimar funcionou apenas como *símbolo* de certos princípios gerais que já se encontravam disponíveis dentro do repertório de dispositivos político-constitucionais à disposição dos Estados Modernos, e que se pretendia adotar no Brasil.

A Carta alemã de 1919, que inauguraria a república neste País, parece ser não mais que a *consagração*, pioneira sem dúvida, de princípios que, de resto, já estavam sendo paulatinamente absorvidos pelas Constituições em uma série de outros países (inclusive nos países de inclinação fascista, como no caso da Itália e, posteriormente, de Portugal e Espanha) e que, portanto, já estavam *circulando* dentro do repertório de dispositivos jurídicos disponíveis.

Além disso, há outro problema ainda mais grave com relação à tese da “reação conservadora ao toque de socialismo” em ambas as Cartas: além de inflacionar a força política das tendências liberais, tal visão reforça a hipótese (conservadora), que teve em Oliveira Viana um de seus arautos (entre outros), de que o Brasil e a sociedade brasileira não estavam/estão preparados para grandes mudanças político-sociais. Assim, o conservadorismo e o fechamento político se apresentaram/apresentam como uma alternativa muitas vezes dolorosa, mas necessária. Tratou-se de argumento que as elites brasileiras sempre estiveram dispostas a alçar historicamente, quando o momento oportuno se apresentou.

Parece-nos, pois, que a melhor forma de desconstruir tal visão é a análise concreta da situação política brasileira, a partir dos debates parlamentares realizados na Assembleia Nacional Constituinte e, em especial, a partir da recepção feita pelos seus deputados, muitos dos quais juristas nacionais de relevo, do jurista austríaco Hans Kelsen (1881-1973).

Hans Kelsen e a sua recepção no Brasil funcionam aqui como chave para captar determinados movimentos de ideias que se deram por trás da feitura da Constituição de 1934. Movimentos estes reveladores de determinada conjuntura política-ideológica em que se encontrava o País.

Nesse sentido, o interesse deste trabalho é captar como Hans Kelsen é referenciado pelos parlamentares: com relação a quais temas, de que forma e por quais forças políticas ele é citado? Almeja-se, também, destacar de quais outros autores e referências Hans Kelsen vem acompanhado. Assim, as influências jurídico-políticas de que estão

revestidos os debates em torno da aprovação da Carta Constitucional de 1934 deverão se tornar mais claras.

Através desta perspectiva fincada na história cultural e intelectual e focada na recepção, circulação e apropriação de ideias, será possível visualizar melhor as diversas forças políticas em choque e, assim, deverão cair juntas, tanto a tese da influência unívoca de Weimar, quanto à tese do fracasso da Constituição de 1934 por seu suposto excesso de liberalismo-socialismo. O acento recairá então sobre os respectivos posicionamentos político-ideológicos dos atores em questão.

A preparação da Constituição de 1934⁹

O outubro de 1930 marcaria o fim da República Velha, muito embora a data seja mais um marco de referência histórico, uma vez que as mudanças político-sociais que levaram à vitória dos revolucionários de 30 já vinham se gestando há algum tempo, desde pelo menos o final da segunda década do século. As mudanças vindouras tampouco se gestaram da noite para o dia, com a simples vitória do movimento, mas foram introduzidas paulatinamente.

Em 3 de novembro Getúlio Vargas tomaria posse como chefe do Governo Provisório. Do ponto de vista jurídico, o Decreto de 11 de novembro de 1930 (nº 19.398) configuraria um ato institucional de um poder nascido a partir *das armas*. Este dissolvia o Congresso Nacional, assim como as Assembleias Legislativas estaduais, as Câmaras Municipais e quaisquer câmaras deliberativas do País. Assim, institucionalizava os poderes discricionários do Governo Provisório, concentrando em suas mãos a totalidade dos poderes executivos, assim como as atribuições do Poder Legislativo na sua prerrogativa de elaborar decretos-lei.

Sem a pretensão de entrar na discussão, muito frequente na época, se a Constituição de 1891 era cúmplice ou vítima do sistema político clientelista, o fato é que o referido Decreto de 11 de novembro concretamente punha um fim à vigência desta Carta¹⁰. O retorno ao regime constitucional por sua vez só se daria um ano e meio após o ato, com a publicação do Decreto de 14 de maio de 1932 (nº 21.402), que fixava para o dia 3 de maio de 1933 a realização das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Além disso, criava ainda uma comissão, sob a presidência do Ministro da Justiça, destinada a elaborar o anteprojeto da nova Carta Constitucional.

Ainda em 1931 o Executivo Federal tomou medidas para a renovação do Código Eleitoral. Através de um novo decreto estabeleceu uma comissão que deveria se encarregar do estudo e revisão da legislação eleitoral vigente no País, visando à criação de um novo Código. Do projeto elaborado pela Comissão resultou o Decreto de 24 de fevereiro de 1932, que finalmente instituiu o novo Código Eleitoral Brasileiro. Dentre as suas inovações constam, por exemplo, a ampliação do sufrágio para maiores de 21 anos alfabetizados, sem distinções de sexo, incluindo, pois, o direito de voto para as mulheres pela primeira vez no País. Além disso, instituía também o voto direto e criava a Justiça Eleitoral, que passaria a organizar e supervisionar todo o processo eleitoral, retirando do Legislativo este poder, considerado um dos esteios da *Política dos Governadores*.

Assim, o novo Código tinha por objetivo concretizar uma das principais demandas da campanha da Aliança Liberal liderada por Vargas: a moralização das práticas eleitorais do País, que deveria pôr fim ao clientelismo e às “eleições a bico de pena” típicas da recém-batizada *República Velha*.

Em 1º de novembro de 1932 seria expedido ainda o mais importante Decreto (nº 22.040) para a futura Constituinte: aquele que regulava os trabalhos da Comissão Constitucional e seria responsável pela elaboração do anteprojeto a ser apresentado à futura Assembleia.

Logo em seguida, após a nomeação do novo Ministro da Justiça Antunes Maciel, foi criada a famosa “Subcomissão do Itamaraty”, em referência ao local (Palácio do Itamaraty) onde se realizariam as suas reuniões. A dita Subcomissão seria a responsável de fato pela elaboração do anteprojeto. Ela se compunha dos seguintes membros: Afrânio de Mello Franco (presidente), Assis Brasil, Antônio Carlos de Andrada, Prudente de Moraes Filho, João Mangabeira, Carlos Maximiliano (relator-geral), Artur Ribeiro, Agenor de Roure, José Américo de Almeida, Osvaldo Aranha, Oliveira Viana, o General Aurélio de Góis Monteiro e Temístocles Cavalcanti (secretário-geral).

Com relação aos debates desenvolvidos pela Subcomissão, deve-se ainda destacar alguns itens que foram alvo de conflitos:

“...a adoção do unicameralismo com a supressão do Senado, e o reforço daí adveniente para o princípio unitarista [...]; a introdução da representação classista no sistema representativo constitucional, proposta rejeitada pela Subcomissão; a eleição do Presidente da República pelo Poder Legislativo (Assembleia Nacional); o comparecimento dos ministros de Estado perante o Legislativo, mitigando assim a rigidez da fórmula separatista de poderes inerentes ao modelo presidencial de governo; a unidade ou dualidade da magistratura, prevalecendo, no anteprojeto, ao cabo dos debates e votação, a unidade, posteriormente rejeitada pela Constituinte; a instituição do Conselho Supremo da República, um instrumento de Estado da monarquia imperial do século passado e, finalmente, no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, o novo instituto intitulado mandado de segurança, que vinha tomar espaço até então ocupado jurisprudencialmente pelo *habeas corpus*...”¹¹

No entanto, os temas mais candentes, como se depreende dos debates na Constituinte, se relacionavam com assuntos, “inéditos ao constitucionalismo pátrio”¹², referidos à família, educação, ordem econômica e social, segurança nacional e justiça eleitoral. Sobretudo os três primeiros ocuparam a maior parte dos debates, constituindo pontos de discórdia entre as diversas posições políticas defendidas pelos parlamentares.

As eleições para a Assembleia foram finalmente realizadas em maio de 1933, tal como previa o decreto do Governo de 14 de maio de 32 (nº 21.402).

Segundo o historiador Boris Fausto, a campanha eleitoral teria revelado “um impulso na participação popular e na organização partidária” do País.¹³ Muitos partidos surgiram Brasil afora, “alguns com bases reais e outros sem qualquer consistência”¹⁴. À

exceção do Partido Comunista, na ilegalidade, e da Ação Integralista Brasileira, não havia outros partidos de dimensões nacionais.¹⁵

Não se pode deixar de destacar aqui a atuação da Igreja Católica, que tinha no seu centro Dom Vital (fundado em 1922) uma espécie de *think tank* das suas estratégias políticas e que criara, em 1932, a Liga Eleitoral Católica¹⁶ (LEC) – um verdadeiro grupo de pressão que atuaria de forma horizontal e acima dos partidos políticos, com vistas a ampliar seu campo de influências, operando sob os auspícios de Igreja Romana.¹⁷ Quanto à atuação da Igreja no Brasil, é importante frisar ainda que, naquele tempo, ela lutava por recobrar a influência (política) perdida com o advento da República e da Constituição em 1891¹⁸ e a conseqüente separação entre Igreja e Estado.

O Governo Provisório ainda expediu dois Decretos de fundamental importância para o funcionamento da Constituinte. O primeiro, de 17 de janeiro de 1933 (nº 22.364), determinou os casos de inelegibilidade e o segundo (nº 22.621), de 5 de abril de 1933, definiu o Regimento Interno da Assembleia, ou seja, o conjunto de regras que iria ditar o seu funcionamento e os seus procedimentos.

Exatamente referido a esta questão emerge o nome de Hans Kelsen: o jurista austríaco redigiu um parecer sobre a competência da Assembleia Nacional Constituinte para modificar o seu regimento interno.

A outorga do dito regimento por parte do Governo Central foi considerada por muitos como “um aranhão na soberania da Assembleia” e mais uma das medidas do Governo com o propósito de direcionar os trabalhos dela em seu favor.¹⁹ A recém-eleita Constituinte, porém, logo “se insurgiu contra a medida”,²⁰ de forma que a questão do regimento interno ocasionou calorosos debates nos seus primeiros dias (especialmente em 20 de novembro), entre os parlamentares Henrique Dodsworth (favorável a uma modificação do regimento), Agamenon Magalhães e Medeiros Netto (ambos contrários a uma mudança).²¹ Os debates sobre a questão também foram fartamente documentados pela mídia.

Durante estas discussões o nome de Kelsen é citado com frequência, justamente devido ao referido parecer, sobre o qual alguns dos parlamentares tinham conhecimento. Ao fim e ao cabo, os parlamentares acabaram votando, no dia 5 de março de 1934, a Resolução nº 3, que produzia alterações consideráveis no regimento proposto pelo Governo.²²

No dia 15 de novembro de 1933 finalmente ocorreu, no Palácio Tiradentes, a sessão solene de abertura da Assembleia Nacional Constituinte, presidida por Antônio Carlos. No dia seguinte a instalação da Constituinte instituiu-se uma Comissão Constitucional composta por 26 membros, que seria responsável pelo estudo e apresentação de emendas ao anteprojeto encaminhado pelo Governo. A comissão foi dividida em grupos de relatores parciais e criou ainda uma comissão de revisão presidida pelo constitucionalista gaúcho Carlos Maximiliano. A vice-presidência ficaria ao cargo de Levi Fernandes Carneiro e a relatoria-geral com Raul Fernandes, “dois abalizados juristas fluminenses de renome em todo o País”.²³ Os trabalhos da *Comissão dos 26*,

como ficou conhecida, prolongar-se-iam de Novembro de 1933 a março de 1934, quando finalmente apresentou à Assembleia um substituto ao anteprojeto do Governo.

Neste período, especialmente nos meses de dezembro de 33 a fevereiro de 34, a Assembleia passou por turbulências políticas vinculadas à renúncia do líder da maioria Osvaldo Aranha e a subsequente indicação de seu substituto Medeiros Neto, também rodeada de conflitos. Além da polêmica indicação de Medeiros Neto, que não era considerado um revolucionário de primeira hora, ele propunha justamente a reforma do Regimento Interno, para que se permitisse que as eleições presidenciais fossem realizadas antes da elaboração final do texto constitucional. Este caso demonstra como o Governo e suas lideranças na Assembleia tinham desenvoltura e suficiente independência política para, num determinado momento, posicionar-se a favor do parecer do renomado Hans Kelsen, que defendia que a Assembleia não tinha competência para modificar seu regimento interno – já que, na sua visão, este somente poderia advir de uma instância *superior* – e, posteriormente, colocar-se contra a opinião do referido jurista, quando isto se provou ser do seu imediato interesse político. Estes dois eventos, a reforma do regimento interno, que todavia não alterou a ordem dos trabalhos, e a conclusão do projeto da Comissão dos 26, encerram a primeira fase do funcionamento da Constituinte.

Um dos confrontos políticos fundamentais na Assembleia Constituinte, que formava “duas grandes frentes ideológicas”²⁴ por assim dizer, pode ser definido como aquele entre as forças regionais, defensoras de uma maior participação política dos Estados e os partidários de uma maior centralização política, favoráveis a uma concentração de poderes nas mãos do Executivo Federal. Muitos dos confrontos políticos dentro da Assembleia podem ser lidos sob esta tônica. É o caso, por exemplo, da questão das representações classistas, dos adeptos da Constituição de 1891 e seus antagonistas, da questão federativa e das discussões em torno do sistema bicameral. Entretanto, seria falso pensar numa oposição rígida entre as oligarquias locais e o princípio centralista, tamanha era a dependência das primeiras dos recursos federais para manter a sua estrutura de poder local em declínio.²⁵

Como bem o descreve Victor Nunes Leal, o que se deu concretamente foi um grande processo de conciliação entre os partidários de uma maior centralização e as tradicionais oligarquias locais do Nordeste, de forma que Vargas, desde o primeiro momento, foi muito hábil em angariar o apoio das antigas elites agrárias. Dessa forma, enquanto os Estados do Norte e Nordeste, mais fracos economicamente, dependiam financeiramente do Governo Central, os Estados do Centro-Sul, eram os que reivindicavam maior autonomia em relação ao executivo federal.²⁶

No segundo período, marcado pela discussão e apresentação de emendas ao substitutivo da *Comissão dos 26*, as posições debatidas na Constituinte se dividiriam na formação de dois grandes blocos, o das *grandes bancadas*, a maioria, e os das *pequenas bancadas*, a minoria.

No entanto, seria também um equívoco pensar em uma oposição aberta e combativa. Isto se deveu à característica profundamente *situacionista* da Assembleia. A derrota

militar dos revoltosos de 32 possibilitou ao Governo Provisório a neutralização, via expulsão do País, das vozes mais críticas. A lei das inelegibilidades complementou o processo, pois constituiu ainda outro instrumento do governo para afastar os dissidentes.²⁷

A *maioria*, representada pelos grandes Estados, reunia frações consideráveis das forças oligárquicas do Centro-Sul, como Minas, Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia, enquanto o bloco da *minoría* (as tais *pequenas bancadas*) correspondia de um modo geral às posições mais centralizadoras, amalgamando setores das antigas oligarquias dos Estados do Norte e Nordeste e outros setores oligárquicos descontentes com a política nos seus próprios Estados.

O primeiro grupo – a *maioria* – estava mais preocupado com a manutenção dos privilégios políticos e econômicos, assegurados, em parte, pelo princípio federalista inscrito na Constituição de 1891.

Muito embora se tratassem, no fundo, de grupos oligárquicos com considerável dose de poder local e regional, a construção do consenso no interior dos blocos é crucial para se entender a complexidade do processo político do período. Ao mesmo tempo, portanto, que o bloco dos grandes Estados reunia interesses de setores oligárquicos identificados com o Governo Provisório, como era o caso do Rio Grande do Sul, de onde vinha o próprio Vargas, assim como muitas das lideranças de 1930, ali estavam presentes também posições francamente anti-varguistas, como o grupo paulista em torno da Chapa Única por São Paulo.

O grande esforço de coordenação política se deu justamente na atração para a órbita do governo destes grupos divergentes, cuja execução exigiu uma articulação cuidadosa da parte das lideranças políticas no sentido de garantir mútuos benefícios e também fazer concessões. Foi neste sentido que, desde o período da Comissão dos 26, o presidente da Assembleia, o presidente da referida Comissão e o líder da maioria se esforçaram por promover uma aproximação entre os grupos mais fortemente representados para que houvesse uma acomodação (*conciliação*) das posições das bancadas mais importantes e numerosas. Seu objetivo principal era, naturalmente, obter uma constelação política que permitisse a continuidade de Vargas no poder. Assim, ao mesmo tempo que São Paulo compreendeu “que teria que estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central” com vistas a manter sua posição privilegiada de centro econômico do País, o Governo cedeu também, pois percebeu que não podia ignorar a elite paulista.²⁸ Tais ajustes foram, sem dúvida, resultado direto da revolta de 32.

Ao fim e ao cabo, a importância dos Estados foi assegurada de certa maneira pela manutenção do princípio federalista. Um dos pontos mais polêmicos foi a questão (tributária) da partilha de rendas entre Estados e União.

Por outro lado, também ampliou-se o processo de centralização política, embora de maneira mais tímida do que Vargas teria desejado, especialmente no que concerne a participação do Estado na economia e na área social. Assim, promoveu-se “a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas-d’água, julgadas

básicas ou essências à defesa econômica ou militar do País”²⁹. No âmbito dos dispositivos sociais, foi criada a Justiça do Trabalho, o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, férias anuais, descanso hebdomadário e também assegurou-se a “pluralidade e autonomia dos sindicatos”,³⁰ o que constitui um revés para o Governo. Tais medidas fizeram com que as questões sociais adquirissem âmbito nacional, dotando a Carta de 1934 do “sentimento eminentemente sócio”³¹ pela qual ficaria conhecida.

Porém, estes dois caminhos – federalismo e centralização –, ao mesmo tempo que possibilitaram um *aggiornamento* das diversas forças políticas, também dotaram a Constituição de 1934 de algumas contradições, fazendo dela uma verdadeira *colcha de retalhos*, onde se situam lado a lado princípios muitas vezes antagônicos.³² Ao mesmo tempo que elementos liberais, representados pelas garantias individuais, foram mantidos da Constituição de 1891, foram ampliadas as possibilidades intervencionistas do Estado. No campo jurídico destaca-se a introdução do *mandado de segurança* na defesa dos direitos e garantias individuais contra violações da parte de qualquer autoridade. Entretanto, refletindo também o clima de descrédito por que passava o liberalismo parlamentar europeu, manteve-se a prerrogativa *schmittiana* do executivo dispor sobre o Estado de Exceção. Já no âmbito da representação de classe, apesar do revés no que tange a autonomia sindical, o Executivo assegurou as medidas corporativistas pela via da banca classista, asseguradas na Constituição e que constituíam um prenúncio de 1937. Estas são as razões pelas quais a Constituição de 1934 pode ser vista como “uma caixa de ressonância das posições ideológicas em antagonismo”.³³

No entanto, o fator que realmente deu liga a este grande processo de conciliação política que marcou os trabalhos da Constituição de 1934 foram às questões de interesse direto da Igreja Católica. Estas se relacionavam com os temas da família, da educação e da *questão social*. Neste particular, introduziu-se uma novidade: um capítulo exclusivo sobre a família, que deveria receber proteção especial, sobretudo aquela de prole numerosa. Esta medida decorreu em grande parte da pressão da bancada católica, unida sob o guarda-chuva da LEC. Entre outras conquistas de interesse da Igreja estão ainda a oficialização do casamento religioso e a manutenção do ensino religioso nas escolas públicas, embora de caráter facultativo.

Sobre estas questões é que se permitiu *dar ligadura* ao consenso, certamente às custas do enfraquecimento, num primeiro momento ainda relativo, das forças mais liberais. O que estava realmente em jogo eram as disposições relacionadas à família, a educação e ao enfrentamento da *questão social*. Nestes temas é inegável a influência que exerceu a Igreja Católica, por cima dos partidos, e em quase todos eles, através da ação política capitaneada pela LEC. Os debates levados a cabo na Constituinte demonstram a relevância destes temas, a partir da recorrência e intensidade dos debates que provocaram.

A Igreja Católica, portanto, através do seu braço político representado pela LEC, logrou enfraquecer as vias mais *liberais* que a Revolução de 1930 abria, recobrando a influência perdida desde a *Questão dos bispos* no final do Segundo Reinado. Assim,

estabeleceu-se uma importante troca política, típica dos processos de conciliação e frequentes na história brasileira:

“Assim como as autoridades eclesiásticas se dispuseram a apoiar o poder oligárquico na década de 20 com vistas a recuperar o status de sócios privilegiados do poder político de que haviam desfrutado até a queda do Império, preferem adotar atitude semelhante em relação ao regime Vargas, antes e após o golpe de 37, em troca da caução oficial à criação de novas instituições no campo da educação e da cultura (sobretudo, a Universidade Católica do Rio de Janeiro sob a direção dos jesuítas). Em todas as circunstâncias mencionadas, o “realismo” inerente à política de acomodação da Igreja com o Estado se inspirava na orientação preconizada por Leão XIII em fins do século passado, segundo a qual era preciso ‘aceitar a situação pública, tal como se apresentava, sem discutir-lhe praticamente a legitimidade’ a fim de assegurar ‘a existência biológica e empírica da Igreja no mundo’.”³⁴

A Reforma Educacional Francisco Campos (1931) constituiu-se como o início deste movimento de recuperação do poder da Igreja católica brasileira no campo educacional, cujo ápice seria o afastamento da corrente representada pelos reformadores da *Escola Nova*. Seu sintoma foi o fechamento definitivo da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada em 1935 por iniciativa de Anísio Teixeira, que por alguns anos firmou-se como o bastião de um projeto mais liberal e menos tecnicista no ensino superior. A dita Reforma promoveria, em grande medida, um reforço à tecnicização do ensino jurídico no Brasil, responsável pela formação das elites político-econômicas do País.

A recepção de Hans Kelsen na Constituinte de 34

“Uma Constituição perfeita não pode ser conseguida por situação nenhuma, influa na sua factura Ruy Barbosa, Carlos Maximiliano, João Mangabeira ou Levi Carneiro, no nosso caso, ou Preuss ou Kelsen, nos casos de Alemanha e da Áustria, com a recomposição desses países depois do seu desastre político e militar na grande guerra. Se assim é, e não pode deixar de ser assim, porque nem as organizações nacionais admitidas como revelação divina, a exemplo da dos judeus e a dos maometanos, contentam aos respectivos comentadores, por que perseguimos nós o objeto inalcançável de um Código perfeito?”³⁵

O jurista Hans Kelsen recepcionado no Brasil no início dos anos 30 por ocasião dos debates em torno da Constituinte é um jurista distinto daquele pelo qual ficaria famoso mais tarde: trata-se do intelectual anterior à sua obra-magna de 1934, *A teoria pura do direito (Reine Rechtslehre)*, que seria publicada em alemão e o alçaria ao estrelato mundial. À época tratava-se Kelsen, sobretudo, do “notável teórico do direito público”,³⁶ em suma, um jurista constitucionalista associado à Teoria do Estado e considerado o “pai da Constituição Austríaca” de 1920.

De fato, nos principais jornais da Capital Federal, Kelsen aparece como eminência do direito, citado quase sempre como argumento de força, do qual emana certa autoridade capaz de emprestar legitimidade ao discurso do interlocutor. Esta não é, porém, muito diferente da forma como o autor é citado pelos parlamentares na Assembleia Constituinte, sempre sendo *puxado e esticado* com o propósito de embasar ou comprovar os argumentos e posições daqueles que o evocam, na maioria das vezes independentemente de uma compreensão mais profunda de sua obra, posicionamento, ou mesmo do contexto no qual escrevera. Mesmo quando suas obras são mencionadas, as citações carecem de qualquer rigor, na maioria das vezes sem referência ao texto, tradução ou contexto do argumento. Quase sempre se tratam de citações *mediadas* por alguma espécie de comentador ou tradução em língua estrangeira, frequentemente do francês ou do espanhol.

Tais mediações e *instrumentalizações* do pensamento de determinado autor são típicas dos processos de apropriação cultural e sempre revelam alguma coisa sobre a conjuntura política em que se dão, bem como sobre os posicionamentos político-ideológicos dos atores envolvidos.

Uma indicação do jornal *Correio da Manhã* de 26/01/1933 parece demonstrar que Kelsen já havia sido citado nos debates da Subcomissão do Itamaraty, responsável pela preparação do anteprojeto que seria encaminhado à Constituinte. A referida reportagem denota a figura de mito que se constrói em torno a Hans Kelsen:

“Alguém, na comissão, em debate passado, classificara Hans Kelsen de maior constitucionalista contemporâneo. Parece que essa expressão ‘maior constitucionalista’ chocou o antigo ministro do Interior do Sr. Wenceslão Braz [...] O Sr. João Mangabeira pede licença para um aparte, naturalmente com o fito de ser agradável ao seu colega:

– Não fui eu quem classificou Hans Kelsen de maior constitucionalista contemporâneo.

Ao que o Sr. Carlos Maximiliano replica, com uma modéstia que mal oculta a sua ironia:

– Mas poderia tê-lo feito, porque, de fato, ele o é.”³⁷

É ainda ilustrativo o depoimento do Constituinte Adolpho Konder, por ocasião do debate sobre a legitimidade do poder constituinte, que fala da “força indiscutível e indiscutida de Hans Kelsen e do professor Preuss, “príncipes do Direito Público na atualidade.”³⁸

Apesar das origens judaicas de Hans Kelsen e da notícia, de 15/04/1933 publicada no jornal *Correio da Manhã*, da sua demissão da Universidade de Colônia “por não ser ariano”,³⁹ a áurea mítica em torno da figura de Kelsen é tamanha, que em menção do dia 18/01/34 no mesmo jornal e, portanto, bem no meio dos debates constitucionais, faz-se do jurista um nobre germânico: *von Kelsen!*⁴⁰

Ainda nos debates constituintes de 1946 a áurea da *técnica perfeita* permanece em voga na discussão entre Prado Kelly e João Mangabeira sobre o projeto da nova

Constituição. O comentário inicial é de Prado Kelly, destacando a influência da Constituição Austríaca e, por conseguinte de Hans Kelsen, na Carta de 1934. Kelly que, tal qual Mangabeira, havia sido deputado constituinte 12 anos antes: “Essa expressão, dadas as modificações do caso brasileiro, é a repetição literal da Constituição de 1934 e a tradução correspondente da Constituição austríaca, que se deve a um dos maiores conhecedores de Direito Público de todo mundo. Kelsen.”

A esta afirmação, Mangabeira retruca:

“...é exatamente por Kelsen ser ‘um dos maiores conhecedores do Direito Público em todo mundo’, que a Constituição austríaca não cometeu a impropriedade que aponte no substituto. Não. Ali, com uma técnica rigorosamente certa, se começa o artigo 1º por dizer: ‘A Áustria é um estado federal’. E em seguida: ‘O estado federal se compõe dos seguintes países autônomos’. No art. 3º: ‘O território do Estado Federal compreende os territórios dos países da Federação’. Ali a técnica é perfeita. Porque, no começo do art. 1º, se diz que ‘a Áustria é um estado federal’. E depois então é que se diz que o estado federal compreende isto ou aquilo. Aqui, ao contrário, é no parágrafo 1º que, sem que antes se houvesse falado sequer na palavra União, se afirma que esta ‘compreende, além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios’. Esta impropriedade técnica não cometeria, nem de fato cometeu, Kelsen – exatamente por ser ‘um dos maiores conhecedores do Direito Público em todo o mundo’.”⁴¹

Neste sentido, a verdadeira *batalha* travada pelas ideias de Kelsen é muito interessante, visto que a ele se atribui certa “legitimação em última instância”. Estaríamos diante de um *jurista perfeito*?

Para além de especulações de caráter teórico, vejamos como ele é citado concretamente pelos parlamentares constituintes nos já referidos *Annaes da Constituição de 1934*, disponíveis para consulta pública no site do Congresso Nacional⁴².

O depoimento do constitucionalista Carlos Maximiliano, logo no início dos debates, é sintomático. O jurista inicia sua fala com a defesa da Constituição de 1891, logo fazendo as tradicionais louvações a Rui Barbosa, que em muito contribuem para reforçar a construção do mito também em torno deste jurista:

“Habitados a deprimir o que é nosso, muitos afirmaram que esse Código admirável [de 1891] não passava de simples cópia da Constituição americana. É um defeito da raça latina essa facilidade e rapidez em concluir [...]

O que há em comum entre um e outro texto é apenas a orientação geral. [...] procuraram o modelo federalista presidencial, e é nisto – unicamente nisto – que a Constituição brasileira se assemelha de maneira extraordinária, à americana; é a nossa mais perfeita, mais completa, mais liberal, mais adiantada.”⁴³

Este depoimento, apesar de referir-se à Constituição de 1891, vai ao encontro do nosso argumento a respeito das relações entre a Constituição de 1934 e a de Weimar: a

última serviu tão somente como *orientação geral*, dividida, como procura-se demonstrar aqui, pelo menos com a Constituição austríaca, mas possivelmente com muitas outras, como o comprova o número de Constituições citados pelos parlamentares. Um bom exemplo é o caso da Carta espanhola de 1931.

A ideia de uma influência unívoca é ilusória, pois simplificadora dos debates históricos que ocorreram concretamente. Ainda assim, no que concerne as influências, é preciso ter cautela: os parlamentares são mais independentes do que os historiadores às vezes julgamos e fazem uso dos autores e das referências constitucionais de maneira bastante autônoma, tendo em vista a legitimação dos argumentos que fortalecem suas próprias posições político-ideológicas. O caso das referências feitas à Kelsen deverá comprovar este argumento.

Depois de uma enxurrada de expressões de cunho religioso, disfarçadas sob uma aparente crítica ao liberalismo excessivo do XIX, revela-se a percepção social dominante na época, marcada por um *hereditarismo social* bem ao estilo da encíclica de Leão XIII, que o próprio parlamentar mencionará mais a frente: “O homem falha na vida, porque lhe faltam qualidades que não pôde adquirir e que hereditariamente não lhe foram transmitidas. A Humanidade seria sua madrasta, se lhe aumentasse a desgraça e os sofrimentos, lançando-lhe ainda em rosto, dia a dia, a inferioridade que foi sempre sua vergonha e tortura. A sociedade olha, portanto, misericordiosa pra ele.”⁴⁴

“Misericórdia, piedade e assistência” (social) parecem ser as tônicas do discurso, revelando o caráter religioso e moral desta nova percepção social que se torna predominante. Portanto, a influência de Weimar no *caráter social* da Constituição de 1934 não parece passar de máscara para legitimar um discurso que, na verdade, tem origem religiosa – autorizado pelas novas diretrizes formuladas pela Igreja Romana a partir do final do século XIX, sobretudo a partir do papado de Leão XIII. Assim, a referência à Weimar, argumenta-se, deve-se ao fato de que esta Carta também logrou acomodar questões semelhantes – de fundo religioso – que enfrentavam os parlamentares brasileiros em 1933-34. Trata-se, no fundo, de equacionar as *questões sociais* com as novas diretrizes imprimidas pela Igreja Católica, afastando tendências que pudessem exagerar na laicidade do Estado, de forma que a Igreja pudesse recuperar os privilégios reduzidos desde fins do XIX. Os parlamentares se apropriam, portanto, do discurso para emprestar o seu próprio acento. Nesse sentido, esclarece Carlos Maximiliano:

“Começou unicamente pela assistência, porque a ‘moral sempre precede o Direito’; pela assistência piedosa, voluntária, saída do elemento feminino, ou do recinto dos templos. Pouco a pouco, esse cuidado se foi integrando, corporificando em textos meramente regulamentares; entrou pelo terreno legislativo ordinário e, hoje, entre todos os povos cultos, figura até mesmo na Lei Suprema.”⁴⁵

Para além do estereótipo da mulher como elemento de pureza, teoricamente equivalente à pureza presente nos templos, destaca-se a precedência da moral (religiosa)

sobre o Direito. A expressão *Lei Suprema* para referir-se à Constituição arremata o discurso, na medida em que sugere uma relação entre as cartas constitucionais e a lei divina presentes nos textos bíblicos. Por detrás das primeiras, por sua vez, também estariam também homens divinos, *homens perfeitos*, tais quais os evangelistas: Rui, Kelsen e Preuss, todos elevados à categoria de *juristas perfeitos*?

Mas em sua argumentação Carlos Maximiliano prossegue e revela alguns aspectos interessantes sobre a forma como Kelsen é recepcionado no Brasil, que em muito nos auxiliará a avançar na discussão e formular novas hipóteses:

“Quando se reuniu a Comissão de 91, um volume de título impressionante, ‘La Politique Experimentale, de Léon Donnat, reinava nas ruas e recintos das Assembléias. Era um livro bom, medíocre, entretanto, no qual apenas se vulgarizavam ideias que não eram de seu autor; tinha, porém, a vantagem de dar um tom um pouco mais prático ao excesso de romantismo dominante no momento. Agora é Mirkin Guetzevich, para a direita e para a esquerda. Esse senhor, como todos os indivíduos de sua raça, tem uma grande facilidade para línguas, maneja vários idiomas. Traduziu as Constituições, realizou trabalho que, naturalmente, lhe dá grande renda, mas no qual dele existe somente um pequeno prefácio, em geral bem feito. Traduziu obra notáveis de Hans Kelsen. Verteu para o francês e outros, e resumiu ideias alheias sobre o Direito Constitucional moderno. É enfim um vulgarizador inteligente, e mais nada.

Ora, exatamente como ele publicou os textos das Constituições do Mundo, vejo nos bondes, nos hotéis, nos ônibus, os seus livros em todas as mãos, e as Constituições alemã e austríaca, e que sei eu?”⁴⁶

Malgrado a falsa modéstia de que se revestem os argumentos do jurista brasileiro, apenas para reforçar sua superioridade – considerar-se-ia C. Maximiliano também um destes *juristas perfeitos*? – com relação aos colegas e opositores, ridicularizando-os, o deputado apresenta indicações interessantes.

No fundo, seu argumento é que sua aproximação com os textos jurídicos, por dominar o idioma alemão, é superior, pois que tem acesso direto aos textos, como denota a seguinte afirmação de desprezo pelas línguas latinas: “Os bons expositores do contemporâneo Direito Público da Alemanha e da Áustria não autorizaram versões dos seus livros em alguma das línguas latinas, e, entre nós, bem poucos se entregam a estudos alemães, pelos quais tive a originalidade ou a ventura de me aproximar bem cedo.”⁴⁷

Pela quantidade de vezes que Hans Kelsen é citado nos debates constituintes acompanhado do nome de Mirkin Guetzévitch, sobram razões para suspeitar que foi justamente através deste último que Hans Kelsen se tornou conhecido no Brasil nesta época.

Boris Mirkin-Guetzévitch nasceu em 1892 na cidade de Kiev, à época parte do Império Russo. De origem judaica, estudou direito na Universidade de Petrogrado (atualmente São Petersburgo). Simpático às ideias dos revolucionários meneviques, se

refugiou em 1919 na cidade de Odessa, onde trabalhou como redator de um jornal que combatia o comunismo. Condenado à morte pelos bolcheviques, abandona Odessa em 1920 e se refugia na França, onde obtém a cidadania francesa em 1933⁴⁸.

Em 1928 M.-Guetzévitch publica pela primeira vez a obra *Constitutions de l'Europe Nouvelle*, que receberá 10 edições sucessivas até 1939. Esta obra é citada pelos parlamentares brasileiros em segunda edição. Além dela, outras são ainda citadas: *Les Nouvelles Tendances du Droit Constitutionnel*, de 1933 (com uma segunda edição de 1936), que recebeu inclusive tradução de Cândido Mota Filho já em 1933, com o título “Novas Tendências do Direito Constitucional”; *Les Constitutions des Nations Américains*, de 1932, e a edição espanhola *Las Nuevas Constituciones del Mundo*, de 1934, portanto posterior à referida tradução para o português.

Parece restar pouca dúvida de que M.- Guetzévitch foi um dos mais importantes mediadores do trabalho constitucional de Hans Kelsen no Brasil e que, possivelmente, muitos entraram em contato com o jurista austríaco pela primeira vez a partir de suas obras, como o indica o próprio depoimento do deputado Carlos Maximiliano. Seja na versão em francês e, a partir de 1933 e 1934, respectivamente em português e espanhol.

O constitucionalista italiano Armando Pichiéri, caracteriza o jurista franco-russo paradigmaticamente como “um meio termo entre o criticismo ético de Kant e o personalismo de Jacques Maritain”⁴⁹, com quem aliás M.-Guetzévitch lança a coleção *L'Esprit de la Resistance*. Sobre a sua francofilia não parece haver qualquer dúvida: segundo o jurista Georges Landroud, a sua maior iniciativa, aquela que o próprio M.-Guetzévitch considerou como a verdadeira obra de sua vida, foi a criação em 1941, no seu exílio em Nova Iorque, da *École libre des Hautes Études*, à qual o Estado de Nova Iorque conferiu o título de Universidade Francesa de Nova Iorque, mas que foi, na verdade, fundada por um jurista originário do Império Russo...

Ora, mesmo o alegado domínio do idioma alemão não parece isentar o deputado Carlos Maximiliano de certa idealização ou instrumentalização dos juristas estrangeiros, nem é tampouco garantia de uma leitura *privilegiada* dos acadêmicos de fala alemã, como bem o revela a continuidade de seu discurso: “Tratando-se de um povo volúvel como o povo latino; é bom que alguma coisa obrigue a meditar por mais um pouco antes de converter em realidade um pensamento que pode ser uma ilusão, uma infantilidade, em desvio mental de momento. (*Muito bem.*)”⁵⁰

Em seu discurso irrompe certa noção de *falha* ou *falta*, atribuída ao que chama de *povo latino*. Se por um lado, há esta ideia de *falta*, por oposição, subentende-se que alguém, algum outro *povo* seria detentor da *completude* ou da *disciplina* que carece ao dito *povo latino*. Esta característica parece ser atribuída sub-repticiamente ao *povo germânico*, cuja palavra já fora mencionada pelo próprio parlamentar quando se refere à tradução dos textos jurídicos. Reforça-se assim o mito em torno dos juristas de fala alemã e deste idioma.

Ignora-se o fato de que Hans Kelsen estava longe de qualquer *pureza germânica*, pois tinha origens judaica e socializou-se no meio multicultural da Viena *fin-de-siècle*. Foi perseguido, tanto por suas ideias como por sua ascendência, justamente pelos

nacional-socialistas, que tanto defenderam a ideia da grandeza do *povo germânico*, que historicamente jamais existiu como tal. Dificuldades semelhantes enfrentou Von Preuss, que apesar de sua origem abastada, de *von* não tinha nada: era filho de um milionário berlinense de origem judaica e por suas origens familiares também teve sua entrada no meio acadêmico em muito dificultada: até o fim não conseguiu um posto na Universidade de Berlim.

Minha hipótese é que os parlamentares brasileiros desconheciam o fato de se tratarem, ambos, de juristas de ascendência judaica, primeiro por acrescerem o (inexistente) *von* aos seus nomes, atribuindo-os o título de nobres germânicos, segundo por eles pertencerem, de fato, aos assim chamados *judeus assimilados*, pouco ou nada religiosos, e socializados completamente na cultura de fala alemã.

Interessa-nos aqui menos as opiniões pejorativas do parlamentar C. Maximiliano sobre aquilo que considera a vulgarização da obra de Kelsen ou do saber jurídico e mais as indicações de como se processou o contato com a obra do acadêmico austríaco no Brasil.

Mais adiante, contudo, seu discurso aponta algo sobre o contexto dentro da qual ele próprio recepciona a obra de Kelsen ou da *Escola de Viena*:

“...no campo das ideias a transformação foi grande, de 1891 até hoje.

Na verdade, bastante tempo depois, a par desse movimento social que não começou ontem, de que, talvez a expressão mais prestigiosa, inicial, estivesse na encíclica *Rerum Novarum*, do incomparável Leão XIII (*muito bem!*), surgiu a escola austríaca, ou a escola vienense, como alguns chamam, proclamando a supremacia do Direito Internacional sobre todos os ramos da ciência jurídica.”⁵¹

Ora, pelo que parece a recepção de Kelsen no Brasil se deu encapsulada pelo discurso religioso impregnado pela encíclica *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII.

Por fim, C. Maximiliano arremata, dando provas da instrumentalização do autor austríaco com o propósito de fundamentar o seu próprio discurso:

“Eu tinha proposto que, na parte preliminar [da Constituição], figurasse este preceito: ‘Todos os poderes emanam do povo’ e são exercidos no seu interesse, de acordo com a lei’. Não aceitaram a minha sugestão, declarando-a desnecessária, inútil.

Quando duas culminâncias do Direito Público Moderno, como Von Preuss e Hans Kelsen, incluem texto dessa natureza num código supremo, devemos desconfiar logo de que alguma razão presidia a isso. Parece-me até [...] que essa eliminação importa em desconhecimento da realidade contemporânea. [...]

O princípio por mim sugerido é estabelecido, portando, de propósito: para nos garantir contra um perigo que está aos olhos de todo mundo. Dirão – e eu sou o primeiro a concordar – que há épocas na vida dos povos em que é uma felicidade entregar o poder supremo e sem limites a um homem superior. Estou de acordo; tenho a coragem de dizer, da tribuna, que, se encontrassem no meio de vós um

Richelieu, um Frederico, um Bolívar, eu confiaria todas as minhas liberdades, todos os meus direitos ao seu critério, para que fizesse a salvação de minha terra, com pequeno sacrifício da minha parte (Muito bem! Muito bem!)”⁵²

Aí está o exemplo de uma interpretação profundamente tomista de Kelsen. Até porque, primeiro de tudo, Kelsen não foi o responsável por inserir o tal prefácio à Constituição austríaca. Pelo contrário, ele foi contra esta inclusão, fruto da discussão política da época, inserida pelas figuras políticas que também participaram junto com ele na feitura da Constituição. Afinal, ela não foi o produto exclusivo de apenas um homem, mas passou por intensas deliberações e emendas. Apesar disso, na parte estritamente normativa de sua construção, Kelsen seja de fato o seu principal realizador.

Será que Vargas encarnaria esse ideal de *príncipe perfeito* de Maximiliano, ao qual vale a pena conferir todas as liberdades em prol de um bem maior?

A inspiração em Weimar não parece mais que uma inspiração de fachada, com o propósito de legitimar o processo já em curso de centralização do Estado. Fez-se referência a ela, pois era de fato uma das Constituições mais modernas em termos de direito constitucional e permitia, simultaneamente, equacionar as crescentes demandas sociais com a manutenção dos privilégios da(s) Igreja(s), tal como fora feito na Alemanha, conferindo ao executivo a possibilidade de dispor dos dispositivos de exceção quando a necessidade se colocasse, justamente em *nome do povo* – aquele sobre o qual teoricamente se sustentava a Constituição (e justamente por essa razão).

A Constituição de Weimar assegurou privilégios para a(s) Igreja(s) (católica e protestante) na área social, consistindo num *exitoso* resultado da conjuração de tendências liberais (sociais) moderadas, privilégios da(s) Igreja(s) e centralização do poder nas mãos do executivo, com o fortalecimento do presidente em detrimento do parlamento. Não é à toa também que, tal como na Constituição de Weimar, a Constituição de 1934 – com o propósito de garantir esse *bem supremo* a que C. Maximiliano fez referência – as prerrogativas de exceção igualmente foram asseguradas. Após a farsa em torno ao *Plano Cohen*, estas prerrogativas foram de grande utilidade para que Vargas pudesse dar início ao fechamento do regime, culminando com a decretação do Estado Novo em 1937.

Seria uma verdadeira ironia da história interpretar Kelsen, como parece ter sido o caso aqui, como um teórico da centralização do estado, até porque ele foi com frequência perseguido por aqueles que, sob a bandeira do espírito do *povo* ou da *nação*, defendiam uma hipercentralização estatal. A noção kelseniana de Estado como constructo jurídico (normativo), e portando humano, embora dotado de uma estrutura lógico-formal, erige-se justamente com o propósito de combater tais noções metafísicas do Estado, bem apropriadas aos propósitos políticos centralizadores de determinados grupos. Portanto, Kelsen argumenta que a ideia de Estado enquanto *povo* ou *nação*, com traços metafísicos, tem suas raízes na noção de Deus. Tais concepções não podem ter parte numa ciência jurídica (normativa) do Direito.

A recepção de Kelsen no Brasil, porém, parece, desde o início, ter de alguma forma contribuído com os propósitos centralizadores do Governo Provisório, como o

comprova o seu (muito citado) parecer sobre a competência da Assembleia Constituinte para modificar o seu próprio regimento interno, que havia sido outorgado por decreto do Poder Executivo. O parecer de Kelsen é francamente favorável ao Regimento Interno produzido pelo Governo Provisório (independente de conteúdos específicos) e contrário a uma modificação dele, bem de acordo com a teoria hierárquica das normas jurídicas. Porém, isso não impede, ainda assim, que a Assembleia modifique seu regimento interno posteriormente.

Os vários *Positivismos* e o positivismo jurídico kelseniano: à guisa de conclusão

O positivismo kelseniano é de um tipo distinto daquele que se tornou famoso no Brasil, de corte francês e inspirado em Augusto Comte. Trata-se da vertente kelseniana, na verdade, de um *positivismo jurídico* de inspiração em Immanuel Kant: em Kelsen o significado daquilo que é *dado*, do *fático* no Direito (as normas jurídicas), não são exatamente um “dado da realidade concreta”. Seu significado refere-se ao sentido de que determinados atos *devem* se revestir. Sendo assim, o Direito é uma ordem do *dever* (*sollen*) e não do ser (*sein*)⁵³.

Para Kelsen então, apenas atos estatuídos por homens podem ser considerados como normas jurídicas válidas. O objeto de uma *ciência do direito* é, pois, a ordem jurídica positivada. Fundamentalmente, trata-se de descartar toda e qualquer noção de direito natural – apenas o direito estatuído por homens pode ser considerado válido. Não há direito dos deuses, visto que este é uma criação humana: normas oriundas de pressupostos sobre-humana ou da *vontade de deidades* não são consideradas por Kelsen como *direito positivo*.⁵⁴ A teoria kelseniana do direito, portanto, é, sobretudo, uma teoria que se coloca contra a metafísica e à concepção escolástica do Direito.

Contudo, Kelsen admite que a ideia de *direito positivo* – *ius positivum* – surgiu no século XII e foi criada pelos canonistas, justamente para diferenciar o direito divino, oriundo das sagradas escrituras, do direito dos homens, oriundo de ato legislativo consciente. A origem do termo esteve profundamente marcada, portanto, pela escolástica medieval. Daí, talvez, uma das origens dos equívocos que ocasiona e também da sua abertura para releituras (neo)tomistas, especialmente no Brasil, País profundamente marcado pela influência do pensamento católico, especialmente no século XX, e que, como demonstramos, sofreu uma influência marcante das encíclicas de Leão XIII no debate jurídico.

O problema é que, na visão dos canonistas que cunharam o termo, direito positivo difere do direito canônico, mas deve manter-se como seu fundamento último, exatamente como o sugere C. Maximiliano ao afirmar que “a moral sempre precede o Direito”.⁵⁵ Esta é não só a quintessência do pensamento (neo)tomista, já que a moral é, sem dúvida alguma, a moral cristã, mas também o núcleo dos debates na Constituinte de 1933-34: a Constituição brasileira (lei civil, oriunda de um ato legislativo) não pode (ou não deve) ignorar os princípios morais da Igreja, tais como renovados pela encíclica de Leão XIII *Rerum Novarum*, especialmente sendo o Brasil “um País de maioria católica”, caso queira se estabelecer como lei civil válida e legítima. Este argumento é usado com

frequência pelos parlamentares para reforçar sua argumentação em favor das medidas de interesse da Igreja, como casamento e ensino religiosos –, se quiser se estabelecer como lei civil válida e legítima. A menção por C. Maximiliano da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII não se dá, portanto, à toa: a referida encíclica foi justamente um maneira encontrada por este papa para contornar diplomaticamente o *Kulturkampf* desencadeado por Bismark alguns anos antes, oferecendo ao poder político uma alternativa para lidar com as questões sociais que assolavam o continente europeu, ao mesmo tempo que recuperava para a Igreja Católica o espaço perdido com os nacionalismos exacerbados e o processo de centralização política. Weimar é, portanto, o coroamento constitucional desse compromisso diplomático iniciado por Leão XIII.

A explicação desta necessidade do poder político está presente no depoimento de Raúl Fernandes na sessão de abertura da Assembleia Constituinte, que contou com a presença de Getúlio Vargas:

“Os governos ditatoriais [...], além das vicissitudes próprias a sua natureza, têm, notoriamente, uma grande dificuldade na passagem para o regime legal.

Os ditadores hesitam, alguns recuam definitivamente e organizam a autocracia, depois da qual é um enigma insolúvel apurar se a Nação aderiu ou não a essa organização do Estado. Outros tergiversam, adiam, e, por fim, fraudam a manifestação da opinião pública e cobrem-se com o voto falsificado para obter a ratificação do movimento de força de que nasceram. Mas todos, por um ou por outro modo, procuram a sanção moral da legalidade, porque, a despeito das teorias segundo as quais a força ainda é, em Direito Político, a fonte mais abundante do Direito, nunca, nem mesmo a Alemanha, pátria dos teóricos do Direito Público Moderno, nenhum deles abriu mão da sanção popular para os regimes criados revolucionariamente.”⁵⁶

Seria um alerta a Vargas e um prenúncio do estaria por vir na história do Brasil?

Este acoplamento da moral católica com o poder político, como esteio de legitimidade para este último foi, sem dúvida, uma vitória política da Liga Eleitoral Católica e teve seu início com a Carta de 1934. Sua consagração se daria com a Reforma Educacional Francisco e o subsequente sufocamento dos projetos educacionais reformadores.

Agora podemos compreender o porquê da suposta influência de Weimar na Constituição de 1934: a chave está presente na justificação das emendas ao Título XI, denominado *Da cultura e do ensino*, retirados, emblematicamente, do programa da LEC:

“A educação, sendo a preparação física, intelectual e moral do homem, todos o reconhecem, a base da formação das sociedades sadias e fortes. O laicismo educativo. – que a Constituição de 1891 incluiu desastrosamente em suas disposições, embora na lição de Rui Barbosa de Pedro Lessa, sua interpretação devesse atender ao fato católico do povo brasileiro. – desse laicismo educativo era a

manifestação legal, no campo da pedagogia, do divórcio que se implantara entre o Povo e as Instituições. A escola tornou-se um núcleo rival da família, em vez de consolidá-lo, em vez de constituir-se dela o prolongamento, como sabiamente reconheceu a Constituição republicana alemã, quando proclamou o art. 120: ‘a educação da prole, com o fim de fazê-la adquirir as qualidades físicas, intelectuais e sociais, é o primeiro dever e o direito natural dos pais: a sociedade política fiscaliza o modo pelo qual eles de tal se desempenham’.⁵⁷

Na cultura francesa a restauração contra a onda secularizante desencadeada pela Revolução Francesa foi marcante. Neste sentido, Hans Kelsen teve uma *recepção francesa* (na verdade tomista), especialmente através de um francófilo do porte de M.-Guetzévitch. Portanto, quando se lê “Hans Kelsen”, na maioria das vezes é M.-Guetzévitch quem fala.

Notas e referências

- 1 Paulo BONAVIDES, *História Constitucional do Brasil*, Brasília, Paz e Terra, 1989, pp. 320; 323-325.
- 2 Ver *Ibid.*, p. 325-327 e Boris FAUSTO, *História do Brasil*, 5ª Ed., São Paulo, Ed. da USP, 1997, p. 199. Ambos os autores reproduzem também a noção corrente de uma influência dominante de Weimar na Constituição de 1934.
- 3 BONAVIDES, cit., p. 325..
- 4 *Ibid.*, p. 324.
- 5 *Ibid.*, p. 325.
- 6 *Ibid.*, p. 288.
- 7 *Ibid.*
- 8 *Ibid.*, p. 287.
- 9 Muitas das informações históricas contidas neste fragmento foram extraídas do verbete “Assembleia Nacional Constituinte de 1934” do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), de autoria de Ângela Maria de Castro GOMES. A consulta on-line ao dicionário é gratuita, mas exige cadastro prévio. Ver <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Quando houver citação literal indicaremos com uma nota de rodapé, apontando “ver DHBB”, sem assinalar a paginação já que o verbete não possui número de páginas.
- 10 Tércio Sampaio FERRAZ, Das Staatsmodell der brasilianischen Verfassungen – Historisch-kritische Überlegungen, Paul WOLF (org.), *Verfassungsreform in Brasilien und Deutschland*, Frankfurt am Main, Berlin, Bern, New York, Paris, Wien, Peter Lang, 1995, p. 109. O autor chega a afirmar que a “Revolução de 1930 foi, em certa medida, um movimento contra a Constituição de 1891” (Tradução do alemão livre do autor). Defendemos que tal assertiva muito taxativa deve ser relativizada. Os debates constituintes de 1933-34, malgrado as diversas críticas a Carta de 1891, mostram o quanto ela é referenciada em diversos momentos e como havia uma forte “ala” que defendia os seus muitos méritos e que, apesar disto, demandavam reformas. O debate é ainda descrito brevemente por BONAVIDES, cit.
- 11 *Ibid.*, p. 287.
- 12 *Ibid.*
- 13 Boris FAUSTO, cit., p. 351.
- 14 *Ibid.*
- 15 *Ibid.*
- 16 Sobre a formação da LEC, ver Margaret Todaro WILLIAMS, “The Politization of the Brazilian Catholic Church: The Catholic Electoral League”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol., 16, No. 3 (Aug., 1974), pp. 301-325. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/174888>. Acessado em 04.06.2013, às 10:46.

-
- ¹⁷ Ibid., 301.
- ¹⁸ Ibid., 303.
- ¹⁹ Paulo BONAVIDES, cit., p. 291.
- ²⁰ Ibid.
- ²¹ Ver *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*, 1933/1934, v.1., 1934, pp. 285-290.
- ²² Paulo BONAVIDES, cit., p. 292.
- ²³ Ibid., p. 291.
- ²⁴ Ibid., 301.
- ²⁵ Victor Nunes LEAL, *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, 2ª Ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1975. Ver especialmente o primeiro capítulo: “Indicações sobre a estrutura e o processo do ‘coronelismo’”, pp. 19-57.
- ²⁶ Ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, CPDOC/FGV.
- ²⁷ Ibid.
- ²⁸ Boris FAUSTO, cit., p. 351.
- ²⁹ Ibid., p. 352.
- ³⁰ Ibid.
- ³¹ Paulo BONAVIDES, cit., p. 319.
- ³² Ibid, p. 320.
- ³³ Ibid., p. 323.
- ³⁴ Sérgio MICELI, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*, São Paulo/ Rio de Janeiro, Difel, 1979, p. 56.
- ³⁵ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 09.03.1934, coluna “A soberania em acção”, p. 3. Todos os periódicos citados estão disponíveis em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.
- ³⁶ BR/ Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 12.12.1933, p. 10.
- ³⁷ BR/ Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 29.01.1933, p. 2.
- ³⁸ BR/ Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 19.03.1937, p. 12.
- ³⁹ BR/ Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 15.04.1933, p. 1.
- ⁴⁰ BR/ Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 18.01.1934, p. 2.
- ⁴¹ BR/ Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, 11.08.1946, p. 1.
- ⁴² Ver <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8346>
- ⁴³ *Annaes*, cit., p. 421.
- ⁴⁴ Ibid., p. 422.
- ⁴⁵ Ibid.
- ⁴⁶ Ibid, pp. 422,423.
- ⁴⁷ Ibid, p. 423.
- ⁴⁸ Ver Stéphane PINON, *La pensée constitutionnelle de Boris Mirkine-Guetzévitch*, C.M. HERRARA (org.). *Les juristes face au politique*, Tome II, Paris, Éd. Kimé, 2005..
- ⁴⁹ Ver Armando PICHIERRI, *Tendenze costituzionali e razionalizzazione in Boris Mirkine-Guetzévitch*, San Cesario di Lecce, Pensa, 2010.
- ⁵⁰ *Annaes*, cit., p. 425.
- ⁵¹ Ibid.
- ⁵² Ibid, p. 434.
- ⁵³ Hans KELSEN, Was ist juristischer Positivismus?, Hans KLECATSKY et al. (org.), *Die Wiener Rechts-theoretischer Schule*, Wien, Europa Verlag, 1968, pp. 941-953.
- ⁵⁴ Ibid, pp. 942,943.
- ⁵⁵ *Annaes*, cit., v. 1, p. 422.
- ⁵⁶ Ibid., pp. 43, 44.
- ⁵⁷ *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte* 1933/1934. Vol 4, 1935, p. 324.

Camínhos do coração: Gonzaguínha e a política do silêncio

*Leila Medeiros de Menezes**

“Fala Brasil
Quero ouvir tua voz
Apesar das barras pelai
Solta tua alegria pois ela é o sol
Que alumeia o meu dia
Vamos lá coração
Vem sangrar
Na força e beleza da festa
Que só você sabe agitar
Dá um banho de garra e brilho
Em quem quiser te segurar.”¹
L. GONZAGA JUNIOR

“Quero ouvir tua voz / Apesar destas barras pelai”²

Atendendo ao chamamento do poeta-compositor Luiz Gonzaga Júnior, o Gonzaguinha,³ expresso na epígrafe do trabalho, procuraremos dar voz a um Brasil que foi obrigado a se calar durante o longo período de exceção a que foi submetido, a partir do Golpe civil-militar de 1964.⁴

Assumiremos a história do tempo presente como motivo para as nossas reflexões e discussões. A inserção no simpósio *Ideias, intelectuais e instituições: História e Ética* justifica-se pelo fato de considerarmos Gonzaguinha um intelectual⁵ que, com postura ética, assumiu suas ideias de forma clara, responsável, comprometida, deixando seu coração e sua razão explodirem em palavras, lançando-nos seu grito de protesto frente às arbitrariedades exercidas pelo regime militar.

Definimos os chamados *anos de chumbo*⁶ – 1968 a 1978 – como momento privilegiado de reflexão. Queremos juntar os estilhaços para buscarmos recompor a

* Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP). Bacharel em Letras e Mestre em História.

memória recente a cerca da censura política, avivando, assim, as cores de uma “paisagem desbotada na memória das nossas novas gerações.”⁷

A obra de Gonzaguinha será a nossa matéria-prima. Ele que, com a sensibilidade à flor da pele, assumiu a palavra poética como denunciante da palavra política e social para colocar-se na contramão do sistema vigente. Foi um poeta-compositor inteiro e íntegro em sua diversidade. Sua produção musical oscilou entre as coisas do coração, a exaltação da vida – canções atemporais – e a denúncia das arbitrariedades do regime, marcadas por “um tempo onde lutar por seu direito [era] um defeito que [matava]”⁸ – canções datadas. Gonzaguinha foi, sem dúvida, um verdadeiro ator do político.⁹

O conjunto de sua obra ajudou a construir o retrato de uma época da qual ele foi justamente o seu oposto. Revelou sempre criatividade tanto para traduzir questões da realidade social, quanto para expressar o seu romantismo, “os caminhos do coração”.

Gonzaguinha teve a plena consciência do que representava naquele momento, deixando seu coração e sua razão explodirem com o “peito fervendo ao grau de uma fornalha”,¹⁰ equilibrando a quantidade exata do sonho com a matéria que dava forma à poesia; dessa forma, partilhava com seus possíveis interlocutores sofrimentos e indignações que marcaram o período em tela. Fazia suas escolhas pela solidariedade com os *Geraldinos e Arquibaldos*.

Procuraremos cruzar o campo do político, marcado pelo autoritarismo do momento, com o campo da cultura popular, tomando a música como forma de manifestação política e de mobilização popular, marcada pela resistência, pela transgressão.

Privilegiamos não o efeito estético dos poemas-canção do poeta-compositor, mas sim o efeito histórico, ou seja, os efeitos de sentido que eles produziram naquele dado momento, pela subversão da linguagem. O aparato da censura¹¹ exerceu papel limitador de sujeitos no seu percurso de produção de sentidos.

Instituída a política do silêncio, em especial após a edição do Ato Institucional nº 05 (AI-5),¹² datada de 13/12/68, criaram-se verdadeiras armadilhas da palavra. É justamente desse espaço e desse recurso que nos propusemos a ocupar. Segundo Sant’Anna, “os compositores acabaram por desenvolver uma atividade intermediária entre a arte e a política”,¹³ colocando-se, assim, na resistência pela palavra.¹⁴

O período que ficou conhecido por *anos de chumbo*¹⁵ da Ditadura Militar, ou seja, um tempo de *trevas*, marcado pela trulência, pelo apagamento de vozes, pelo exercício do poder pelas exceções, ficou inscrito na história de toda uma geração – na de Gonzaguinha e de tantos outros – como marco de sonhos e pesadelos de uma juventude que, nas palavras do poeta-compositor, “buscava um mundo novo, vida nova”,¹⁶ para alcançar um final feliz.

Ninguém melhor do que Gonzaguinha condensou a experiência humana, a fim de mostrar “o jogo que precisava ser jogado /.../. Ele teve a plena consciência do que representava naquele momento, deixando seu coração e sua razão explodirem”.¹⁷

Assim, não dissimulou, não disfarçou, não escondeu o que não dava para ocultar,¹⁸ pagando por isso o preço alto da ocultação, da injustiça, do silenciamento. Não desistiu,

insistiu. Seguiu em frente, segurando o rojão,¹⁹ segurando, portanto, as “barras do seu tempo por sobre seus ombros”.²⁰

Não se submeteu ao jogo das mídias. Não admitiu reduzir sua produção musical a objeto de comércio e de consumo, talvez por isso tenha sido tão marginalizado pelos meios de comunicação de massa. Assumiu seu papel social e político com posições claras e definidas, pautadas pela ética, mantendo-se em estado permanente de indignação e de alerta. Foi (e continua sendo) um “artista da vida, o equilibrista da fé”.²¹

Nosso movimento será o de buscar os caminhos da resistência na discursividade e de que maneira o poeta-compositor Luiz Gonzaga Júnior, através da sua produção musical, contestou, nas *frestas da linguagem*, de forma por vezes bastante contundente, o regime instalado no Brasil. Fato que lhe rendeu o codinome de *maldito* pela Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal. Assumiremos o movimento dialógico (censor/censurado; compositor/interlocutores) entre o dito e o interdito, os sentidos não-ditos e os sentidos mal-ditos.

A *linguagem de fresta*²² bastante utilizada pelos poetas-compositores mostra como eles, em especial Gonzaguinha, conseguiram *falar* apesar da censura. Os silêncios, plenos de sentidos, destacam a importância dessa estratégia como forma de resistência que atinge o centro das preocupações do Estado. Vasconcelos, ao referenciar a linguagem de fresta, afirma que

“A manha da malandragem ganha hoje [vigência da Ditadura Civil-militar] um novo significado histórico: o compositor malandro já não é mais aquele de lenço no pescoço, navalha no bolso, como no tempo de Noel; mas sim, aquele que sabe pronunciar, ou seja, que sabe ludibriar o cerco do censor. E, desde Napoleão, sabemos que toda censura é inepta: apesar de tudo, sempre passa /.../ alguma coisa pela fresta. /.../ O importante é saber como pronunciar; daí a necessidade do olho na fresta da MPB.”²³

Estar *de olho na fresta* para saber como burlar a vigília da censura era pois fundamental, constituindo-se em um ato de grande *malandragem*, conforme considera Vasconcelos. A apropriação da *linguagem de fresta* pelos poetas-compositores demonstra, além da criatividade à flor da pele, um enorme compromisso com o falar, com a denúncia das arbitrariedades do Sistema. No caso de Gonzaguinha, ele soube “pronunciar” através das metáforas, dos acordos com seus possíveis interlocutores, dos deslizamentos de sentido.

Tomemos o poema-canção *Bom-dia*:

“Apesar de tudo estamos vivos
Pro que der e vier prosseguir
Com a alma cheia de esperanças
Enfrentando a herança que taí
(meu deus do céu)
Nós atravessamos mil saaras

E eu nunca vi gente melhor pra resistir
A tanta avidez, a tanta estupidez.”²⁴

Gonzaguinha afirma em seus versos que “apesar de tudo estamos vivos” e que não encontrou, em todas as suas caminhadas, nas *mil saaras* (referência direta ao deserto, em analogia à avidez, à estupidez com que foram conduzidos os rumos do país), “gente melhor pra resistir”, com “tanta avidez” a tudo o que nos foi imposto e subtraído pelos governos militares. A composição *Bom-dia* só veio a ser gravada em 1985, por força do veto da censura.

É o próprio Gonzaguinha quem denuncia, ainda, que “cantar nunca foi só de alegria”, por isso ele, como tantos outros fizeram da música o veículo de resistência frente aos interditos de um regime autoritário e excludente. Para ele “a força da canção explode, se irradia / é como a luz do sol / sendo a luz da gente”.²⁵ Foi essa força que o alimentou e lhe deu uma força maior para seguir cantando “essas barras pelai”.

Segundo Veronese, “a primeira função da arte é política, é chocar, uma vez que é instrumento para provocar reflexão entre as pessoas”.²⁶ Dentre as várias formas de resistência a arte tornou-se, sem dúvida, um grande instrumento catalisador do pensamento nacional. Ao *chocar* os poderes constituídos, sua possibilidade de reflexão tornou-se uma arma explosiva. O aspecto denunciador, reflexivo e polissêmico das linguagens artísticas fizeram com que elas se tornassem um verdadeiro *caso de polícia*, colocadas sob a vigilância da Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal. Os poetas, em especial, principalmente aqueles que cantavam os seus versos, tornaram-se malditos, constituindo-se, então, em uma importante parcela dos *inimigos internos*, perseguidos pelos militares por suas vozes e ações dissonantes.

“É cama de gato
Melhor se cuidar
No campo do adversário
É bom jogar com muita calma
Procurando pela brecha
Pra poder ganhar.”²⁷

É Gonzaguinha quem declara a necessidade de se jogar com muita cautela no campo do adversário. Quem eram, então, os adversários? Justamente aqueles que detinham o poder e que deflagraram uma *guerra interna* sem descansos ou tréguas. Dessa forma, está posto o jogo censor X censurado que vai permear toda a produção musical não só de Gonzaguinha, mas de todos os compositores que se colocaram na resistência através da música popular.

A Música Popular Brasileira lutou dignamente para não sucumbir ao algoz da censura. Jogo perigoso, sem dúvida alguma, de riscos calculados para alguns e de horizontes irrestritos para outros. Impondo-se pelas brechas deixadas e usando diferentes estratégias discursivas como veículo de resistência na luta pela restauração da plena liberdade de expressão, a MPB conquistou um espaço de luta contra o arbítrio.

Arte alguma, artista algum podem ser lidos e analisados dissociados do seu tempo. A produção cultural reflete sempre as angústias, as buscas de saídas para conjunturas adversas, da mesma forma que pode refletir alegrias e regozijos, dependendo das condições em que estão postas.

Notas e referências

- ¹ Luiz GONZAGA JÚNIOR. *Fala Brasil*. LP *Coisa mais maior de grande pessoa*. São Paulo: Emi-Odeon, lado B, faixa 4, 1980.
- ² “pelai” é corruptela de “por aí”.
- ³ O compositor cantor Luiz Gonzaga Júnior, imortalizado como *Gonzaguinha*, era filho do cantor, compositor e sanfonia pernambucano Luiz Gonzaga e de uma dançarina de furar cartão do *Dancing Brasil*. Nasceu em 22 de setembro de 1945 no Rio de Janeiro, no bairro do Estácio, e faleceu no dia 29 de abril de 1991, em Renasça, paraná, quando retornava de um show naquela cidade. Estudou Economia, mas nunca chegou a se diplomar. Na casa do psiquiatra Aluísio Porto Carrero, que em sua casa da rua Jaceguai promovia noites de boa música (Música Popular Brasileira – MPB) tornou-se amigo de outros compositores, jovens como ele. Nessa convivência, fundou, com Aldir Blac, Ivan Lis, Paulo Emílio costa Leite, Márcio Proença e César Costa Filho, o *Movimento Artístico Universitário(MAU)*, que viria a ter papel destacado no contexto da música popular brasileira. A constância de sua presença na casa de Aluísio, que considerava verdadeiro pai, possibilitou seu casamento com uma de suas filhas, com a qual teve dois filhos, um dos quais é hoje cantor e compositor como o pai. Foi um dos mais incisivos críticos da ditadura militar (daí o apelido de “cantor rancor”. Um total de 54 músicas das 72 canções apresentadas para censura prévia acabaram censuradas. Com o começo da abertura política, começou a compor canções politicamente mais leves, sendo desta época canções memoráveis, como *Começaria tudo outra vez* e *Explode Coração*, gravadas por inúmeros cantores de sucesso e que são sucesso até os dias de hoje.
- ⁴ O golpe impetrado pelos militares, com o apoio de setores da sociedade civil, em 31 de março de 1964 (em realidade no dia 1º de abril) pôs fim ao governo do presidente João Goulart, acusado de pretender implantar reformas “comunistas” no Brasil. O golpe fez parte de uma conjuntura de transição da Guerra Fria para a América Latina, a partir da virada comunista da revolução Cubana em 1960. Pesquisas recentes vem comprovando a participação americana na tessitura do golpe e o fato da operação *Big Brother* não ser fruto da fantasia, mas ação concreta de deslocamento da esquadra norte-americana para as costas brasileiras. Sobre o tema ver, dentre outros: Maria Celina D’ ARAÚJO; Glauco Ary Dillon SOARES, & Celso CASTRO (orgs.), *Os anos de chumbo: memória militar sobre a repressão*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, [s/d?]; Maria Luiza Tucci CARNEIRO, *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*, 2ª ed., São Paulo, Ateliê, 2004; Carlos Fico, *O golpe de 64: Momentos decisivos*, Rio de Janeiro, FGV; Elio GASPARI, *A Ditadura Envergonhada – As ilusões armadas*, São Paulo, Cia das Letras, 2002; Armand DREIFUSS, *1964: A Conquista do Estado*, René Armand DREIFUSS, Petrópolis, Vozes. Vd, também, <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/FatosImagens/Golpe64>, <http://brothersam.wordpress.com>; <http://www.editorafgv.br/golpe-de-1964>.
- ⁵ Em verdade, o compositor pode ser definido como intelectual orgânico, segundo proposição de Gramsci. Cf. Antonio GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere, 2: os intelectuais – O princípio educativo, jornalismo*, Trad., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- ⁶ Expressão usada para definir o período da Ditadura Militar, em especial o governo Médici, onde, em nome da Segurança Nacional, cometeram-se muitas arbitrariedades.
- ⁷ Francisco Buarque de HOLANDA. *Vai passar*. CD *Chico Buarque*. MPB Compositores nº 01. São Paulo: Sonopress, 1996.
- ⁸ Luiz GONZAGA JÚNIOR. *Pequena memória para um tempo sem memória (A legião dos esquecidos)*. LP *De volta ao começo*. São Paulo: Emi-Odeon, lado B, faixa 2, 1980.
- ⁹ A dimensão do político está adotada segundo os contornos da nova história política. Cf. René RÉMOND (org.). *Por uma história política*, Trad., Rio de Janeiro, 1996.

-
- ¹⁰ Paulo César PINHEIRO. *Batalha*. In *Canto Brasileiro*. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1976, p. 42.
- ¹¹ A censura contava com um corpo especial de censores. Seu estabelecimento, como prática, sujeito toda a produção cultural: música, teatro, literatura, etc. ao envio prévio da obra para análise pelos órgãos instituídos. As peças censuradas, recolhidas ao Arquivo Nacional, constituem um excelente fundo documental de pesquisa sobre a época, tendo em vista o costume dos censores escreverem nas próprias peças que analisavam.
- ¹² O Ato Institucional nº 5 significou o início do endurecimento do regime, após manifestações promovidas, dentre outros setores, pelo movimento estudantil, com destaque para o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Passeata dos Cem Mil, organizada pela mesma entidade, cuja palavra de ordem era o fim da ditadura militar.
- ¹³ Affonso Romano de SANT'ANNA. *Música popular e moderna poesia brasileira*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977. p.223.
- ¹⁴ A *resistência pela palavra* ocorreu na literatura escrita, falada e cantada, bem como no teatro. Ela, sob uma determinada perspectiva assumiu a vanguarda da resistência em tempos de repressão violenta, responsáveis pela tortura, morte e desaparecimento daqueles que foram às ruas afrontar as forças militares.
- ¹⁵ O período representou o endurecimento do regime, sendo considerado um golpe dentro do golpe.
- ¹⁶ Luiz Gonzaga Júnior. *Mundo novo, vida nova*. LP *Plano de vôo*. São Paulo: Emi-Odeon, 1975, lado A, faixa 4.
- ¹⁷ Leila Medeiros de MENEZES. *Catatonía integral. Gonzaguinha, a censura e o silenciamento dos malditos (1968-1978)*. Dissertação de Mestrado defendida no PPGH/UERJ, em abril de 2002, sob a orientação do professor doutor Fernando Antonio Faria, p.19.
- ¹⁸ Referência ao poema-canção Luiz Gonzaga Junior *Não dá mais pra segurar (Explode coração)*. CD *O talento de Gonzaguinha*. Rio de Janeiro: Edições Moleque, faixa 11, s/data.
- ¹⁹ Referência ao poema-canção de Luiz Gonzaga Júnior *E vamos à luta*. LP *De volta ao começo*. São Paulo: Emi-Odeon, lado A, faixa 5, 1980.
- ²⁰ Referência ao poema-canção de Luiz Gonzaga Júnior *Um homem também chora*. LP. *Alô, alô Brasil*. São Paulo: Emi-Odeon, lado A, faixa 5, 1983.
- ²¹ Referência ao poema-canção de Luiz Gonzaga Júnior. *Artistas da vida*. LP *Gonzaguinha da vida*. São Paulo: Emi-Odeon, lado 1, faixa 5, 1979.
- ²² A expressão “linguagem de fresta” foi introduzida por Gilberto Vasconcelos, em 1977, no ensaio intitulado *Música popular: de olho na fresta*. O ensaísta defende como inevitável naquela conjuntura o recurso da linguagem de fresta, ou seja, aquela de que se vale o compositor popular para, com toda a malandragem, driblar a censura imposta pelo regime.
- ²³ Gilberto VASCONCELOS. *Música popular: de olho na fresta*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 72.
- ²⁴ Luiz GONZAGA JUNIOR. *Bom dia*. In LP *Olho de Lince*. São Paulo: Emi-Odeon, lado B, faixa 4, 1985.
- ²⁵ Luiz GONZAGA JUNIOR. *Felicidade*. São Paulo: Emi-Odeon, lado B, faixa 3, 1982.
- ²⁶ Antonio VERONESE, *O manifesto de Veronese*. In *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno B, 27/07/00, p.2.
- ²⁷ Luiz GONZAGA JUNIOR. *Geraldinos e Arquibaldos*. LP *Plano de vôo*. São Paulo: Emi-Odeon, lado 1, faixa 3, s/data.

Delgado de Carvalho e a opção pela Educação Brasileira

Vera Lucia Cabana Andrade*

Perfil biobibliográfico / Formação acadêmica

Carlos Miguel Delgado de Carvalho nasceu no dia 10 de abril de 1884, em Paris, quando seu pai Carlos Dias Delgado de Carvalho exercia o cargo de Secretário da Legação do Império do Brasil na capital francesa. Descendente de famílias tradicionais da nobreza brasileira, os Visconde de Tourinho, pelo lado de sua mãe (Lydia Tourinho) e os Visconde de Itaboraí, pelo lado paterno (avós: José Dias Delgado de Carvalho e Maria Carlota de Azevedo Torres) teve uma formação humanística completa.

Delgado de Carvalho realizou seus estudos de educação básica no externato dominicano Colégio São Tomás de Aquino, em Lyon. Graduou-se em Letras na Universidade de Lyon, recebendo o Diploma de *Bachelier de l'Enseignement Secondaire Classique*, ingressando, logo a seguir, no Curso de Direito da Universidade de Lausanne, na Suíça. Ainda como universitário em Lausanne, teve sua primeira experiência no magistério, lecionando História Moderna no Colégio *Champitet*. Completou sua formação acadêmica em Ciências Sociais na *École Libre des Sciences Politiques* de Paris, e, concomitantemente, na *London School of Economics*, na Inglaterra (1908).

De sua educação superior européia destaca a influência que recebeu do mestre de Lausanne Vilfrido Pareto, dos intelectuais franceses Leroy-Beaulieu e Albert Serel e dos pensadores ingleses Westermarck e Hebbhouse.¹ (1)

“Com o advento da República no Brasil, em 1889, seu pai – que era amigo de D. Pedro II e o havia servido também em Portugal, Rússia e Bélgica – perdeu o cargo monarquista, mas a família continuou a frequentar a ‘roda dos exilados brasileiros’ na Europa, encontrando-se, várias vezes, com a Princesa Isabel, o Conde d’Eu e a Condessa de Barral, tendo o jovem Carlos Miguel à oportunidade de ‘conversar/saber coisas sobre a pátria desconhecida.’”

* Professora Aposentada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Colégio Pedro II (CPII). Pesquisadora do NUDOM/CPII e da CEPHAS/IHGB. Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1903, movido pela curiosidade própria da juventude, aos 19 anos, Carlos Miguel veio pela primeira vez ao Brasil, contra a vontade do pai, sob o “risco de ser deserddado, sem cidadania brasileira, que havia perdido quando estagiou na Arma de Cavalaria do Exército Francês, e sem falar português.”² Desembarcou no Rio de Janeiro com o objetivo de “estudar o Brasil” para elaborar sua tese de doutoramento do Curso de Diplomática da Escola de Ciências Políticas. Sua pesquisa “*Une centre economique du Brésil – L’État de Minas*” foi aprovada em Paris, 1905, sendo considerada primeira obra de geografia científica, mais tarde publicada pela Livraria Aillaud, em 1908.

Aos 22 anos, Delgado de Carvalho transferiu-se, definitivamente, da França para o Brasil (1906), sendo acolhido pela família de seu amigo e ex-companheiro da Escola de Paris, Mathias Roxo, vindo a casar-se com sua irmã Maria Vera de Oliveira Roxo, dois anos depois, tendo o casal dois filhos: Carlos Alberto e Maria Lydia.

Na cidade do Rio de Janeiro, seu primeiro emprego foi no Jornal do Comércio, onde escrevia, usando seus contatos europeus, uma coluna sobre política internacional. Inicialmente, seus artigos eram escritos em francês e vertidos para o português pelos companheiros da redação, passando logo a serem redigidos em idioma nacional, num esforço de aprimoramento do aprendizado da língua pátria.³

O trabalho em jornais (*Jornal do Comércio*, *Notícia da Tarde*, *O Jornal*) e na *Revista Americana* (editada pelo próprio *Jornal do Comércio*), proporcionou a Delgado de Carvalho a formação de um círculo de sociabilidade cultural com importantes intelectuais brasileiros como Oliveira Lima, Luiz Delphino, Rocha Pombo, José Oiticica, João Ribeiro, dentre outros, autores de referência da cultura nacional para um jovem erudito “brasileiro-estrangeiro” de formação humanística europeia. Já na primeira edição da *Revista Americana*, de outubro de 1909, Delgado assume seu papel/lugar no seletivo grupo de políticos-intelectuais formado, dentre outros, por Gustavo Capanema, Homem de Melo, Sílvio Romero e Euclides de Cunha – ao estabelecer o propósito cultural da nova publicação no Editorial: “Divulgar diversas manifestações espirituais da América e seguir do mesmo passo, paralelamente o traçado superior da sua evolução político-econômica, se apresenta especialmente como um traço de união entre as figuras representativas da intelectualidade desta parte do mundo.”⁴

Por esta época veio a público sua primeira obra de geografia analítica dos elementos naturais e humanos, o livro: “*Le Brésil Meridional – Étude économique sur les États du Sud: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul*”, escrito ainda em Paris com as notas da pesquisa de campo e publicado pela Livraria Garnier, em 1910, sendo, também publicado, mais tarde no Brasil, pela Companhia das Letras, São Paulo: 1922.

Por ocasião da eclosão da Primeira Guerra Mundial, Delgado de Carvalho voltou à Europa como correspondente internacional do *Jornal do Comércio* em Londres, no período de 1914/1916. Sob os auspícios da *Royal Society of Geography* de Londres, em 1917, realizou uma série de conferências sobre geografia humana do Brasil nas cidades de Edimburgo, Aberdeen, Dundee e Glasgow. Desta viagem pela Escócia resultou a publicação do livro *The Geography of Brazil in relation to its Political and Economic Development* – Edimburgo: 1917. No ano seguinte, no *King’s College of London* inaugurou a *Cátedra Camões de Estudos Brasileiros e Portugueses*. Ainda na

Inglaterra, participou como Delegado do Brasil na *International Conference of Scientific Organization*, Londres, 1918.

De volta ao Brasil, em 1919, Delgado de Carvalho foi redator do Boletim de Política Exterior, importante seção do periódico O Jornal, e, em fluxo cultural reverso, atuou como membro correspondente do Conselho Britânico da *Royal Meteorological Society of London*.

A publicação do livro *Meteorologie du Brésil* – escrito ainda em Londres, editado por John Bale, em 1916, e premiado com a Medalha *Prix Jansen* da Sociedade de Geografia de Paris – lhe proporcionou maior visibilidade intelectual e lhe abriu novas perspectivas de trabalho no Brasil. Este livro foi, também, traduzido e publicado no Brasil, com o título de *Meteorologia do Brasil* (São Paulo e Rio de Janeiro) – São Paulo: Melhoramentos, 1922.

Logo em fevereiro de 1921, o Chefe Arrojado Lisboa da Inspeção de Obras Contra as Secas do Nordeste convidou Delgado de Carvalho para trabalhar no Departamento. Neste órgão federal, chegou a exercer o cargo de Diretor da Seção dos Serviços de Pluviometria, em 1925, quando teve a oportunidade de elaborar 56 mapas pluviométricos da zona no Brasil do polígono das secas, material publicado, em 1931, no *Atlas Pluviométrico do Nordeste*. Sua atuação no DOCS lhe valeu a nomeação de membro da “Comissão Organizadora dos Trabalhos referentes à Indústria, Agricultura e Comércio da Exposição Nacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil”, feita pelo Ministro da Agricultura Simões Lopes.

Opção pelo magistério

Em junho de 1921, o Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras nomeou Delgado de Carvalho para o cargo de Professor Conferencista do Curso de Geografia do Brasil da Escola de Intendência do Exército, e, em 1923, foi indicado para o mesmo cargo no Curso de Geografia Econômica na Escola do Estado Maior do Exército, onde permaneceu por 10 anos. Estas experiências docentes foram registradas nos livros: *Fisiografia do Brasil* – Rio de Janeiro: Curso da Escola de Intendência do Exército, 1922; *Geografia Econômica* – Rio de Janeiro: Conferências pronunciadas no Estado Maior do Exército, 1923; e *Geografia do Brasil* – Rio de Janeiro: Livraria Científica, 1923.⁵

Ensino Secundário

Em fins de dezembro de 1920, Delgado de Carvalho prestou concurso para professor substituto da Cadeira de Inglês do Colégio Pedro II, classificando-se em 1º lugar com a tese: *Esboço histórico da origem e formação da Língua Inglesa* (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920). Ingressando no Colégio em 1921, passou a catedrático interino na cadeira em 1924.

No Externato do Colégio Pedro II, como professor efetivo, além de Inglês, deu aulas de Geografia, História e Sociologia, cadeira para a qual foi empossado como professor catedrático, em 1927.

No período de 09 de dezembro de 1930 a 28 de novembro de 1931, o professor Delgado foi nomeado, por Decreto do Presidente do Governo Provisório Getúlio Vargas, Diretor do Externato (Decreto nº 19.398 de 11 de novembro de 1930). Sua pequena gestão foi marcada por significativas melhorias curriculares, com a criação das salas/laboratórios de Geografia e História Universal, com Programas de Ensino inovadores. Passou a Direção do Externato para o Dr. Henrique de Toledo Dodswoth e assumiu a Vice-Direção, em virtude de ter sido nomeado, pelo próprio Presidente Vargas (Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931), Membro Representante do Ensino Secundário Federal no Conselho Nacional de Educação.⁶

Desde 1923, Delgado de Carvalho acumulou, ainda, o cargo de professor titular de geografia na Escola Normal, onde lecionou, também, Sociologia para o Curso Normal. Em 1932, foi convidado por Anísio Teixeira para assumir a Cátedra de Sociologia Educacional, cuja disciplina escolar fora criada em 1927, realizando uma verdadeira renovação no ensino. Ao lado da eficaz direção do Professor Francisco Venâncio Filho, outro educador expoente da Associação Brasileira de Educação (ABE), colaborou com a Reforma da Instrução Pública do Distrito Federal executada por Anísio Teixeira em 1931, como preliminar da Reforma Nacional Francisco Campos do Ensino Secundário, que transformou a Escola Normal em Instituto de Educação e sua incorporação à Universidade do Distrito Federal.⁷

A obra didática do professor Delgado representa domínio metodológico das ciências comparadas e expressa seu maior legado, no campo educacional, no ensino das Ciências Humanas.

No campo da Geografia podemos destacar o livro – *Geografia do Brasil (1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1913) – (2ª ed.1913) – (3ª ed.1927) – (4ª ed, 1931)*, que se tornou “marco da moderna prática de ensino da geografia” apresenta de forma explicativa e interpretativa, muito além da relação dos topônimos e da descrição dos acidentes físicos característicos da época, a divisão regional do Brasil em *regiões naturais* e sua formação histórica desde a fase da colonização. Neste livro didático, considerado de “história da geografia como disciplina escolar”, Oliveira Lima, no Prefácio da 2ª edição, apresenta o autor à comunidade acadêmica como *grande humanista brasileiro* face à sua erudição, avalia “as notas de pé de página como contribuições à história da humanidade” e destaca o novo conceito de *regiões naturais* para o estudo da história regional do Brasil. Editado várias vezes, este livro foi comparado, à época, por Everardo Backheuser, também importante membro da ABE, à “História do Brasil” (1900) de João Ribeiro, por revolucionar os métodos de ensino das disciplinas e lhes dar novas diretrizes no processo ensino-aprendizagem.⁸

Esta primeira classificação regional do Brasil em regiões naturais foi reelaborada e ampliada pelo professor-autor nos quatro livros da Coleção *Geografia Ginásial: – Geografia física e humana, Geografia dos continentes, Geografia Geral do Brasil e Geografia Regional do Brasil (São Paulo: Cia Editora Nacional, 1943)* – e adotada nos Programas Oficiais de Ensino Secundário, elaborados pelos professores Fernando Raja Gabaglia e Honório Silvestre do Colégio Pedro II, vigorando como orientação metodológica de 1943 até 1964.

No campo da História, sua vasta produção didática pode ser exemplificada pelos livros: – *Chorographia do Distrito Federal: com Album Geográphico, Mappas e Graphicos* (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926) – e *História da Cidade do Rio de Janeiro de Acordo com os Programas das Escolas Públicas Municipais* (Rio de Janeiro: Mendonça Machado, 1926) – destinados aos professores do Ensino Primário e adotados no Curso Normal do Instituto de Educação; – e pela Coleção *História Geral para as quatro séries do ginásio* (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949) – livros adotados pela maioria das escolas secundárias do país, por abranger os vários períodos da História Geral e da História do Brasil.

No campo da Sociologia, o professor Delgado praticamente forneceu as bases para o ensino, organizando os currículos e programas através das obras: – *Sociologia Educacional* (1933), *Sociologia e Educação* (1934), *Sociologia Experimental* (1934), *Práticas de Sociologia* (1939), e, *Elementos de Sociologia Educacional* (1951) que compõem um conjunto de informações destinadas às normalistas e professoras do Ensino Primário, enquanto *Didática de Ciências Sociais: Publicação da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais. Observações críticas acerca do ensino de Sociologia por Emílio Willems e Prefácio do Professor Aogar Renault* (1950), *Textos de Sociologia Educacional* (1951), e, *Introdução Metodológica aos Estudos Sociais*. (Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1957. (Biblioteca de Cultura Pedagógica) – foram destinadas aos professores do Ensino Secundário.

A abordagem geohistórica e sociológica característica das obras de Delgado de Carvalho refletem a influência da proposta pedagógica *escolanovista* que tem como fundamento aproximar as ações educativas às vivências dos alunos no campo do ensino-aprendizagem:

“O contato com a realidade, por sí só, o início de todo um processo de aprendizagem. /.../ É de grande valor didático que seja preliminarmente dado aos alunos um apanhado histórico cujos elementos principais, locais monumentos e vestígios, estão ainda as nossas vistas, ao alcance de nossos sentidos e podem mais facilmente impressionar jovens imaginações, do que outras narrações, cujos quadros necessitam de um esforço do espírito para sua reconstrução.”⁹

A nova abordagem curricular definia os objetivos dos programas através de um enfoque espaço-temporal dos conteúdos selecionados em unidades didáticas que compreendiam: o quadro geográfico (condições físicas e materiais) e o quadro cronológico do processo histórico (relações políticas e interpretação econômico-social dos modos de vida dos grupos humanos no tempo e no espaço). O propósito do autor era estabelecer sempre uma interrelação nos estudos sociais – “uma geografia humana histórica / uma história cultural geográfica.” Conservador por princípio, porém aberto ao novo, não descuidou em seus escritos, da observação das mutações políticas, enfatizando sempre a parte cultural: “Não se trata de uma opção pelo materialismo histórico nem pelo determinismo geográfico, trata-se de um exame [interpretação socioeconômica] dos modos de vida de cada época /.../ a marcha do progresso humano através dos tempos.”¹⁰

Ensino superior

No ano de 1922, a Liga Pedagógica do Ensino Secundário encomendou ao professor-geógrafo um Parecer sobre o Ensino de Geografia no Curso de Humanidades, fator que desencadeou a elaboração da tese: *Metodologia do Ensino da Geografia (Introdução aos Estudos da Geografia Moderna)* – desenvolvida a partir da premissa de que “a geografia tem por objetivo o estudo da terra como habitat do homem.” Apresentada no Congresso de Ensino, realizado pela ABE no Rio de Janeiro, no mesmo ano de 1922, esta obra foi publicada em 1925, pela Livraria Francisco Alves, como livro básico dedicado aos professores, com o objetivo de orientá-los a ministrar as aulas da disciplina escolar “a partir da influência do homem no meio, a língua, a raça e as religiões”, enfatizando que:

“Chegou o momento de estudarmos, por exemplo, alguns fenômenos demográficos baseados sobre recenseamentos e ensinar aos alunos a utilizar algarismos para comparações futuras, a estudar cientificamente as influências dos diferentes climas sobre os hábitos e coisas da vida, compreender o papel das ilhas e dos oceanos na distribuição e diferenciação das línguas, etc.”¹¹

A convite de cientistas norteamericanos, em 1928, Delgado de Carvalho participou de viagem de intercâmbio cultural ao *Summer School for American Teachers*. Sua destacada atuação neste programa de intercâmbio cultural, em 1929, quando levou 12 educadores brasileiros aos Estados Unidos, lhe valeu o convite do *Carnegie Endowment* para o cargo de *visiting professor* do Curso de Ciências Políticas nas universidades americanas de *Washington and Lee* (Virgínia), *Rice Institute* (Texas) e *University of Michigan*, em 1940.

Desde 1931, Delgado de Carvalho ocupou, em caráter interino, a Cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Com a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, Delgado de Carvalho foi nomeado para a Cátedra de História Contemporânea, logo em 1936. Mais uma vez, sua atuação destacada na recepção acadêmica ao grupo de professores franceses, coordenado por Pierre Deffontaines, convidados para fortalecer o quadro docente da UDF, lhe valeu a Condecoração da Ordem Nacional da Legião de Honra da França (criada por Napoleão Bonaparte), em 1937.

Quando de sua aposentadoria compulsória, aos 72 anos, recebeu o título de Professor Emérito da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Distrito Federal, em 1956.

Em sua docência no ensino superior Delgado de Carvalho aprofundou a proposta do ensino da *geohistória*, compreendida a partir do conceito de “espaço histórico da geografia da história de Marcel Reinhard.”¹² Desta época destacamos os trabalhos:

– *Geografia Humana, Política e Econômica* (1935) – *Geografia Física e Humana do Brasil* (1943) – *A evolução da Geografia Humana*, (1944) – *História Contemporânea. Para Professores* (1960) – *História da Idade Moderna. Para Professores* (1974) – *História das Américas* (1970, em coautoria com a professora Anna

Maria Delgado de Carvalho) – e *História Documental Moderna e Contemporânea* (1976), livro de fundamental importância para o processo ensino-aprendizagem nas ações didáticas curriculares desenvolvidas a partir dos programas e métodos de ensino. Os livros foram considerados, pela camada docente como “fontes de pesquisa, recursos/suportes didático e base de referencial teórico”:

“O humanismo é e sempre foi um esforço espiritual da interpretação das coisas em função do homem. Assistimos pois a um novo humanismo clássico, porém mais natural e prático criado pela integração das ciências sociais entre as quais a geografia ocupa uma posição estratégica que os fatos só têm realidade quando localizados no espaço.”¹³

Sua obra *História Geral – 1º Volume – Antiguidade. Coleção: Guias de Ensino (Série I) e Livros de Texto (Série II). Compêndio de Informações para o uso dos docentes do Curso Secundário. (Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1956)* – tornou-se, também, obra de referência metodológica do ensino da História na rubrica de *Livro Compêndio* com ilustrações, mapas, fragmentos de documentos e textos complementares. No preâmbulo o professor-autor esclarece que é um “trabalho submetido aos colegas do ensino secundário como um prontuário de História” onde os professores, já conhecedores da matéria, poderão encontrar sugestões didáticas e informações complementares acerca do plano de ensino da divisão clássica da História: Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, adaptável aos programas oficiais das escolas públicas para quaisquer programas de escolas particulares; que a cronologia apresentada tem por base a obra *Chronologie des Civilisations* de Jean Delorme da Coleção Clio; e que a divisão em Unidades Didáticas segue o modelo de *plano de sequência da matéria* criado pelo professor Anísio Teixeira, que previa três etapas de planejamento:

- I. Elaboração Preliminar: definição dos objetivos; apresentação do processo histórico (seleção de conteúdos) com a definição do quadro geográfico (condições espaciais físicas e materiais); do quadro cronológico (relações políticas, econômicas e sociais) e da situação cultural (estudo das civilizações).
- II. Narrativa: apresentação da matéria em tópicos – sistematização do estudo (a marcha do progresso humano através dos tempos).
- III. Informação Complementar: conexões históricas através de textos/ documentos, mini-biografias, mapas, iconografia, curiosidades históricas.”¹⁴

Convidado pelo Governo, em 1958, Delgado de Carvalho ingressou no Itamaraty. Em 1959, ministrou o Curso de História Diplomática do Brasil no Instituto Rio Branco. Este curso, também, mereceu a publicação de um livro *História Diplomática do Brasil (1958)*, que foi traduzido para o inglês pelo professor Raul D’Eça da Universidade de Washington, em 1975. No Itamaraty o historiador dedicou-se ao estudo da História das Relações Internacionais, analisando a história das relações políticas espaciais dos Estados/Nação na Europa, na África e na Ásia.

Nesta área destacamos, de sua vasta produção bibliográfica – *Atlas de Relações Internacionais*, de 1960, em co-autoria com a Professora Therezinha de Castro; – *Relações Internacionais*, de 1970, cuja primeira edição foi totalmente adquirida pela Biblioteca do Exército.

De 1962 (aos 78 anos) até 1980, como Decano do IBGE, assumiu a responsabilidade da publicação trimestral do *Atlas de Relações Internacionais*.

Em texto manuscrito, datado de 30 de julho de 1974, esclarece seu pressuposto de análise para a elaboração de seus livros:

“Uma das modalidades da geo-história é a geopolítica, nome que lhe cabe quando, constituídas as Nações, os respectivos Estados dirigem os destinos do país combinando todos os elementos geográficos, étnicos, econômicos, estratégicos e outros planejamentos de suas atividades visando resultados imediatos ou remotos.

Nas relações internacionais do mundo contemporâneo o significado do termo geopolítico tem sido deturpado. Geopolítica é o estudo das influências que sobre a geografia exerciam os objetos políticos do Estado em relação a seus problemas vitais. É o estudo da plasticidade organizacional de cada Estado, a institucionalização da organização do espaço através da conquista, dominação e expansão.”¹⁵

Delgado de Carvalho faleceu em 04 de outubro de 1980 no Rio de Janeiro, aos 91 anos, deixando mais de 40 obras editadas, versando sobre geografia, história, sociologia, economia e relações internacionais, e, uma obra inacabada – *Geohistória das Civilizações Comparadas* – que preparava auxiliado por suas discípulas Terezinha de Castro e Ana Maria Delgado de Carvalho, também sua neta.

No citado documento de 1974, o autor definiu para suas colaboradoras as bases teóricas e metodológicas de sua contribuição para a renovação do ensino das Ciências Sociais no Brasil:

“Os dois ramos científicos da Ciência Social, que são a Geografia e a História, auxiliados pela Economia e a Sociologia, se prestam à interpretação das diferentes fases da vida coletiva [...]

A Geo-História é a narrativa histórica interpretada pela Geografia. Não há História sem base geográfica; até a vida constitucional de um povo supõe observadas condições antropogeográficas.

Assim como o estudo da História não consiste apenas em memorizar datas, acontecimentos e nomes de personagens, a Geografia não se limita à memorização de nomes de serras, de rios, de climas e de produtos [...].

Nos estudos de Geo-História devem ser examinados sucessivamente alguns aspectos da questão: Em primeiro lugar, impõe-se uma visão preliminar da área fisiográfica em que se deram os fatos. O relevo e as águas devem ser os pontos essenciais para aprender a topografia da região e os imperativos geográficos existentes na época. Em segundo lugar, em consequência destes imperativos,

devem ser procurados os resultados que eles condicionaram, isto é, os gêneros de vida, o estado cultural, o regime político. Difusão, Assimilação, Sobrevivências são aspectos do complexo cultural que atua, segundo as circunstâncias da época e do meio. Em terceiro lugar, quando sugerida uma motivação de tal ou tal acontecimento, é bom lembrar, em regra, o motivo econômico, procurando ver a possível influência que exerceu. Inicialmente é o fator comercial a examinar; segue-se o fator industrial, para finalmente predominar, nas sociedades mais evoluídas, o fator financeiro.¹⁶

A projeção política conquistada por Delgado de Carvalho pode ser exemplificada por sua atuação em diversas associações científicas, cujo compromisso cultural primordial era a renovação do conhecimento histórico, geográfico e filológico como base da (re)construção da identidade nacional pela via da educação como instrumental necessário para a garantia da ordem social e o caminho para o progresso material do país. Sua participação foi destacada como:

- Sócio Efetivo e Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1921);
- Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo;
- Sócio Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia;
- Fundador e 1º Presidente da Associação Brasileira de Educação (1924);
- Membro Honorário da Sociedade de Geografia e Estatística de Frankfurt am Main (1926);
- Sócio Correspondente da Sociedade de Geografia de Lima;
- Membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC);
- Sócio Efetivo da Associação dos Geógrafos Brasileiros
- Sócio de Honra e Efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (1931);
- Membro do Conselho Nacional de Educação (Representante do Ensino Secundário Federal, 1931);
- Diretor Fundador do Instituto de Pesquisas Educacionais do Departamento de Educação do Ministério da Educação e Cultura (1935);
- Membro do Conselho Nacional de Geografia (Representante do Ministro da Educação, 1937);
- Membro da Comissão do Livro Didático (Nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, 1939);
- Delegado do Brasil no VIII Congresso Científico de Washington - XI Seção (Educação), 1940 (Nomeado pelo Presidente Vargas);
- Delegado do Brasil no Seminário de Geografia de Montreal (Organizou e dirigiu a convite da UNESCO, 1950);
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Representante do Ministro da Educação, 1954).

Estas instituições culturais congregaram uma elite intelectual formada por homens de letras e geógrafos-historiadores, um conjunto de políticos, diplomatas, advogados, médicos e professores distinguidos pela erudição, homens que viveram na virada do século XIX para o XX, na passagem da Monarquia para a República e constituíram um

polo cultural de sociabilidade da intelectualidade brasileira no Rio de Janeiro. As instituições culturais projetaram os escritores no campo político-social. Pertencer ao IHGB – como sócio da “Casa da memória nacional” – à ABL – como imortal da “República das Letras” – a ABE – como participante do *Movimento de renovação educacional* – e ainda ser professor catedrático do CP II “colégio padrão do ensino secundário” – significava ter seu trabalho intelectual reconhecido como processo de criação original e ter lugar na história do poder cultural, como membro produtor das visões de mundo: “agente transmissor de sistemas e de normas ligadas às necessidades econômicas, sociais e políticas da sociedade, sua influência sobre o conhecimento cotidiano, científico e artístico, e sobre as atitudes e modos de vida.”¹⁷ Nestes espaços de sociabilidade cultural, que funcionavam como foruns dos debates acadêmicos, os grupos desenvolveram vasta produção nos campos da linguística e da literatura, da história política e militar, da geografia física e humana, da sociologia geral e da sociologia educacional, ao mesmo tempo em que ocupavam cargos públicos nos Ministérios, Secretarias de Estado, hospitais e colégios, e escreviam para jornais e revistas, instrumentos utilizados como principais canais de veiculação das notícias, ensaios, crônicas de crítica do cotidiano e as famosas memórias, textos de conteúdo literário e histórico, propiciando a divulgação de grandes polêmicas políticas, religiosas e educacionais.¹⁸

Delgado de Carvalho recebeu, dentre outras condecorações, a Medalha David Livingstone da *The American Geographical Society*, em 1952, e o *Prêmio Kenning Albert Boilesen*, em 1974.

Em seu discurso de agradecimento pelo recebimento do Prêmio Nacional da Cultura, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo, em São Paulo – “por ter realizado trabalho de valor em benefício do aprimoramento cultural do país” – Delgado de Carvalho ratifica, no quadro da intelectualidade brasileira, sua posição acadêmica de “novo humanista, filósofo, pensador inquieto, observador criativo e crítico sutil”, segundo definição preconizada por Oliveira Lima¹⁹ desde o início de sua carreira até as lutas políticas pelas reformas da Instrução Pública no Brasil:

“Passei os 90 anos, e julgava que era ainda cedo para receber qualquer prêmio, a não ser o da longevidade. Por isso, foi grande a minha surpresa, e maior ainda a minha emoção, ao ter notícia do valioso Prêmio Boilesen. /.../ Em agricultura, a produção é riqueza da terra, não do homem; foi, porém, este que mexeu esta terra, que nela trabalhou para que produzisse sob esforço humano adequadamente orientado. Podemos assim considerar o nosso país como uma terra, uma terra-continente à disposição de lavradores. Estes, no entanto, nem todos são trabalhadores rurais. Por isso, abre-se diante dos trabalhadores culturais outra terra a lavrar nas escolas, nos institutos, nas universidades, e já são numerosos os intelectuais de valor, empenhados nesta obra de esclarecido patriotismo que, em boa hora, o inesquecível Albert Boilesen resolveu premiar, no que ele chamou “a mobilização do seu patrimônio cultural”. Se,

incontestavelmente, muito se tem feito neste sentido, muito ainda resta a fazer, e sua ideia foi a de acelerar o trabalho.”²⁰

Conclusão

A análise das fontes documentais referentes ao Arquivo Privado de Delgado de Carvalho, sob a guarda do IHGB, nos permite classificá-lo como um intelectual educador inovador da cultura histórica de seu tempo. A multiplicidade de seus escritos objetivaram a integração das chamadas *ciências humanas*, criando campos epistemológicos de interceção dos estudos históricos, geográficos, antropológicos e sociológicos com a fisiografia, meteorologia, política, diplomacia, economia, estatística e etnografia. Sua participação nas discussões das políticas públicas concernentes às diretrizes educacionais da Reforma da Instrução Pública de Francisco Campos, de 1931, e da Reforma Capanema, de 1942, foram fundamentais para a renovação do ensino das ciências sociais, e, sua obra foi referência no processo de reestruturação da política educacional e nos novos rumos da pedagogia brasileira, especialmente, ao longo da década de 1950, porém com repercussão nas décadas de 1960 e 1970 por ocasião da implementação da Lei 5692/71 e seus desdobramentos, como a criação da disciplina escolar Estudos Sociais.

Em resposta à grande polêmica travada pelos professores universitários de História contra a criação institucional dos Estudos Sociais nos currículos das escolas de 1º Grau, defendeu, até o fim de sua vida, a fundamentação teórica e metodologicamente dos programas da nova disciplina escolar:

“A tradicional divisão dos Estudos Sociais em: Geografia, História, Sociologia, Economia e Direito, se impôs para facilitar o conhecimento dos elementos fundamentais das relações humanas. Mas, esta divisão lógica, em grupos de matérias afins, se leva a conhecê-las, por si só, não ajuda a compreendê-las, e ainda menos a interpretá-las. Assim como em Ciências Físicas e Biológicas, as Matemáticas dão luz, valor e significação ao estudo dos fenômenos, cabe à Geografia, nas Ciências Sociais, dar valor e significação à História, à Sociologia e à Economia. São Ciências Humanas, que para serem estudadas e interpretadas, necessitam, pode-se dizer, de injeções de Geografia. [...] Esta excursão pelos domínios culturais que desinteressadamente a Geografia invade e vivifica [...] é o que tenho tentado fazer, escrevendo livros de Geografia, de História e de Sociologia.”²¹

Notas e referências

¹ BR/ Rio de Janeiro, *Boletim Geográfico n° 131*, “Apontamentos Biobibliográficos: Professor Carlos Delgado de Carvalho”, Conselho Nacional de Geografia, 1944, p.59.

² BR, *Dicionário Biobibliográfico de historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*, Rio de Janeiro, IHGB, v. 2, 1992, p.45.

³ BR/ Rio de Janeiro, *Revista do Gas*, Associação Brasileira de Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo, 1975, p.31.

⁴ Carlos Benito Oliveira FERRAZ, *Memória: O Despertar da Climatologia no Brasil*, Maceió, Cirrus, UNEMET, ano IV, n.12, jan/abr 2008, p.46.

- ⁵ *Revista do Gas*, cit., p. 32.
- ⁶ BR/ Rio de Janeiro, *Almanak do pessoal docente e administrativo do Colégio Pedro II*. Organizado por Octacilio A. PEREIRA, Typ. Revista dos Tribunaes, 1921, n.1, p.21.
- ⁷ Alberto VENÂNCIO FILHO (org), *Francisco Venâncio Filho: Um educador brasileiro*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp.160 e 220.
- ⁸ Delgado de CARVALHO, *Geografia do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 2ªed, 1913, Prefácio.
- ⁹ Delgado de CARVALHO, *História da Cidade do Rio de Janeiro de Acordo com os Programas das Escolas Públicas Municipais*, Rio de Janeiro, Mendonça Machado, 1926, Biblioteca Carioca. Série Publicação Científica, vol 6, Preâmbulo.
- ¹⁰ Delgado de CARVALHO, *História Geral. Antiguidade – Compêndio de informações para uso dos docentes e discentes do curso secundário*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos/ Ministério da Educação e Cultura, 1956, Coleção: Guias de Ensino e Livros de Texto, Preâmbulo.
- ¹¹ P. C. COSTA, *Uma Escrita aos Professores: Os Prefácios dos Livros de Delgado de Carvalho*, Uberlândia, MG, Anais do COLUBHE O6, pp. 3388.
- ¹² Fernando SEGISMUNDO, *Grandezas do Colégio Pedro II*, Rio de Janeiro, Unigraf, 1996, p.44.
- ¹³ *Boletim Geográfico...*, p. 63, cit.
- ¹⁴ Delgado de CARVALHO, *História Geral Antiguidade...*, Preâmbulo, cit.
- ¹⁵ BR, Arquivo Privado de Historiadores, IHGB/DC, Lata 07, Pasta 01, Doc. 01, Manuscrito, 04 folhas, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1974, Folha 3, Transcrito como no original.
- ¹⁶ *Ibid.*, folha 1
- ¹⁷ Francisco José Calazans FALCON, *História e Cultura, História Hoje: balanço e perspectivas*, Rio de Janeiro, ANPUH-RJ, 1990, p.102.
- ¹⁸ Ângela de Castro GOMES, *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996, p.44.
- ¹⁹ Oliveira LIMA in Delgado de CARVALHO, *Geografia do Brasil*, 2ª ed, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1913, Prefácio.
- ²⁰ BR/ Rio de Janeiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.309, out./dez.1975, Imprensa Nacional, 1975, p.158.
- ²¹ *Ibid.*, p.159.

La producción de conocimiento en la Argentina peronista. El vínculo entre Estado, universidad y políticas públicas

*Luis Ernesto Blacha**

Introducción

La Ley 13031 de 1947 es la intervención en el funcionamiento de las universidades nacionales por parte del Estado planificador, popular, nacionalista y dirigista del peronismo. La producción de conocimiento que llevan a cabo las universidades adquiere un papel destacado en la Argentina liderada por Juan Domingo Perón. Un período con importantes transformaciones sociales y políticas públicas que promueven el mercado interno, la industrialización por sustitución de importaciones (ISI) y a la redistribución del ingreso.

Las universidades tradicionales son intervenidas por el peronismo para promover una orientación práctica de sus objetivos institucionales. Se cambian los elencos directivos y se produce la renuncia de gran parte del cuerpo de profesores como resultado de estos límites de su autonomía. A su vez, las políticas estatales intentan generar renovados ámbitos de educación superior, con la creación de nuevas universidades para capacitar a los obreros en concordancia con la pujante industrialización. Se propone una resignificación de los valores universitarios por parte de un orden social que se fundamenta en su interpelación a los ciudadanos como trabajadores.

A través del decreto 8.014 de 1949 se crea la Universidad Obrera Nacional, que es una transformación del rol de los ámbitos educativos superiores en relación a la socialización imperante en la Argentina. La sociología figuracional de Norbert Elias permite interpretar estos cambios como un intento de orientar los procesos de psico y sociogénesis vigentes a través de políticas públicas que no se vinculan con el ámbito universitario tradicional. El carácter práctico de las nuevas universidades da cuenta del

* CONICET/CEAR-UNQ (Argentina). Investigador-Profesor adjunto

conocimiento que los actores adquieren y se resignifican como fundamento de la reproducción del orden social, tal como promueve la sociología de la cultura de Pierre Bourdieu. A través de políticas educativas inclusivas para el ascenso social, se generan y difunden conocimientos que van más allá del sistema productivo e influyen en la organización social. Con la intervención en las instituciones educativas superiores del dirigismo estatal se intenta transformar el carácter simbólico de las relaciones de poder.

Los ámbitos universitarios como productores de conocimiento experto se transforman también en promotores de un sentido práctico característico. El carácter compensatorio que Luhmann identifica con el Estado de Bienestar, supone otra herramienta disponible para caracterizar la relación entre el peronismo y la universidad argentina. El objeto de este trabajo es analizar e interpretar la producción de conocimiento como parte de las interacciones políticas imperantes pero también como resultado del carácter potencial del poder y de las transformaciones del *ethos* de la estructura administrativa que permite desarrollar políticas públicas. Se interpelan al estilo y a las estrategias peronistas desde un abordaje sociológico contemporáneo y original, que conjuga los aspectos culturales, intelectuales, sociales y políticos para dar cuenta de esta etapa de la historia argentina a través de la universidad pública.

Estado y socialización

La *Revolución de los Coroneles* del 4 de junio de 1943, es el primer golpe de Estado “sin participación civil alguna en la historia argentina”.¹ Se amplía el rol mediador de la estructura administrativa estatal de la década anterior. Tras 13 años de fraude electoral, la participación política promueve profundos cambios en el vínculo entre gobernantes y gobernados que resultan en cambios institucionales de importancia. El plano político se convierte en un espacio de socialización y el Estado adquiere el “monopolio de representación”² que reduce el activismo sindical y se consolida como un canal legítimo para las demandas sociales a través del accionar de la estructura administrativa. Estos ámbitos institucionales han desarrollado durante el intervencionismo de la década anterior, un conjunto de prácticas características y un sentido de pertenencia que pueden caracterizarse como un *ethos* que resulta fundamental para la implementación de políticas públicas.³

El peronismo también supone una profunda reformulación del malestar social, a través de la combinación entre el carisma que envuelve a la figura de Juan Domingo Perón con la ampliada estructura administrativa del Estado planificador, nacionalista y dirigista (1943-1955). El aparato burocrático bajo la dirección política peronista, resulta medio y fin de las relaciones de poder imperantes que permiten interpelar a los obreros y la pequeña y mediana burguesía industrial, grupos que crecen de forma exponencial entre 1930 y 1943 pero que no consiguen una participación política acorde. Juan D. Perón establece intensos vínculos con estos actores que le permitirán construir las bases político-sociales que fundamenten su posición gubernamental. A nivel administrativo, estas transformaciones consisten en “refundir las oficinas existentes en provincias, en “delegaciones regionales”. Estas delegaciones no abarcan sólo aquellas oficinas y

organismos que ya eran de carácter nacional, sino que incorporaron también a los provinciales y municipales.⁴ Estos cambios también pueden ser interpretadas como parte del desarrollo del *ethos* característico de los funcionarios administrativos que pareciera trascender la estructura estatal.

La nueva organización gubernamental intenta evitar los cambios violentos mientras que la capacidad de interpelar las demandas sociales que adquiere la estructura administrativa, la convierten en fundamento del orden social. El propio Perón lo reconoce en su discurso del 25 de agosto de 1944 en la Bolsa de Comercio⁵ y que podrían interpretarse como parte de los procesos de psico y sociogénesis imperantes. El peronismo inicia la era de secretarías con rango ministerial que permite la canalización monopólica de las demandas sociales a través del incremento y modernización de la estructura administrativa. La labor de la Secretaría de Trabajo y Previsión (STP) a cargo de Juan Domingo Perón desde 1943, se muestra predispuesta a atender demandas salariales y los reclamos referentes a las condiciones de trabajo.⁶ La combinación entre carisma y burocracia constituye políticas públicas en donde el Estado *construye* ciudadanos tal como destaca Michel Foucault.⁷

Las políticas peronistas no generan cambios radicales en las relaciones de producción ni se consolidan políticas industrialistas de largo plazo, son modificaciones que permiten mantener el sistema de producción tradicional sin mayores cuestionamientos. En este sentido pueden ser interpretadas como parte de una alianza de clases que, según reconocen los sociólogos Miguel Murmis y Juan Carlos Portantiero, se inicia en la década del '30. Esta alianza permite que "una limitada industrialización tiende a formar parte de la estrategia de los sectores agrarios dominantes."⁸ Pueden interpretarse como parte de las estrategias de los sectores económicos dominantes que utilizan las estructuras administrativas intervecionistas desarrolladas entre 1930 y 1943 para defender sus intereses. En contraposición, el verticalismo del dirigismo planificador peronista, supone una creciente autonomía del Estado en relación a estos intereses económicos y un aumento de su capacidad de interpelar al entramado social y promover prácticas de gubernamentalidad -a la manera foucaultiana- que intentar guiar los procesos de psico-sociogénesis de la sociología figuracional.

Las herramientas analíticas que proporciona la sociología figuracional⁹ de Norbert Elias permiten insertar las interacciones de poder en un contexto social ampliado. Esta perspectiva vincula la consolidación de las estructuras administrativas del Estado-Nación con la constitución del sujeto moderno, a través de la internalización de normas y pautas sociales. El Estado es interpretado dentro de interacciones sociales de amplio alcance temporal, que permiten a Elias reconstruir la historia de la civilización occidental,¹⁰ desde el siglo XI, a través de una "psicogénesis del Estado."¹¹ En esta perspectiva se vinculan los monopolios de la violencia y de las estructuras administrativas estatales con el autocontrol de las emociones y la internalización del orden social. Estos cambios se observan a escala colectiva - la *sociogénesis* - y a nivel individual - la *psicogénesis*. La sociogénesis se relaciona con las transformaciones de escala *social* relacionadas con la canalización legítima de la violencia que vincula a esta

perspectiva con la concepción weberiana del Estado. La psicogénesis se refiere a la internalización de la norma social que fundamenta el orden social, a la vez que regula los sentimientos y necesidades de los sujetos sociales.

El contexto de interacción social adquiere una importancia destacada porque permite explicar y, en cierto sentido predecir, las acciones sociales. El Estado es un actor preponderante de las políticas sociales, que también conforma el marco de referencia donde se insertan las acciones sociales y se reflejan las relaciones de poder. El Estado también es un entramado de canales institucionales y elementos culturales que los actores utilizan para realizar sus interacciones. Las reformas peronistas de la estructura administrativa dan cuenta del carácter potencial de la configuración imperante. Un término que identifica a la sociología figuracional y constituye el escenario donde la acción individual se convierte en social a través de un marco de certezas compartidas y delimitadas socialmente.¹² El monopolio de la violencia legítima está en manos de la administración centralizada del Estado y la diferenciación entre las conductas subjetivas públicas y privadas, forman parte de la configuración. Estos cambios interdependientes, de escala social e individual, conforman el proceso civilizatorio. Para Johan Goulsblom este proceso “trata de la relación entre comportamiento y poder que halla su reflejo en el hábito, que a su vez influye sobre dicha relación.”¹³ Incluye también una importante correlación con la distribución social del poder,¹⁴ en tanto que supone una regulación de la violencia que resalta la importancia de la formación de los Estados-Nación en el abordaje figuracional.¹⁵ El sociólogo contemporáneo Niklas Luhmann advierte que “la civilización y sus consecuencias son un producto de la diferenciación de las prestaciones comunicativas del hombre desde sus condiciones naturales.”¹⁶ Este carácter diferenciador adquiere tal importancia que al transformarse la sociedad también se modifican los presupuestos en los que descansa su diferenciación característica.

La importancia que Norbert Elias atribuye al Estado, lo acercan al modelo burocrático de Max Weber, donde “el poder legítimo en la modernidad se ejerce a través de un aparato de gobierno estructurado a partir de una jerarquía de funcionarios con diferentes tareas y responsabilidades.”¹⁷ La sociología comprensiva de Weber entiende que el Estado es una de las tres instituciones constitutivas de la modernidad, junto al capitalismo y al derecho racional.¹⁸ El Estado moderno se fundamenta en el monopolio de los medios administrativos y de dominación, que resultan en un sistema tributario permanente y centralizado que permite una fuerza militar estable; en el monopolio para imponer la ley y en el uso legítimo de la fuerza en un territorio delimitado.¹⁹ El monopolio de la violencia legítima define en última instancia al Estado moderno. En la política moderna este aparato administrativo racional de corte racional se conjuga con el carisma que enmarca la relación social que se establece entre el líder y sus seguidores.²⁰ El Estado dirigista, planificador y nacionalista del período 1946-1955 supone - como en otros populismos latinoamericanos - una transformación en las relaciones de poder imperantes en la Argentina de la década de 1940 a través de la conjunción entre carisma y burocracia.

Las estructuras administrativas también son centrales para el surgimiento del nacionalismo “es un principio político que sostiene que debe haber congruencia entre la unidad nacional y la política.”²¹ Para la perspectiva desarrollada por Ernest Gellner “las naciones son los constructores de las convicciones, fidelidades y solidaridades de los hombres.”²² Los miembros de un grupo se convierten en una Nación cuando se reconocen derechos y deberes por participar de esa agrupación. Los rasgos claves del nacionalismo son la “homogeneidad, alfabetización, anonimidad.”²³

Las principales herramientas de la sociología figuracional son los procesos de psico y sociogénesis. Su arraigo puede identificarse en la Argentina moderna desde, al menos el primer Centenario (1910), y permite establecer un contexto en el cual se inscriben, modifican y dialogan las interacciones del poder. El Estado es dual, en tanto medio y fin del poder que vincula a las estructuras administrativas centralizadas con la internalización de las normas sociales. En el caso del peronismo también debe tomarse en consideración su carácter *social*. El sociólogo alemán Niklas Luhmann sostiene que el Estado de Bienestar se caracteriza por ser “autorregulado”²⁴ como resultado de la promoción de la inclusión política, que es uno de los rasgos del gobierno peronista y cuya estructura administrativa intenta monopolizar la canalización de las demandas sociales. En esta perspectiva, el Estado de Bienestar da lugar a compensaciones por parte de las estructuras administrativas a los gobernados, como la asistencia a la minoridad, las viviendas populares y una democratización de la *Justicia social*. Estas políticas públicas también son posibles por el *ethos* que se consolida entre los funcionarios y que permite al Estado competir con otras instituciones sociales.²⁵

El bienestar que promueve el peronismo durante su primera etapa (1946-1949) será una referencia en la configuración imperante. A su vez, la reforma constitucional de 1949 cobra particular interés como un momento de cristalización de las transformaciones introducidas por el peronismo pero también anticipan menores logros gubernamentales luego de 1950. La Constitución de la *Nueva Argentina* debe ser interpretada como una bisagra que permite advertir continuidades y rupturas al interior del propio movimiento peronista. También supone transformaciones en el carácter compensatorio del modelo argentino del Estado de Bienestar teorizado por Luhmann. El Estado peronista implica la actualización y guía de los procesos de psico y sociogénesis, que permiten complejizar el análisis y la interpretación de las políticas universitarias del gobierno peronista. Son prácticas de gubernamentalidad que el Estado desarrollo para *producir* ciudadanos a los que interpreta como trabajadores. La gubernamentalidad debe ser entendida como “el poder que se ejerce sobre la población concebida como un conjunto de procesos vitales, el poder que actúa como una técnica de regulación de los intercambios metabólicos entre el Estado y la sociedad.”²⁶

El Estado de Bienestar, según Luhmann, debe impulsar “la realización de la inclusión política.”²⁷ El peronismo identifica al fraude electoral como el gran problema político del Estado interventor e intenta subsanarlo mediante su relación con amplios sectores populares, sin forzar las relaciones sociales imperantes pero resignificando los elementos culturales disponibles. El *dirigismo* al que es sometido el “pueblo trabajador

y peronista” propone una amplia participación en el sistema electoral y estrechos canales (muchas veces unidireccionales) para la relación entre gobernantes y gobernados. Esta aparente “revolución dentro del orden”²⁸ tiene, por un lado, su momento de consagración institucional definitiva el 24 de febrero de 1946, luego de la innegable demostración de apoyo popular del 17 de octubre de 1945. El Estado peronista es social en tanto permite la “creciente inclusión de temas e intereses como propios de la política”,²⁹ caracteres que se reflejan no sólo en su doctrina, sino en sus leyes universitarias de 1947 y 1954. Son parte de la gubernamentalidad que propone y desarrolla el peronismo.

La inclusión política del peronismo va más allá de la participación electoral y establece un vínculo directo entre gobernantes y gobernados a través de la ampliación de la estructura administrativa. Las nuevas funciones estatales permiten el carácter compensatorio que Luhmann identifica con el Estado de Bienestar y mediante el cual el peronismo monopoliza la satisfacción de las demandas sociales de los sectores políticamente postergados durante la década de 1930. Esta aproximación de los gobernantes a los gobernados también se incluye dentro de la lógica del Bienestar, en tanto una organización política que “no deja nada fuera y se consume a sí misma.”³⁰ Esta característica de la estructura dirigista se combina con los elementos simbólicos que produce la universidad, que permitirán explicar la importancia que la reforma de la educación superior tiene para el peronismo.

Las políticas públicas que promueven la redistribución del ingreso - en la Argentina de posguerra con exceso de divisas - e intentan redefinir los procesos de psico y sociogénesis. La meta es el ideal de pleno empleo, el aumento de los salarios reales y el cambio en la distribución, la escala y el destino del ingreso; en suma “la justicia social, la independencia económica y la soberanía política.”³¹ La combinación de carisma y burocracia permiten no sólo un carácter compensatorio en las acciones estatales sino también un vínculo directo entre gobernantes y gobernados que promueve la inclusión política que define al Estado de Bienestar. Este carácter inclusivo también es político y práctico, tal como se refleja en sus políticas universitarias. El *Manual del Peronista* es la cristalización de las interacciones promovidas desde el Estado que resultan en una profunda resignificación de los sectores populares y se plasma en la *doctrina nacional*. Es “una síntesis de la doctrina peronista que debe ser inculcada en la masa y en los dirigentes.”³² El peronismo supone la continua interpelación de toda la sociedad y donde los trabajadores cobran supremacía sobre los ciudadanos para fundamentar el orden social.

El carácter práctico que subraya el *Manual del Peronista* también destaca la importancia del saber técnico en la estructura administrativa para permitir el incremento de las funciones estatales. Esta estructura administrativa necesita una dirección que “estará en manos [de hombres] capaces del gobierno, de los técnicos y de las fuerzas económicas, pero la ejecución estará bajo la responsabilidad de los trabajadores argentinos, cuya honradez y nobleza no pueden ser desconocidas.”³³ El conocimiento técnico, y el *ethos* que sus prácticas consolidan, se convierten en parte del fundamento

del orden social porque permite aumentar la capacidad interpelativa del Estado. Las universidades, como productoras de conocimiento, adquieren una importancia destacada en el intento de las políticas peronistas para guiar los procesos de psico y sociogénesis.

Las universidades

El carácter práctico de la doctrina peronista también influye en su concepción de la universidad. En el capítulo XIII del *Manual del Peronista* se hace referencia a estas instituciones deben “afirmar una conciencia nacional histórica” que las vincule con el pueblo trabajador peronista. Estas políticas no sólo intentan incorporar elementos culturales al fundamento del orden social que consolida el peronismo, sino que pueden ser interpretadas como un intento por guiar la evolución de los procesos de psico y sociogénesis. Es parte de las transformaciones que los nacionalismos introducen en la población a través de su control de las estructuras administrativas y de los sistemas educativos.

La universidad también es interpelada por el peronismo como el ámbito donde se forman los técnicos que deberán potenciar el aparato administrativo existente. Estas demandas peronistas a las instituciones educativas parecen contradecirse con el estudio acerca de las clases gobernantes que lleva a cabo José Luis de Imaz, para quien la universidad no tuvo una influencia destacada en la conformación de *los que mandan*.³⁴ En esta resignificación de las funciones universitarias, los aspectos prácticos de las instituciones educativas también cobran una significación destacada como un intento de incorporar a los *universitarios* al fundamento del orden social. Estas transformaciones parecieran no considerar las interacciones existentes y se producen conflictos, tanto con los profesores como con los estudiantes.³⁵

A pesar de la tensa relación del peronismo con el mundo universitario, en este período aumenta considerablemente el presupuesto de estas instituciones. En 1946 se crea la Facultad de Odontología en la Universidad de Buenos Aires, las facultades de Ciencias Económicas, de Filosofía y Humanidades en la Universidad Nacional de Córdoba. En concordancia con el creciente aparato administrativo peronista, con sus oficinas de alcance nacional y su verticalismo, en 1947 se crean la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Buenos Aires y la Ciudad Universitaria de esta misma casa de estudios, que reflejan la importancia edilicia en la gubernamentalidad peronista. A su vez, el decreto 6242 de 1948 permite que la extensión universitaria sea rentada, vinculando a la Universidad de Buenos Aires con la Dirección General de Agua y Energía Eléctrica que promueve la incorporación de estudiantes de ingeniería en esa empresa y en el Ministerio de Obras Públicas.³⁶ Las transformaciones de carácter práctico también incluyen la creación de la carrera de Ingeniería en Telecomunicaciones en la Universidad Nacional de La Plata en 1948.³⁷ La contracara de estas políticas públicas son las denuncias de la Federación Universitaria Argentina (FUA) que destaca los 423 despidos y los 823 profesores renunciados durante 1946.³⁸

La oposición a las políticas universitarias peronistas tiene un actor destacado en el Colegio Libre de Estudios Superiores (CLES), que agrupa a intelectuales liberales. Esta institución dependiente de la Universidad de Buenos Aires (UBA), se crea en 1930 para luchar contra el avance fascista y se convierte luego en un temprano opositor al peronismo. En 1947, luego de la expulsión de un gran número de docentes de la actividad universitaria, el CLES comienza a publicar sus Cursos y Conferencias, para potenciar el debate académico y aglutinar a los intelectuales opositores.³⁹ Tal como afirman Silvia Sigal, Oscar Terán y Tulio Halperín Donghi, “el peronismo trató la realidad universitaria como un problema político antes que cultural y confió su dirección a sectores intelectuales nacionalistas, conservadores y católicos, ya que careció de proyecto cultural para imponer en ellas.”⁴⁰ Estas tensiones reflejan el carácter dinámico y flexible de los procesos de psico y sociogénesis, que incluyen en la misma configuración a políticas favorables y opositoras.

El dirigismo peronista también incluye una ley de reforma universitaria, a través del decreto 12.195 de 1946 que coloca al médico Oscar Ivanissevich como rector normalizador de la Universidad de Buenos Aires (UBA) para *reparar* los daños que 13 años de fraude electoral han producido en las universidades. Lo acompañan en su gestión un grupo de católicos de derecha, ex reformistas y conservadores que contrastan con la tendencia liberal del ámbito universitario preexistente, tal como puede observarse en la nómina de rectores durante el gobierno peronista.⁴¹ Estas decisiones políticas no consiguen interpelar los procesos de psico y sociogénesis imperantes en el ámbito universitario. El peronismo propone cambios radicales que incluyen la intervención de la Comisión Nacional de Cultura, la inauguración de cursos de capacitación para obreros, la creación de 17 escuelas técnicas en el interior del país, la escuela de oficios, celadores y visitantes médicos, así como la Universidad obrera en Avellaneda (Gran Buenos Aires).⁴²

La Univesidad Obrera “estaría ligada al nuevo perfil industrial de la Argentina de posguerra y a las políticas sociales y de democratización de la cultura nacional.”⁴³ Este proyecto se vincula con las Escuelas de Aprendizaje y Orientación profesional que Perón crea en 1945 para capacitar a técnicos de las industrias argentinas. También deben mencionarse las Escuelas Industriales Otto Krause del ingeniero Pascual Pezzano como un intento de formar obreros capacitados para la incipiente industria argentina sustitutiva de importaciones que permite al peronismo consolidar un mercado interno.

Estos proyectos encuentran dificultades cuando sus egresados no pueden ingresar a la carrera de Ingeniería de la UBA, por disposición de las autoridades. Los horarios de esta alta casa de estudios tampoco permitían a los sectores trabajadores tomar cursos sin renunciar a un empleo de tiempo completo. La Universidad Obrera Nacional, intenta subsanar estas dificultades y mediante el decreto 8.014 está capacitada para emitir el título de Ingeniero de Fábrica, que conjuga la teoría con la práctica industrial. Esta universidad pragmática está “orientada tecnológicamente a favor de la industria y el campo alternativamente; rescata una enseñanza superior preocupada por tener llegada a los sectores populares.”⁴⁴ También el Poder Ejecutivo Nacional otorga numerosas becas

en las instituciones tradicionales para que estudiantes de orígenes obreros puedan acceder a la educación superior, a pesar de lo cual “la base social de reclutamiento estudiantil de la UNLP (que se multiplicó en todo el período 1946-1955 asociada a la gran expansión de la población de la ciudad en esos años) se extendió a los sectores medios bajos y en muy menor medida a la clase obrera.”⁴⁵

El 26 de septiembre de 1947 se sanciona la Ley 13.031 de régimen universitario, también conocida como Ley Guardo –en honor al diputado justicialista que la promovió-, luego del enfrentamiento parlamentario entre peronistas y opositores. Ésta “resume y da cuerpo legal a la política que el peronismo implementaría en la Universidad a lo largo de la década.”⁴⁶ Es un intento por contrarrestar los posultados de la Reforma radical de 1918 y ampliar la influencia del Estado en las universidades, en especial a través del nombramiento de los rectores por parte del Poder Ejecutivo Nacional (Art.10), quien también aprobaría el nombramiento de los profesores titulares (Art.44). La representación estudiantil queda severamente limitada (Arts. 85 y 86), ignorando las transformaciones introducidas por la Reforma Universitaria de 1918. Esta ley intenta subsanar la *desconexión* que el peronismo identifica entre la universidad y el “pueblo argentino.”⁴⁷

La *Ley Guardo* será la respuesta peronista a la *Ley Avellaneda* de 1885 como marco legal del funcionamiento de las universidades, intentando obtener su poder simbólico y limitando su autonomía, que es interpretada como opositora.⁴⁸ La intervención a las Universidades decidida por Perón, luego de las elecciones de febrero de 1946, fue ejecutada por el gobierno del saliente Edelmiro Farrell en abril de 1946. A través de un decreto presidencial se pretendía realizar el “reencauzamiento de la vida universitaria por los carriles que había abandonado en la coyuntura de los años 1943-1945.”⁴⁹ En este sentido, Juan D. Perón afirma que “hasta el advenimiento del justicialismo, la enseñanza estaba sólo al alcance de la oligarquía. El hijo de un hombre del pueblo no podía nunca llegar a la enseñanza secundaria y menos aún a la universitaria, por la simple razón del dinero.”⁵⁰ Este carácter compensador e incluso que Luhmann reconoce en el Estado de Bienestar encuentra en el peronismo amplios cuestionamientos por no lograr insertarse en las prácticas educativas precedentes.

Entre las reformas administrativas del Estado dirigista, el artículo 111 de la Ley 13.031 dispone la creación del Consejo Nacional Universitario, que estará integrado por los rectores de las todas las universidades nacionales y será presidido por el Ministro de Justicia e Instrucción Pública. Esta institución puede interpretarse como el correlato del verticalismo institucional del peronismo, que moderniza los ámbitos de gestión e impone un rol tutelar sobre las acciones sociales. Así como el aparato burocrático pareciera independizarse de los intereses económicos predominantes, las universidades pierden autonomía y sus fines prácticos cobran supremacía. Es un intento por uniformar y armonizar las diferencias regionales pero también de controlar focos de oposición. Esta ley coloca a los profesionales a disposición del Poder Ejecutivo Nacional, lo que no supone un reconocimiento a la importancia de su capacitación sino una limitación a sus actividades específicas. En la construcción *nacional* y *popular* peronista se reducen

los elementos liberales. La redefinición de las funciones universitarias suponen “afirmar y desarrollar una conciencia nacional histórica, orientando hacia esa finalidad la tarea de profesores y alumnos”, destacando los aspectos autóctonos. Bajo un carácter práctico, el peronismo intenta imponer una política partidista, en especial luego de 1952, cuando el Estado, el gobierno y el partido se identifican.

La FUA se opone al alcance de esta ley y sus reclamos se recogen en la revista *Verbum*, que dejará de editarse en 1948 ante las presiones gubernamentales. Tres años después, se creará la revista *Centro* de igual tendencia. Esta tensión entre oficialismo y oposición se acrecentará el 9 de marzo de 1948 con la creación del Senado Académico, que se compondrá de dos representantes de cada una de las Academias Nacionales y que asesorarán al Subsecretario de Cultura.⁵¹ Como contrapartida, en julio de ese año se aprueba el Plan Analítico de Construcciones Universitarias que beneficia a las seis Universidades Nacionales existentes: Buenos Aires (1821), La Plata (1905), Litoral (1919), Córdoba (1613), Tucumán (1921) y Cuyo (1938). Con un presupuesto de 35.000.000 m\$,n, permite la construcción de nuevas facultades, en consonancia con la voluntad del Poder Ejecutivo Nacional.⁵² El carácter práctico impuesto se refleja en la creación de la Universidad Obrera Nacional, cuyo funcionamiento se fija en octubre de 1952 a través del decreto 8.014. Para 1949 se crea la Subsecretaría Universitaria en la Secretaría de Educación, con el fin de controlar “las relaciones de orden jerárquico, administrativo y técnico, que deben observar las universidades nacionales entre sí y con esa Secretaría de Estado.”⁵³

Estas transformaciones se cristalizan con la reforma constitucional de 1949 que convierte a la cultura en un *bien común*. Arturo Sampay, alma mater del nuevo texto constitucional refine el rol de las altas casas de estudios vinculadas a la Patria y no como templos que buscan la verdad. Se le asigna a la universidad el rol de formador de una clase dirigente de carácter peronista donde “la formación política de todos los universitarios, cualesquiera sean sus estudios profesionales, debe constituir el basamento espiritual de la Universidad, porque de lo contrario ésta no será más que la centralización burocrática de las distintas Facultades”.⁵⁴ En la Constitución de la Nueva Argentina se limita aún más la autonomía universitaria “dentro de los límites establecidos por una ley especial que reglamentará su organización y funcionamiento”, creando regiones universitarias que reducen su ámbito de influencia. La autonomía se reducirá aún más con la ley 14.184 de 1952 que obliga el dictado de *Cursos de Formación Política* que consisten repetir la doctrina peronista. El peronismo “quiso ‘peronizar’ la Universidad en lugar de nacionalizarla.”⁵⁵

A su vez, la Ley 14.007 de 1950 decreta la reorganización de las universidades populares y coloca a las Academias Nacionales bajo la órbita del Poder Ejecutivo Nacional. Es una ampliación de las funciones estatales en relación al conocimiento y la cultura pero también una intervención directa con fines políticos que busca reducir los focos opositores. En concordancia con el verticalismo de la estructura administrativa peronista se crea el Consejo Académico Nacional, a través del decreto 7500 de 1952, que estará presidido por el Ministro de Educación y Justicia y conformado por los

presidentes de las academias nacionales y el rector de la UBA, el doctor Carlos Bancalari. La reducción de la autonomía universitaria se combina con la preocupación por la coordinación de los planes de estudios y la uniformidad de las condiciones de ingreso para intentar un *reducto oligárquico* en una institución al *servicio del pueblo*.

Estas transformaciones del ámbito universitario también intenta satisfacer las demandas de la estructura administrativa que debe dar cuenta de las nuevas funciones estatales de una sociedad que se complejiza y necesita un mayor número de especialistas. El Estado debe ser concebido como un ámbito político pero también como un espacio de socialización donde se canalizan y reflejan las relaciones de poder imperantes. El Estado se transforma en “una medida determinante a la producción y la reproducción de los instrumentos de construcción de la realidad social.”⁵⁶ Esta importancia simbólica se vincula con la actualización y resignificación de los elementos culturales disponibles. Es interpretación cercana a la sociología culturalista de Pierre Bourdieu que permite destacar los aspectos simbólicos del poder. Es un abordaje que complementa a la sociología figuracional y da cuenta del vínculo entre la estructura administrativa peronista y el sistema educativo como productor de elementos culturales y conocimientos que fundamentan el orden social. En este sentido el diputado peronista y profesor de Economía Política John William Cooke sostiene en 1952 la importancia que tiene la universidad en la formación de técnicos, a la vez que “reivindica el estudio de la realidad y no el recurso a una “mentalidad libresca y teórica.”⁵⁷

La importancia del sistema universitario se incrementa con el crecimiento de la demanda de profesionales especializados cuyos saberes son un insumo fundamental del Estado dirigista y planificador. Sin los técnicos la combinación entre carisma y burocracia no podría contar con el alcance nacional y la articulación institucional necesaria para llevar a cabo las decisiones políticas. El aumento del tamaño del Estado es resultado de la complejización de la sociedad Argentina desde la década de 1930. Como ejemplo puede citarse el caso del Teniente General e Ingeniero Juan Pistarini quien ocupara la cartera de Obras Públicas en 1935, durante la presidencia de Justo, y luego en 1944. En sus gestiones se construyó el aeropuerto internacional de Ezeiza, se paliaron los efectos del terremoto de San Juan de 1944, se construyeron gran cantidad de cuarteles y escuelas militares, así como un gran número de hoteles ideados por el gobierno peronista. Su nombramiento marca un quiebre en el profesionalismo del funcionariado argentino en tanto que “hasta el nombramiento del general Pistarini, que era un ingeniero militar, todos los anteriores ministros de Obras Públicas habían sido abogados. A partir de Pistarini, los ministros del ramo y de las secretarías dependientes serían ingenieros.”⁵⁸ Con el peronismo en el poder, en 1946, también ocupa el Ministerio de Hacienda Ramón Cereijo, el primer contador público nacional ya que hasta entonces esta cartera estaba en manos de abogados. La profesionalización de la estructura administrativa da cuenta de la complejización de la configuración argentina donde el Estado compete con otras instituciones por resolver las demandas sociales a través de la gubernamentalidad sobre la que teoriza Michel Foucault.

El dirigismo al que es sometido el sistema universitario también puede ser interpretado como un medio, entre otros, que utilizan los gobernantes para limitar focos opositores y justificar su posición de privilegio a través de una complejización del fundamento del orden social. En esta revalorizada importancia del conocimiento técnico pueden esconderse patrones de reproducción de las relaciones de poder y nuevas alianzas de clase. La intervención a la universidad complementaría el vínculo del peronismo con el *pueblo trabajador* como actor político. Es necesario destacar que estos aspectos simbólicos del poder también se combinan con medidas dirigistas concretas que significan la creación desde 1946 de 15 nuevas facultades y un incremento del presupuesto universitario, que pasa de 48.000.000 \$ para ese mismo año a 256.000.000 \$ para 1950.⁵⁹

Durante el peronismo el número de alumnos se eleva de 49.000 a 96.000, aunque este aumento exponencial en las tasas de ingreso no se traduce en un incremento en la cantidad de egresados. El decreto 29.337 de 1949 da cuenta de esta preocupación, al promover el ingreso irrestricto y suprimir los aranceles y los exámenes de ingreso. En este sentido puede afirmarse que “mientras en la enseñanza media comenzó a manifestarse la presencia de alumnos de origen obrero o de baja clase media, el efecto democratizador sobre la Universidad fue más débil y, temporalmente, más lento”.⁶⁰ Este intento del peronismo por masificar el ingreso a la universidad para acelerar la consolidación de “la formación de la conciencia nacional en la juventud: las clases sociales se mezclarían en la universidad abierta al pueblo pobre y los hijos de los antiperonistas conocerían los dramas de la población real por intermedio de los hijos de los trabajadores peronistas.”⁶¹

Para el Estado peronista, las universidades no son las únicas usinas de conocimiento científico. El primero de mayo de 1951, el Presidente Perón crea, mediante 9.695 el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) para coordinar de modo dirigista las investigaciones científicas que los distintos institutos, universidades y centros científicos desarrollan. Este organismo centraliza la orientación y coordinación de la actividad científica, dando cuenta de su complejización y destacando sus funciones técnicas.⁶² El carácter político que caracteriza al Estado de Bienestar teorizado por Luhmann también se introduce en el modo en que se desarrolla la ciencia argentina.

El carácter práctico que intenta imponer el peronismo a los cursos universitarios provocan la renuncia de un gran número de docentes, que son reemplazados por

“profesores e investigadores que venían desarrollando su actividad profesional en la misma Universidad pero en posiciones y cargos subalternos desde la década de 1930, como fue el caso de muchos profesores adjuntos y ayudantes; pero también se promovieron a esos cargos a quienes sólo detentaban como antecedentes adscripciones a cátedras y a otros que carecían de vinculación efectiva con la actividad universitaria en los años previos.”⁶³

Estas tensiones conforman una configuración como un proceso dinámico y por esta característica la sociología figuracional puede dar cuenta de sus particularidades.

Poder y conocimiento

El peronismo propone una original mixtura entre carisma y burocracia para fundamentar el orden social, reflejando el carácter complejo y dinámico de las relaciones de poder. Luego de trece años de fraude electoral, el retorno de la actividad política se transforma en el monopolio de la canalización de las demandas sociales a través de las estructuras administrativas estatales, que ya han adquirido un *ethos* característico. La complejización de la sociedad argentina desde la década del 30, con sus alianzas de clases, sus migraciones internas, su mercado interno y su industrialización por sustitución de importaciones resulta en nuevos actores sociales que, paulatinamente, demandan representación política y que el peronismo identificara con *el pueblo trabajador*. El Estado interpela a los ciudadanos como trabajadores y desde este rol apela a ellos como fundamento del orden social que resultan en políticas públicas específicas.

En la estructura dirigista del peronismo, como una ampliación y autonomización de la Estado interventor que se desarrolla entre 1930 y 1943, se reconocen las particularidades políticas y el carácter compensador que Niklas Luhmann subraya en el Estado de Bienestar. Estas nuevas preocupaciones estatales, que originan nuevas áreas administrativas y resultan en novedosas funciones, permiten un vínculo directo entre gobernantes y gobernados a través de la estructura administrativa. El Estado adquiere carácter dual, al ser fin y medio de las relaciones de poder imperante. Éstas adquieren un carácter potencial ante la complejización del fundamento del orden social.

Los aspectos concretos y simbólicos del poder deben dar cuenta del nuevo vínculo entre gobernantes y gobernados. El Estado de Bienestar debe abarcarlo todo y por este motivo, su carácter práctico supone una estructura administrativa moderna en donde el conocimiento técnico es un insumo insustituible. El fundamento del orden social que consolida el peronismo supone una activa resignificación de los elementos culturales disponibles que dote de mayor efectividad al aparato estatal. El monopolio de la canalización de las demandas sociales supone un rol tutelar en relación a los procesos de psico y sociogénesis que delimitan la relación entre gobernantes y gobernados.

Así como el peronismo intenta producir modificaciones radicales en las funciones que debe llevar a cabo el Estado, éstas no suponen transformaciones revolucionarias en la estructura social. No se cuestiona el modelo productivo sino que se propone una redistribución del ingreso orientada desde el Poder Ejecutivo Nacional. Para llevar a cabo estos cambios, es necesario incorporar a la vida política ciertos elementos culturales que estaban fuera de ella. Ingresan en los ministerios a importantes figuras del ámbito sindical para dar respuesta a la cuestión social, a través del aumento nominal de salarios pero sin implicar mayores transformaciones en los ámbitos laborales. El Bienestar se convierte en Justicia social aumenta sus implicancias compensatorias y se resignifican los elementos simbólicos que delimitan la relación entre gobernantes y

governados. Las políticas públicas promueven la gubernamentalidad sobre la que teoriza Foucault, constituyendo ciudadanos desde el Estado.

En el ámbito de estas transformaciones las Universidades Nacionales se constituyen en un bastión de resistencia para las prácticas liberales que delinearón la vida política y cultural argentina desde, al menos, 1880. El aumento en la capacidad interpelativa del Estado liderado por Juan Domingo Perón, que posibilita la expresión de un movimiento masas, encuentra serios límites en los ámbitos educativos. Profesores y estudiantes se aglutinan en las instituciones de enseñanza superior para mostrar su descontento ante el carácter práctico que intenta imponer el peronismo denotando el alcance político de estas transformaciones.

Los límites a la *Justicia social* propios de las prácticas universitarias, reflejan el carácter flexible pero delimitado de la configuración imperante. El saber no sólo se convierte en fundamento del orden social sino que demuestra que su alcance va más allá de los conocimientos técnicos que alimentan a una estructura administrativa moderna y ampliada. En este sentido puede afirmarse que las políticas peronistas van más allá del carácter compensatorio que Niklas Luhmann identifica con el Estado de Bienestar, transformando la asimetría de las relaciones de poder imperantes e incrementando su capacidad interpelativa.

La internalización de nuevas pautas de comportamiento como fundamento del orden social, muestran sus límites en el ámbito universitario, subrayando su carácter aglutinante de los sectores opositores el peronismo. El abordaje sociológico propuesto da cuenta de la interacción entre la internalización de las normas sociales y las estructuras administrativas estatales para fundamentar el orden social. Lejos del lema opositor dirigido al peronismo: “alpargatas sí, libros no”,⁶⁴ el Estado Benefactor rescata la cultura popular, la enseñanza técnica y a las universidades nacionales como instituciones capaces de generar un conocimiento práctico y de transferencia socioeconómica inmediata, capaz de asegurar el ascenso social, más allá del autoritarismo, la demagogia y el verticalismo político que fraccionaría a la sociedad argentina por largo tiempo.

Notas e referências

¹ Alain ROUQUIÉ, *Poder militar y sociedad política en la Argentina II. 1943-1973*, Buenos Aires, Emecé Editores, 1981, p. 9.

² Louise DOYON, “La formación del sindicalismo peronista”, Juan Carlos TORRE (director del tomo), *Nueva historia argentina. Los años peronistas (1943-1955)*, Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2002, p. 371.

³ Para mayores referencias al conjunto de prácticas que consolida el proceso de racionalización de la vida moderna del Estado burocrático, ver Paul Du GAY, *En elogio de la burocracia. Weber, Organización, Ética*, Madrid, Siglo XXI, España, 2012.

⁴ Daniel CAMPIONE, *Orígenes estatales del peronismo*, Buenos Aires, Miño y Dávila SRL, 2007, pp. 110-1.

⁵ Rouquié, Alain: *Poder militar y...*, cit., p.50.

⁶ Hugo Del CAMPO, *Sindicalismo y peronismo. Los comienzos de un vínculo perdurable*, Buenos Aires, Clacso, 1983.

-
- ⁷ Michel FOUCAULT, *Nacimiento de la biopolítica. Curso en el Collage de France (1978-1979)*, Buenos Aires, FCE, 2012.
- ⁸ Miguel MURMIS y Juan Carlos PORTANTIERO, *Estudios sobre los orígenes del peronismo*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores Argentina, 2004, edición definitiva, p.77.
- ⁹ Vera WEILER (comp), *Figuraciones en proceso*, Colombia, Utópica Ediciones, 1998.
- ¹⁰ Norbert ELIAS, *El proceso de la civilización. Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*, Colombia, FCE, 1997.
- ¹¹ Natalie HEINICH, *Norbert Elias. Historia y cultura en Occidente*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1999, p.15.
- ¹² Norbert ELIAS *Sociología Fundamental*, Barcelona, Gedisa Editorial, Segunda Reimpresión, 1999.
- ¹³ Johan GOULDSBLOM, “La teoría de la civilización: crítica y perspectiva”, en Vera WEILER (comp), *Figuraciones en... cit.*, pp. 46-7.
- ¹⁴ Stanislas FONTAINE, “The Civilizing Process Revisited: Interview with Norbert Elias”, *Theory and Society*, Vol. 5, No. 2, 1978, p.251
- ¹⁵ Gordon FYFE, “Violence and Civilization: An Introduction to the Work of Norbert Elias by Jonathan Fletcher”, *The British Journal of Sociology*, Vol. 49, No. 2, 1998, p. 330.
- ¹⁶ Niklas LUHMANN, *Teoría política en el Estado de Bienestar*, Madrid, Alianza Universidad, 2007, p.43.
- ¹⁷ Gina ZABLUDOVSKY KUPER, *Modernidad y globalización*, México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, 2010, p.106
- ¹⁸ Catherine COLLIOT-THÉLENE, “De una modernidad política a otra. Los análisis weberianos de la política frente a la prueba de la mundialización”, Michael LÖWY (coord.), *Max Weber y las paradojas de la modernidad*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 2012, pp.127-8.
- ¹⁹ Reinhard BENDIX, *Max Weber*, Buenos Aires: Amorrortu Editore, 2000, p.361
- ²⁰ Michael LÖWY (coord.), *Max Weber y las paradojas de la modernidad*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 2012, p. 9.
- ²¹ Ernest GELLNER, *Naciones y nacionalismo*, Buenos Aires, Alianza Editorial, 1994, p.13
- ²² *Ibid.*, p.20
- ²³ *Ibid.*, pp.176-7
- ²⁴ Niklas LUHMANN, *Teoría política en...*, cit., p. 37.
- ²⁵ Para mayores detalles del vínculo del Estado con otras instituciones que forman parte del entramado social ver: Joel S. Migdal, *Estados débiles. Estados fuertes*, México, FCE, 2011.
- ²⁶ Enzo TRAVERSO, *La historia como campo de batalla. Interpretar las violencias del siglo XX*, Buenos Aires, FCE, 2012, p. 218.
- ²⁷ Niklas LUHMANN, *Teoría política en...*, cit., p. 49.
- ²⁸ Emilio De IPOLA, *Ideología y Discurso Populista*, Buenos Aires: Folios, 1983.
- ²⁹ Niklas LUHMANN, *Teoría política en...*, cit., p.24.
- ³⁰ *Ibid.*, pp.32-3
- ³¹ Juan Carlos TORRE, “Introducción a los años peronistas”, Juan Carlos TORRE (director del tomo), *Nueva historia argentina...*, cit., p.56.
- ³² Partido Peronista, Consejo Superior, *El manual del peronista*, Buenos Aires, Ediciones Los Coihues, 1988, p.7.
- ³³ *Ibid.*, p.13.
- ³⁴ Jose Luis De IMAZ, *Los que mandan*, Buenos Aires, Eudeba,1972, pp.140-1
- ³⁵ Para mayores detalles de la relación entre los intelectuales y el *pueblo* se recomienda: Carlos ALTAMIRANO, “Intelectuales y pueblo”, en Carlos Altamirano (Ed.), *La Argentina en el siglo XX*, Buenos Aires, Ariel/ Universidad nacional de Quilmes, 1999, pp. 314-324.
- ³⁶ Artiz RECALDE e Iciar Recalde, *Universidad y liberación nacional. Un estudio de la Universidad de Buenos Aires durante las tres gestiones peronistas: 1946-1952, 1952-1955 y 1973-1975*, Buenos Aires, Nuevos Tiempos, 2007, p.68.
- ³⁷ Osvaldo F. GRACIANO, “La Universidad Argentina durante los primeros gobiernos peronistas (1945-1955)”, Noemí M. GIRBAL-BLACHA, Osvaldo F. GRACIANO, Talía GUTIÉRREZ y Adrián G.

-
- ZARRILLI, *Perfiles históricos de la Argentina Peronista (1946-1955). Intelectuales, política y discurso*, Buenos Aires, Ediciones Al Margen, 2005, pp. 74-5.
- ³⁸ Carlos MANGONE y Jorge A. WARLEY, *Universidad y peronismo (1946-1955)*, Buenos Aires, CEAL, 1984, Biblioteca Política Argentina 83, pp. 24-25. Félix LUNA, *El 45*, Buenos Aires, Sudamericana, 1971.
- ³⁹ Federico NEIBURG y Mariano B. PLOTKIN, *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en la Argentina*, Buenos Aires: Editorial Paidós, 2004, pp.170-173.
- ⁴⁰ Osvaldo F. GRACIANO, “La Universidad...”, cit., pp. 56-7.
- ⁴¹ Entre el 17 de octubre de 1941 y el 30 de julio de 1943 por el premio nobel, el Dr. Carlos Saavedra Lamas y luego por los interventores Dr. David Arias (10-03-1944 a 18-05-1944) ,Dr. Carlos Obligado (19-05-1944 a 31-08-1944) ,Dr. Carlos Waldorp (30-10-1944 a 16-02-1945), Dr. Horacio Rivarola (27-04-1945 a 2-05-1946) Dr. Oscar Ivanissevich (4-05-1946 a 5-06-1949), Arq. Julio Otaola (6-06-1949 a 12-06-1952), Dr. Carlos Bancalari (13-06-1952 a 16-10-1953) y Dr. Jorge Taiana (4-11-1953 a 3-06-1955).
- ⁴² Cámara de Senadores de la Nación, *Diario de sesiones*, 1947, t. 1, p. 10.
- ⁴³ Artiz RECALDE y Iciar RECALDE, *Universidad y liberación nacional. Un estudio de la Universidad de Buenos Aires durante las tres gestiones peronistas: 1946-1952, 1952-1955 y 1973-1975*, Buenos Aires, Nuevos Tiempos, 2007, p. 70.
- ⁴⁴ Girbal-Blacha, Noemí M.: “Intelectualidad y política. Los intelectuales vistos a través del discurso peronista (1946-1955)” en Girbal-Blacha, Noemí; Graciano Osvaldo F.; Gutiérrez Talía V. y Zarrilli, Adrián G.: *Perfiles históricos de la Argentina Peronista (1946-1955). Intelectuales, política y discurso*, Buenos Aires, Ediciones Al Margen, 2005, p. 49.
- ⁴⁵ Graciano, Osvaldo Fabián: “La Universidad...”, cit., p.77, cit.
- ⁴⁶ *Leyes y Decretos Nacionales*, 1947, Buenos Aires, 1948, vol. 1, pp. 377-411.
- ⁴⁷ Artiz RECALDE e Iciar Recalde, cit., p.24.
- ⁴⁸ *Ibid.*, p.55.
- ⁴⁹ Osvaldo Fabián GRACIANO, “La Universidad...”, cit., p.61.
- ⁵⁰ Juan Domingo PERON, *La fuerza es el derecho de las bestias*, Montevideo, Ediciones Cicerón, 1958, p.45.
- ⁵¹ *Leyes y Decretos Nacionales*, Buenos Aires, vol.1, 1948, p. 574.
- ⁵² *Leyes y Decretos Nacionales*, Buenos Aires, vol.2, 1948, pp. 899-900
- ⁵³ *Leyes y Decretos Nacionales*, Buenos Aires, vol. 1, 1949,pp. 169-170; vol. 2, p.396 (decreto 16960 del 22/julio/1949).
- ⁵⁴ Arturo Enrique SAMPAY (recopilación, notas y estudio preliminar), *Las constituciones de la Argentina (1810/1972)*, Buenos Aires, EUDEBA, 1975, pp.510-512.
- ⁵⁵ Horacio MACEYRA, *La segunda presidencia de Perón*, Buenos Aires, CEAL, Biblioteca Política Argentina 51, 1984, p.109.
- ⁵⁶ Christiane CHAUVIRÉ y Oliver FONTAINE, *El vocabulario de Bourdieu*, Buenos Aires, 2008, p.62
- ⁵⁷ Noemí M. GIRBAL-BLACHA, *Intelectualidad y...*, cit., pp. 48-9.
- ⁵⁸ Jose Luis De IMAZ, *Los que...*, cit., p.26.
- ⁵⁹ Cámara de Senadores de La Nación, *Diario de sesiones*, 1951, t. 1, p. 36. *Leyes y Decretos Nacionales*, 1951, Buenos Aires, 1951, vol. 1, p. 202; vol. 2, pp. 369-371
- ⁶⁰ Juan Carlos TEDESCO, “La educación argentina entre 1930 y 1955”, *Primera Historia Integral 57*, Buenos Aires, CEAL, 1980, p. 121.
- ⁶¹ Artiz RECALDE e Iciar Recalde, , cit., p. 35.
- ⁶² *Leyes y Decretos Nacionales*, 1951, Buenos Aires, La Facultad, s/f, pp.446-448.
- ⁶³ Graciano, Osvaldo Fabián: “La Universidad...”, cit., p.71.
- ⁶⁴ Alpargatas es la marca comercial de un tipo de calzado económico de lona y sogá de uso popular.

História Intelectual e História Política: Teoria e Método

Gizlene Neder*
Gisálio Cerqueira Filho**

I

O presente trabalho visa discutir a relação História Intelectual e História Política no Brasil a partir de um programa acadêmico analítico de ciência política (teoria política clássica) ministrado no semestre letivo de março a julho de 2002, na Universidade Federal Fluminense (UFF). O foco é uma ementa que consideramos inovadora. Tendo em vista a relação entre economia e política na atualidade, foi dada ênfase ao pensamento político burguês em França (séc. XVII), onde a tese de que a existência de um *mercado perfeito* supunha a existência de um *tirano perfeito*. Foram buscadas convergências entre as ideias de São Tomás de Aquino (tomismo) e as concepções burguesas do tipo *modelo de príncipe* (tirano perfeito). O curso visava, a partir do pensamento político considerado clássico, uma abordagem interdisciplinar capaz de relacionar Teoria Política, História Intelectual e História Política.

Desejamos confrontar perspectivas epistemológicas e práticas acadêmicas nas últimas três décadas que configuram as análises no campo da ciência política e História Política na América Latina. O embate intelectual recorrente tem implicado uma perspectiva mais analítica, de um lado, contra outra vinculada à história das ideias políticas e filosóficas. Entretanto, tal confronto não deve impedir uma perspectiva analítica capaz de dar conta das relações de força em jogo e também contemplar a historicidade dos conceitos. Sugere-se a hipótese da presença recorrente da escolástica no campo da ciência política na América Latina.

Consideramos que as ciências sociais no Brasil, tenham sido focadas a partir dos autores considerados *clássicos* (Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber). Isso é constitutivo do campo intelectual das ciências sociais na América Latina em geral e no

* Professora Associada da Universidade Federal Fluminense, Laboratório Cidade e Poder, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História.

** Professor Titular da Universidade Federal Fluminense, Laboratório Cidade e Poder, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política.

Brasil em particular.¹ Tal postura orientou o ensino de um repertório de autores eleitos pelo historicismo iluminista que formou o campo na Europa, entre fins do século XVII e o século XIX. Contudo, se o repertório de autores da ciência política implicou uma seleção feita a partir do olhar iluminista, a constituição do político que emerge da religião (a teologia) consolida-se na escritura de filósofos que deram autonomia ao político entre os séculos XVI e XVII, como interpreta Louis Dumont.² Há aqui um entrelaçamento de olhares e sentidos. Pensamos, portanto, que a própria visão destes *clássicos* passa por clivagens (inclusive aquelas que definem a seleção e a tradução para línguas modernas de autores que escreveram em latim). De modo que a censura iluminista desqualificou autores extremamente importantes para o entendimento do campo político, seja na América Latina, seja no Brasil, no tempo presente. Para ficarmos por um único exemplo, Baruch Spinoza. Tal desqualificação não dificultou, antes facilitou uma presença de longa duração constituída pelas ideias de São Tomás de Aquino, que vamos chamar *tomismo* (Hipótese 1). Precisamente porque excluídas do olhar iluminista, elas permaneciam à sombra das ideias dominantes; porém, influenciando poderosamente. Salvo exceções, o empreendimento da terceira escolástica (desde o Concílio Vaticano I, 1870), sobretudo a partir das universidades ibéricas de Coimbra e Salamanca, não foi registado como marcação contundente no pensamento político latino-americano.³ Contudo, essa é uma das nossas hipóteses: a presença difusa e recorrente da escolástica no campo do pensamento social, inclusive da ciência política (teoria política) e da História Política, na América Latina.

A outra hipótese diz respeito à predominância de uma história das ideias filosófico-políticas ou mesmo das ideias jurídico-políticas na constituição seja do pensamento social, seja da teoria política ou ainda de uma História Política (com ênfase nas ideias) na América Latina. Em todos os casos, há uma dívida para com a teologia política, no sentido mais amplo (Hipótese 2). Tal procedimento pedagógico coincidiu com a pauta da terceira escolástica.⁴

Na Universidade de Coimbra, cujo padrão de ensino influenciou o pensamento político e a história política, temos um exemplo eloquente: as aulas de Manuel Paulo Merêa (1889-1977)⁵ abordaram com destaque, no início do século XX, três autores do pensamento político europeu do século XVII: Francisco Suárez (1548-1617), Hugo Grócio (1583-1645) e Thomas Hobbes (1588-1679). E mais dois outros, com menos destaque: Samuel von Pufendorf (1632-1694) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). O objetivo apresentado por Paulo Merêa na introdução do texto mais elaborado, *Suárez, Grócio e Hobbes*, é preencher o vácuo promovido pela transição das ideias pré-modernas (primeira escolástica, contexto de São Tomás de Aquino, século XIII) para as ideias modernas propriamente ditas.⁶

Algo similar ocorria por toda a América Latina de influência hispânica. Sublinhe-se aqui que o modo epistemológico do procedimento de Paulo Merêa resgatou o jesuíta Francisco Suárez (segunda escolástica) e estabeleceu uma continuidade entre as três escolásticas, projetando o tomismo para o século XX. Em Paulo Merêa isto está claro. Todavia, nem sempre na influência discreta que vem a exercer, e desde a área do Direito e das Letras, é visível na ciência política praticada na América Latina.

A obra *Suárez, Grócio e Hobbes* é paradigmática. Mas também noutros textos de Paulo Merêa, o pensamento político é enfocado a partir da história das ideias filosóficas. Designadamente:

1) *Suárez, jurista. O problema da origem do poder civil*⁷, publicado em 1917, editado pela Revista da Universidade de Coimbra (volume VI), tendo sido apresentado num congresso internacional realizado na cidade de Granada (Espanha), no mesmo ano, para as comemorações do tricentenário da morte de Suárez.

2) “A origem do poder civil em Suárez e Pufendorf (Escolástica e Jusnaturalismo)”⁸, cujo título original – *Escolástica e Jusnaturalismo* – foi publicado no *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra* (volume XIX) em 1943.⁹

3) “O legislador de J. J. Rousseau”, este um texto inédito, datado de 1967, que recebeu uma publicação póstuma, dirigida pelo seu neto, o jurista José Manuel Merêa Pizarro Beza.¹⁰

O encaminhamento da análise de Merêa com referência à história das ideias políticas dos três autores no texto de 1941 foi norteado pela busca de suas concepções sobre as ideias de Estado, de soberania e de comunidade internacional.

Se tivermos em mente o contexto histórico da elaboração desde grande "livrinho" de Merêa, não nos olvidaremos de que a Europa estava, em 1941, mergulhada na Segunda Grande Guerra, e que a radicalização política entre as forças nazi-fascistas e comunistas era exaltada. Assim, é que Merêa afirma sobre o século XVII:

"Seria impossível condensar em uma fórmula a fisionomia desta era de renovação. As doutrinas surgem e desenvolvem-se num ambiente tormentoso, através de uma agitada luta de ideias, em regra como reflexo do grande conflito religioso. Tudo aí se acha representado, desde a monarquia de direito divino até às teses atrevidas dos chamados monarcômacos".¹¹

Interpretaremos o uso do vocábulo, *monarcômaco*, muitas vezes referido por Merêa. Importa-nos reter que a expressão, no contexto histórico e ideológico português, no qual se encontravam mergulhadas as lutas políticas e ideológicas entre republicanos e monarquistas; cada um destes campos possuía vários matizes, e, pelo que deduzimos, aponta para uma clara filiação monarquista do autor.

Merêa expressa ainda sua admiração por Francisco Vitoria, que, da Espanha, e de *forma brilhante* (segundo ele), prosseguia desenvolvendo e adaptando o legado tomista.¹² Conclui, contudo, que a expressão mais acabada desta *adaptação* se expressa na obra de Francisco Suárez, *De Legibus*.¹³ Dá a esta obra um tratamento de pensamento político exemplar, deslocando-a de seu lugar de teologia política, tal como comumente vinha sendo classificada pelos intérpretes do iluminismo. Esse aspecto é muito mais significativo do que se supõe, pois tem uma implicação clara na absorção futura pelo próprio iluminismo de aspectos da teologia política como sintoma de permanência histórica longa duração.¹⁴

Há uma afirmação de Merêa que merece ser ressaltada, pois constitui um indício importante acerca de si: nosso autor lamenta profundamente o destino que foi dado ao livro de Suárez: às prateleiras de bibliotecas; enquanto que a obra de Grócio, de menos alcance filosófico (no seu entendimento) em relação às formulações no campo da filosofia política, foi bem recepcionada. Na base do confronto entre os gigantes do

século XVII, aí incluído Hobbes, (além da avaliação da qualidade da prática de filosofar de cada um), para Merêa, confrontavam-se, ainda, as subculturas político-religiosas que se distinguiam dentro da cristandade ocidental: o catolicismo (peninsular) e os protestantismos das duas emergentes *potências marítimas*.¹⁵ Holanda e Inglaterra. Ainda que estejamos falando de um tempo histórico iluminista (aquele de meados do século XX), estas questões não estavam, de todo, ausentes da perspectiva analítica dos historiadores; ou de qualquer outro campo dos estudos humanistas. Não somente porque a formação ideológica portuguesa vivenciava esta questão na primeira metade do século XX com um debate vigoroso e ruidoso, quanto pelo fato de em Portugal (como no Brasil) a *questão religiosa*, iniciada em meados do século XIX, estender-se para o século XX. Especialmente na conjuntura de radicalização anticlerical da reestruturação do Estado sob a forma republicana – em Portugal, como no Brasil. Ademais, do ponto de vista das inovações epistemológicas e temáticas que ocorrem no início do século XX na Europa, não podemos esquecer que Marc Bloch (outro fundador da *École des Annales*), morto pelos nazistas no início da década de 1940, tinha em sua pauta temática o estudo da história antropológica da religiosidade popular. Sua pesquisa mais detalhada sobre o tema implicou o estudo da taumaturgia dos reis franceses e ingleses. Como também não podemos deixar de mencionar a inclusão da religião na pauta temática da reflexão de Max Weber, especialmente em relação à construção do conceito de legitimidade; para citar uns poucos exemplos. Sem contar, evidentemente, que a *questão religiosa*, tal como tratada no campo político brasileiro (e também lusitano), em fins do século XIX não se confinaria aos embates político-religiosos monárquicos e invadiria o período republicano (nos dois países). Se retomarmos neste ponto o empenho de Merêa na confrontação do positivismo e do evolucionismo - paradigma razoavelmente hegemônico no início do século XX - completamos este quadro.

Destaque-se o facto de que Paulo Merêa foi estudante na Universidade de Coimbra, tendo estudado com os (então) jovens António de Oliveira Salazar (1889-1970) e Manuel Gonçalves Cerejeira (1888 -1977), todos muito católicos. Se um se tornou ditador, exercendo a governação totalitária entre 1932 e 1968 em Portugal, o outro veio a ser, como teólogo e cardeal da Igreja Católica, o artífice da influência do catolicismo romano na sociedade portuguesa do longo século XX. Embora muito mais prudente e discreto (nos termos de Baltazar Gracián¹⁶), Paulo Merêa foi o intelectual que realizou o projeto de secularização do pensamento político na modernidade ibérica, sem que este processo pudesse ser considerado de laicização.¹⁷

Conquanto na América portuguesa predominasse a influência da Universidade de Coimbra, na América hispânica predominava a influência da Universidade de Salamanca.

Mas Coimbra e Salamanca convergiam nas lições sobre a terceira escolástica. Um pouco em todo o lugar latino-americano onde houvesse uma universidade ou faculdade de ciências sociais ou humanidades, essa foi a marca que ainda perdura: o pensamento social e político, bem como a teoria política e a história política deixavam-se atravessar por uma genealogia das ideias filosóficas com forte acento jurídico, tanto da escolástica quanto do direito canônico. Não partilhamos, entretanto, dos excessivos cuidados dos historiadores das ideias de corte iluminista em afirmar as diferenciações entre a teologia

e a filosofia (especialmente aqueles cujas produções inserem-se no século XIX e início do XX). Tais cuidados foram resultantes do forte anticlericalismo de algumas posições iluministas, contrastivas em relação ao chamado *antigo regime*; com o qual associavam o atraso, o obscurantismo, o clericalismo, o monarquismo, etc. Seja na nomeação de aspectos de “filosofia política”, no pensamento político de Francisco Suárez, seja na identificação de aspectos de permanência histórica de longa duração da cultura religiosa católico-romana ao longo dos séculos do auge do iluminismo (séculos XIX e XX), tentamos uma distância prudente em relação ao debate ideológico, filosófico e religioso nos marcos do enquadramento do movimento terceiro-escolasticista.¹⁸ Claro está que pensamos este distanciamento como o que é possível, dentro da produção da análise social das ideologias, neste início do século XXI. Estamos, portanto, atentos às implicações do sujeito de análise com o objeto de análise. Sobretudo porque estamos atentos ao quanto as formações inconscientes estão presentes no discurso político¹⁹. Também o quanto o tomismo (e/ou o neotomismo) são fortes e presentes no campo intelectual brasileiro, do qual fazemos parte; tanto quanto no português, no qual o autor que analisamos estava inscrito. Ao mesmo tempo, esforçamo-nos para não desconhecer a contribuição do pensamento político de Suárez para a formulação da conceituação moderna sobre o campo político. Esta nossa posição aproxima-se da argumentação filosófica de Slavoj Žižek, quando busca capturar os efeitos políticos das práticas ideológicas religiosas no *The Fragile Absolute or Why the Christian Legacy Worth Fighting for?*.²⁰ Sem aderir filosoficamente às concepções sobre a natureza divina do poder, Slavoj Žižek ressalta os efeitos políticos e ideológicos referidos a tolerância política e religiosa possível de ser capturada através de interpretações, e de apropriações não fundamentalistas, do pensamento paulino.²¹ Para Žižek, há uma possibilidade filosófica referida ao superego feminino, inscrito na construção teológico-política paulina. Esta é vista como marcada pela ideia de *renúncia* que poderia ser trabalhada politicamente (por suposto) tendo em vista a conjuntura histórica de muita radicalização política baseada em extremismos de intolerância religiosa. A interpretação de Slavoj Žižek dialoga com a proposta de Alain Badiou que se propõe a fazer uma análise do dispositivo da fé cristã a partir do imaginário construído pela prática política paulina que propicia a universalidade;²² para Badiou, as epístolas são passíveis de uma leitura de conjuntura política.

Jacques Lacan, com argúcia, identificou para além da América Latina, o tomismo como sintoma, na cultura do cristianismo ocidental e não só. Também Sérgio Buarque de Holanda, na primeira metade do século XX, depois de um flerte com o modernismo²³, afastou-se dele e preferiu enfatizar a crítica (embora sutil) à escolástica. Nas cartas trocadas por Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda, entre 1922 e 1944, o conflito entre a *expressão* e a *ordenação* expõe, no centro do debate político, o indivíduo ameaçado por forças que o transcendem. Daí “a importância, no ensaio clássico de Sérgio Buarque, da crítica à recuperação anacrônica da Escolástica pelo pensamento conservador, que nos anos 30 viria a alimentar um veio católico de direita”.²⁴

Jacques Lacan²⁵ lança mão de um neologismo (*sinthomen*) e da homofonia com a expressão *simptom* para dizer nos últimos anos do seu ensino, que o sintoma não é

apenas uma mensagem cifrada, mas um meio do sujeito organizar o seu gozo (*jouissance*). Ao chamar *sinthomen* ao sintoma, sugere que essa é a razão principal pela qual o sujeito reluta a renunciar ao seu próprio sintoma. Transformado em *sinthomen*, converte-se no pedaço da fantasia no qual o gozo é reeditado na demanda constante do “pedaço do real” contingente em que o desejo fica prisioneiro. A homofonia entre *symptom* (sintoma) e *Saint Thomas* (São Tomás) leva-nos mais longe ainda: acaba por associar diversos significados à síntese entre sintoma e fantasia: São Tomás (de Aquino), o santo homem, o homem santo, o homem artificial, o homem sintético, o homem perfeito, enfim, o super-homem (*superman*). O sintoma enquanto *sinthomen* é uma formação significativa perpassada de gozo: trata-se de um significante na exata medida em que sustenta o goza-o-sentido (*jouis-sense*). Como tal possui um estatuto único. O sintoma concebido como *sinthomen* é, literalmente, a nossa única substância, o único esteio positivo do nosso ser, o único ponto que dá consistência ao sujeito. Quando o sintoma nesta aceção radical se desfaz, isso significa o ato de se deixar levar pela pulsão de morte até à destruição total do universo simbólico.

II

Estabelecidas as duas principais hipóteses de trabalho, passemos a um programa analítico de ciência política (teoria política clássica) ministrado em 2002.1 na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde pretendemos discutir brevemente uma ementa que consideramos inovadora. Tendo em vista as nossas premissas precedentes no que concerne à relação entre economia e política na atualidade, foi dada ênfase ao pensamento político burguês em França (séc. XVII), onde a tese de que a existência de um “mercado perfeito” supunha a existência de um “tirano perfeito”. Foram buscadas convergências entre as ideias de São Tomás de Aquino (tomismo) e as concepções burguesas do tipo “modelo de príncipe” (tirano perfeito).

O curso visou, a partir do pensamento político considerado clássico, uma abordagem interdisciplinar da relação entre teoria e prática política, desenvolvida nos seguintes tópicos e eixos temáticos:

- 1) A *política como arte* versus a *política como missão*: maquiavelismo e tomismo.
- 2) Evocação da emoção e da tragédia na política: Sófocles (Oedipus).
- 3) A matriz da teoria política burguesa: Hobbes e Locke. Rousseau e o exílio da sociedade humana. Absolutismo e liberalismo. O liberalismo radical (Victor Hugo): um exílio glorioso.
- 4) *Mercado perfeito e tirano perfeito*: concepções burguesas de “modelo de príncipe”.
- 5) A crítica revolucionária em Marx e o pessimismo em Max Weber.
- 6) A política como gozo (*jouissance*): sintoma e *sinthomen* em Freud e Lacan.
- 7) Literatura e política: o imaginário em acção.

Iniciar um curso com a proposta *maquiavélica* para a ciência política significa introduzir a problemática do exercício do poder como arte (“política como arte”) contra a “política como missão”. No mote missionário (“política como missão”), introduz-se já o pensamento agostiniano (Santo Agostinho) e a ideia de predestinação. O diálogo de São Tomás com Santo Agostinho é inevitável, pois São Tomás valoriza menos a predestinação e introduz a temática do livre-arbítrio como predominante. Todavia,

pensar a “política como arte” permite-nos evocar a tragédia grega, com Sócrates, por exemplo, mas também com outros autores da Antiguidade (Ésquilo, Eurípedes), chamando-se à atenção para a relação estética & política, para além da ética & política.

Seria demasiado ousado evocar HÍMEROS, essa fusão do Deus grego do sexo (Himeneu) com o Deus grego do amor (Eros)?

Tal abordagem propicia uma discussão muito atual acerca das ambivalências e contradições entre o pensar, o sentir e o agir²⁶. A inovação metodológica no caso concreto é: a) o tratamento dado aos sentimentos, sobretudo às formações inconscientes presentes no discurso político; e b) a hipótese de que “o afeto é político”²⁷. Pode-se falar em inovação metodológica e não apenas em novos objetos teóricos, embora isto também ocorra. No que se refere à matriz teórica do pensamento político burguês, se o ponto de partida é a senha “Hobbes como contraface de Locke” vis-à-vis os interesses da burguesia que está a nascer, o acento analítico vai para os conceitos de *modelo de príncipe e mercado perfeito*. Ao contrário do que se supõe, o princípio tomista inclui menos a questão da liberdade e mais as questões relacionadas com a *perfectibilidade e idealização*.²⁸

Ao *príncipe perfeito e mercado perfeito* correspondem a *família perfeita, a perfeita casada, o código completo*, etc.²⁹

Se por um lado, os conceitos-chave para uma ciência política moderna têm enfatizado as categorias tomistas, por outro convém ressaltar a tópica do liberalismo radical, a ser mapeado nos seus constructos mais relevantes (por exemplo, a partir dos temas):

- a) o exílio da sociedade humana em Rousseau;
- b) a relação entre sentir e pensar em Montaigne;
- c) o exílio glorioso de Victor Hugo e o liberalismo radical.

Escovar a história a contrapelo, como propõe Walter Benjamin da Escola de Frankfurt, buscando a radicalização dos interesses da burguesia expostos no conceito de revolução a partir de 1789, implica também compreender analiticamente a pauta da classe operária em particular e das classes populares em geral, no que concerne aos conflitos e divergências entre Capital e Trabalho. Finalmente a terceira Revolução Industrial aponta para a inclusão crescente do imaginário na política. Mas convém estarmos atentos para a permanência de *formações inconscientes* de longa duração no discurso político, com as implicações correntes no sofrimento psíquico, hoje tão discutido pela psicopatologia fundamental.³⁰

Notas e referências

¹ Gisálio CERQUEIRA FILHO e Gizlene NEDER, “Jogo de Espelhos e Gramática de Sentimentos na América Latina”, *Comunicação e Política*, vol. 28, nº 1, Maio, 2010, pp. 103-114.

² Louis DUMONT, *Homo Aequalis, gênese e plenitude da ideologia econômica*, Bauru/SP, EDUSC, 2000.

³ Richard MORSE, *O Espelho do Próspero*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

⁴ Gizlene NEDER e Gisálio CERQUEIRA FILHO, “A teoria política no Brasil e o Brasil na teoria política”, *IV Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*, Rio de Janeiro, Julho, 2004.

⁵ Gizlene NEDER, *Dois Margens: ideias jurídicas e sentimentos políticos entre Brasil e Portugal na passagem à modernidade*, Rio de Janeiro, Revan, 2011.

⁶ Paulo MERÊA, *Suárez, Grócio e Hobbes*. Coimbra, Armênio Amado, 1941.

-
- ⁷ Paulo MERÊA, *Obra Completa*. Prefácio de Mário Júlio de Almeida Costa, nota introdutória de José Manuel Merêa Pizarro Beleza, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004, pp. 107-185.
- ⁸ *Ibid.*, pp. 351-365.
- ⁹ *Ibid.*, pp. 367-383.
- ¹⁰ Paulo MERÊA, *Obra Completa...*, cit..
- ¹¹ Paulo MERÊA, *Suárez, Grócio e Hobbes*, cit., pp. 7-8.
- ¹² *Ibid.*, p. 8.
- ¹³ Francisco SUÁREZ, *De Legibus* (1612). Ed. Bilingue, Madri, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 8 v., 1972-1981 [Acervo: Biblioteca Nacional de Lisboa].
- ¹⁴ Fernand BRAUDEL, *O Mediterrâneo. O Espaço e a História*, Lisboa, Teorema, 1987.
- ¹⁵ Aqui usamos a expressão de Eric Hobsbawm quando analisa o contexto econômico-social da Europa ocidental no quadro da crise do século XVII. Eric HOBSBAWM, *As Origens da Revolução Industrial*, São Paulo, Editora Global, 1979.
- ¹⁶ Baltazar GRACIÁN, *A arte da prudência*, São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- ¹⁷ Giacomo MARRAMAO, *Poder e secularização. As categorias do tempo*, São Paulo, Ed. UNESP, 1983.
- ¹⁸ Slavoj ŽIŽEK, *The Fragile Absolute or Why the Christian Legacy Worth Fighting For?* Londres, Verso, 2000.
- ¹⁹ Gisálio CERQUEIRA FILHO, *A questão social no Brasil: crítica do discurso político*. Especialmente o cap. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ²⁰ Slavoj ŽIŽEK, *The Fragile ...*, cit.
- ²¹ De fato, Žizek não se detém em questões atinentes às concepções de estado de natureza e direito natural no pensamento de São Tomás de Aquino (e além – pensando nos movimentos do segundo e terceiro escolasticismo), que foi a tônica das discussões feitas por Paulo Merêa. A ampliação da reflexão do autor para as problemáticas levantadas por este outro prisma, poderia ter um desdobramento bem interessante.
- ²² Alain BADIOU, *São Paulo. A Fundação do Universalismo*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2009.
- ²³ Gisálio CERQUEIRA FILHO, “Sergio (modernista) Buarque de Holanda, em *Viagem a Nápoles*”, in Colóquio Internacional sobre o Método Clínico realizado na Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF), Setembro de 2009, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), São Paulo.
http://www.fundamentalpsychopathology.org/material/coloquio_metodo_clinico/MR/MR13.2.pdf
- ²⁴ Pedro MEIRA MONTEIRO, “O mestre e o exílio do pai da semana”, *O Estado de São Paulo*, 23/4/2011. Ver também *Mario de Andrade e Sergio Buarque de Holanda: Correspondência*, São Paulo, Companhia das Letras/ EDUSP, 2012.
- ²⁵ Dentre outros, ver de Jacques LACAN. *Outros Escritos*: Rio de Janeiro, Zahar, 2003.
- ²⁶ Gisálio CERQUEIRA FILHO. *A questão social no Brasil: crítica do discurso político...*, cit.
- ²⁷ Gisálio CERQUEIRA FILHO, *Autoritarismo Afetivo: a Prússia como sentimento*. São Paulo, Escuta, 2004.
- ²⁸ Pierre LEGENDRE, *O amor do censor. Ensaio sobre a ordem dogmática*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1983.
- ²⁹ Ricardo Gaulia BORRMANN, “Os Fundamentos religiosos do ideal de mercado perfeito em Adam Smith”, *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica* (on line), vol. 2, nº 3, Janeiro-Abril de 2010, <http://www.historia.uff.br/revistapassagens>. Ver também *Tal Mercado, Tal príncipe: o paradigma de perfeição na economia política burguesa*, Dissertação de Mestrado, UFF, 2009.
- ³⁰ Ver site <http://www.fundamentalpsychopathology.org/>

Intelectuais e imprensa alternativa no Brasil no início do século XX

Alberto Dias Mendes*

“De nada valem as ideias sem homens
que possam pô-las em prática”

KARL MARX

A passagem do século XIX ao XX e as ideias libertárias

Em uma das obras mais referenciadas no estudo sobre migrações, Lená Menezes diz que o progresso brasileiro “era escrito na poeira das demolições”,¹ numa alusão às políticas dos governos do início do século XX e às leis promulgadas na época, que permitiam a expulsão de estrangeiros e outras medidas perversas, isto para *embelezar* a Capital Federal, então Rio de Janeiro. Sarmiento, em recente texto publicado sobre mídia e migrações, diz que houve profundas “transformações urbanísticas” no Rio de Janeiro durante o governo Pereira Passos,² o que foi motivo de muita insatisfação popular. Ainda sobre o início do século XX, Leandro Konder afirma que “numerosos estrangeiros vinham para cá como imigrantes”,³ confirmando os estudos sobre esse processo em nosso país.

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por muitas lutas sociais. O Brasil acabara de tornar-se republicano e um dos últimos a *libertar* os escravos, que não tinham nenhuma perspectiva de futuro, nem formação para o trabalho, além de adensarem uma altíssima taxa de analfabetismo. De acordo com Badaró (2002), o operariado urbano ainda era muito pequeno e “respondia por cerca de 5% da população empregada no país em 1872, chegando a 13,8% da população empregada em 1920”.⁴ Ainda segundo esse autor, o censo realizado em 1906 possibilitou identificar que setores improdutivos e de serviços domésticos concentravam a maior parte da população ativa economicamente, tendo a indústria um pequeno contingente de trabalhadores, o que atribuiu ao pouco dinamismo da economia brasileira naquele momento.

Em obra referencial, Boris Fausto adverte que a produção industrial inicialmente concentrara-se no Rio de Janeiro, mudando, em seguida, para São Paulo, a partir de

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1920, no que chamou de *surto industrial*. Dentre os fatores que mais influenciaram essa mudança na concentração industrial podem ser destacados: um maior investimento federal no setor de transportes e o plano de valorização do café (1906).⁵ Em apenas 20 anos, São Paulo passava a ter uma indústria representando 31,5% da produção do país e o Rio 20,8%. Antes esta relação era de 16,5% e 33% respectivamente, o que demonstra um crescimento paulista meteórico.

O início do século XX combinava a *virada* industrial e as transformações políticas trazidas pela República com a convulsão social. Os teóricos do Império ainda guardavam suas mágoas e buscavam reacender sua chama de esperança em um retorno às práticas senhoriais, que, de várias maneiras, eram reproduzidas pelos novos governos, como, por exemplo, no episódio da vacinação obrigatória. Tudo planejado para a transformação de um espaço urbano marcado pelo passado em um espaço moderno, destinado a abrigar a nova Capital Federal. Ao analisar essa questão, na obra *Os indesejáveis*, Menezes acrescenta:

“Recursos e esforços foram canalizados no sentido de apagar os traços coloniais presentes nas ruas estreitas com valas centrais; nos becos mal iluminados, mal cheirosos e afamados; nos cortiços e estalagens que proliferavam no coração da Cidade Velha; nos mercados e quiosques sujos das áreas de circulação, e nos armazéns de secos e molhados das vias centrais, que pareciam afrontar os que aplaudiam a chegada da civilização.”⁶

Dentro desse processo de transformações, ainda na primeira década do século XX, realizou-se o I *Congresso Operário Brasileiro* (COB), que ocorreu no Rio de Janeiro, entre 15 e 20 de abril de 1906. Sua resolução principal foi a criação da *Confederação Operária Brasileira*, com hegemonia da concepção anarquista, o que pode ser explicado pela grande concentração de imigrantes dessa tendência ideológica no seio dos trabalhadores.⁷

Segundo Petrone, o século XIX esteve sob o impulso de crises,⁸ políticas, econômicas, de consciência, das instituições, social. Essa conjuntura foi propícia para o desenvolvimento de ideais libertários e o anarquismo firmou-se como predominante no movimento dos trabalhadores, à medida que seu ideário ajustava-se, em certo grau, com os questionamentos que emanavam dos trabalhadores, de forma nem sempre consciente, mas que permeavam o pensamento daqueles que sofriam, na prática, a exploração. Dentre as principais teses anarquistas que então circulavam, Sodré, em sua obra sobre a imprensa no Brasil, destaca:

“Não adoção de doutrina política ou religiosa, nem mesmo de programa eleitoral; repulsa à participação do Estado nas comemorações do 1º de maio; adoção da forma sindical de organização; criação de federações de sindicatos e da Confederação Operária Brasileira; proibição da admissão de não-operários nos sindicatos, inclusive de operários com qualquer cargo de mando nas empresas; luta preferencialmente pela redução do horário de trabalho do que pelo aumento

dos salários; abolição das multas nas oficinas e fábricas; luta pelas oito horas de trabalho e contra a guerra; luta contra o alcoolismo, e outros pontos”.⁹

Esses eram pontos essenciais de um movimento responsável pela criação de escolas racionalistas e modernas, voltadas para a educação dos trabalhadores e pela fundação de alguns núcleos coloniais, sendo a pioneira, a Colônia Cecília, no Paraná, fundada pelo anarquista italiano Giovanni Rossi, em 1890, que, segundo Konder, veio a desaparecer posteriormente.¹⁰

As ideias anarquistas no Brasil e seus protagonistas

A contextualização feita anteriormente permite-nos ter uma visão geral da conjuntura de início da República, na qual foram propagadas as ideias anarquistas. Na análise dos protagonistas desse *cenário libertário*, optamos por não nos ater a uma análise biográfica detalhada, mas centrar nossa análise na relação entre o cenário e seus atores, a partir do estudo das ideias difundidas nos periódicos, com o intuito de não cair na rede do anacronismo de que nos fala Skinner, ao criticar os riscos das biografias intelectuais.¹¹

Em obra já citada, resultante de sua tese de doutoramento defendida na Universidade de São Paulo, Menezes apresenta o anarquismo a partir de “três planos” de irradiação. O primeiro, o plano da ideias, que congregou intelectuais e setores médios da sociedade; o segundo, uma vertente sindical, cuja presença dos imigrantes era preponderante, com grande expressão do *anarcossindicalismo*; o terceiro plano, o da influência nos “excluídos”, massa da população “à margem do mercado formal de trabalho”. Neste último plano, segundo Menezes, o anarquismo “dissolveu-se nos movimentos de contestação de rua que pontilharam o cotidiano da cidade caracterizado pelos quebra-quebras generalizados de configuração pluriclassista”,¹² tendo em vista que, ao negar as organizações institucionais, a concepção anarquista imputava a responsabilidade de *sujeito histórico* ao *lumpesinato* urbano.

As ideias anarquistas entraram no Brasil através da obra de pensadores nascidos na Europa Ocidental e na Rússia, tendo como referências principais Tolstói, Godwin, Kropotkin e Proudhon. Alguns fatores internos fermentaram as concepções filosófico-libertárias que, por sua vez, receberam os impulsos trazidos por imigrantes e trabalhadores que chegavam ao Brasil com conhecimento de experiências revolucionárias como a da Comuna de Paris.¹³ Sobre a importância desse pensamento filosófico-político-social e sua propagação no Brasil, recorro ao estudo elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em seus “Cadernos da Comunicação”, nº 14, em que diz:

“O momento decisivo para o pleno desenvolvimento da consciência política entre os operários brasileiros e, mais tarde, da organização sindical no Brasil, nos termos já mencionados (isto é, ligada à ideologia anarquista), foi no último quartel do século XIX e nas duas primeiras décadas do atual (1906-1920), com as levas de imigração operária chegadas da Europa: Itália, Península Ibérica (Portugal e Espanha), mas principalmente da Itália. Esses operários, entre os

quais se encontravam numerosos refugiados políticos perseguidos nos países de origem pelas suas ideias e que, por serem altamente qualificados, foram trazidos ao Brasil pelos empresários, impuseram-se a tarefa de desenvolver a consciência política dos trabalhadores brasileiros.”¹⁴

O crescimento do número de imigrantes no Brasil no último quartel do século XIX e as duas primeiras décadas do XX foi vertiginoso, chegando a alcançar, ente 1904 e 1913, 1.006.617 pessoas de diversas nacionalidades: portugueses, italianos, espanhóis, alemães, turcos e outros, conforme dados do *IBGE Brasil: 500 anos*, registrando, ainda, só em 1913, um total de 190.343 imigrantes, perdendo apenas para 1891, que registrou uma entrada de 215.239 estrangeiros.¹⁵ Esses, somente na Capital Federal (Rio de Janeiro) somavam mais de 200 mil, numa população de menos de um milhão de habitantes.

Os intelectuais e os jornais libertários

Os dados até aqui levantados sobre o tema são reveladores da importância de uma análise interdisciplinar do assunto, de forma a compreender todo o alcance das teias e conexões estabelecidas entre intelectuais, imigrantes e imprensa operária no Brasil no início do século XX. Ao analisar a importância dos intelectuais, a *Revista Municipal*, pouco citada, explicita essa importância, ao dizer que

“Não se pode omitir a enorme influência exercida pelos intelectuais, que deram impulso decisivo à divulgação das ideias socialistas entre os trabalhadores, tornando-se assim, os responsáveis pela ação dos imigrantes. Foram os intelectuais os primeiros a divulgarem as ideologias progressistas e foi deles a iniciativa dos primeiros jornais. Estes, que ainda não eram jornais operários, mas jornais políticos, discutiam ideias novas, criavam e desenvolviam o hábito de leitura entre as massas e abriam caminho para o aparecimento de uma verdadeira imprensa sindical (ou operária)”.¹⁶

Não restam dúvidas sobre a importância de considerar o processo migratório no estudo da organização dos trabalhadores brasileiros, principalmente quando associado ao fato de que muitos desses eram de uma tradição europeia ligada aos movimentos reivindicativos, o que foi motivo para expulsão ou “convite para sair” de seu país de origem. Mais ainda, é possível compreender que a imprensa alternativa (*operária, proletária, sindical, anarquista, anarcossindicalista*) encontrou nos intelectuais imigrantes uma força para intensificar seus trabalhos, não apenas no sentido de divulgar os *novos* ideais, mas também de *educar*¹⁷ o trabalhador com base nos novos valores.

Essa *educação* pela leitura de textos dos jornais ou periódicos não era fácil. Segundo estudos realizados por Helena Bomeny, em 1906 o índice de analfabetos no Brasil era de 74,6%,¹⁸ o que pode explicar a prática entre os trabalhadores dos alfabetizados lerem as informações para os demais, como acontecia nas *rodas de leitura* nos locais de trabalho.

Ainda sobre o papel dos intelectuais no *processo de politização* do operariado brasileiro, podemos recorrer a Ferreira:

“O processo de politização que se iniciou com a chegada e participação do operário imigrante foi o ponto mais importante da história do trabalhador brasileiro. Entretanto, não se pode mostrar este processo sem tocar no papel desempenhado pelos intelectuais, o qual foi de grande utilidade para a movimentação e difusão das doutrinas sociais no meio operário.”¹⁹

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento de uma imprensa escrita esteve vinculado aos movimentos políticos, conforme assinalado anteriormente, com destaque para os primeiros imigrantes gráficos que garantiam as edições dos jornais. Da mesma forma, as ideias libertárias necessitavam de instrumentos que pudessem afirmar sua presença:

“os inúmeros jornais aparecidos por iniciativa dos intelectuais foram armas importantes, que levaram as ideias à discussão, criaram o hábito de leitura e prepararam o terreno para o surgimento da imprensa operária na virada do século, que com a participação dos operários imigrantes, em outra conjuntura, iriam produzir os primeiros frutos da luta social”.²⁰

A imprensa operária cresceu a partir do *I Congresso Operário Brasileiro*, em 1906 e da criação da *Confederação Operária Brasileira*, órgão de representação dos trabalhadores. Ao ganharem o Congresso, os anarquistas criaram um jornal: *A Voz do Trabalhador*, que passou a ser *porta-voz* do movimento social organizado. Sobre os jornais anarquistas, Nascimento afirma:

“a imprensa anarquista do período considerado, constitui em empreendimento incontestavelmente antípoda à imprensa comercial de ontem e de hoje. Os processos de elaboração, confecção e divulgação dos impressos anarquistas no Brasil apresentam os indícios de sua particularidade, vazando com os referenciais atualmente usuais para se referir a periódicos como jornais, revistas e livros. Salta à vista em suas colunas, os dinamismos eminentemente coletivos em todas as suas fases de confecção: desde o debate entre os interessados na iniciativa de sua veiculação, na sua composição e até a busca de envolvimento efetivo dos leitores com os processos de feitura e manutenção do impresso.”²¹

Os jornais constituíram-se em um veículo imprescindível para fazer chegar as ideias libertárias ao operariado urbano, pois as transformações políticas, culturais, econômicas, sociais, geográficas estavam desencadeando processos de ruturas que necessitavam de um instrumento de informação e formação da nova classe em ascensão. Nesse momento, a perspectiva de classe para o grupo de trabalhadores urbanos dos diversos ramos era latente à medida que as políticas adotadas pelos governos criavam, entre eles, uma identificação que os anarquistas conseguiram organizar em torno de reivindicações de mudanças. Sendo assim, o jornal *alternativo*, ou seja, não oficial (imprensa operária),

assumia algumas características: propagar as ideias libertárias, catalisar as lutas por melhores condições de vida, promover a agitação da classe trabalhadora e ser formador de opinião, educador político e organizador social.²²

Ferreira catalogou 343 títulos de jornais ligados ao movimento operário.²³ Esses jornais, além das características elencadas, também apresentavam particularidades que devem ser consideradas na análise: discurso próprio e crítico do sistema político-econômico vigente; linguagem diversificada, com presença de estilo coloquial e erudito; utilização de imagens; uso de pseudônimo dos autores para fugirem à repressão política. Ainda em Ferreira²⁴ é possível encontrar a enunciação de mais aspectos particulares dos mesmos jornais. Um deles a periodicidade que, segundo a autora, “era determinada pelos acontecimentos”, acrescentando-se, ainda, a “ausência de publicidade” (com exceções), exemplos que podem ser associados ao processo organizativo da classe operária, de forma independente ou em sindicatos. A autora da obra *Imprensa Operária no Brasil* também fez um estudo comparativo sobre o aparecimento dos jornais e os momentos de ebulição das mobilizações, o que resultou em um dado importante: nos períodos que antecederam as greves houve um aumento do volume das tiragens; por outro lado, no momento dessas paralisações há uma diminuição no aparecimento de novas publicações, que ocorrem fora dos períodos de tensão, como a autora explica:

“... quando o índice de aparecimento de novos títulos é alto, a presença de greve é baixa (ou estas não existem); quando ao contrário, há grande ocorrência de greve, os novos títulos não aparecem (ou aparecem em número reduzido). No entanto, é natural esta oposição. Se o jornal for compreendido como instrumento de teoria, Isto é, de doutrinação – como era naquela época – é evidente que nos momentos em que a teoria era levada à prática, ou seja, no momento da ação concreta (a greve), a produção teórica sofria um processo de retração...”²⁵

Isto pode explicar os motivos pelos quais a autora conseguiu superar a marca das trezentas publicações identificadas no período por ela estudado, o que, segundo a própria autora, ainda não se pode dizer que seja o número exato, haja vista o processo repressivo ocorrido e a falta de armazenamento dos folhetins e diversos outros fatores, que possam ter contribuído para que não consigamos chegar a um número conclusivo. Mais que isso, torna-se relevante frisar o aspecto *teórico* educativo que estava presente nos textos desses jornais, que podemos atribuir, preliminarmente, ao papel desempenhado pelos intelectuais que os escreviam.

Militância pela palavra: A Voz do Trabalhador, Na Barricada, A Rebelião e A Plebe

1. A Voz do Trabalhador

Muitos foram os impressos com informações sobre as lutas dos trabalhadores no final do século XIX e início do XX, conforme já dito anteriormente. Dentre eles, destacaremos alguns, por meio dos quais os intelectuais difundiram suas ideias, com diversos objetivos: denunciar a expulsão arbitrária dos estrangeiros, informar sobre as

greves, informar sobre as escolas anarquistas, formar opinião, educar a população para organizar-se em sindicatos, denunciar a exploração dos trabalhadores pelos patrões, denunciar o trabalho escravo e divulgar poesias libertárias.

Um desses meios de comunicação, cuja periodicidade lhe atribuiu a marca de *semanário*, o jornal *A Voz do Trabalhador*, foi instituído pela *Confederação Operária Brasileira*, por meio de seu estatuto, em 1906. O jornal começou a circular em 1 de julho de 1908, no Rio de Janeiro, sob a denominação de *Orgam da Confederação Operária Brasileira* (sic),²⁶ cujo endereço, conforme constava na parte frontal do jornal, era “rua do hospício,²⁷ 156, sobrado – Rio de Janeiro (BRAZIL)”, tendo publicado nos dois primeiros anos e retomado suas edições apenas em 1º de maio de 1913. Dentre seus fins específicos, o artigo 2º da *Confederação Operária Brasileira* dizia:

“2º - Estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores, servindo-se, para isso, de todos os meios de propaganda conhecidos, nomeadamente de um jornal que se intitulará “A Voz do Trabalhador”.”²⁸

Como primeiro jornal organizado oficialmente por uma entidade de trabalhadores, *A Voz do trabalhador* começou a circular e difundir os ideais libertários somente em 1908, ainda que com muita dificuldade, por causa da precariedade das condições do trabalho gráfico, as perseguições políticas e a falta de recursos financeiros. Segundo o Centro de Documentação da UNESP,

“Como o próprio periódico se define, *A Voz do Trabalhador*, ele é “no campo da imprensa o mais legítimo porta-voz dessa colossal e sofredora falange de escravos do trabalho que vive a mourejar brutalmente neste grave eito que se estende desde as cochilas gaúchas até os cálidos seringais da Amazônia”. *A Voz do Trabalhador* é um jornal anarco-sindicalista, criado em 1908, que teve a sua origem na fundação da Confederação Operária Brasileira em 1906, no Rio de Janeiro onde “sentiu-se a necessidade de uma força impressa que denunciasses e informasse sobre a vida dos trabalhadores no Brasil”. *A Voz do Trabalhador* apresenta-se como um jornal informativo, que dava conta das greves, da vida dos sindicatos, das lutas contra a carestia, da repressão policial e etc., com importantes debates entre lideranças como Neno Vasco e João Crispim, notícias dos estados e suas movimentações sociais. Enfim *A Voz do Trabalhador* é um periódico do começo do século XX que registra um dos momentos mais importantes da mobilização operária brasileira.”²⁹

Sodré registra também que Lima Barreto³⁰ figurou entre os *colaboradores* do jornal. No entanto, um intelectual, conhecido pelo nome de *Florentino de Carvalho*, exerceu notória atividade nas comunidades anarquistas e formulou maior parte dos textos das edições de *A Voz do Trabalhador*, a partir da nova fase do periódico, após 1913.

Na primeira página da edição de 1913, uma imagem humana sobre ossos e crânios na forma de *caveiras* com inscrições *militarismo*, *capitalismo*, *burguesia*, *aristocracia* e

ao fundo o sol com a palavra *LIBERDADE*³¹ alimentava o sonho dos editores do jornal que buscavam, com isso, conscientizar os trabalhadores e a população da situação em que se encontrava. Abaixo da imagem, havia um poema assinado por *Max dos Vasconcelos*:³²

“Dia grande e cruel à memória operária,
Hinos brancos de Paz, hinos rubros de Guerra,
A Bandeira do Amor que se fez incendiária...
Data fatal que em si ao mesmo tempo encerra
A promessa do Bem ao coração do Pária
E juramentos de Ódio aos senhores da Terra!
Olhar perdido além, num horizonte vago,
Num sonho em que se vê o Mundo Comunista,
Ou se lembram talvez os mortos de Chicago!”

O poema possui referência incontestável ao conhecido 1º de maio de Chicago, dia marcado por protestos e mortes de trabalhadores que veio render a marca dessa data mundialmente como *Dia do trabalhador*. “Hinos brancos de Paz” e “hinos rubros de Guerra” retratam a oposição entre esses dois sentimentos que permeariam as consciências e corações naquele momento. Além de lembrar o “massacre de Chicago”, havia também uma menção às movimentações dos países europeus para o início, em seguida, da Primeira Guerra Mundial.

2. Na Barricada

Outro jornal, *Na Barricada*, surgido no mesmo período também teve a colaboração de Florentino de Carvalho. Esse espanhol, nascido a 3 de março de 1889 (ano da abolição), chegou a São Paulo ainda criança, mais tarde tornou-se cabo da polícia militar, até conhecer as ideias anarquistas de Piotr Kropotkin, às quais adere de imediato, passando para a militância política. Não demoraria muito e a mesma polícia de que fez parte lhe perseguiria e o obrigaria a sair do país. O nome Florentino de Carvalho, segundo Arena, aparece por ocasião de seu retorno ao Brasil, pois seu nome verdadeiro era Raymundo Primitivo Soares.³³ Dessa forma, entraria no país com pseudônimo, buscando fugir à repressão.

Na Barricada, assumiu a tarefa de continuar a reproduzir os ideais anarquistas, conforme o próprio jornal mencionava:

“Cumprindo a promessa feita em nossa segunda circular recomeçamos hoje a obra que tomamos a peito levar por diante — a publicação deste periódico anarquista. Bem sabemos as enormes dificuldades que nos esperam. Despidos de enganadoras ilusões, somos, no entanto, otimistas, e temos confiança na eficácia dos esforços sérios e tenazes. Não só do nosso esforço, porem por maior que ele seja, dependem as possibilidades de êxito de “Na Barricada”: mas de todos os anarquistas do Brasil em geral.”³⁴

Apesar de nenhuma referência aos editores, o periódico de 1º de maio de 1916 é assinado por *Primitivo Soares*, uma clara evidência da participação de um dos maiores expoentes do movimento anarquista das primeiras décadas do XX. Na parte superior da primeira página, hoje conhecida como *cabeça do jornal*, tem-se a inscrição central “NA BARRICADA”, ocupando toda a linha em letras grandes e logo abaixo o reconhecimento da filosofia adotada “Periódico Anarquista”, também centralizado, seguido mais embaixo à esquerda pela data “Ano II número 04”, no centro o endereço para correspondência e à direita o valor para *assinatura*.³⁵

A primeira página é predominantemente utilizada para falar sobre a data referente ao dia dos trabalhadores, com um editorial dividido em *O Primeiro de Maio*, *O novo período heroico* e *O Primeiro de maio e a Guerra*. Os dois primeiros são assinados por Soares e o último por *Dalemar*, em diagramação que dividiu o impresso em quatro colunas iguais, ocupando o editorial duas delas. Este último começa da seguinte maneira:

“Mais um ‘Primeiro de Maio’

Repetir-se-á, mais uma vez, o eterno lamento, em homenagem aos que em Chicago, serviram de pasto á ferocidade insaciável da burguezia, aos instintos perversos dos fartos e endinheirados.

Se hoje aqui a recordamos, não é para deplorar o covarde assassinato daqueles destemidos camaradas ...”³⁶

Na segunda parte do texto, ao continuar seu discurso, Soares conclama os trabalhadores para uma batalha:

“De pé, sobre a barricada gloriosa, arvorando o pendão das reivindicações, ergamos o nosso grito de guerra e de conquista proclamando a mais sublime de todas as reivindicações.

Com indomável coragem, pertinacia e heroísmo ocupemos o nosso posto na vanguarda dos que sofrem, dos que gemem, dos que choram, dos que se indignam e protestam, para romper a marcha triunfal do proletariado universal e cair sobre o inimigo comum como uma ipetuoza [sic]avalanche de elementos em precipitação, que arrazam as montanhas de um mundo antigo, constituído de podridões, de sofrimentos, de miserias [sic] e de infâmias.”³⁷

A mensagem de Florentino de Carvalho busca agregar o grupo de pessoas que se encontrava à margem da participação social, hoje *excluídos*, com uma linguagem de agitação política. Ainda nessa mesma edição de *Na Barricada*, os editores indicam livros para leitura, dentre eles: Kropotkine – *A conquista do pão. Palavras dum revoltado. Em volta duma vida.*; Neno Vasco – *Da porta da Europa*; Tolstoi – *A escravidão moderna*. Como assunto permanente destaca-se a educação, tanto aquela considerada formal (escolas racionais ou modernas) quanto a informal, caracterizada pela leitura e participação nos sindicatos.

Em uma edição de 1º de maio de 1921, Primitivo Soares assina como *Florentino Machiavel* texto que diz que “Todos os Estados estão repartidos em duas partes: a do povo que não quer ser governado nem oprimido [sic] pelos grandes, e a dos grandes que querem ditar a lei ao povo e conserva-lo na opressão [sic]”.³⁸ O sobrenome utilizado pode ter sua explicação nas várias referências que são feitas, nos textos das edições do periódico, ao político e filósofo italiano Nicolau Maquiavel. O conteúdo do fragmento destacado também se assemelha, em determinada medida, ao discurso utilizado pelo autor da célebre obra *O Príncipe*, com relação à forma de expressão e a maneira como se dirige ao leitor.

Na edição do jornal *A Voz do Trabalhador* desse mesmo ano, um artigo assinado por *Eurico Malatesta*, com o aporuguesamento do nome Errico Malatesta (1853-1932),³⁹ militante anarquista italiano reconhecido como um dos expoentes do pensamento libertário. Em um documento de princípios, Malatesta diz que o essencial do anarquismo é que ele não quer impor nada a ninguém e tampouco quer se sujeitar a imposições. Esse princípio é assim reproduzido em artigo publicado pelo jornal *Afirmção*:

“Sem organização livre ou imposta, não pode haver sociedade; sem organização consciente ou voluntária não pode haver nem liberdade, nem garantia de que sejam respeitados os interesses dos que vivem em sociedade.

E quem não se organiza, quem não procura a cooperação dos outros e não oferece a sua em condições de reciprocidade e de solidariedade, colloca-se necessariamente em condição inferior, e é como a roda inconciente no mecanismo social que os outros movem-o sem vantagem própria [sic].”⁴⁰

As formas de apresentação dos textos revelam a criatividade dos autores e editores do jornal, ao mesmo tempo em que a diagramação e formatação ainda acompanham a maioria dos periódicos da época, com a qualidade que o momento permitia, encontrando-se textos grandes misturados com pequenas informações sobre assuntos variados, mas sempre com conotação política. A linguagem, por outro lado, demonstra, possivelmente, uma mistura de idiomas, haja vista a maioria dos escritores dos textos ser oriunda de outras nacionalidades.

3. A Rebelião

O jornal *A Rebelião* começou a ser editado em São Paulo e sua primeira edição data de 1º de maio de 1914, ano em que a Europa deflagrou a Primeira Guerra Mundial. O título do periódico era o primeiro indicativo de sua tendência ideológica. No momento de seu lançamento, o Brasil vivia uma crise da superprodução; “fábricas foram fechadas e os operários dispensados”.⁴¹ Ao mesmo tempo, a população rejeitava a ideia de guerra, fator que contribuiu para a simpatia às ideias anarquistas. Segundo Ferreira, “Verifica-se, acompanhando a evolução do processo de urbanização e industrialização, o crescimento da organização operária sob a forma de ligas e uniões, sindicatos e

principalmente do mais importante instrumento de politização, que foi o jornal”, meio de comunicação no qual a participação dos intelectuais foi fundamental.

Não há muitos registros sobre os editores do periódico, mas Florentino de Carvalho novamente aparece com matéria de capa que ocupava quase todo o jornal. Sobreposta, estava outra matéria, cujo título era *O processo da Anarquia – Discurso de Miguel Schwab perante os tribunais de Chicago, 1886*. Esta começa com uma acusação: “Senhores. Falarei pouco e certamente não despegaria os lábios se o meu silêncio não pudesse interpretar-se como um covarde assentimento á comedia que acaba de desenvolver-se”.⁴² Ao longo do texto, Schwab defende a *Anarquia e o Comunismo* e alega perplexidade com o julgamento ocorrido, pelo simples fato da defesa de ideias libertárias. Ao final, escreve:

“É um erro empregar a palavra anarquia como sinônimo de violência, pois são cousas opostas. No presente estado social emprega-se a violência a cada momento e por isso nós propagamos a violência, mas somente contra a violência, como um meio necessário de defesa.

A anarquia é a ordem sem governo. Nós, os anarquistas, dizemos que o anarquismo será o desenvolvimento e a plenitude da cooperação universal (comunismo).

Nós, os anarquistas, crêmos que se aproximam os tempos em que os explorados reclamarão os seus direitos aos exploradores e crêmos também que a maioria do povo, com a ajuda dos retardados das cidades e das gentes simples do campo se rebelará contra a burguesia de hoje. “A luta, segundo a nossa opinião é inevitável”.⁴³

As indicações que existem sobre Schwab são a de que ele seria um dos militantes anarquistas mortos em 1886, em Chicago; episódio que teria originado o 1º de maio. Seu nome aparece em outros jornais operários, inclusive com a reprodução de seu depoimento no tribunal local que o condenara à morte.

Ao lado da matéria sobre Miguel Schwab, o editorial da primeira edição de *A Rebelião*, produzido por Florentino de Carvalho, mais uma vez sauda os trabalhadores e discorre sobre os ideais anarquistas :

“À Postos!

Quando a gente distinta julgava que estávamos aniquilados, vencidos, acobardados e arrependidos da nossa ardua campanha revolucionaria e anarquista; quando a burguesia julgava comer e dormir tranquilamente, à custa do povo trabalhador, eis que surgimos novamente, com mais vigor e entusiasmo, a elaborar um constante sobressalto, uma guerra permanente contra os parasitas sociaes e contra os seus sistemas economicos, políticos e religiosos, arvorando como estandarte de victoria o postulado da liberdade.

O patrão, o legislador, o juiz, o padre e o militar, vão cair, mais uma vez, no crisol da nossa critica, da eloquencia formidavel dos nossos princípios de justiça.

Arautos combatentes contra a escravidão econômica, legal, jurídica, religiosa e militarista, não vacilamos em formar na vanguarda das legiões iconoclastas, libertadoras, marchando galhardamente para o triunfo sublime da maior e mais gloriosa das revoluções que formam a epopeia da história libertaria dos povos”[sic].

Nesse trecho, percebe-se uma crítica contundente às principais instituições sociais da época: igreja, parlamentares, justiça e forças armadas; discurso coerente em defesa dos ideais anarquistas, feito por Florentino de Carvalho. Mais uma vez, aparece a intenção da criação de uma *vanguarda*, ou seja, de um grupo de lideranças que se colocariam à frente dos trabalhadores, conduzindo-os para “a liberdade e para o triunfo sublime” em que se constituiria uma sociedade comunista.⁴⁴

O jornal apresentava várias seções, dentre elas uma no idioma espanhol e outra em italiano, o que pode ser explicado pela quantidade de imigrantes que havia naquele período, principalmente aqueles ligados às lutas sociais. Na primeira página, na parte superior, o nome *A Rebelião* figurava ao centro, tendo duas inscrições, diferentes em cada número, que acompanhavam o título nas laterais. Na edição de primeiro de maio, à esquerda podia-se ler: “A renovação é a lei primordial da vida”, e à direita; “Sangue de rebeldes sementes de revolucionários”, numa demonstração de disposição para enfrentamento com as forças governamentais, se necessário, com derramamento de sangue. O impresso revolucionário possuía ainda uma seção chamada “Aos companheiros do interior de outros estados e do Brasil” (sic), o que pode indicar que sua circulação não estava restrita ao estado de São Paulo. Outra seção que é recorrente não somente nesse jornal, mas em todos os jornais de esquerda, fala sobre as deportações ou expulsões dos imigrantes do Brasil, com críticas duras às políticas dos governos e com saudações às vítimas.

Na segunda página do jornal, chama atenção outra matéria, dessa vez assinada por Primitivo Soares, ou seja, o mesmo *Florentino de Carvalho*. A informação era sobre um crime cometido contra a organização dos trabalhadores e trazia o seguinte título: *Vinganças Burguesas – Assalto policial ao local da Federação Operária de Santos – espionagens jornalísticas e perseguição aos anarquistas*.⁴⁵ Primitivo Soares inicia o texto de forma irônica, quando diz “até que enfim já tornamos a ser alguma coisa capaz de chamar a atenção da burguesia e do povo, para a questão social e para o anarquismo”,⁴⁶ citando, ao longo do texto, personalidades como Atilas e Napoleão que, segundo ele, *são simples pigmeus*, frente ao que o ideal anarquista estava representando naquele momento. E encerra o parágrafo com uma crítica fulminante contra as camadas altas da sociedade: “Bastou que voltássemos ao Brasil para que os burgueses subissem às nuvens, clamando por Santa Bárbara”,⁴⁷ numa alusão à santa católica protetora contra os raios e trovões, metáfora construída, inteligentemente, para exaltar o movimento operário e a Federação dos trabalhadores que estava sendo agredida pelo poder público pela intervenção da polícia militar.

Ainda na mesma página, outra matéria é bastante ilustrativa da presença do intelectual, ao discorrer, de forma ordenada, sobre as várias modalidades de sindicatos

existentes em 1914. Em texto intitulado *Modalidades do sindicalismo*, João Crispim caracterizava os vários tipos de sindicatos existentes: os *capitalistas*, ligados aos monopólios, que tinham por finalidade *resistir às reivindicações*; os *católicos*, “organizados pelos padres para papar hóstias”; os *amarelos*, que seriam formados por operários que obedeciam aos patrões e os sindicatos *propriamente ditos*, que “defendiam verdadeiramente os trabalhadores”. Em meia página do jornal, Crispim buscava educar os trabalhadores nos ideais anarquistas, na forma de um diálogo direto, com frases curtas, mas diretas e articuladas, defendendo, claramente, o anarquismo como modelo de sistema social que recusava os dogmas e o monopólio econômico capitalista, propondo a “eliminação dos governos” e a liberdade do indivíduo.

4. A Plebe

A fim de que ilustrar mais um pouco o trabalho de agitação e conscientização que os intelectuais, pela palavra, se dispunham fazer, destacamos *A Plebe*, periódico criado em 1917, que teve seu primeiro exemplar publicado em 09 de junho de 1917, sob a direção de um dos maiores intelectuais daquele momento histórico: Edgard Leuenroth (1881-1968), personalidade tão relevante que deu nome ao Arquivo histórico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Filho de médico, Leuenroth aprendeu o ofício de tipógrafo (gráfico na época) e teve contato com as ideias anarquistas por volta de 1901, com elas simpatizando imediatamente.

A participação de Leuenroth no movimento operário e na divulgação do ideal anarquista ganha cada vez mais importância, isto porque, na condição de gráfico, fundou vários jornais. Segundo Ferreira, uma das primeiras greves teve a participação ativa dos gráficos, sendo essa categoria de trabalhadores aquela que, historicamente, teve uma *precocidade em consciência de classe*, que remeteria ao século XVI na França e Inglaterra. Segundo Rodrigues,⁴⁸ os gráficos eram muito politizados e com viés anarquista, “sendo obrigatoriamente indivíduos alfabetizados, sua condição profissional era assim qualificada, não sendo poucos os gráficos – ou tipógrafos como eram conhecidos na época – que se tornaram jornalistas ou adquiriram outra profissão intelectual”.⁴⁹ Em seguida, a autora chama a atenção para o fato de que “embora alguns gráficos tenham se tornado jornalistas como, por exemplo, Edgard Leuenroth, o movimento operário produziu os seus próprios jornalistas”.⁵⁰

O jornal *A Plebe*, sediado no Largo da Sé em São Paulo, torna-se assim, um veículo de notícias anarquistas e operárias importantes para aquele momento, que lembrava um grande acontecimento ou, na concepção de Nora, um *evento monstro*: Revolução Soviética, transformação com fortes e inegáveis influências no mundo inteiro.

A Plebe tinha as mesmas características que muitos dos jornais editados na época. Publicado em formato tablóide, tinha quatro páginas (alguns exemplares chegavam a oito), com cada uma delas dividida em quatro colunas, que alternavam textos e ilustrações (charges). Este último recurso era muito utilizado pelo movimento sindical, sendo objeto, também, de estudos específicos. Na maioria das vezes, as charges eram

uma caricatura da situação vivida, com crítica social explícita às instituições políticas e religiosas.

A primeira página do primeiro número do jornal apresenta editorial escrito por seu criador, Edgard Leuenroth, com o título: *Ao que vivemos – Rumo à Revolução Social*.⁵¹ Assim, inicia-se o texto:

“A Plebe, como facilmente se verifica, é uma continuação de A Lanterna, ou melhor dizendo, é a própria A Lanterna que, atendendo às excepcionaes exigências do momento gravíssimo, com nova feição hoje resurge para desenvolver a sua luta emancipadora em uma esfera de acção mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programma de desassombrado combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste paiz, como o de toda a terra, á odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violências.”(sic)⁵²

Leuenroth deixa claro no texto que está surgindo mais um periódico em substituição ao anterior, por ele também editado, *A Lanterna*, cujo objetivo era difundir os ideais anarquistas e organizar os trabalhadores para uma luta contra as instituições vigentes, Em outro parágrafo ele defende que *a espécie humana* poderia considerar-se *verdadeiramente livre* quando fossem extintas as *maldições* do Estado, da Igreja e do militarismo. O autor tece, ainda, uma crítica aos ideais da Revolução Francesa, dizendo que “Liberdade, Igualdade e Fraternidade só existem como uma grosseira expressão rethorica rotulando muita miséria e opressão”(sic), fazendo, em seguida, uma alusão ao *13 de maio*, com o intuito de defender a necessidade dos trabalhadores alcancem *a sua alforria derradeira*, que traria, por sua vez, a felicidade do povo brasileiro. Em última instância, como ele próprio menciona, “é com esse objetivo que vem lutar *A Plebe*”.

Nas páginas seguintes do jornal, sucedem-se notícias sobre as greves e a exaltação desse movimento no Estado de São Paulo, com o seguinte sugestivo título: *O operariado de São Paulo parece despertar para a luta*. Na mesma matéria, há notícias da greve em vários municípios e categorias do Estado que se tornaria o centro econômico brasileiro. Na terceira página, artigo intitulado *Pygmeus e gigantes* aborda a luta de classes e as diferenças sociais e econômicas entre as pessoas, com críticas ao sistema econômico e à burguesia da época, chamando a sociedade de *ajuntamento de malfetores*.

Escrito por nada menos que Primitivo Soares, a matéria termina com a confissão sobre os ideais que este defende, ao dizer que “Apparentemente pequenos, somos, em realidade, a phalange dos revolucionários e iconoclastas, dos anarchistas, dos gigantes...”(sic). A linguagem erudita e algumas vezes poética era recurso muito utilizado pelos anarquistas, tendo em Soares um de seus principais expoentes.

A última página do jornal (página quatro), representando uma das exceções enunciadas anteriormente, trazia um conjunto de publicidades. Dentre elas destaca-se a da *Escola Moderna nº 1*, uma escola anarquista, inspirada no pedagogo Francisco Ferrer e Guardya. A propaganda anunciava que a escola era um “Instituto de Instrução e

Educação de menores e adultos de ambos os sexos” e que os níveis de ensino estavam divididos em curso primário, curso médio e “curso adeantado”(sic). Coincidência ou não, a propaganda, que ocupava o maior espaço no conjunto, com destaque evidente, mencionava, como diretor o *Professor* Florentino de Carvalho, o que pode sugerir uma tática dos militantes para tentar confundir os órgãos de repressão, haja vista que Florentino e Primitivo eram a mesma pessoa.

Na edição de número 5, publicada em 9 de julho de 1917, mais uma vez Florentino de Carvalho assina a matéria de capa. O editorial dessa vez tinha o título *O porquê das Greves*, numa clara menção à onda de paralisações que atingiu o Brasil naquele ano, já registradas pela historiografia brasileira e mundial. O autor do texto explicativo sobre os motivos pelos quais os operários deveriam cruzar os braços, denuncia a contradição do regime: “Se os operários morrem à mingua e se lamentam, que vão queixar-se à virgem dos desamparados; se reclamam e protestam ahi está a polícia, o exército, a armada e todo o aparelho legalitário [sic] ...”.⁵³ Florentino de Carvalho finaliza o editorial com a seguinte proclamação: : “Salve, ó cavalleiros de epopéia libertária!... Salve, ó sublime ideal da Anarchia!”.⁵⁴ Com periodicidade semanal “Publica-se aos sábados”, a menção ao anarquismo era uma constante.

O número 6 do jornal trazia uma manchete avaliativa do movimento operário: “O proletariado em revolta afirma o seu direito á vida”, com o subtítulo: “Colossal movimento de protesto – A imponente greve geral paralyçou toda a vida da cidade – A plebe faminta praticou a expropriação [sic]...”. esta é uma das vezes em que é utilizada a expressão *proletariado*, pois, até o momento, as referências eram aos *trabalhadores e ao povo*. Ao mesmo tempo, era definida o que era *A Plebe*, deixando claro que esta significava um setor da população marginalizado, miserável.

O jornal circulou entre 1917 e 1949, sempre dirigido por Edgard Leuenroth, com os mesmos ideais anarquistas. Desde o nascimento do PCB, em 1922, porém, a esquerda havia se dividido e os jornais ditos *operários* passariam a ter uma conotação mais partidária, com alguns títulos ainda circulando de forma independente como *A Plebe*.

Considerações finais

Nessas breves reflexões, foi possível verificar aspectos históricos importantes, tais como: a singularidade do papel dos intelectuais de esquerda para a escrita da história do operariado brasileiro; a impossibilidade de investigar a participação intelectual da virada dos séculos XIX e XX sem conexão com o estudo do processo imigratório ocorrido no mesmo período; a relevância histórica da imprensa escrita como fonte documental; a alfabetização como condição de acesso à informação autonomamente; a formação de uma imprensa política de esquerda, que enfrentou o regime autoritário em condições precárias de viabilidade material; o anarquismo e anarcossindicalismo dominantes no meio operário; a ausência de partidos políticos nacionais; a confusão reinante entre anarquismo, socialismo e comunismo.

Uma das dificuldades principais no caminho dos historiadores refere-se à questão dos conceitos, isto porque ao trabalharmos com épocas históricas progressas nos

deparamos com diferenças culturais que impõem alterações nas denominações dos objetos estudados, o que pode implicar seriamente o resultado pretendido. Por exemplo, ao falarmos sobre imprensa, necessariamente estamos falando da escrita, pois a televisão e o rádio (este último teve sua primeira transmissão em 1922) ainda não existiam.

Mais cuidado ainda foi preciso ao falar sobre os intelectuais, pois as exigências para incluir determinada personalidade nessa categoria eram bem diferentes daquelas que podemos imaginar no mundo atual. É certo que, conforme exposto no decorrer do trabalho, a sociedade brasileira possuía uma quantidade grande de analfabetos, com um mercado de trabalho voltado para atividades que exigiam mais vigor físico do que desenvolvimento da consciência, isto por conta de todo o processo de formação histórica do Brasil que havia abolido, tardiamente, a escravidão.

Em Ferreira foi possível verificar que, dentre os trabalhadores, uma categoria específica que se destacou foi a dos gráficos, tendo em vista que esses *operários* precisavam ser alfabetizados e tinham acesso à leitura das matérias que deveriam ser impressas, o que lhes permitiu, por consequência, um conhecimento diferenciado.

A observância de uma conexão entre intelectuais de esquerda, imprensa operária, imigrantes e luta política permite uma compreensão das manifestações que ocorreram no início do século XX. Da mesma forma, é possível perceber a existência de confusão, por parte de alguns, no uso dos termos anarquismo, marxismo, comunismo e socialismo. Por outro lado, considere-se, ainda, a existência de um grande *racha* político a partir da fundação da Internacional em 1919 e da associação do comunismo⁵⁵ ao marxismo, levando alguns anarquistas a fundarem o partido comunista brasileiro em 1922; caso de Astrojilgo Pereira.

A ausência de técnicas apropriadas e as dificuldades financeiras que enfrentavam os jornais podem ser apontadas como fatores explicativos da pouca circulação de livros. Sendo assim, os intelectuais, alguns oriundos de países da Europa, tinham nos jornais o órgão privilegiado de difusão das ideias que professavam. Esses periódicos, que nem tinham periodicidade garantida, cumpriram, assim, um papel preponderante na divulgação de filosofias novas como o anarquismo e o comunismo, citando-se, ainda, sua importância na denúncia da repressão e das expulsões e na propaganda dos movimentos grevistas. Às dificuldades encontradas para sua edição contrapunha-se a experiência fundamental dos trabalhadores gráficos, que puderam assegurar a produção de jornais destinados a um público específico: os trabalhadores urbanos. Esses jornais constituíram-se importantes alternativas à grande imprensa e aos órgãos ligados aos setores da direita.

O estudo das relações entre os intelectuais e a imprensa operária na passagem do século XIX para o XX confirmou nossa ideia de que há um importante campo de pesquisa por ser investigado com maior profundidade, pois ainda existem lacunas a serem preenchidas, de forma a contribuir, sobremaneira, para a compreensão de fenômenos, práticas, formação político-partidária, disputas ideológicas no interior do

movimento sindical, trajetória histórica da imprensa e de partidos com orientação política de esquerda, enfim, infinitas questões.

Notas e referências

- ¹ Lená Medeiros de MENEZES, *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*, Rio de Janeiro, Ed UERJ, 1996, p. 27.
- ² Érica Sarmiento da SILVA, “A “não democracia” dos excluídos alguns pontos da política imigratoria brasileira”. *Revista LOGOS* 27: Mídia e democracia, Ano 14, 2º semestre 2007.
- ³ Leandro KONDER, *A derrota da dialética*, São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- ⁴ Marcelo Badaró MATTOS, *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.
- ⁵ Boris FAUSTO, *Conflito social na República oligárquica: A greve de 1917*, B. FAUSTO, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, 3ª ed., São Paulo, DIFEL, 1983.
- ⁶ Lená Medeiros de MENEZES, cit., p. 28.
- ⁷ Nelson Werneck SODRÉ, *História da imprensa no Brasil*, 4ª ed. Atualizada, Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 312.
- ⁸ Maria Theresa Schorer PETRONE, “As crises da Monarquia e o Movimento Republicano”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, Universidade de São Paulo, n. 16, 1985.
- ⁹ Nelson Werneck SODRÉ, cit., 313.
- ¹⁰ Leandro KONDER, *As ideias socialistas no Brasil*, São Paulo, Moderna, 1995, p. 26.
- ¹¹ Quentin SKINNER, “Significação e compreensão na história das ideias”, *Visões da Política – Questões Metodológicas*, Lisboa, Difel, 2005.
- ¹² Lená Medeiros de MENEZES, cit, p. 100.
- ¹³ Cf. Leandro KONDER cit.
- ¹⁴ Rio de Janeiro (Cidade), Secretaria de Comunicação Social. “Anarquistas chegam ao Brasil”, *Breve história da imprensa sindical no Brasil*, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, A Secretaria, 2005, p. 15.
- ¹⁵ IBGE. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933>>. acesso em 10/06/2013.
- ¹⁶ Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria de Comunicação Social, cit.
- ¹⁷ Sobre o processo de educação formal, há inúmeras obras sobre o assunto, principalmente sobre a construção de escolas filosóficas anarquistas, chamadas “escolas racionais modernas” com base nas ideias de Francisco Ferrer y Guardia, que poderão ser abordados em outros estudos.
- ¹⁸ Helena BOMENY, *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira*, Rio de Janeiro, CPDOC, 2003.
- ¹⁹ Maria Nazareth FERREIRA, *A imprensa Operária no Brasil 1880-1920*, Petrópolis, Vozes, 1978, p. 45.
- ²⁰ *Ibid.*, p. 46
- ²¹ Rogério Humberto Zeferino NASCIMENTO, Tese de doutorado, *Imprensa anarquista no Brasil (1907-1915): indisciplina, experimentos libertários e emergência de saberes*. Disponível em <http://www.nu-sol.org/agora/pdf/rogerionascimento.pdf>, acesso em 10.05.2103.
- ²² M. N., FERREIRA, cit., p. 88.
- ²³ Alguns jornais eram editados em idioma natal dos imigrantes, devido ao grande número de estrangeiros no país. Cf. M.N. FERREIRA, cit.
- ²⁴ *Ibid.*, p. 106.
- ²⁵ *Ibid.*, p. 108.
- ²⁶ Cf. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Comunicação Social, cit., p. 8.
- ²⁷ Atualmente rua Buenos Aires.
- ²⁸ Estatuto da COB. Disponível em: <http://cob-ait.net/index.php/tudo-sobre-sindicalismo/29-organizacao/52-confederacao-operaria-brasileira-estatuto-historico>, acesso em 10/06/2013.

-
- ²⁹ UNESP. CEDAP. Disponível em: <http://www.cedap.assis.unesp.br/cat_periodicos/popup3/a_voz_do_trabalhador_cob.html>, acesso em 20/06/2013.
- ³⁰ Lima Barreto aparece em todas as obras que falam sobre imprensa operária, tendo lançado, em 1907, o jornal *Floreal*. Por já ser um autor consagrado, não foi objeto da investigação, merecendo, contudo, um estudo individualizado sobre sua participação na imprensa libertária.
- ³¹ *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro (Cidade). Secretaria de Comunicação Social, cit., 8.
- ³² Segundo o Instituto Historiar, Max de Vasconcelos foi jurista e poeta, nascido em 1891 em Campos dos Goytacazes. Contribuiu com vários jornais como *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã*. Disponível em: <<http://institutohistoriar.blogspot.com.br/2010/07/max-de-vasconcelos.html>>, acesso em 20.06.2013.
- ³² Dagoberto Buim ARENA, *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 22, pp. 87-108, Maio/Ago 2007, p. 97 Disponível em: <http://seer.ufg.br/asphe/article/view/29289/pdf>, acesso em 10.06.2013.
- ³³ Ibid.
- ³⁴ BR, *Na Barricada*. <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/barricada/index.htm>>. Acesso em 03.05.2013.
- ³⁵ BR, *Na Barricada*, 01.05.1916, fac símile, p. 01.
- ³⁶ Ibid.
- ³⁷ Ibid.
- ³⁸ BR, *A Voz do Trabalhador*, 01.05.1921). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/tematica/imprensa.htm>>, acesso em 05/04/2013.
- ³⁹ Sobre Malatesta, ver L. KONDER, cit. p. 17.
- ⁴⁰ BR, *A Voz do Trabalhador*, 01.05.1921, p. 04, fac-símile.
- ⁴¹ Cf. M. N. FERREIRA, cit., p. 75.
- ⁴² BR, *A Rebelião*, 01.05.1914, p.1.
- ⁴³ Ibid.
- ⁴⁴ Nesse período ainda havia muita confusão sobre “anarquismo” e “comunismo”, muitas vezes decorrentes da existência do anarquismo-comunista.
- ⁴⁵ BR, *A Rebelião*, 01.05.1914, p. 02, *fac-símile*.
- ⁴⁶ Ibid.
- ⁴⁷ Ibid.
- ⁴⁸ Rodrigues, 1968, *apud* M. N. Ferreira, cit.
- ⁴⁹ Albertino RODRIGUES, *apud* M.N. FERREIRA, cit., p. 111.
- ⁵⁰ M. N. FERREIRA, cit., p. 111.
- ⁵¹ Mantive a ortografia original do texto. Cf. BR, *A Plebe*, 09.06.1917, *fac-símile*.
- ⁵² Ibid., p. 01.
- ⁵³ Ibid.
- ⁵⁴ Ibid.
- ⁵⁵ Observe-se que a maioria dos anarquistas no Brasil eram alinhados com o anarquismo-comunismo de Kropotkin e Réclus, o que se contrapunha ao anarquismo individualista de Stinner.

Intelectuais e política sob o Estado Novo: o corpo de editores de O Observador econômico e financeiro (1937-1945)

Maria Letícia Corrêa**

As relações entre intelectuais e política na ditadura do Estado Novo foram objeto de estudos importantes, que assinalaram, entre outros aspectos, a montagem do aparato institucional representado pelo Ministério da Educação e Saúde, que fora criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder,¹ a contribuição dos intelectuais ao enunciado da ideologia autoritária justificativa do regime, em função de sua participação na publicação dos periódicos e nos órgãos oficiais,² e sua colaboração para a *invenção* do patrimônio e a delimitação dos estudos do folclore nacional e para a releitura do passado, pela conformação de uma cultura histórica, elaborada e veiculada nas mesmas publicações.³ Dessa forma, os estudos que tomaram por objeto os órgãos de difusão oficiais, recém criados ou encampados durante o Estado Novo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – as revistas, mas também o rádio, os jornais e o cinema – e as instituições responsáveis pelas diversas ações de subsídio à produção cultural, oferecem uma detalhada caracterização do campo intelectual nos anos 1930 e 1940, imbricado à política oficial.

Como não poderia deixar de ser, muitas dessas análises ressaltaram o caráter oficial da atuação dos intelectuais no pós 1930, o que é plenamente justificado quando temos em vista o amplo processo de expansão do Estado nacional e também a quase equivalência, no período da ditadura de Vargas, entre a esfera de atuação estatal e o mercado de bens simbólicos e culturais. Como problemática necessária nesses estudos, emerge a questão da integração/cooptação dos intelectuais no novo mercado de trabalho correspondendo aos numerosos postos criados com a continuidade do processo de expansão do Estado nacional e com a complexificação das atividades de regulamentação da vida econômica, social e cultural, que ganhou impulso após 1937.⁴ Segundo Miceli, deu-se então a ocorrência quase simultânea dos processos de

* A comunicação apresenta resultados de pesquisa contemplada pelo Edital Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e pelo edital Prociência da UERJ no ano de 2012.

** Professora Adjunta da Faculdade de formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Intelectuais, Sociedade e Cultura (GEPISP).

consolidação do mercado de editoras e escritores profissionais e o de multiplicação dos mecanismos e espaços de consagração intelectual, os quais permaneceriam, no entanto, atrelados ao Estado e/ou dependentes da esfera estatal. Para esse autor, esse traço indicava uma das diferenças notáveis entre a caracterização do campo intelectual sob Vargas e o períodos da Primeira República (1889-1930), ou o da chamada *geração de 1870*.⁵

O DIP, criado em 1939 como órgão vinculado diretamente à presidência da República, centralizou a produção e a divulgação de um “discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo”.⁶ Essa função era exercida por meio da produção de materiais diversificados como livros, revistas, folhetos, cartazes, programas de rádio, fotografias, cinejornais, documentários cinematográficos e filmes de ficção, destacando-se, no entanto, a imprensa e o rádio como os meios mais utilizados para a divulgação da propaganda política.⁷

Também a configuração do campo do jornalismo, por sua proximidade como a esfera do poder, refletia a complexidade das relações políticas existentes após 1930. Marialva Barbosa notou o alinhamento dos dirigentes dos principais órgãos de imprensa com o novo regime, ressaltando que, mesmo tendo havido encampação de periódicos e perseguição de alguns jornais, teria havido “mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens do governo e os homens de imprensa do que divergências”. Ainda assim, a partir de 1940, inúmeros jornais e revistas deixaram de obter o registro no DIP – que controlava também os registros dos jornalistas -, tendo a licença cassada os que buscaram manter alguma independência. Segundo Barbosa: “Com esse esquema, a propaganda oficial não só alcançou um nível de produção e organização sem precedentes no país, como também passou a se responsabilizar pela defesa da unidade nacional e a manutenção da ordem”.⁸

Capelato, em trabalho pioneiro, notou que, além das pressões oficiais, a cooptação dos jornalistas foi justificada “também pela concordância de setores da imprensa com a política do governo”. Dessa forma, “a política conciliatória de Getúlio Vargas, aliada à ‘troca de favores’, surtiu efeito entre os ‘homens de imprensa’”.⁹ As adesões eram reforçadas ainda por questões como a dependência das empresas para com o governo para obtenção das isenções para importação de papel de imprensa, e pelo atendimento à determinação para a publicação de textos e notícias produzidos diretamente pela Agência Nacional, mantendo o Departamento, em todo o período, uma função de vigilância da produção discursiva dos jornais. Os discursos de Vargas e dos ministros, proferidos nas diversas solenidades, constituíam o material básico da propaganda veiculada nos jornais, nas rádios e no cinema, estabelecendo-se “uma íntima relação entre censura e propaganda”. Já as atividades de controle, se por um lado impediam a divulgação de determinados assuntos, terminavam por impor outros temas aos jornais. Ao mesmo tempo, nessa concepção, a divulgação das atividades do presidente e dos auxiliares tinha por objetivo oferecer modelos de virtudes a serem seguidos pelos cidadãos.¹⁰

Caberia lembrar, nesse aspecto, o dispositivo constitucional de 1937 que subordinava a atividade de imprensa ao poder público (artigo 122, inciso 15, estabelecendo que “a imprensa exerce uma função de caráter público”), o que traduzia por certo uma das mais importantes marcas da configuração do campo jornalístico no período do Estado Novo. Como assinalado por Capelato:

“A separação entre esfera pública e privada, preconizada pelo liberalismo, era contraditada pelos ideólogos antiliberais defensores da absorção do privado pelo público. Essa concepção pressupunha o Estado como *Suma Ratio* da sociedade civil e como tal retirava a liberdade de ação dos intermediários entre o governo e o povo. Assim, o jornalismo transformou-se numa força coordenada pelo Estado”.¹¹

Retomo, por referência e por oferecerem considerações igualmente necessárias à abordagem aqui desenvolvida, na linha de interpretações sobre as relações entre o Estado e a imprensa no Estado Novo, dois conhecidos estudos sobre a revista oficial *Cultura Política*, realizados, respectivamente, por Mônica Pimenta Velloso (1982) e Adriano Nervo Codato e Walter Guandalini (2003), e que permitem confirmar a característica acima apontada.

Para Mônica Velloso, a dimensão ideológica adquiriu peso fundamental no projeto político estado-novista, constituindo-se em “uma doutrina de ‘obrigação política’ para a sociedade civil”. Segundo a autora, uma das preocupações principais do regime estava relacionada com a construção de uma estratégia político-ideológica de legitimação frente à “opinião pública”, ainda que isso não autorizasse o entendimento de que aquele tivesse se instaurado a partir de um “consenso no conjunto da sociedade”. As formas de integração e cidadania, a partir do Estado, visavam dessa forma ao consenso ativo e também passivo (na acepção gramsciana) dos cidadãos, não estando excluídas, portanto, a coerção e a marginalidade¹².

Nesse contexto, o setor mais eficiente do projeto do DIP teria sido justamente a imprensa, voltada ao mesmo tempo para a censura e a propaganda oficial. Para o escritor Azevedo Amaral,¹³ no entanto, como assinalado por Velloso, crítico da completa subordinação da imprensa à função oficial, deveria ser reservado à elite intelectual o direito de “expor seus pontos de vista”, colaborando sempre para o engrandecimento do próprio Estado. Na concepção do autor, o papel da elite intelectual deveria ser o de reforçar o poder público, dispondo apenas este último “de recursos de informação e de conhecimento das questões atinentes aos interesses nacionais para poder apreciar se a divulgação de uma notícia é ou não conveniente”.¹⁴ Apresenta-se, portanto, em Amaral, o enunciado da reivindicação da presença ao mesmo tempo dos intelectuais e da elite intelectual na elaboração do projeto ideológico do regime estado-novista. A produção e a difusão desse discurso estariam a cargo da imprensa escrita, lugar de sua elaboração por excelência, o que não diminui a importância dos demais meios de comunicação, como o rádio, o cinema e o teatro. Daí o destaque conferido à

produção veiculada em periódicos como a *Cultura Política, a Ciência Política, Brasil Novo e Planalto*.

Velloso nota, portanto, na referência a Azevedo Amaral, uma espécie de divisão do trabalho no processo de elaboração ideológica relativo à doutrina estado-novista, cabendo, por um lado, à elite intelectual “a produção e a manipulação das representações que conformam o discurso estado-novista” e, por outro, aos intelectuais de *menor projeção* as tarefas práticas da propaganda, estabelecendo-se uma complementaridade entre *ideólogos* e *militantes*. Dessa forma: “O quadro dos intelectuais que colaboraram nas diferentes revistas, o tom do seu discurso, o público a que se dirigem permitem estabelecer uma verdadeira divisão do trabalho intelectual”.¹⁵

Também para Codato e Guandalini (2003), ganha centralidade na compreensão do panorama ideológico e cultural do Estado Novo a análise dos intelectuais e dos órgãos de difusão da doutrina a um público heterogêneo. Os autores propõem uma metodologia para o exame das relações entre *política* e *cultura* no autoritarismo que – e, como veremos, da mesma forma que Velloso, pressupõe certa *divisão do trabalho intelectual* – abrangendo aspectos como a compreensão da heterogeneidade das diferentes agências do Estado voltadas à tarefa de produzir “uma mentalidade pró-regime”, a consideração dos diversos *tipos* de intelectuais e a análise do *discurso ideológico* propriamente dito, as instâncias de veiculação e o tipo de público ao qual o discurso ideológico é endereçado.¹⁶

Ao tomar por objeto um periódico que não integrava o sistema oficial de difusão do Estado Novo – a revista mensal *O Observador Econômico e Financeiro*, publicada por iniciativa do economista e empresário paulista Valentim Bouças – busco examinar aspectos pouco visitados nos estudos sobre as relações entre intelectuais, imprensa e política no Estado Novo, segundo o pressuposto de que, mesmo sob o quadro coercitivo e restritivo determinado pela atuação do DIP, os diversos veículos expressavam, ainda, modalidades de representação e organização de interesses a partir da sociedade civil. Considero aqui, portanto, que a imprensa, da mesma forma que os conselhos e órgãos de formato corporativo criados pelo regime, manteve, sob a ditadura, seu papel como espaço das lutas de interesses e representação de classe.

Fundado em 1936 por Valentim Bouças,¹⁷ *O Observador Econômico e Financeiro*, como periódico especializado, veio somar nova contribuição ao debate iniciado por alguns periódicos precursores, voltados à área econômica, como *O Economista: revista mensal de economia, finanças, comércio e indústria*, de 1921, e a *Revista Bancária Brasileira*, de 1933. Mais tarde, ainda no Estado Novo, em 1944, surgiu a importante *Digesto Econômico*, editada pela Associação Comercial e pela Federação Comercial de São Paulo.¹⁸

O Observador inspirava-se nos moldes da revista *Fortune*, norte-americana, e teve por editor, entre 1936 e 1940, o economista Olímpio Guilherme¹⁹, que foi presidente do Conselho Nacional de Imprensa e também um dos diretores do DIP, e a colaboração do economista Maria Beni, que atuou como comentarista econômico do *Diário de São Paulo*, do *Correio Paulistano* e da *Gazeta*. Desde o início, o projeto editorial foi

definido por um perfil essencialmente profissional, o que justificou a contratação, além da de Guilherme, de jornalistas como Omer Monte Alegre e Carlos Lacerda, este ainda em início de carreira. Cada edição contava obrigatoriamente com as *notas editoriais* (texto de apresentação do conteúdo do número e de manifestação e defesa de ideias dos editores), artigos e reportagens assinadas de colaboradores permanentes e eventuais, além de seções mais ou menos fixas, sem assinatura, intituladas *Observações econômicas*, *Observações financeiras*, *Produtos e Mercados*, *Leis e Atos Econômicos*, *Bancos e Moedas* e *Bolsas e Títulos*. Os textos continham ilustrações (fotografias, desenhos e gráficos) e eram intercalados por anúncios (de empresas estrangeiras como *Johan Faber* e *Standard Oil*, e de nacionais, como a Rádio Tupi), podendo alcançar, cada edição, nos anos do Estado Novo, cerca de duzentas páginas.²⁰

Vale destacar que Bouças logrou reunir na revista um corpo de colaboradores que, repercutindo a composição heterogênea dos intelectuais que colaboravam com o governo, expressava ao mesmo tempo as clivagens existentes no campo intelectual. Os colaboradores abarcavam dessa forma nomes afinados ao pensamento autoritário e ao integralismo e também autores que expressavam posições liberais e à esquerda, como alguns antigos integrantes da Aliança Nacional Libertadora e intelectuais próximos ao Partido Comunista do Brasil. No ano de 1940, por exemplo, constavam do expediente, como colaboradores permanentes, nomes como o do médico e antropólogo Arthur Ramos, o engenheiro Ari Frederico Torres, os historiadores Caio Prado Júnior, José Maria Belo, Pedro Calmon, Sérgio Buarque de Holanda e Sérgio Milliet, os juristas e advogados Oscar Tenório, Roberto Lyra e Teófilo Andrade e o jornalista Raul Lima, entre outros. Havia ainda colaborações esporádicas ou regulares de figuras de destaque na literatura como Graciliano Ramos e Cecília Meirelles, ao lado de Gileno de Carli e Victor Nunes Leal, que ocupavam funções associadas à esfera estatal,²¹ e do historiador português Jayme Cortesão.

Tendo em conta as dimensões sugeridas por Codato e Guandalini (2003), acima referidas, relativas à heterogeneidade das agências estatais voltadas à produção discursiva e doutrinária e às hierarquias existentes no campo intelectual, ao lado da consideração a respeito do público a que se voltavam os distintos periódicos, podemos caracterizar o *Observador econômico e financeiro* não apenas como um veículo que serviu à afirmação de um determinado tipo de intelectual – o economista,²² produtor de um discurso técnico e responsável pela elaboração de políticas públicas -, mas também como espaço de enunciação da defesa de interesses.

Obviamente, não se trata de descartar o entendimento de que as principais decisões da política econômica eram tomadas nos conselhos técnicos e de formato corporativo, ligados ao poder executivo, mas sim de pensar a revista como espaço também de composição e de construção de consenso em torno de determinados projetos e de reforço a posições representadas pelos homens de governo que, por sua vez, não expressavam uma unanimidade. Esse foi o caso, por exemplo, da correspondência, notável, entre os textos de *O Observador Econômico e Financeiro* e as posições dos ministros de Vargas, Oswaldo Aranha e Arthur de Souza Costa, favoráveis à

aproximação brasileira com os Estados Unidos, anteriormente à decisão pela participação do país no conflito mundial, o que, como se sabe, viria a determinar o próprio destino do regime (Cf. NOTAS editoriais, *Observador econômico e financeiro*, abril de 1938, p. 5). Ao mesmo tempo, cabe relacionar a revista aos demais veículos de expressão pública que serviram ao debate sobre temas econômicos no período, o que incluiu não apenas a grande imprensa mas também as revistas especializadas acima mencionadas e as manifestações coletivas divulgadas por ocasião de encontros promovidos por associações de classe e profissionais, como o Primeiro Congresso de Economia, de 1943, o Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria e a I Conferência Nacional das Classes Produtoras, de 1945.²³

Da mesma forma, a capacidade (ou estratégia) de seus editores, de abrigar as diferentes posições políticas e intelectuais, incorporando os quadros oficiais, logrou garantir à revista sua longevidade. O *Observador* manteve publicação regular até 1962, numa nova fase, caracterizada pela maior especialização da imprensa econômica e pela consolidação dos periódicos acadêmicos, cujo formato diferia bastante daquele adotado nos anos 1930. Essa composição heterogênea espelhava a própria complexidade do campo intelectual sob a ditadura do Estado Novo e a dificuldade de considerar a imprensa enquanto mero veículo de divulgação do discurso oficial, ainda que este se fizesse presente, como não podia deixar de ser, durante o funcionamento do DIP.

Notas e referências

- ¹ Simon SCHWARTZMAN et al, *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/ São Paulo, EDUSP, 1984.
- ² Mônica Pimenta VELLOSO, Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual, Lúcia Lippi OLIVEIRA, Mônica Pimenta VELLOSO, Angela de Castro GOMES, *Estado Novo: ideologia e poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 71-108; Angela de Castro GOMES, *História e historiadores*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996; Adriano N. CODATO e Walter GUANDALINI Jr, “Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político no Estado Novo”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003, pp. 145-164.
- ³ Márcia CHUVA, *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009; Angela de Castro GOMES, *A invenção do trabalhismo*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005; Angela de Castro GOMES, *História e historiadores*, cit..
- ⁴ Sergio MICELI, *Intelectuais à brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- ⁵ *Ibid.*
- ⁶ Maria Helena CAPELATO, Propaganda política e controle dos meios de comunicação, Dulce PANDOLFI (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp. 167-178.
- ⁷ *Ibid.*
- ⁸ Marialva BARBOSA, *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 103.
- ⁹ Maria Helena CAPELATO, Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: Dulce PANDOLFI (org.), *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 175.
- ¹⁰ Marialva BARBOSA, *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*, Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- ¹¹ *Ibid.*, p. 174.
- ¹² Mônica Pimenta VELLOSO, cit., p. 73.
- ¹³ Antônio José de Azevedo Amaral, natural do Rio de Janeiro, era formado em medicina e atuou

principalmente no jornalismo político. Pode ser considerado com um dos principais ideólogos da ditadura de Getúlio Vargas, pautando-se suas obras pela crítica ao liberalismo e às instituições parlamentares e pela afirmação de posições autoritárias, corporativistas e antisemitas. Dentre seus principais textos destacam-se *O Brasil na crise atual* (1934), *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938) e *Getúlio Vargas, estadista* (1941).

¹⁴ Ibid., p. 73.

¹⁵ Ibid., p. 78.

¹⁶ Adriano N. CODATO e Walter GUANDALINI Jr., cit., p. 146.

¹⁷ Valentim Bouças, economista de formação autodidata natural de Santos, São Paulo, em 1891, era representante no Brasil da *International Business Machines Corporation* (IBM) desde 1917 e tinha fundado a empresa Companhia Serviços Hollerith, que prestava serviços de contabilidade e fornecia equipamentos para diversos órgãos governamentais. Desde 1930 Bouças tornou-se bastante próximo do então ministro da Justiça Oswaldo Aranha e também de Vargas, de quem foi “orientador financeiro”, tendo assumido a chefia da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios e a coordenação da Dívida Externa Brasileira. Em 1937 Bouças passou a ocupar o cargo de secretário-técnico do Conselho Técnico de Economia e Finanças, sendo figura de destaque da gestão de Artur de Sousa Costa no Ministério da Fazenda, que se estendeu de 1934 até 1945. Desde 1940, Bouças foi também diretor da *International Telephone & Telegraph Corporation* (ITT) e em 1942 tornou-se diretor consultivo da *Coca-Cola Refrescos S.A.* Em 1943, Bouças tornou-se membro da Comissão de Controle dos Acordos de Washington, e, de janeiro a julho de 1944, participou da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em Bretton Woods, nos Estados Unidos. Entre setembro de 1948 e fevereiro de 1949, Bouças foi membro da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, conhecida como Missão Abbink. Em 1951, era presidente das empresas Companhia Nacional de Máquinas Comerciais, *Addressograph-Multigraph* do Brasil S.A. e Companhia Imobiliária Santa Cruz, e diretor da Companhia Goodyear do Brasil, da Ferro Enamel S.A., da Companhia Swift do Brasil, da Panair do Brasil, da Companhia Brasileira de Material Ferroviário. Era ainda representante da *American Bank Note Co.* e consultor técnico da *Armco Industrial e Comercial S.A.* Cf. Sonia DIAS, Bouças, Valentim (verbete). PAULA, Christiane Jalles de e LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em 20 mai. 2012.

¹⁸ Ricardo Alberto BIELSCHOWSKI, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1995.

¹⁹ Cf. Marina Gusmão de MENDONÇA, A criação da Tribuna da Imprensa e a defesa dos interesses conservadores no Brasil, *Revista de Economia Política e História Econômica*, v. 1, n. 1, pp. 5-20, set. 2005.

²⁰ O levantamento de artigos e reportagens da revista, apenas para o período de 1936 a 1944, permitiu a constituição de uma base de dados totalizando 2121 entradas de artigos, dos quais 897 assinados, que foram indexados por autor e pelos seguintes assuntos mais frequentes: Economia, Política, Educação, Imposto, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Indústrias, Bancos, Empresas, Aspectos econômicos, Planejamento econômico, Comércio Exterior, Comércio, Relações internacionais, Guerra, Território, Companhias, Panamericanismo, Transporte, Agricultura, Café, Algodão e Açúcar.

²¹ Gileno de Carli, natural do Recife, foi engenheiro agrônomo, fazendeiro e político e ocupou a presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool; Victor Nunes Leal, natural de Minas Gerais, foi importante advogado e, no Estado Novo, foi oficial de gabinete do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

²² Data do Estado Novo, exatamente nesse contexto, a elaboração do programa único obrigatório para o ensino superior de Economia, de autoria dos economistas Eugênio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões. Até aquela data, muitos dos economistas brasileiros haviam alcançado sua formação pelo exercício de funções *ad hoc* em órgãos de governo e também por sua atuação como empresários ou dirigentes de empresas de setores como construção civil e infraestrutura, tendo tido sua aprendizagem formal nos cursos de Engenharia, como era o caso, por exemplo, de Roberto Simonsen e do próprio Gudín, engenheiros reconhecidos como “economistas”.

²³ Ricardo Alberto BIELSCHOWSKI, cit., pp. 266-269.

*Reflexionando en torno a la influencia del liberalismo y del socialismo en el alfonsinismo**

*Cristina Basombrío***

Introducción

El proceso democratizador de la Argentina abierto a partir de la transición iniciada en 1983, condujo a la presidencia a Raúl Alfonsín apoyado en un consenso social que daba la espalda al autoritarismo y defendía el estado de derecho. Frente a una cultura política de escaso respeto por el orden constitucional, cristalizada durante medio siglo de inestabilidad, y frente al gran poder de veto del que gozaban las corporaciones empresaria y sindical sobre las decisiones públicas, Alfonsín proponía un proyecto fundante de una *nueva política* en el país.

Esta ponencia analiza la influencia que recibió el alfonsinismo del liberalismo y del socialismo a partir de dos grupos de intelectuales que aceptaron la decisión política del presidente de permitirles acercarse al poder: el Grupo de Carlos Nino (GN en adelante), cuyo líder fue un destacado jurista que nucleó a su alrededor a varios jóvenes alumnos asistentes a su seminario de Filosofía del Derecho de la UBA, y el Grupo Esmeralda (GE en adelante), que surgió a partir de la convocatoria de Meyer Goodbar, un empresario que había estudiado sociología, y comprendió a intelectuales vinculados a las Ciencias Sociales, Políticas y de la Comunicación. El primero brindó colaboración desde el liberalismo y el segundo lo hizo desde el socialismo.

La ponencia se inscribe dentro de un proyecto más amplio que aborda la confluencia de ambas ideologías en la década del ochenta e intenta resolver un triple interrogante: ¿por qué Alfonsín abrió las puertas a estos dos grupos ya desde la etapa de campaña?; ¿cómo fue posible que ellos, habiendo abrevado en corrientes ideológicas tan diferentes, optaran por un político que provenía del radicalismo?; y además, ¿qué motivó que ambos grupos pudieran establecer cordiales relaciones entre sí y trabajar ciertos temas juntos?

* Una versión modificada de este trabajo ya fue publicada con el título “Intelectuales y poder: la confluencia socialismo-liberalismo durante la presidencia de Alfonsín”, en *Passagens*, Revista de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro, v. 6, nº 2, maio-agosto 2014, pp. 376-398. <http://www.historia.ufr.br/revistapassagens/sumarios.php>

** Universidad Nacional de Tres de Febrero, Facultad de Historia, Profesora Titular Simple Concursada.

Todo esto supone analizar, en el marco de la compleja vinculación entre el pensar y el actuar, entre la producción de ideas y saberes y el pragmatismo propio de la política, varias cuestiones interrelacionadas entre sí: las características de la última transición democrática, el proyecto político de Alfonsín, las trayectorias y pensamientos de los principales miembros de ambos grupos y su influencia en el alfonsinismo.

Desde un punto de vista teórico, la ponencia define intelectual como aquél que produce ideas y saberes y combina conocimiento con una responsabilidad social.¹ Considera también que la tensión entre pensamiento y acción atraviesa todos los debates sobre el compromiso político de los intelectuales.² Desde el punto de vista metodológico, utiliza fuentes orales y escritas que serán oportunamente citadas durante su desarrollo.

Intentando fundar y diseñar una nueva política

Raúl Alfonsín había fundado en 1972 un movimiento progresista dentro del radicalismo llamado originariamente *Movimiento Renovador* y luego *Movimiento de Renovación y Cambio*, disidente de *Línea Nacional* de Ricardo Balbín. Durante los años del Proceso de Reorganización Nacional, Alfonsín se había destacado como activista siendo miembro de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos y sosteniendo una conducta firme en esta materia.³ Por esto, el exiliado dirigente radical Hipólito Solari Yrigoyen⁴ quien, en agosto de 1977 inició contactos con la Internacional Socialista presidida por Willy Brandt, la cual en mayo de 1978 condenó a la dictadura argentina, refiere que a las reuniones de la organización, él y otros radicales no lo hacían invocando la representación del partido conducido por Balbín, sino avalados por el Movimiento de Renovación y Cambio.⁵ Cuando en 1981 llegó al país la misión de la Internacional Socialista, ella se vinculó fundamentalmente con el sector de la UCR liderado por Alfonsín.⁶

En el transcurso del año 1982, la línea alfonsinista fue adquiriendo cada vez mayor protagonismo dentro del radicalismo. Además, Alfonsín había criticado la decisión militar de invadir las islas Malvinas y la consiguiente guerra. En julio de 1983, la Convención Nacional del partido aclamó la fórmula Raúl Alfonsín- Víctor Martínez como candidata del radicalismo para competir en las elecciones nacionales de ese año. Era desplazada una conducción partidaria que con pocos cambios se mantenía desde 1957.

¿Y en qué consistía el mensaje progresista de Alfonsín? Ante todo, debe aclararse que tenía una visión rupturista respecto del período anterior, la cual se manifestó en la forma de *frontera política*.⁷ Es decir, por un lado el político buscaba romper con el pasado inmediato al cual demonizaba asociándolo a la guerra, al autoritarismo y a la muerte. Como contrapartida, defendía el estado de derecho asociado a la paz, la moral, la vida y el orden democrático. Pero también buscaba una ruptura con un pasado más lejano caracterizado por el faccionalismo. Proponía para enfrentarlo una democracia asociada con el bienestar y la prosperidad, que suponía la conformación de una nueva cultura política. Esto suponía generar un cambio en la manera de hacer política en la Argentina, formulando una *nueva política*, lo que implicaba refundar la democracia, respetar el pluralismo y el disenso y recortar la influencia de las corporaciones.⁸ En

síntesis, el proyecto político alfonsinista se orientaba a la formulación de una *nueva política* que tomaba de la tradición yrigoyenista la concepción de la acción política como reforma moral e introducía al mismo tiempo la aceptación de la alteridad en la identidad política.⁹

Con este mensaje, Alfonsín ganó las elecciones de 1983 en medio de un consenso social que daba la espalda al régimen militar y apoyaba la política democrática, que oponía entre sí al autoritarismo y a la democracia. En este sentido, su liderazgo fue construido con un discurso que “lo situaba directamente en sintonía con las aspiraciones de cambio de una porción mayoritaria de la sociedad que canalizaba en él el rechazo a la dictadura.”¹⁰

Es decir, la transición manifestaba una dinámica en la que se fortalecía el liderazgo que con más firmeza había rechazado todo puente de negociación con un régimen en retirada. El *entusiasmo democrático*¹¹ invadía el espacio público, generando la ilusión de que el orden político podría recrearse desde la nada. Sin embargo, esa ilusión ocultaba que la transición se abría en condiciones de precariedad, con la debilidad del sistema de partidos y del Congreso, con la fuerza de las grandes corporaciones y el escaso arraigo histórico de las prácticas democráticas.

Además, se abría sin haber neutralizado a los actores ni modificado gran parte de los factores que habían obstaculizado la estabilización de un régimen democrático. A esto se añadía la herencia de estancamiento, alta inflación, empobrecimiento y deuda externa en el orden económico, y un escenario internacional conflictivo. Se trataba, por tanto, de una *transición tormentosa*¹² que pondría en evidencia la tensión entre las expectativas y las restricciones políticas, sociales, económicas y culturales que objetivamente se enfrentaban.

Éste fue el difícil contexto en el cual Alfonsín, siendo conciente de que una sociedad desorientada necesitaba de “sentidos y marcos interpretativo”,¹³ puso como prioridades de su naciente gobierno las cuestiones democrática y de derechos humanos a fin de refundar la República, recomponer y reinstitucionalizar el país.¹⁴ Rompía así con un consenso negociador contrario a la revisión de la acción de la dictadura defendido principalmente por la línea balbinista de su propio partido y por el candidato del partido justicialista Ítalo Lúder. Con esta decisión continuaba y profundizaba su acción como miembro de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos y “aparecía como la figura ideal para encabezar un cambio de régimen que situara la reparación ética y jurídica de los crímenes cometidos desde el Estado en el centro de la nueva etapa política.”¹⁵

Para pensar e implementar su plan de reconstrucción democrática, Alfonsín buscó el apoyo de los intelectuales y les permitió acercarse al poder. Ya desde los inicios de 1980, al percatarse de la magnitud del desafío que enfrentaría la Argentina cuando fuera recuperada la democracia, tuvo “la íntima convicción de la necesidad de una nueva comunicación entre el radicalismo y los intelectuales que estaban investigando, reflexionando y pensando la época que se vivía, los tiempos que estábamos tratando de dejar atrás y los que nos esperaban.”¹⁶ En esa misma época, asistió a un seminario realizado en San José de Costa Rica sobre el futuro de la democracia y comenzó a tener

un progresivo acercamiento con grupos de intelectuales, varios de los cuales se encontraban aún en el exilio.

Después de tantos años de represión y autoritarismo, la apertura del espacio de la política democrática trajo consigo la necesidad de reflexionar sobre la sociedad por parte de los intelectuales. Ellos tenían ante sí un espacio nuevo que les abría las puertas y les ofrecía una relativamente inédita legitimidad de intervención. Los intelectuales estuvieron como nunca antes dispuestos a formar parte de esa reconstrucción democrática y buscaron instancias públicas para articular sus ideas y argumentos. En este sentido, durante la transición democrática tuvo lugar una “reconfiguración del campo intelectual” desde el momento en que, si la dictadura significó la cancelación de la esfera pública y de los espacios de debate, la democracia “inició el proceso inverso”.¹⁷

Muchos intelectuales aceptaron, entonces, colaborar con Alfonsín, quien junto con Jorge Yuyo Roulet,¹⁸ durante la etapa de campaña electoral había creado el Centro de Participación Política que se convirtió en un espacio de conformación de equipos. Dante Caputo¹⁹ y Francisco Delich²⁰ tuvieron una destacada participación en este Centro. Cuatro grupos de intelectuales se fueron conformando: el de Dante Caputo, quien delinearía la política exterior; el de Juan V. Sourrouille, quien desde el ministerio de economía diseñaría el Plan Austral y lo acompañaría hasta 1988 y el GN y el GE. Rodolfo Terragno²¹ colaboró sin formar parte de un grupo. Otros intelectuales se acercarían desde 1985 al peronismo renovador.²²

Por su orientación ideológica y por la influencia que tuvieron en el alfonsinismo, es momento de abordar las vinculaciones entre el GN y el GE con el político y también las que tuvieron entre sí. Los hacedores de ambos grupos, Carlos Nino y Meyer Goodbar respectivamente, conocieron a Alfonsín durante la campaña electoral. El primero, a través de la Sociedad Argentina de Análisis Filosófico;²³ el segundo, por medio de Jorge Yuyo Roulet. A ambos les impresionó su *cálida personalidad* y les impactaron los conceptos que utilizaba y el que estuviera al tanto de los debates intelectuales de entonces, fundamentalmente, los que giraban en torno de la filosofía política.²⁴

Carlos Nino, formado en el Derecho, con un doctorado por la Universidad de Oxford y especialista en temas de Filosofía Política y de Filosofía del Derecho, estuvo ausente del país desde 1977 trabajando en universidades extranjeras, impactado por las violaciones de derechos humanos de la última dictadura. Para principios de 1982, a partir de la crisis del gobierno militar y ya de vuelta en Argentina, se comprometió con la actividad política y se afilió al radicalismo. Participó durante la campaña electoral del diseño de estrategias con las que se enfrentarían los abusos de los derechos humanos cometidos en el pasado.²⁵ Meyer Goodbar había estudiado Sociología y era empresario y asesor de empresarios. Colaboró en la etapa de campaña interesándose en el análisis de los elementos simbólicos que había detrás de la teoría de la comunicación, para lo cual viajó a París y contactó a quienes habían hecho la campaña presidencial de François Mitterand. Por pedido de Alfonsín, se abocó a formar un grupo de intelectuales que ayudara a pensar al futuro presidente.

Cuando Alfonsín ganó las elecciones el 30 de octubre de 1983, Carlos Nino y Meyer Goodbar empezaron a formar sus respectivos grupos. El primero, siendo asesor

presidencial entre 1983 y 1985, convocó a cuatro jóvenes estudiantes de Derecho que asistían a un seminario de Filosofía del Derecho que él dictaba en la UBA. Se trataba de Carlos Rosenkrantz, Gabriel Bouzat, Hernán Gullco y Agustín Zbar. Desde 1985, habiendo sido nombrado por Alfonsín coordinador del Consejo para la Consolidación de la Democracia, incorporó a otros alumnos destacados: Marcela Rodríguez, Mirna Goranski, Marcelo Alegre, Roberto de Michele, Miguel de Dios, Carlos Balbín, Roberto Gargarella, Alberto Fohrig y, desde 1987, a Martín Böhmer. Al grupo así formado se lo conoció con el nombre de *Nino´s Boys*, denominación que “vino del radicalismo, donde había desconfianza de aquellos que no venían del tronco partidario; supongo que por influencia de la filosofía anglosajona, por la formación de Nino en Oxford.”²⁶

Por su parte, Meyer Goodbar convocó a Daniel Lutzky, sociólogo y cientista político, que había estado trabajando en Francia, y a Margarita Graciano, especialista en Semiótica. Inicialmente se dedicaron a estudiar comportamientos sociales y a armar tipologías socio-políticas. Para 1984, el GE empezaba a pensar en cómo ayudar al discurso del presidente y se sumaban Pablo Giussani, periodista y comentarista político; Eduardo Issaharoff, médico psiquiatra que colaboraba desde la epistemología y convocaría a Fabián Bosoer, estudiante de Ciencias Políticas; Hugo Rapaport, que había estudiado Historia; Pedro Pasturenzi, que había estudiado Filosofía; Marcelo Cosin, publicista; Damián Tabarosky, estudiante de Letras; Eva y Laura Goodbar, estudiantes de Sociología; Emilio de Ipola y Juan Carlos Portantiero, sociólogos. La incorporación de los dos últimos dinamizó las tareas del grupo y permitió la realización de *un trabajo programático*.²⁷ Para 1986 se sumaron Sergio Bufano, periodista y editor, y para 1987, Claudia Hilb, socióloga y cientista política y Gabriel Kessler, sociólogo. El nombre de “Esmeralda” con el cual se conoce al grupo, viene por la oficina que Meyer Goodbar alquilaba en la calle Esmeralda donde se llevaban a cabo sus reuniones.

En síntesis, Carlos Nino y Meyer Goodbar conocieron a Alfonsín durante la etapa de campaña y fueron conformando sus respectivos grupos de intelectuales entre 1983 y 1987. Los miembros del GN y del GE tenían plena conciencia de identidad. Los primeros se sentían deslumbrados por la inteligencia, el respeto y la apertura de Nino. Fueron formados por él en una visión muy crítica de lo que era la enseñanza tradicional del Derecho. Nino les transmitió la pasión por la cosa pública y se convirtió en su referente. Estaban convencidos de que la experiencia de los años sesenta y setenta había demostrado que no se podían construir utopías sin acuerdos ni consensos. Al igual que Nino, estaban afiliados al radicalismo pero, con excepción de la etapa de campaña, tuvieron poca militancia partidaria. Adhirieron al proyecto liberal progresista de Nino, básicamente preocupado por los derechos humanos y por las reformas institucionales.²⁸

En cuanto al GE, si bien la composición de sus miembros era más heterogénea pues no todos provenían de una misma disciplina como sucedía con el GN, los unía el haberse formado en posturas de izquierda y, en su gran mayoría en las ciencias humanas; el hecho de que algunos hubieran estado en el exilio como Pablo Giussani en Italia, Emilio de Ipola en Francia y en México, Juan Carlos Portantiero y Sergio Bufano en México; el no estar afiliados al radicalismo sino haber optado por Alfonsín desde una posición de izquierda democrática. Al igual que los miembros del GN, también muchos

de ellos realizaron una crítica respecto de la experiencia de las décadas del sesenta y del setenta, especialmente en la forma de autocrítica de sus postulados de izquierda.²⁹

Es momento, entonces, de intentar comprender el liberalismo y el socialismo que defendían respectivamente y por qué confluyeron con el proyecto alfonsinista. En el primer caso, se trata de un liberalismo progresista, igualitario, que se apoya en pensadores liberales fuertemente igualitarios como Emanuel Kant y John S. Mill y en los más contemporáneos John Rawls y Ronald Dworkin. Es tributario de la tradición de izquierda del pensamiento norteamericano con la que Nino estaba muy vinculado por medio de la Universidad de Yale. El liberalismo igualitario combina los valores de la libertad y de la igualdad y promueve una distribución igualitaria de la libertad. Lejos de ser enemigo de los derechos sociales, considera que ellos son la extensión natural de los derechos individuales que descansan en los principios de autonomía, inviolabilidad y dignidad de la persona. Los individuos deben ser igualados con relación a las diferencias que emergen de las distintas circunstancias materiales. El liberalismo igualitario compromete al Estado con la provisión de ciertos bienes básicos, esenciales para que cada persona afirme su autonomía. Le preocupan las acciones y las omisiones del Estado.³⁰ Entiende la sociedad política como un sistema equitativo de cooperación social que supone entender a los ciudadanos como razonables y racionales, libres e iguales.³¹

El socialismo democrático defendido por el GE es resultado, por una parte, de la traumática experiencia pasada que condujo a la revalorización democrática y al desprestigio de las interpretaciones de los años sesenta y setenta; y por otra, de un cambio de paradigma a nivel internacional producto del nuevo rol de los medios de comunicación y de la técnica en política, de la compartimentación y especialización del saber en desmedro de las visiones totalizadoras y omnicomprensivas de los comportamientos sociales, junto a la disolución del componente antagónico y las contradicciones en la sociedad que los intelectuales de izquierda reconocían y explicaban en el pasado. El corte que las teorías transicionistas y las ciencias sociales establecieron entre autoritarismo y democracia y que Alfonsín asumió como parte integral de su programa al demonizar el pasado, convertía a éste en el límite de la identidad intelectual en democracia y se teñía de una fuerte autocrítica.³² Así, uno de los miembros del GE afirma: “fui descubriendo desde un socialismo radical el liberalismo y la democracia [...]. El mismo ímpetu y energía que puse en los setenta para la revolución, lo puse para la democracia liberal.”³³

La opción de ambos grupos por Alfonsín se explica, en parte, en que tenían una visión muy crítica respecto del pasado, así como también en que consideraban que era necesario construir un régimen democrático que fuera capaz de superar el autoritarismo y la profunda crisis de la Argentina. Coincidían, por tanto, con la visión de discontinuidad que tenía Alfonsín y con su proyecto de fundar una “nueva política”.

El GN, en su crítica hacia el pasado, observaba la incapacidad que había tenido el liberalismo argentino para incorporar los valores propios de la tradición democrática. Nino se alejaba del ideal positivista de neutralidad para afirmar que el Derecho es válido y obligatorio si es democrático y si cumple con ciertos derechos morales que derivan del principio de autonomía, pilar de toda posición liberal. El contexto socio-económico-

político y cultural argentino le planteó problemas jurídicos de evidentes connotaciones morales. Distinguía y criticaba cuatro *tendencias recurrentes* en el transcurso de la historia argentina en estrecha vinculación entre sí: el *dualismo ideológico*, el *corporativismo*, la *anomia* y la *concentración del poder*. En su opinión, ellas constituían defectos que habían contaminado la práctica constitucional y explicaban la reversión del desarrollo político y económico argentino.³⁴

El GN concebía, entonces, la transición a la democracia como un cambio institucional que debía modificar prácticas y hábitos de conducta, para lo cual sería necesario pensar en una reforma constitucional mediante la cual se implantara un sistema semi- presidencialista. El proyecto político alfonsinista como teoría y práctica de una “nueva política” confluyó con el proyecto liberal igualitario del GN. Por un lado, éste reforzaba la consideración que hacía Alfonsín de la acción política como reforma moral. Por otro, al oponerse al faccionalismo y al introducir en la identidad política el pluralismo y la aceptación de la alteridad, el proyecto alfonsinista coincidía con el del GN en la necesidad de una reforma de la Constitución a fin de revertir las cuatro constantes aludidas.

El GE advertía, al criticar al pasado, que en la Argentina la crisis social se manifestaba en la forma de una *sociedad casi anárquica*, afectada por una anomia política, donde el gobierno debía enfrentar obstáculos y bloqueos del mismo funcionamiento del sistema político y donde existía una proliferación de conflictos que intentaban resolverse por la violencia. Observaba que entre 1930 y 1983 se había agravado la crisis en el sistema de partidos por los paréntesis de intervención militar. Hacía hincapié en el profundo problema cultural de la sociedad argentina y caracterizaba a la crisis heredada como una fase final de un modo de regulación del capitalismo. Consideraba que para 1983 había una doble crisis de la transición en el país: la de un régimen político de gobierno y la de un régimen social de acumulación, que afectaba al conjunto complejo de las instituciones y de las prácticas que incidían en el proceso de acumulación del capital. Por esto, era necesario un *pacto democrático* que tuviera una dimensión ética a fin de que todos los sujetos sociales lo asumieran como propio. Su instrumentación suponía defender la *democracia participativa*, la *ética de la solidaridad* y la *modernización*.³⁵

Así, desde el socialismo democrático, el GE confluyó con el proyecto político alfonsinista que apuntaba a la formación de un amplio consenso que hiciera gobernable y transformable democráticamente al país en una sociedad que, hasta entonces y por razones estructurales y culturales, había devenido en facciosa y en promotora de salidas autoritarias. Esto suponía que, para realizar una transición efectiva a la democracia, debía llevarse a la práctica la idea de la unidad en la diversidad y hacer un esfuerzo para gestar un acuerdo y un compromiso nacionales. El GE percibió a Alfonsín como una figura nacional que trascendía al partido radical y que encarnaba la posibilidad de afirmar una república democrática.

En síntesis, el GN desde el liberalismo igualitario y el GE desde el socialismo democrático confluyeron con el alfonsinismo. Los años ochenta estuvieron hegemonizados por autores y temas de la filosofía política. De ahí que “... nuestra aprehensión de la vida democrática y republicana ha abrevado en la revalorización del

liberalismo político, en los debates sobre los derechos humanos, sobre la idea de representación y sobre la idea de justicia.³⁶ Existían, por tanto, varios elementos ideológicos coincidentes entre ambos grupos. Al abrirles un espacio en la esfera pública, Alfonsín evidenciaba estar al tanto de los debates intelectuales que existían y era coherente con su línea interna dentro del partido, el Movimiento de Renovación y Cambio, que concebía al radicalismo como abierto y como una fuerza convocante. Los tres actores eran concientes de asistir a un momento fundante y, en aras de que le proveyeran herramientas para el diseño de una *nueva política*, Alfonsín pidió a ambos grupos colaboración.

Como ha sido indicado, tanto Carlos Nino como Meyer Goodbar iniciaron los contactos con Alfonsín desde la etapa de campaña. Sus tareas consistieron en pensar en las estrategias con las que se enfrentarían los abusos contra los derechos humanos cometidos en el pasado, y en analizar los elementos simbólicos que había detrás de la teoría de la comunicación, respectivamente. Entre 1983 y 1985, Nino ejerció el cargo de asesor de la presidencia; como tal, junto con su grupo, participó de la propuesta de definición de responsabilidades, defendió la justicia retroactiva, la invalidez de las normas de *facto*, los decretos 157 y 158 y el proyecto de reforma del Código de Justicia Militar. También elaboró una serie de leyes que serían aprobadas por el Congreso Nacional durante 1984. En esos mismos años, el GE empezó a funcionar en la oficina alquilada por Goodbar y se abocaba a su doble tarea de pensar en cómo ayudar al discurso del presidente y de monitorear los discursos políticos y armar tipologías socio-políticas. De la mano de Eduardo Issaharoff, el GE introducía la idea de informatizar el área de la presidencia.³⁷

Desde 1985, Nino coordinó el Consejo para la Consolidación de la Democracia cuyo proyecto principal sería el de reforma de la Constitución Nacional. Hacia fines de 1987, fue uno de los operadores de Alfonsín ante el peronismo para la instrumentación de esa reforma. Durante estos años, el GE colaboró en la elaboración del discurso alfonsinista y también llevó a cabo el análisis de los medios y de la opinión pública.

En las entrevistas realizadas a los miembros del GN y del GE se observan varias constantes: el reconocimiento a la apertura de Alfonsín; el agradecimiento a que no pretendiera un asesoramiento acrítico; las críticas que recibían de diversos sectores, incluso de la misma UCR; la existencia de cordiales relaciones entre ambos grupos basadas en el respeto mutuo que había entre ellos y el contacto directo que tenían Carlos Nino y Juan Carlos Portantiero. Tal cordialidad se fundaba en los elementos ideológicos que unían al liberalismo igualitario con el socialismo democrático. De hecho, a varias de las reuniones del *Club de Cultura Socialista*, del cual varios miembros del GE eran fundadores y que publicaba la revista *La Ciudad Futura*,³⁸ asistían algunos intelectuales del GE. Tal era el caso, por ejemplo, de Roberto Gargarella, quien también estudió sociología, se llevó muy bien con Portantiero y realizó en la librería *Gandhi* un curso sobre Gramsci con José Aricó.³⁹ El último no integraba el GE pero tenía fuertes lazos profesionales y de amistad con muchos de sus miembros.

Por tanto, no sorprende que cuando Alfonsín, en el momento más favorable de su presidencia, ya encaminada su preocupación inicial en orden a la revisión de la violación de los derechos humanos durante el Proceso, decidiera explicitar y llevar a la

práctica su proyecto político, apelara a ambos grupos. Tampoco sorprende que entonces el GN y el GE interactuaran y trabajaran algunos temas juntos. ¿Y en qué les pidió colaboración el presidente? En dos decisiones que tomaría en diciembre de 1985: la elaboración de un discurso en el cual enunciaría con claridad su proyecto político y la creación del Consejo para la Consolidación de la Democracia.

Ciertamente, en el año 1985 Alfonsín se encontraba en un plano ascendente: la transición democrática parecía avanzar triunfalmente y muchos aspectos justificaban tal optimismo: el resultado del plebiscito sobre el diferendo con Chile; la implementación del Plan Austral; el buen resultado para el partido gobernante de las primeras elecciones nacionales intermedias; el trasfondo de los juicios a los comandantes; el inicio del juicio militar contra la cúpula dirigente de la guerra de 1982; la renovación del peronismo con Antonio Cafiero como garante del sistema político vigente. En este contexto favorable, el 1 de diciembre de 1985, ante el Plenario del Comité Nacional de la UCR, Alfonsín pronunció el discurso titulado *Convocatoria para una Convergencia Democrática*, más conocido como *Discurso de Parque Norte* (DPN en adelante).

En su elaboración fue clave la participación del GE, especialmente de dos de sus miembros, Emilio de Ipola y Juan Carlos Portantiero. Alfonsín puso en evidencia en este discurso muchos de los temas que ambos intelectuales habían reflexionado en *Punto de Vista*.⁴⁰ Como síntesis de su contenido, puede decirse que el DPN realiza una fuerte crítica del pasado mediato e inmediato; que propone encarar una *tarea fundacional* en la cual, para convertir una *sociedad autoritaria* en una *sociedad democrática*, es necesario formular un “pacto social de garantías y de transformación” por el cual todos los actores se comprometan desde su autonomía; que basa *los caminos* para lograr el *pacto* en un “trípode fundamental: la democracia participativa, la modernización y la ética de la solidaridad”. Es decir, en la democracia entendida como procedimiento de un orden político y a la vez como espacio de transformación social que amplíe las estructuras participativas fijadas en la Constitución Nacional y contenga el pluralismo y la diversidad;⁴¹ en un “proyecto de modernización estructural” que encare la formación de una *sociedad flexible* y modernice la economía, las relaciones sociales y la gestión del Estado; en la *ética de la solidaridad* sustentada en “condiciones que aseguren la mayor justicia social posible” y resuelvan equitativamente las dificultades de los distintos sectores.⁴²

Si bien la participación del GE fue esencial en la redacción del DPN, como se ha indicado, el GN, que coincidía con los elementos ideológicos vertidos, también colaboró.⁴³ Fabián Bosoer, miembro del GE, era uno de los contactos que organizaba las reuniones entre ambos grupos. Varios integrantes del GN como Carlos Nino, Gabriel Bouzat, Roberto de Michele, entre otros, leyeron los borradores y realizaron agregados.⁴⁴ Por ejemplo, la crítica que realiza el DPN hacia el liberalismo conservador y la defensa de una *filosofía política* con una “clara dimensión moral”;⁴⁵ la referencia a la *tensión* planteada “entre libertad e igualdad”; “el hecho de reconocer a cada ciudadano como miembro con igual dignidad en el seno de la cooperación social”; la explicitación de que para contrarrestar la “distribución social e histórica desigual de riquezas, status, réditos”, el *pacto democrático* se base en la *ética de la solidaridad* para asegurar “la mayor justicia social posible.”⁴⁶

En el mejor momento de su presidencia y en el marco de su proyecto político estratégico, Alfonsín convocaba en el DPN a una convergencia política con la oposición a través del doble *pacto*, utilizando los aportes ideológicos de la “convergencia natural entre cierto tipo de liberalismo y cierto tipo de socialismo.”⁴⁷ Expresaba también su deseo de que el partido radical se flexibilizara, facilitara el surgimiento de nuevas ideas y actuara en función de las “demandas y urgencias del país”. Seguidamente, para instrumentar el *pacto* y la “modernización de las estructuras políticas, culturales y económicas”,⁴⁸ el 24 de diciembre de 1985 el presidente creó por decreto el Consejo para la Consolidación de la Democracia (CCD en adelante). Nombró a Carlos Nino coordinador del mismo, quien aceptó convencido de que la tarea de proponer reformas estructurales, promovería el cambio institucional que modificaría prácticas y hábitos de conducta.

La principal temática a la que se abocó el CCD por iniciativa de Alfonsín, fue al estudio de la posible reforma de la Constitución Nacional.⁴⁹ Para mediados de 1986, el organismo presentó al presidente un dictamen preliminar y para inicios de 1987, un segundo dictamen. Ambos documentos contienen el proyecto de reforma constitucional. La necesidad de la reforma se fundamentaba en que así como la Constitución de 1853 había sido el gran pacto sobre el que se formó la nación, al iniciarse un *nuevo período histórico* debía explicitarse un “gran pacto de garantías y transformación” que fuera el eje “para construir la Argentina moderna y solidaria.”⁵⁰

En síntesis, el proyecto proponía profundizar la Primera Parte de la Constitución y reformar la parte orgánica, evidenciando la influencia del pensamiento nineano al defender la adopción de un sistema semi-presidencialista a partir del nombramiento de un primer ministro designado por el presidente, quien a su vez fuera elegido por sufragio universal y directo según el sistema de doble vuelta y durara cuatro años en su cargo, pudiendo ser reelegible sucesivamente una sola vez.⁵¹ El CCD aconsejó, entonces, a Alfonsín “poner en marcha los mecanismos institucionales que prevé el artículo 30 de la Constitución Nacional.”⁵²

El GE coincidió en la necesidad y en el contenido de este proyecto de reforma. En este sentido, Juan Carlos Portantiero opinaba que facilitaría “el pasaje de las formas del Estado Liberal de Derecho al Estado Democrático Social de Derecho”; que favorecería “la reforma democrática del estado; esto es, el aumento de la ingerencia de la sociedad [...] en la trama política”; que “implicaría un cambio positivo para nuestros hábitos políticos.”⁵³

Sin embargo, ni la convergencia política con la oposición,⁵⁴ ni el deseo de la flexibilización del propio partido enunciados en el DPN, ni el proyecto de reforma política propuesto por el CCD prosperaron. Para 1987 Alfonsín había perdido el apoyo de la civilidad y en las elecciones nacionales de ese año, la UCR quebraba su predominio en la Cámara de Diputados y era relegada en casi todas las provincias. Ya en diciembre de 1986 la situación empezó a cambiar para la concreción del proyecto alfonsinista cuando el presidente envió al Congreso el proyecto de ley de *Punto Final* que se sancionó como ley 23.492 y contribuyó al desprestigio del presidente. Tanto el GE como el GN fueron muy críticos respecto de esta ley y del manejo de la información

que hizo el gobierno, cuya consecuencia fue hacer pensar que se buscaba evitar confrontar con el pasado.⁵⁵

Entre tanto, los síntomas de debilidad que aquejaban al gobierno se fueron profundizando durante el transcurso de 1987, a lo cual se sumaría la *crisis de Semana Santa*. Si bien la sociedad civil se mostró entonces decidida a superar la cultura golpista, la sublevación militar contribuyó a la pérdida de autoridad del presidente, lo cual se agudizó con la sanción de la ley de Obediencia Debida (23.521),⁵⁶ que pretendió dar solución a la extendida acción judicial desbocada por la ley de *Punto Final*. Nuevamente el GE fue crítico respecto de esta ley; Nino, si bien había presentado a Alfonsín una alternativa a la misma basada en la disponibilidad de la acción penal, comprendía la decisión de Alfonsín pues no estaba en contradicción con su opinión acerca del castigo como garantía del orden social hacia el futuro.

A esta situación política y al creciente deterioro del gobierno, se agregarían dos crisis militares durante el año 1988 y el ataque de ex miembros del Ejército Revolucionario del Pueblo al regimiento de La Tablada en enero de 1989. El panorama también se agravaría desde el punto de vista económico: hacia mediados de enero de 1989, el Banco Mundial comunicó que no desembolsaría los créditos que había prometido a la Argentina. Esta noticia se filtró a la prensa. Se inició la corrida contra el austral. El 31 de marzo Sourrouille renunció al ministerio de Economía. La profunda crisis cambiaría culminaría con la hiperinflación y el presidente adelantaría la entrega del mando.

En síntesis, el GN y el GE venían colaborando con Alfonsín a partir de la etapa de campaña desde sus postulados socialistas democráticos y liberales igualitarios respectivamente, en aras del diseño de una *nueva política* en la Argentina. Pero en tal colaboración fueron advirtiendo cómo los problemas y las cuestiones de la realidad ofrecían resistencia a sus principios y cómo el presidente no pudo y no supo concretar completamente su proyecto.

Conclusión

En el marco de una transición democrática “formalmente incondicionada” al no existir pactos ni restricciones expresas del poder autoritario y a la vez “fuertemente condicionada” por el legado negativo de ese mismo poder,⁵⁷ Alfonsín intentaba fundar y diseñar una *nueva política*. Para ello buscó el apoyo de ideas progresistas del GN y del GE que no encontraba en su propio partido. Ellos le brindaron colaboración aún cuando en decisiones coyunturales disintieran con el político.

Los tres actores, para convergir, tuvieron que realizar un replanteo profundo: Alfonsín era consciente de que su partido no había sabido advertir la naturaleza de los cambios producidos en la sociedad; el GN proponía un liberalismo igualitario en oposición al conservador y positivista; el GE defendía la democracia desde una revisión de sus categorías de izquierda. Coincidían en que era necesario dejar atrás la política basada en confrontaciones estériles y en el predominio de una minoría autoritaria que pudiera atentar contra el disenso y la libertad. Coincidían también en la formulación de una *nueva política* que restaurara la democracia y encarara los cambios profundos que reclamaba la crisis que enfrentaba la Argentina en 1983. Estaban convencidos de que

eran protagonistas de una etapa fundacional en la que sería posible sentar las bases de una nueva cultura política.

En un clima de diálogo que no era unidireccional, Alfonsín recibió del GE nuevos insumos y volvió más rico su discurso e inició en la Argentina la tarea de encuestas. Recibió del GN herramientas con las que pudo diseñar estrategias en orden a la persecución judicial de las violaciones de derechos humanos cometidas durante el Proceso y a la instauración de un sistema democrático sólido y perdurable. En su apuesta por Alfonsín, la vinculación entre ambos grupos fue cordial y fluída; existía entre ellos una corriente de mutua simpatía basada en la convergencia progresista de ideas que provenían de “las mejores tradiciones socialistas y de la mejor tradición liberal”.⁵⁸

Si bien la idea de un pacto democrático no fracasó desde el momento en que quedó implantada en la conciencia popular la defensa de la democracia, el anhelo de que la vieja política quedara atrás por medio de un pacto programático, entró en tensión con el poder de presión y veto de las corporaciones y con un proceso de reconfiguración de las identidades políticas y sociales, principalmente en el partido Justicialista y en el propio partido Radical en “tiempos y ritmos desacompañados”,⁵⁹ a lo que se sumaban los errores del propio gobierno.

A medida que ofrecían su asesoramiento, estando tan cerca del poder, los intelectuales del GN y del GE percibían cuántas eran las dificultades para plasmar la *nueva política* a la que tanto aspiraban. Reflexionar en torno de la influencia del liberalismo y del socialismo en el alfonsinismo permite poner en evidencia la tensión entre pensamiento y acción que atraviesa el compromiso político de los intelectuales, tensión que se manifestó estrechamente vinculada con la que existió en la administración alfonsinista entre las expectativas y las restricciones políticas, sociales, económicas y culturales que objetivamente debían ser enfrentadas.

Notas e referências

- ¹ Antonio CAMOU, “Los consejeros del príncipe”, *Revista Nueva Sociedad. Saber técnico y saber político*, Caracas, Texto, 1997, pp. 54-67.
- ² Gisèle SAPIRO, “Modelos de intervención política de los intelectuales. El caso francés”, *Prismas. Revista de Historia intelectual*, Buenos Aires, s.ed., 2011, p. 129.
- ³ En 1977, por ejemplo, fue uno de los firmantes de una presentación de esa entidad al general Videla para esclarecer la situación de las personas desaparecidas.
- ⁴ Solari Yrigoyen se exilió en Venezuela y luego en París. Gracias a las redes que allí construyó, organizó las giras de Alfonsín en Europa en los ochenta. Véase Marina FRANCO, *El exilio. Argentinos en Francia durante la dictadura*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2008, p. 264.
- ⁵ Virginia PERSELLO, *Historia del radicalismo*, Buenos Aires, Edhasa, 2007, p. 269.
- ⁶ Fernando PEDROSA, *La otra izquierda. La socialdemocracia en América Latina*, Buenos Aires, Edhasa, 2007, p. 275. Esta misión fue recibida oficialmente y mantuvo también reuniones con miembros de la Multipartidaria y de la Asamblea Permanente de los Derechos Humanos y con distintos sectores del socialismo. Acompañó a las Madres en una de sus habituales rondas en Plaza de Mayo.
- ⁷ Aboy Carlés se sirve de esta categoría para explicar que se establece una escisión temporal que contrasta dos situaciones diferentes. En este sentido, el alfonsinismo se planteaba como contracara de la dictadura y como aspiración a concluir un ciclo más largo. Analiza también las ambigüedades del alfonsinismo: la lucha por acabar con el recurrente hegemonismo de la política argentina, adquiría a veces ella misma la forma de constitución de una identidad hegemónica, dado que el presidente nunca descalificó la concepción de

-
- “tercer movimiento histórico”. Véase Gerardo Aboy CARLÉS, *Las dos fronteras de la democracia argentina. La reformulación de las identidades políticas de Alfonsín a Menem*, Rosario, Homo Sapiens, 2001. Además, se puede agregar que en varias ocasiones, Alfonsín no buscó el consenso.
- ⁸ Raúl ALFONSÍN, *La cuestión argentina*, Buenos Aires, Propuesta Argentina, 1981, p. 185.
- ⁹ Gerardo Aboy CARLÉS. *Las dos fronteras...*, cit., pp. 257-258.
- ¹⁰ Hugo VEZZETTI, *Pasado y presente. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2009, p. 132.
- ¹¹ María Inés González BOMBAL, “1983: El entusiasmo democrático”, *Ágora*, Buenos Aires, n° 7, 1997.
- ¹² Catalina SMULOVITZ, “Prefacio: La ilusión del momento fundante”, Roberto GARGARELLA, María Victoria MURILLO y Mario PECHENY (comps), *Discutir Alfonsín*, Buenos Aires, Siglo XXI, 2010, p. 10.
- ¹³ Vicente PALERMO, “La vida política”, Jorge GELMAN (dir.) y Mariano Ben PLOTKIN (coord.), *Argentina. La búsqueda de la democracia*, Madrid, Fundación MAPFRE, 2012, p. 71.
- ¹⁴ Raúl ALFONSÍN, *Fundamentos de la República democrática. Curso de Teoría del Estado*, Buenos Aires, Eudeba, 2006, pp. 76-77.
- ¹⁵ Hugo VEZZETTI, *Pasado y presente...*, cit., pp. 132-133.
- ¹⁶ Entrevista con Raúl Alfonsín, 26 de mayo de 2000.
- ¹⁷ Mariano Ben PLOTKIN, “La cultura”, Jorge GELMAN (dir.) y Mariano Ben PLOTKIN (coord.), *Argentina. La búsqueda...*, cit., p. 308.
- ¹⁸ Roulet estaría a cargo de la Secretaría de la Función Pública de la Presidencia de la Nación.
- ¹⁹ Caputo ejercería el Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la Nación.
- ²⁰ Delich sería nombrado Rector de la Universidad de Buenos Aires y luego Secretario de Educación de la Nación.
- ²¹ Terragno desempeñaría el Ministerio de Obras y Servicios Públicos de la Nación desde 1987.
- ²² Martina GARATEGARAY, “Intelectuales en democracia: los casos de Unidos y Punto de Vista”, *XIII Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*, Catamarca, 2011, p.16.
- ²³ Esta Sociedad (SADAF) surgió en plena dictadura como un lugar de pensamiento en contra de la censura; era presidida por Eduardo Rabossi, quien integraría la CONADEP y luego sería designado por Alfonsín Subsecretario de Derechos Humanos del Ministerio del Interior.
- ²⁴ Entrevistas con Rabossi, 4 de junio de 2003 y con Goodbar, 1 de julio de 2003.
- ²⁵ Cristina BASOMBRÍO, “Intelectuales y poder: la influencia de Carlos Nino en la presidencia de Alfonsín”, *Temas de Historia Argentina y Americana*, Buenos Aires, UCA, 2008, pp. 21 y 25.
- ²⁶ Entrevista con Marcelo Alegre, 22 de julio de 2003.
- ²⁷ Entrevista con Meyer Goodbar, 1 de julio de 2003.
- ²⁸ Cristina BASOMBRÍO, “Intelectuales y poder...”, cit., pp. 25 y 40.
- ²⁹ Cristina BASOMBRÍO, “Los intelectuales del Grupo Esmeralda y Alfonsín”. Tesis de Licenciatura en Historia, Caseros, Universidad Naciobal de Tres de Febrero, 2002, pp. 3-6.
- ³⁰ Roberto GARGARELLA, *Las teorías de la justicia después de Rawls*, Barcelona, Paidós, 2010, p. 184.
- ³¹ Jürgen HABERMAS y John RAWLS, *Debate sobre el liberalismo político*, Barcelona, Paidós, 2010, p. 79.
- ³² Martina GARATEGARAY, “Intelectuales en democracia...”, cit., pp. 8 y 18.
- ³³ Entrevista con Sergio Bufano, 15 de mayo de 2012.
- ³⁴ Carlos S. NINO, *Juicio al mal absoluto. Los fundamentos y la historia del juicio a las Juntas del proceso*, Buenos Aires, Emecé, 1997, pp. 80-88.
- ³⁵ Emilio de IPOLA y Juan Carlos PORTANTIERO, “Crisis política y pacto democrático”, *Punto de Vista*, Buenos Aires, 1984, pp. 13-20; Cristina BASOMBRÍO, “Los intelectuales del...”, cit., pp. 5-7 y 9.
- ³⁶ Emilio de IPOLA (coord.), *El eterno retorno. Acción y sistema en la teoría social contemporánea*, Buenos Aires, Biblos, 2004, p. 23.
- ³⁷ Este intelectual se contactó con la empresa IBM y así se crearía el CUPED (Centro Único de Procesamiento de Datos), primera red informática de presidencia. Entrevista con Eduardo Issaharoff, 29 de abril de 2013; Héctor PAVÓN, *Los intelectuales y la política en la Argentina*, Buenos Aires, Debate, 2012, pp. 105-106.
- ³⁸ Martina GARATEGARAY, “Intelectuales en democracia...”, cit., p. 5.
- ³⁹ Entrevista con Roberto Gargarella, 4 de mayo de 2012.
- ⁴⁰ Emilio de IPOLA y Juan Carlos PORTANTIERO, “Crisis política y...”, cit., pp. 13-20.
- ⁴¹ Nino coincidía con esta concepción de democracia pero prefería hablar de “democracia deliberativa”, a la que consideraba el sistema más adecuado para alcanzar la imparcialidad de las decisiones políticas, al

-
- permitir el debate público mediante el cual, los potencialmente afectados por ellas, opinan y arguyen sobre la racionalidad de las medidas a adoptar.
- ⁴² “Discurso de Parque Norte”, en Carlos GIACOBONE y Edith GALLO, *Radicalismo, un siglo al servicio de la patria*, Buenos Aires, Biblioteca, Archivo Histórico y Centro de Documentación de la Unión Cívica Radical, 1991, pp. 441-481.
- ⁴³ Juan Carlos Torre, integrante del equipo de Juan V. Sourrouille, sociólogo y amigo de Emilio de Ipola y Juan Carlos Portantiero, también participó, sobre todo en los conceptos referentes a la modernización del estado. En el DPN puede, además, observarse cierta influencia del pensamiento cristiano, que no llegaba a Alfonsín a través del GE ni del GN.
- ⁴⁴ Entrevistas con Gabriel Bouzat, 27 de noviembre de 2012 y con Roberto de Michele, 28 de noviembre de 2012.
- ⁴⁵ “Discurso de Parque...”, cit., p. 459.
- ⁴⁶ *Ibid.*, pp. 460-461.
- ⁴⁷ Entrevista con Gargarella, 4 de mayo de 2012.
- ⁴⁸ *Reforma Constitucional, Dictamen preliminar del Consejo para la Consolidación de la Democracia*, Buenos Aires, Audeba, 1986, p. 7.
- ⁴⁹ También presentó a Alfonsín los proyectos de reformas del Código procesal penal, de la ley universitaria, del Banco Central y de la ley de radiodifusión.
- ⁵⁰ *Reforma Constitucional. Dictamen preliminar del...*, cit., pp. 23-29.
- ⁵¹ Cristina BASOMBRÍO. “Intelectuales y poder...”, cit., pp. 43-46.
- ⁵² *Reforma Constitucional. Dictamen preliminar del...*, cit., p. 30.
- ⁵³ *Reforma Constitucional, Segundo Dictamen del Consejo para la Consolidación de la Democracia*, Buenos Aires, Eudeba, 1987, pp. 217-218.
- ⁵⁴ Esta convergencia solamente se efectivizó en una coalición de fuerzas conservadoras provinciales y el radicalismo para las elecciones legislativas y provinciales de 1987.
- ⁵⁵ Carlos S. NINO. *Juicio al mal...*, cit., pp. 148-149; entrevistas con Carlos Rosenkrantz, 27 de agosto de 2003 y con Emilio de Ipola, 6 de abril y 13 de junio de 2000.
- ⁵⁶ Creaba una presunción irrefutable de que los oficiales, jefes subordinados, suboficiales y la tropa de las fuerzas armadas de seguridad y penitenciarias habían actuado bajo órdenes y por lo tanto no podían ser castigados. La misma presunción se extendía a los oficiales superiores, generales y coroneles que no habían actuado como jefes de zona o de fuerzas armadas de seguridad y penitenciarias. La presunción no se aplicaba a delitos de violación, secuestro, apropiación de niños y robo. *Anales de Legislación Argentina*, Tomo XLVII-B, Buenos Aires, La Ley, 1987, p. 1.549.
- ⁵⁷ Marcos NOVARO, *Historia de la Argentina Contemporánea. De Perón a Kirchner*, Buenos Aires, Edhasa, 2006, pp. 153-154.
- ⁵⁸ Entrevista con Marcelo Alegre, 22 de julio de 2003.
- ⁵⁹ Roberto GARGARELLA, María Victoria MURILLO y Mario PECHENY (comps), *Discutir Alfonsín...*, cit., pp. 19-20.

Sérgio em Berlim: futurismo no desterro

Marcelo Neder Cerqueira¹

1

Este artigo se propõe a compreender a formação do pensamento social de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) a partir de sua estadia em Berlim (1929-1930). Destaca-se a experiência de contraste e estranhamento vivenciada pelo historiador latino-americano em dois aspectos básicos: (1) por um lado, uma Alemanha protestante, luterana, favorecendo a compreensão da permanência e da longa duração das raízes ibéricas (e do catolicismo) na formação social brasileira; (2) por outro lado, uma Alemanha em crise, que assistia a ascensão do nazi-fascismo, expondo a *barbárie* e o irracionalismo no seio do *progresso* da civilização ocidental, possibilitando uma visão crítica aos processos modernizantes conservadores em vigor na conjuntura política internacional. Ambas as experiências de contraste e estranhamento, vivenciadas na relação de alteridade e no *desterro* intelectual de Sérgio Buarque de Holanda em sua estadia em Berlim, se apresentam como fundamentais para o desenvolvimento de suas análises sociais e políticas, que buscam compreender as particularidades históricas da formação social brasileira e seus dilemas face o avanço das transformações burguesas na passagem à modernidade.¹

Estudar o pensamento social de Sérgio Buarque de Holanda a partir de sua experiência em Berlim, todavia, significa também buscar as origens, as afinidades e tensões (as semelhanças e diferenças) do autor com o modernismo – não só com o modernismo brasileiro, mas também, de forma mais ampla, com as vanguardas modernas europeias, latino-americanas e norte-americanas, inclusive. Para tanto, destacam-se os novos paradigmas metodológicos e epistemológicos desenvolvidos pelo autor em suas pesquisas, como também, a íntima relação destes novos paradigmas com os conflitos políticos mais agudos de seu tempo, considerando o contexto amplo de crise do liberalismo e do paradigma clássico de modernidade encampado pelo Iluminismo.

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF).

Para compreender esta conjuntura histórica de crise política e grande transformação social devemos considerar, preliminarmente, os seguintes aspectos gerais correlacionados que se articulam na virada do século XIX para o XX e nas primeiras décadas do século XX: (1) a magnitude da destruição causada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918); (2) a crise econômica de 1929, no epicentro do capital, com a quebra da bolsa de valores em Nova Iorque; (3) a ascensão de diferentes movimentos fascistas e nacionalistas pelo mundo e certo fundamentalismo das ideologias religiosas a seduzir os corações e mentes das massas descontentes; (4) o avanço e a velocidade das transformações modernas, da urbanização e da industrialização, com as novas tecnologias, o avanço da racionalidade instrumental moderna, a crescente burocratização do Estado e o crescimento das cidades – avanço este que já desde a segunda metade do século XIX vinha implicando grandes transformações nas formas tradicionais de socialização, produzindo uma violenta experiência de desenraizamento do sujeito; (5) a força das ideologias racistas, etnocêntricas e eurocêntricas, presente inclusive nos discursos científicos da época, justificando práticas colonizadoras e civilizatórias, estando presente também nas disputas imperialistas entre os centros hegemônicos de poder (considerando não apenas as relações centro-periferia características de uma relação metrópole-colônia, como também as relações centro-periferia características da formação de elites políticas com mentalidades colonizadas e eurocêntricas); (6) o avanço da Revolução Russa (1917), que no contexto de crise econômica e política se oferecia de forma ainda mais eloquente como alternativa ao sistema capitalista; (7) a crise da racionalidade iluminista, da ideia clássica do indivíduo racional, autocontrolado e senhor de si, e o surgimento de novos paradigmas epistemológicos que levassem em conta a subjetividade e os afetos (a paixão e a desrazão) na análise dos fenômenos históricos e políticos.

As revoluções teóricas e epistemológicas no campo das ciências, e também no campo da literatura e das artes, de um modo mais amplo, identificadas em diferentes movimentos intelectuais de vanguarda, não podem ser compreendidas sem considerar esta conjuntura mais ampla de profunda crise social e política. Os movimentos modernos de vanguarda, considerando suas diversas expressões, se configuraram como um espaço de ressonância / circulação de experiências estético-expressivas alternativas à predominância do racionalismo iluminista então em crise. As diferentes expressões de primitivismo – o interesse pelo humano na sua expressão pulsional e sensitiva, a busca do elemento metamórfico, fragmentário e transformador que mobiliza as relações humanas – devem ser compreendidas neste marco de negação ao paradigma racionalista do Iluminismo engendrado no avanço das transformações modernas. Da mesma forma, o desenvolvimento do conceito de cultura na análise dos fenômenos históricos e sociais – presente nas inovações teórico-metodológicas de diferentes escolas de pensamento – assim como, a importância da subjetividade e dos estudos sobre o inconsciente; dos diferentes estudos sobre ideologia, memória, estética e literatura; da teoria da relatividade no campo da física; na valorização da experiência e das relações sociais

iminentes na prática analítica social; todas estas inovações devem ser compreendidas neste marco de crise e crítica ao paradigma racionalista moderno.

Seria impossível, todavia, compreender como uma conjuntura de crise (e também de grandes mudanças sociais) pode favorecer a inovação e a experimentação de diferentes práticas políticas e culturais sem levar em conta a forma ambígua, heterogênea e muitas vezes contraditória como estas se manifestam. De fato, podemos encontrar dentro do mesmo movimento de negação ao paradigma racionalista do iluminismo respostas das mais variadas, que se entrecruzam com diferentes interesses políticos, muitas vezes, contraditórios entre si, alguns desses comprometidos com movimentos religiosos ou nacionalistas de corte conservador. Manipulando a crítica ao paradigma racionalista como defesa do misticismo e do irracionalismo, estes movimentos mais conservadores conduziram fantasias religiosas e nacionais ao plano político. Assim, diferentes intelectuais identificados com o campo modernista foram também arrastados pela corrente de irracionalismo e romantismo conservador que tomou as massas descontentes em princípios do século XX.

Para as regiões periféricas ao centro de poder do capital, este fenômeno tornou-se particularmente evidente pela identificação do liberalismo (e do racionalismo iluminista relacionado) com a dominação estrangeira (mormente a Inglaterra e os EUA, que exerciam maior hegemonia). Em uma conjuntura de crise do liberalismo, motivada pela violenta disputa entre as potências imperialistas e pela velocidade exponencial e desigual das transformações modernas, a crítica ao racionalismo iluminista sofreu considerável atração por respostas neoabsolutistas, autoritárias, antiliberais e antidemocráticas que exigiam maior controle do Estado na organização da sociedade. De forma análoga, a crítica à dominação racional-legal, identificada com o liberalismo, confundiu-se muitas vezes na luta direta contra o individualismo, denunciando o entusiasmo egoísta da cultura política burguesa – a avareza, a ganância, a competitividade, o pragmatismo e o utilitarismo da sociedade liberal –, paixões facilmente manipuláveis que articularam a formação de um discurso crítico ao liberalismo. Na América Latina, esta conjuntura de crise do liberalismo favoreceu um amplo movimento de reação católica e neotomismo que pensava a identidade nacional a partir da herança – das raízes – da cultura política ibérica fundada no cristianismo. O tomismo contrastou com o liberalismo a partir da crítica ao individualismo e foi consolidando sua retomada no Brasil desde o começo da década de vinte. A fundação do Centro Dom Vital, em 1922, voltada para a formação de uma intelectualidade católica atuante na sociedade deve ser vista como um marco desta retomada. Devemos ter em mente, assim, como discutiremos posteriormente, a dimensão histórica dos conflitos políticos que atravessam a virada do século XIX para o XX, no Brasil, especificamente, tomando o contexto de Abolição da Escravidão (1888) e Proclamação da República (1889). Por ora, cabe ressaltar que a crítica ao individualismo vinda do campo católico foi também diversa e heterogênea: por um lado, esta se aproximou do solidarismo católico, que posteriormente caminhou em direção aos movimentos sociais de trabalhadores e ligas camponesas, criando as condições necessárias para o

desenvolvimento da Teologia da Libertação; por outro lado, de tendência conservadora e regressista, a crítica ao individualismo e ao utilitarismo liberal refletiu os interesses e sentimentos políticos mais conservadores da sociedade envolvidos em movimentos de inspiração fascista, tais como o Integralismo, que tiveram considerável força naquela conjuntura.² Confundindo a negação do *liberalismo importado* com negação do processo de democratização encampado pelas ideias republicanas liberais mais radicais, a atração antiliberal e antidemocrática tornou-se evidente nos países de industrialização tardia, excluídos do processo de hegemonização político-econômica do capital.³

Para não fazer tábula rasa da diversidade de expressões vanguardistas, identificadas na crítica à sociedade moderna, porém muitas vezes relacionadas a afetos conservadores e retrógrados veiculados na cultura política religiosa, não podemos deixar de buscar a diversidade e variações de respostas políticas oferecidas em cada caso especificamente. Nesse sentido, o nacionalismo, por exemplo – uma das questões fundamentais em disputa nesta conjuntura –, deve ser compreendido como nacionalismos, no plural, no intuito de garantir a heterogeneidade de respostas políticas nacionalistas motivadas no momento. O mesmo recurso analítico deve ser utilizado quando pensamos outros conceitos mobilizados neste contexto, tais como *identidade*, *raça*, *miscigenação*, por exemplo. Todavia, a ambiguidade e contradição continuam presentes no pensamento de muitos autores. Em muitos casos, alguns desses intelectuais vanguardistas se aproximaram do fundamentalismo religioso e das ideologias racistas e eugênicas em voga – como aconteceu com Gilberto Freyre e, em menor grau, com o próprio Sérgio Buarque de Holanda –, mesmo quando suas ideias apontavam, ao mesmo tempo, ou pelo menos em alguns aspectos, para um sentido inverso. Devemos, assim, compreender a dimensão da ruptura promovida por esses intelectuais, de acordo com os interesses que conduzem suas interpretações, a recepção e a circulação de suas ideias, situando os limites impostos pela conjuntura e pelas lutas políticas de seu tempo.

Sem perder estas ressalvas apontadas – e isso nos parece especialmente importante destacar –, devemos estar atentos para a sensibilidade particular do olhar modernista em identificar a experiência de falta ou perda de sentido (a aparente morte de Deus) constitutiva da experiência moderna – sentimento de perda este intimamente relacionado ao avanço e à velocidade das transformações burguesas. Destaca-se, neste ponto, o processo de legitimação e dominação da racionalidade instrumental moderna que passa a substituir as formas tradicionais de organização e dominação social. Neste ponto, também podemos identificar no campo modernista a atração por certa tendência nostálgica por um passado idealizado, acompanhada geralmente por uma crítica muito contundente ao processo de reificação (*coisificação*) das relações humanas, característica marcante da sociedade industrial que pensa o humano a partir da máquina. Acometidos pelo *mal-estar da modernidade* (atormentados pela *morte de Deus*), não foram poucos intelectuais identificados no campo modernista que saíram em “busca do tempo perdido”, para referir-se à expressão cunhada por Marcel Proust. A busca pelo *tempo perdido*, no âmbito político e histórico, romantiza as relações de solidariedade comunais e tradicionais – estudadas pela sociologia de Émile Durkheim, por exemplo,

como um negativo das sociedades modernas, ditas então como *complexas* (o procedimento clássico da sociologia moderna, fundada na dualidade entre sociedades *primitivas* e *complexas*). A partir de uma abordagem mais conservadora, esta busca nostálgica, profundamente romântica, sustentou as fantasias étnico-nacionais, mitificando as narrativas históricas e as identidades culturais que sustentaram o sentimento de pertencimento a uma ordem nacional ou unidade social. No caso da Alemanha, por exemplo, que Sérgio Buarque de Holanda acompanhou de perto em sua estadia em Berlim, o movimento nacionalista alemão (o nazi-fascismo) sustentou seus mitos de origem a partir das fantasias étnico-nacionais cristãs (luteranas) pangermanistas e antisemitas, que bebiam na fonte das ligas estudantis wagnerianas do final do século XIX, de considerável influência em todo mundo germânico.⁴

O campo crítico do modernismo, em um sentido contraditoriamente inverso, soube fazer da própria experiência de falta de sentido e mal-estar moderno – da própria experiência trágica de sofrimento humano – matéria de suas vidas e reflexões. Ao contrário de buscarmos o que aparentemente se perdeu (a essência, o sentido, Deus ou qualquer ideia de unidade e estabilidade), debruçaram-se sobre o caráter imanente, transformador, instável e fragmentário da vida, produzindo uma grande variedade de expressões culturais e práticas políticas alternativas que tencionavam as estruturas lógicas do poder hegemônico. O campo crítico do modernismo compreendeu que *sentido, identidade, nacionalidade, indivíduo* ou *unidade* são conceitos construídos a partir das próprias relações humanas, não sendo, portanto, naturais, nem preconcebidos por nenhuma dimensão metafísica a priori. Nesse sentido, o campo crítico do modernismo soube enxergar o Deus que se escondia por detrás do paradigma racionalista; soube enxergar os processos não menos místicos de dominação que conduzem os sistemas ideológicos de crença característicos da racionalidade instrumental moderna, do capital, do estado moderno e sua estrutura jurídica e política. Numa análise mais sutil, este campo crítico, percebeu os perigos da atração religiosa conservadora com relativa autonomia, sem perder a crítica ao paradigma racionalista. O entrecruzamento de interesses contrastantes favoreceu a sensibilidade para se pensar algumas questões fundamentais constitutivas da passagem à modernidade que, todavia, mantinham-se intocadas na penumbra do Iluminismo. Neste diapasão, uma tradição de pensamento heterogênea refletiu de forma inovadora sobre a relação entre as revoluções burguesas e as reformas protestantes, por exemplo, interpretando a reação católica numa chave de leitura alternativa às formulações tipicamente iluministas, que conduziam a análise para o recalque da presença teológico-política na economia política clássica e na estrutura jurídico-política moderna.

Sérgio Buarque de Holanda, assim como outros intelectuais e artistas vanguardistas impelidos em meio à linha de fogo destes interesses contraditórios, também identificou o choque de culturas políticas e religiosas contrastantes atravessando o avanço das transformações burguesas. Neste sentido, podemos identificar uma série de negativas críticas presentes neste campo que serão valorizadas a partir de nossa interpretação. Ao invés de mergulhar no sentimento generalizado de desencanto que arrastou muitos

intelectuais identificados na abordagem vanguardista para o irracionalismo político característico do romantismo conservador, o campo crítico do modernismo, se assim pudermos tipificar, percebeu as transformações modernas através de uma dialética entre encanto e desencanto. No caso brasileiro, este campo crítico encarou o desafio de tentar combinar a crítica ao liberalismo importado sem mergulhar na torrente de nacionalismo essencialista, de iberismo e catolicismo; questionar os problemas sociais e políticos do mundo moderno sem dar brecha para certo saudosismo escravagista e colonial; criticar a presença das raízes ibéricas sem cair no fascínio do mundo utilitário anglo-saxão; questionar a ideia colonizada de *atraso* mantendo a crítica aos males do *progresso*; criticar o individualismo da sociedade burguesa sem se deixar manipular por completo pela reação neotomista conservadora; valorizar as relações de solidariedade e familiaridade holísticas, constitutivas da cultura política ibero-americana, sem abrir mão da concepção iluminista sobre os direitos individuais universais; criticar a violência das transformações burguesas sem defender as violências das relações sociais de favor semifeudais, aristocráticas, coloniais ou imperiais que vigoravam nas relações familiares patriarcais e na estrutura altamente hierarquizada da sociedade escravocrata (senão justamente o contrário, observando certa continuidade existente entre ambos os processos de dominação que simplesmente se rearranjavam na passagem à modernidade). Tal era o desafio que impelia os intelectuais identificados no campo crítico do modernismo a uma posição de constante instabilidade e ambiguidade.

Esta ambiguidade garante, entretanto, certo elemento crítico que não se deixa aprisionar em uma leitura estanque. O pensamento de Sérgio Buarque, como sugere Silviano Santiago⁵ movimenta-se como um pêndulo. A narrativa ensaística, característica de diversas de suas obras, como *Raízes do Brasil* (1936)⁶, por exemplo, amplifica esse efeito; faz das ambiguidades e contradições matéria de muitos *insights* que conduzem sua interpretação, deixando o texto em aberto. O texto ganha certa vida própria. Ler Sérgio Buarque de forma crítica e atual é compreender a dialética do esclarecimento específica entre *o que o autor viu* e quando ele *acertou no que não viu*. Todavia, é preciso ainda frisar: estas diferenças, contrastes, ambiguidades e variações observadas na diversidade de abordagens modernistas não devem ser compreendidas somente a partir de escolhas intelectuais específicas, mas, antes, a partir de disputas políticas mais complexas, que extravasam os limites conscientes do próprio indivíduo, condicionando suas escolhas e a maneira como suas ideias são recepcionadas. O estudo do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda nos impele a interpretar, para parafrasear o próprio Sérgio, a relação inseparável entre *o homem que pensa* e *o homem que sente*. Desta forma, pensamos ser possível compreender a forma particular como o autor desenvolve uma perspectiva crítica ao mesmo tempo comprometida com a denúncia da permanência e da longa duração dos afetos religiosos e coloniais, assim como, sensível às contradições da sociedade industrial moderna.

2

Walter Benjamin, em suas teses sobre a história⁷, expõe a dificuldade do Iluminismo em enxergar como a *barbárie* e a desrazão (simbolizadas nas guerras mundiais, no nazi-fascismo, no genocídio, na irracionalidade da crise econômica, na fome, na colonização, dentre outros exemplos) podem conviver continuamente, com regularidade, no interior da civilização dita moderna e liberal. O autor questiona, assim, os novos sistemas de crença que incidem no bojo das transformações burguesas, desvelando certa *confiança encantada* (porque seduzida ou alienada) pela racionalidade técnica instrumental – como se esta racionalidade fosse garantidora do progresso, do desenvolvimento humano, da justiça, do conhecimento, etc. Nas palavras de Benjamin:

“A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que responda a essa verdade. [...] O assombro com o fato que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção história da qual emana semelhante assombro é insustentável.”⁸

O *assombro* referido por Benjamin é um assombro iluminista, inscrito na cegueira produzida pela racionalidade instrumental burguesa e seu conceito de história correlato. Ao enfatizar a palavra *ainda* – “o assombro com o fato que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis” – Walter Benjamin questiona a ideia de progresso e linearidade presente no conceito de história hegemônico na sua época. O autor luta, assim, por uma concepção de história que seja capaz de enfrentar e compreender os dilemas políticos e sociais impostos naquela conjuntura, com destaque para a ascensão do nazismo e das práticas políticas autoritárias cada vez mais presentes. Não podemos esquecer que suas *teses sobre o conceito de história* datam de 1940, sendo este um de seus últimos textos – Benjamin suicidou-se em 1940, para não ser pego pela Gestapo, a polícia secreta da Alemanha nazista. O encaminhamento analítico sugerido pelo autor, ao contrário de colocar o nazismo como uma aberração inexplicável e incompatível ao desenvolvimento da *civilização moderna*, observa sua incômoda continuidade e intimidade, se apresentando como *outra face da mesma moeda*. Tentar compreender tais fenômenos sociais fora do tratamento excepcional como correntemente é abordado na historiografia neoliberal e no jornalismo dominante significa observar a presença de tais ideias e sentimentos políticos na normalidade e regularidade da cultura política burguesa.

Vale observar que tal posicionamento e desenvolvimento argumentativo de Walter Benjamin – um posicionamento que sai em defesa de um novo conceito de história que consiga compreender e interpretar os acontecimentos políticos de seu tempo – encontra uma forma análoga no prefácio de Karl Marx à segunda edição do conjunto de artigos que compõem o Dezoito Brumário de Luis Bonaparte (MARX, 1981). “Como um raio caído de um céu azul”: foi esta a expressão usada por Marx para se referir criticamente à interpretação de Victor Hugo sobre a ascensão política de Luis Bonaparte – o sobrinho

de Napoleão que com um golpe de estado fechou a Segunda República Francesa, em 1851, fazendo-se então imperador e governando uma ditadura que durou quase duas décadas na França. Sobre Victor Hugo, diz Karl Marx:

“[...] limita-se à invectiva mordaz e sutil contra o responsável pelo golpe de estado. O acontecimento propriamente dito aparece em sua obra como um raio caído de um céu azul. Vê nele apenas um ato de força de um indivíduo. Não percebe que engrandece, ao invés de diminuir atribuindo-lhe um poder pessoal de iniciativa sem paralelo na história do mundo.”⁹

Neste prefácio à segunda edição, escrito em 1869 – lembrando que o Dezoito Brumário foi publicado separadamente em artigos semanais na revista norte-americana *Die Revolution*, entre março de 1851 e dezembro de 1852, quase em tempo real ao desenrolar dos acontecimentos analisados – Marx questiona a forma como os intelectuais, políticos e jornalistas da época não souberam (ou não quiseram) enxergar o golpe político em curso. Assim, de forma crítica e inovadora, Marx desenvolveu uma interpretação processual da história, apontando como a luta de classes proporcionou as condições históricas necessárias para que Luis Bonaparte desempenhasse oportunisticamente tal papel. Discordando de Victor Hugo, que concentra sua análise em demasia na figura individual de Luis Bonaparte, Marx analisa a conjuntura a partir da imanência das lutas e dos conflitos sociais vivenciados por diferentes classes, grupos políticos e extrações sociais na época.

O assombro referido por Walter Benjamin que *tais fatos* continuem acontecendo em pleno século XX (o nazismo, a Guerra Mundial, etc.) – e poderíamos ainda dizer, dando sequência, a bomba atômica em Hiroshima, a Guerra do Vietnã ou as recentes Guerras no Iraque e no Afeganistão... o assombro que fatos semelhantes ainda aconteçam em pleno século XXI! – é um assombro produzido por uma concepção de história comprometida com a universalização do ideal de civilização ocidental burguesa e por isso cega aos próprios abusos e arbitrariedades políticas cometidas. Tal comprometimento confunde-se nos pontos cegos do iluminismo: essa forma particular de cegueira e conivência, típica do classicismo antropológico da cultura política burguesa, capaz de defender as maiores violências e excessos políticos sob a forma de um discurso descompromissado, imparcial, garantidor de direitos universais que, todavia, são cotidianamente desrespeitados. O que gostaríamos de destacar nesta rápida digressão, todavia, é precisamente a necessidade aventada por Benjamin, e, anteriormente, também trabalhada por Marx, de construir um novo conceito de história: um conceito de história que seja capaz de se libertar da onipresença civilizatória e conivente com os abusos que subsiste na pena das narrativas históricas modernas; um conceito de história que seja capaz de romper o recalque da teologia-política que subsiste no fundamento da economia política burguesa. Este parece ser o ponto fundamental das questões epistemológicas que tencionam o conceito de história e que estão no âmago das transformações modernas; quero dizer: o longo processo de secularização das instituições políticas e sociais; a libertação do pensamento humano

crítico (e do conceito de intelectual) da camisa de força política-ideológica fundada na idealização, no idealismo teológico-político, na submissão da experiência à ideia.

O texto paradigmático destacado de Benjamin apenas aparentemente pode soar distante do estudo do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. Isso porque estamos pensando a experiência de Sérgio em Berlim (1929-1930) como metáfora – uma chave de leitura – para a influência do campo crítico do modernismo na sua formação. As vanguardas modernas do começo do século XX se comprometeram em um movimento crítico e desconstrutivista dos valores liberais hegemônicos e das instituições políticas que representavam a ideia de progresso civilizacional. Este movimento crítico pode ser observado em diferentes experiências intelectuais e culturais dispersas por cidades de todo mundo, de forma sincrônica e diacrônica. De fato, a identificação deste campo crítico só pode ser realizada e compreendida na heterogeneidade e diversidade de práticas estéticas, críticas e científicas. Entretanto, algumas características genéricas podem ser identificadas. Uma delas, talvez a mais importante, passa necessariamente pela inclusão da subjetividade e da relativização na análise dos fenômenos sociais. Do ponto de vista antropológico, por exemplo, a inclusão da variável subjetiva promove uma verdadeira transformação na prática das pesquisas etnográficas, rompendo com a dita imparcialidade científica da antropologia etnocêntrica e colonial, típica do final do século XIX. O conceito cultura passou, assim, por uma grande transformação, revolucionando decisivamente os estudos sociais, históricos e políticos em diferentes escolas de pensamento. O mesmo pode ser observado quando pensamos a formação das narrativas históricas, considerando a subjetividade na análise dos fenômenos históricos na prática e no ofício do historiador, como, por exemplo, tão bem refletiu Marc Bloch em seu texto paradigmático *Apologia da História ou ofício do historiador*.¹⁰

A influência do modernismo, entretanto, para além das inovações teóricas e metodológicas, pode ser identificada na obra de Sérgio Buarque de Holanda a partir de outros aspectos. Um estudo mais apurado de seus primeiros textos e artigos, assim como da relação do autor com o movimento modernista brasileiro pode trazer mais elementos sobre esta aproximação. Todavia, não se trata apenas de perceber esta influência de forma linear, mas sim, a partir de um entendimento profundo do campo político e social que estes autores estão referidos, conseguir capturar a tensão existente (as semelhanças e as diferenças) que incidem nesta relação. Desta forma, a influência modernista no pensamento de Sérgio Buarque ganha um sentido inverso e ambivalente, podendo ser pensada também como metáfora para o estabelecimento de algumas críticas e limites ao mesmo modernismo presente no autor, com destaque para a identificação de alguns aspectos contraditórios que incidem no momento de mitificação do projeto modernista. Este contraditório do modernismo pode ser observado especialmente no que diz respeito às referências de um projeto de mitificação do caráter nacional-popular, a partir do corpo coletivo da cultura popular, encampado pelo modernismo ao longo do seu desenvolvimento enquanto movimento – passada a fase inicial do grito desconstrutivista, o modernismo encontra seu contraditório na exata proporção do estabelecimento da sua hegemonia, culminando também na formação de um novo

academicismo e na seleção de um conjunto de autores que fazem seu panteão. O contraditório do modernismo deve ser observado também – e isso parece ser o mais delicado – a partir dos diferentes usos possíveis do tomismo que se esconde na busca por uma identidade nacional-popular que forma a principal questão modernista.

O mesmo pode ser dito, todavia, quanto ao contraditório presente no liberalismo do pensamento de Sérgio Buarque. Em que pese a grande influência modernista, e a simpatia do autor pela ideia de nacional-popular presente na sua compreensão sobre a formação social do Brasil e sua identidade, não são poucas vezes que o autor fala desde um ponto de vista comprometido no Iluminismo, seduzido especialmente pelo ideário liberal anglo-saxão, expresso em inúmeras comparações entre a cultura política ibérica e anglo-saxônica.

Um caminho interessante para o estudo das semelhanças e diferenças do pensamento de Sérgio Buarque com o modernismo pode ser trilhado a partir de suas correspondências com Mário de Andrade – talvez a figura mais representativa do movimento modernista brasileiro –, publicadas recentemente a partir da pesquisa de Pedro Meira Monteiro.¹¹ A correspondência entre Mário e Sérgio se configura como um dos lugares sensíveis para se observar o modernismo no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. Para Meira Monteiro, em se tratando especialmente das semelhanças e diferenças entre Sérgio Buarque e Mário de Andrade, devemos observar o posicionamento contrastante de ambos os autores face à reação católica, que naquele contexto de crise do liberalismo e de grande transformação social, influía de sobremaneira nos novos arranjos político-ideológicos e nos debates intelectuais no país. O contraste entre determinadas perspectivas dissonantes, torna-se interessante para compreender os pontos cegos de cada autor, constitutivos da oscilação do lugar de onde falam (onde estão os pontos sensíveis que falam criticamente ao seu posicionamento). Neste trabalho, temos como objetivo sugerir alguns caminhos possíveis que nos ajudem a pensar a importância destes contrastes para fazer uma leitura possível e inovadora da obra de Sérgio Buarque de Holanda.

A experiência berlinense do autor de *Raízes do Brasil* (1936) favorece uma compreensão de sua obra pelo campo do crítico do modernismo – uma vez que *moderno*, como expressão, pode referir-se amplamente a diferentes situações. A expressão *futurismo no desterro*, portanto, deve ser pensada como uma chave de interpretação: uma dada forma de ler o pensamento do autor, levando-se em conta os novos paradigmas epistemológicos encetados pelo campo crítico do modernismo; uma leitura a contrapelo das interpretações hegemônicas de sua obra, que tendem a valorizar justamente os aspectos mais tradicionais e conservadores que incidem no seu pensamento, implicados no iberismo e catolicismo, ao mesmo tempo, e, curiosamente, que reeditam o fascínio e a idealização dependente do ideário liberal anglo-saxão. Parece, então, particularmente interessante o esforço em compreender o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda nesta tensão e ambivalência constante entre o modernismo e o liberalismo, entre iberismo e anglo-saxonismo, entre catolicismo e protestantismo, entre a cultura plástica barroca e o higienismo clássico racional da cultura política

burguesa. Estas polaridades tensionadas traduzem-se na obra do autor em uma série mais complexa de antagonismos, que expressam seu pensamento sob a forma de uma dialética circular não linear e não progressiva. O recurso estético modernista baseia-se na constante negatividade. Se assim for possível pensar, tomando a relação ambivalente e muitas vezes contraditória entre modernismo e liberalismo, em que medida é possível desenvolver uma chave de leitura capaz de, ao mesmo tempo, resistir ao avanço destrutivo e civilizatório das transformações modernas sem mergulhar na idealização nostálgica do passado tradicional – que em última instância deita suas raízes no catolicismo e nas imagens bucólicas do interior (de São Paulo) que incidem poderosamente na imaginação de Sérgio Buarque de Holanda, mas que também estão presentes na imaginação de Mário de Andrade e Monteiro Lobato, por exemplo? Mais do que responder objetivamente esta questão, nosso objetivo é, através do estudo do pensamento de Sérgio Buarque e do exercício de uma chave de leitura modernista do autor compreender e tensionar ainda mais estas ambivalências, valorizando o processo de reflexão, mostrando sua relevância para se pensar o Brasil e a América Latina nos dias de hoje. O pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, inseparável da ambivalência e do antagonismo entre modernismo e liberalismo, produz desta combinação contraditória uma série de *antídotos críticos* que impossibilitam o seu alinhamento com tendências políticas hegemônicas, garantindo uma relativa autonomia intelectual, um constante não alinhamento típico da dialética de negatividade constitutiva do campo crítico do modernismo. Saber ler estes antídotos críticos é o desafio deste trabalho.

Por outro lado, cabe ainda indagarmos, qual conceito de *identidade* ou *nacional-popular* pode ser motivado na obra de autores como Sérgio Buarque de Holanda ou Mário de Andrade? Considerando a heterogeneidade cultural das diferentes cidades brasileiras, estes autores acabam necessariamente se distanciando da fantasia de pureza e essência característica das ideologias racialistas e eurocêntricas dominantes na virada de século. Isso, todavia, não impede que estes autores acabem reeditando uma busca por pureza (ideal de pureza) mediada pela cultura religiosa através de uma identidade nacional-popular – como define os estudos de Gilberto Freyre e do próprio Sérgio Buarque a partir do legado ibérico, da plasticidade e sensualidade barroca do colonizador português, do interesse pelo estudo do sincretismo religioso, nas manifestações culturais e superstições populares. No caso de Gilberto Freyre, especificamente, a revalorização da miscigenação vem acompanhada justamente (e contraditoriamente) pelo encobrimento da violência da escravidão, fazendo crer certa *doçura* de um colonizador português menos violento quando comparado aos demais.¹²

Já neste breve exemplo fica claro o terreno argiloso que estamos pisando. Compreender a ambivalência destas ideias não reduz a relevância da ruptura e da inovação promovida por um livro como *Casa-Grande & Senzala*. No caso de Sérgio Buarque, de forma análoga, porém mais sutil, a valorização das relações de afeto, solidariedade e familiaridade, constitutivas da formação social brasileira, da plasticidade barroca, do seu processo de miscigenação e colonização específico, manifestam-se sintomaticamente no *homem cordial* buarquiano como um ponto de resistência face às

transformações modernas. Revelando certo gosto pelo autoritarismo e pela conciliação política (no sentido conservador), bem como certo apreço pela dominação de um Estado forte, o homem cordial expressa, na obra de Sérgio, ao mesmo tempo, a marca de uma sociedade hierarquizada que inviabiliza práticas políticas liberais, assim como, por outro lado, a esperança de uma identidade nacional-popular inscrita na crítica do próprio conceito de identidade – uma identidade aberta, plural, heterogênea, metamórfica, que que possa romper com o labirinto ou enigma político-ideológico constitutivo do devir latino-americano, constantemente espoliado, reprimido e aprisionado pela lógica cultural do capitalismo dependente, oferecendo-se, assim, como uma modernidade alternativa. Neste sentido, seria possível fazer uma leitura às avessas – uma leitura ao revés – de Sérgio Buarque de Holanda: contra a interpretação que enfatiza a defesa do tradicionalismo e do conservadorismo, encontrar a provocação na antessala do Estado novo, como sugere Marcos Costa, organizador de recente coleção dos primeiros textos de Sérgio Buarque;¹³ contra a sedução colonizada do ideário anglo-saxão e da cultura política burguesa clássica e individualista, encontrar a valorização dos recursos estético-expressivos culturais típicos da plasticidade barroca e do corpo metamórfico coletivo da cultura popular – essa forma particular do constante *devir americano*, característica libertária e humanista fartamente explorada por diferentes movimentos vanguardistas, sistematizada como arte de contraconquista, como sugere o crítico cubano Lezema Lima; contra o acordão político e a ideologia da conciliação nacional, que encobre a violência e o autoritarismo, uma interpretação a partir da tolerância e da luta pela cidadania que justamente enfrenta o autoritarismo e denuncia sua intimidade ideológica com a “violência da ocultação da violência”, citando a expressão bastante oportuna de Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho,¹⁴ no lugar da defesa do iberismo e do catolicismo, a denúncia das permanências e de sua longa duração no interior das instituições políticas burguesas, ditas modernas; contra o ideal de pureza e essência, constitutivo das ideologias racistas, a fragmentação do sujeito na sua pluralidade e polifonia, a ruptura da unidade e da univocidade do sujeito a partir da imanência das relações sociais, valorizando a experiência e as trocas culturais abertas à experiência empática, fundada nas relações de afeto, afinidade e solidariedade.

3

Sérgio Buarque de Holanda manifestou seu interesse pela escrita e pelos estudos humanísticos desde sua época de estudante, quando ainda morava em São Paulo. Suas primeiras publicações apareceram em 1920, então com dezoito anos. Na sua grande maioria, eram artigos sobre política e crítica literária, pequenos ensaios e resenhas de livros em jornais e revistas, tais como o *Correio Paulistano*, a *Revista do Brasil* (de Monteiro Lobato) e a revista *A Cigarra*. Sérgio provavelmente conheceu Mário de Andrade em 1921. Neste ano, o autor frequentou os grupos modernistas que se encontravam nas confeitarias do centro da cidade paulista, “ou nos escritórios de advocacia do pai de Tácito e Guilherme de Almeida, o qual se converteria, no ano seguinte, num dos pontos de encontro do grupo de Klaxon”¹⁵. Neste mesmo ano, a

família de Sérgio Buarque se muda para o Rio de Janeiro, então a capital federal do Brasil, e o jovem estudante se matricula na Faculdade de Direito, que funcionava na Rua do Catete.

No ano seguinte, em 1922, indicado por Mário e Oswald de Andrade, Sérgio começa a trabalhar como representante da Klaxon na capital federal – esta que foi a primeira revista do movimento modernista. A revista circulou em São Paulo entre maio de 1922 e janeiro de 1923. Bom lembrar que alguns meses antes (em fevereiro do mesmo ano) ocorrera no Teatro Municipal de São Paulo a Semana de Arte Moderna. Sérgio não chegou a participar da Semana, mas isso não comprometeu a aproximação do autor com o círculo de modernistas. Ao contrário, no Rio de Janeiro, Sérgio manteve contato com Di Cavalcanti, Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, Ribeiro Couto, representantes e simpatizantes do movimento na capital federal. O ano de 1922 deve ser visto como um marco para o movimento modernista. Destaca-se a defesa dos *direitos modernistas* proferida por Graça Aranha na Academia Brasileira de Letras, então a principal e a mais cobiçada instituição intelectual na época que Graça abandonaria conflituosamente alguns anos depois. Neste ano começam também as correspondências de Mário de Andrade com Sérgio Buarque. Quase simultaneamente, Mário inicia suas correspondências com Manuel Bandeira e publica Paulicéia Desvairada, um marco na literatura modernista. Nos anos 1924 e 1925, Sérgio Buarque foi codiretor, junto com o amigo Prudente de Moraes, neto, de Estética, revista sucessora de Klaxon. “Teve, portanto, a formação cultural incentivada e circunscrita por aquele movimento de vanguarda e paradoxalmente nacionalista, cujo forte é a arte literária.”¹⁶ Como situa Prudente de Moraes Neto, a Estética tinha como modelo a revista literária inglesa *The Criterion*, fundada por T.S. Eliot, em 1922. Sérgio Buarque de Holanda, comprometido no campo de intelectuais modernistas brasileiros, acompanhava os debates teóricos e estéticos mobilizados em diferentes círculos vanguardistas pelo mundo.¹⁷

Entre 1922 e 1928, o jovem Sérgio Buarque de Holanda trabalhou como jornalista, crítico literário, ensaísta, publicando em jornais, acompanhando os debates políticos e literários da época. Trata-se de uma época de muita agitação política no Brasil. As cidades de Rio de Janeiro e São Paulo, desde o começo do século XX vivenciavam então grande crescimento urbano, acumulando níveis de tensões sociais e políticas bastante elevados. As questões sociais implicadas no longo período de escravidão, ainda muito presentes em toda a sociedade, e a forma particular como as populações afrodescendentes e indígenas foram excluídas do processo de modernização das cidades durante o período de pós-abolição (mormente durante a República Velha), contribuíram diretamente para o acirramento dos conflitos políticos e sociais.

O Brasil da virada do século XIX para o XX deve ser analisado considerando os compromissos conservadores que condicionam a circulação do ideário liberal¹⁸. Para tanto, destaca-se a longa duração dos aspectos ideológicos referidos ao catolicismo romano; a manutenção da grande propriedade agrária aliada à modernização da produção; a conciliação política *pele alto* entre os setores liberais e os setores tradicionais – ex-escravocratas – da sociedade; as relações ainda muito próximas entre

Igreja e Estado; o republicanismo de ocasião (oportunista) das elites agrárias paulistas e mineiras que encontraram na Primeira República uma forma eficiente de exercer sua hegemonia. Fundamentada no mercado agroexportador, o arreglo político-econômico vigente durante a Primeira República dava conta dos interesses do grande capital internacional, paradoxalmente (ou não), em aliança aos interesses das elites regionais mais tradicionais. Tomando ainda o caso brasileiro, não podemos deixar de destacar as contradições legadas pelos restos da burocracia imperial que perduraram na cultura política e no imaginário da sociedade já República adentro. Alguns acontecimentos desta longa conjuntura que marca a virada para o século XX são indicadores bastante contundentes das complexas questões sociais em voga, como, por exemplo, a Guerra de Canudos (1896-1897). Querendo ou não, a intelectualidade (que se formava) *brasileira* não poderia mais tapar o solhos para as questões sociais que pululavam conflituosamente Brasil afora. Outro acontecimento relevante para ilustrar as permanências e longa duração de uma sociedade marcada pela escravidão e violência pode ser estudado na história da Revolta da Chibata (1910).¹⁹

Junta-se a isso a importância da migração de diferentes populações de trabalhadores oriundos da Europa, Ásia e Oriente-Médio – italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, sírio-libaneses, etc. – alterando decisivamente a composição demográfica, econômica, política e cultural do país. O governo brasileiro adotara, então, uma política migrante que visava à importação de mão-de-obra (na sua maioria, trabalhadores rurais desprovidos de terra que vieram em busca de uma vida melhor). Deve-se registrar que esta política não esteve alheia a certas justificativas ideológicas racistas, que viam na imigração europeia uma via de assimilação social com o objetivo de promover o *embranquecimento* da população. Esta mão-de-obra foi absorvida pelos cafezais paulistas e, posteriormente, por setores emergentes da indústria brasileira, mas esteve, de fato, presente em todo o Brasil de formas diversas, como comerciantes, agricultores, trabalhadores urbanos, etc. Não é possível compreender o crescimento de uma cidade como São Paulo, por exemplo, sem levar em conta a importância da imigração e sua presença nos bairros operários paulistas. As obras de Sérgio Buarque de Holanda, assim como as de Mário de Andrade, expressam profundamente este fenômeno social, como veremos posteriormente, mas como desde já podemos antever na então *desvariada* capital paulista, como sugere o título da obra de Mário.

Para compreender a conjuntura de agitação política que se estende por toda a década de 20 até a Revolução de 30 (fim da Primeira República), além de destacar os efeitos negativos de uma pós-abolição bastante excludente, de um processo de modernização conservador, marcado pela manutenção da grande propriedade agrária, bem como, além de destacar a importância da imigração de diferentes populações, devemos também lembrar que a virada dos anos 10 para os anos 20 se caracterizou como um período de organização e agitação política dos movimentos operários nos centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente). A questão social vinha então se colocando cotidianamente nas ruas da cidade, com diversos conflitos políticos e de forma cada vez mais intensa. Com forte tendência anarquista dentro dos sindicatos dos trabalhadores,

suas reivindicações políticas exigiam melhorias objetivas das condições de trabalho, garantias sobre os direitos dos trabalhadores, bem como acolhiam propostas revolucionárias que suplantassem o sistema político vigente de forma radical. Neste sentido, destaca-se não só a Greve Geral de julho de 1917, que desde São Paulo, tomou diversas cidades do país, como também a Insurreição Anarquista de 1918, que inspirada na Revolução Russa de 1917, tentou tomar o Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

As reivindicações políticas e sociais, todavia, não partiam apenas do proletariado organizado dos grandes centros urbanos. Ainda para compreender esta conjuntura, devemos ressaltar também o papel central do Tenentismo, que ao longo de toda a década de 20 protagonizou diversos confrontos com os setores hegemônicos das oligarquias políticas da Primeira República. O Tenentismo, enquanto movimento político e militar de jovens oficiais de baixa e média patente, também não se limitou apenas às reivindicações corporativas de sua categoria, expressando de forma representativa o conjunto de interesses políticos e sociais mais amplos das classes médias urbanas em ascensão nas grandes cidades. Dentre os diferentes movimentos tenentistas pelo Brasil, destacam-se: (1) a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, no Rio de Janeiro; (2) a Revolta tenentista de 5 de julho de 1924, em São Paulo, que tomou a capital paulista por mais de 20 dias, bombardeando a sede do governo na época; (3) a Coluna Prestes, formada a partir do encontro dos militares revoltosos vindos do sul, liderados por Luiz Carlos Prestes, com as tropas revoltosas paulistas, em retaguarda no Paraná, na região de fronteira.²⁰

O Tenentismo, como movimento, revela-se extremamente diversificado e conflituoso, sendo composto por diferentes tendências, que futuramente se colocariam inclusive em conflito entre si (este entendimento se revela particularmente importante para se compreender as disputas entre os setores oriundos do Tenentismo que futuramente apoiariam Getúlio Vargas contra os setores que fariam oposição a este, muitos destes comprometidos com o Golpe Militar de 1964). O mesmo pode ser dito sobre as diferentes tendências político-ideológicas das ideias socialistas e anarquistas que vigoravam entre os sindicatos operários. Destaca-se também nesta conjuntura a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, em Niterói, antiga capital do Estado Fluminense.

O modernismo deve ser compreendido levando-se em conta este conjunto complexo de condicionantes sociais seja no plano político internacional – como destacamos anteriormente – quanto regional, considerando a relação dialética e muitas vezes ambivalente entre ambos. O ano de 1922, marco da Semana de Arte Moderna, sintetiza um conjunto mais amplo de grandes transformações políticas e sociais vivenciadas especialmente pelos grandes centros urbanos do Brasil, mas que afetam o curso político de todo o país. Estas transformações não podem perder de vista o crescimento de uma grande massa de despossuídos e trabalhadores super-explorados que lutam cotidianamente pela sobrevivência, em cortiços, favelas e subúrbios das cidades. As classes trabalhadoras dos grandes centros urbanos vão assim se colocando de forma cada vez mais eloquente, exigindo mais espaço político, mais voz e mais

reconhecimento social dos demais setores da sociedade. Este contexto de grandes transformações se estende e se aprofunda ao longo da década de 20, culminando no fim da Primeira República.

Assim, devemos observar a ascensão do modernismo face o esgotamento político das relações de poder predominantes na Primeira República. Destacam-se as disputas políticas e ideológicas que marcam a singularidade dos discursos modernistas que vão estabelecendo certa hegemonia a partir da Revolução de 30. É compreensível, portanto, a forma crítica como o discurso modernista se afirma contra certos postulados predominantes na chamada República Velha, especialmente no que diz respeito à denúncia da *importação* das ideias liberais e ao idealismo das instituições políticas liberais, manipuladas no arreglo político das oligarquias regionais tradicionais – com predominância da burguesia agroexportadora cafeeicultura paulista –, para destacar uma tópica recorrente em diferentes críticas de inspiração modernista. Assim, a própria palavra *velha*, adjetivando a república, deve ser compreendida como fruto de uma interpretação (modernista) que se consolida a partir da década de trinta. A crítica modernista à Primeira República – de forma correspondente e relacionada à ascensão política dos setores médios urbanos, militares, profissionais liberais e de uma grande massa de trabalhadores e despossuídos –, em um sentido amplo e muitas vezes também contraditório, observou as relações complementares entre o liberalismo e a grande propriedade rural; se indagou sobre a forma como estas se (des)ajustavam numa república federalista oportunista, autoritária, onde *federalismo* significava mais a autonomia administrativa das províncias na gestão dos recursos provenientes da exportação do café e *liberalismo* dava apenas a roupagem legal necessária para fazer valer a força (real) do poder de mando e do autoritarismo das oligarquias locais. O arreglo político da Primeira República não comportava mais os novos patamares de desenvolvimento urbano e industrial almejado pela sociedade, exigindo novos pactos e arranjos políticos entre as classes sociais e seus diferentes campos de força.

Numa conjuntura de forte crise política e econômica do liberalismo (que culmina com o quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929) é compreensível a denúncia do elemento *estrangeiro* das ideias liberais na formação social brasileira com certa recorrência em diferentes discursos modernistas, enredados numa conjuntura de afirmação da unidade nacional, centralização política, soberania, fortalecimento do Estado e afirmação de uma identidade nacional unificadora. A crise econômica feria diretamente a hegemonia da burguesia paulista agroexportadora, dependente do capital internacional, ruindo o pacto federativo organizado na República Velha.

O aprofundamento das transformações burguesas no Brasil, assim como em outros países da América Latina inscritos na condição periférica e dependente, oriundos de um longo processo de descolonização, contraditoriamente, se fez a partir de certo embate com as ideias liberais. Daí a sedução por respostas antiliberais e autoritárias que *resolvessem o atraso* ou a *defasagem* econômica em relação aos países industrializados. A reflexão sobre o *atraso* tornou-se central nesta conjuntura, assim como a reflexão sobre o (des)ajuste das ideias liberais em nossa formação social. Isso porque as

oligarquias agrárias agroexportadoras estavam contraditoriamente comprometidas no mercado internacional. Assim, o avanço da industrialização e do desenvolvimento econômico bateu-se com os interesses do capital internacional. A crise econômica mundial transformou as relações de força, criando as condições necessárias para o fortalecimento de uma industrialização ainda incipiente, mas que reorganizaria a composição de forças políticas dominantes. Não obstante, e de forma ambivalente, o avanço das transformações burguesas encontrou aderência no discurso antiliberal (embora burguês).²¹

Em relação a todas estas transformações sociais, os intelectuais modernistas brasileiros ofereceram diferentes respostas, elas mesmas motivadoras de novas transformações, e assim sucessivamente. Não podemos perder de vista a conquista cada vez maior da diversidade e pluralidade de pontos de vista, de novas demandas sociais e narrativas históricas que passam a conquistar mais espaço para sua voz, alcançando maior reconhecimento político e cultural em toda a sociedade. A cidade ao mesmo tempo liberta e aprisiona; agrega e fragmenta; multiplica e divide. Esta contradição, constitutiva das transformações modernas, recupera sua ambivalência primordial. Estamos aqui pensando junto com a perspectiva de Marshall Berman para falar sobre as transformações modernas e suas contradições.²²

Parece-nos, assim, particularmente relevante compreender a forma como os intelectuais e artistas vanguardistas, identificados na experiência moderna de crise política e existencial promovida pelo avanço exponencial das transformações modernas, respondem aos impasses e contradições de seu tempo, identificando neste processo de luta e conquista democrática da multidão nas ruas uma saída nacional-popular para o pessimismo e nihilismo analítico característico das interpretações hegemônicas, sejam as de corte tradicionalista conservador tomista, sejam as seduzidas pela idealização do ideário liberal anglo-saxão (mormente da combinação de ambas). Neste sentido, as práticas culturais criativas, os diferentes usos das experiências do cotidiano, do misticismo popular, as diferentes expressões culturais e artísticas – música, festas, práticas cotidianas, construções populares, cores, palavras, vocábulos – constitutivas da cultura política iberoamericana são por fim valorizadas na pena do modernismo crítico como ferramentas estéticas de empoderamento das gentes face à percepção caótica da cidade em transformação. O modernismo crítico vai buscar a “fala brasileira”, desconstruindo a própria língua portuguesa em um processo criativo, construtivo da própria identidade. Interessante observar que municiados das ferramentas epistemológicas vanguardistas, estes partem de uma perspectiva construtivista do próprio conceito de identidade. Vêm-se, pois, necessariamente implicados na crítica do paradigma biologista que estava na base das teorias eugênicas e do ideal de pureza étnico-religioso que vigora no saber oficial. Daí também nasce a interessante interpretação de Richard Morse, na inversão do espelho de próspero, quando pensa o desenvolvimento das sociedades latino-americanas, não como o estudo de um caso frustrado, mas como a vivência de opção cultural que “impede os desenlaces de tipo nietzschiano, weberiano ou kafkaniano”.²³

Em 1929, contratado por Assis Chateaubriand, Sérgio Buarque viajou para Alemanha, Polônia e União Soviética como repórter correspondente dos Diários Associados. Fixando residência em Berlim, o escritor brasileiro colaborou com a revista *Brasilianische Rundschau* (Revista Brasileira), do Conselho do Comércio Brasileiro em Hamburgo, e com a revista *Duco*, escrevendo diversos artigos. Sérgio Buarque conheceu pessoalmente o escritor Thomas Mann, vencedor do prêmio Nobel de 1929, que lhe concedeu então uma entrevista exclusiva. Ainda nos dois anos de sua experiência em Berlim, o autor assistiu conferências do historiador alemão Friedrich Meinecke, na Universidade Livre de Berlim – talvez o mais influente professor de filosofia da história na Alemanha do começo do século XX – vindo a conhecer também a obra de Max Weber e Wilhelm Dilthey.

Na Alemanha, em 1930, Sérgio acompanhou a ascensão de Hitler na Bavária. O autor não imaginaria que o discurso nazista fosse conseguir tamanha adesão e simpatia na Alemanha. Quando regressa ao Brasil, logo após a Revolução de 30, Sérgio Buarque retoma seus trabalhos como jornalista e engaja-se na luta contra o fascismo e a guerra. O autor regressa com um grande manuscrito que seria esboço das principais ideias que seriam desenvolvidas posteriormente em *Raízes do Brasil*. Sérgio conta na “Introdução” de um de seus últimos livros, *Tentativas de Mitologia*, publicado ao fim da vida, que seu interesse em fazer uma *Teoria da América*, presente desde as discussões mais entusiasmadas da juventude, amadureceu em sua estadia em Berlim. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, as lições de Meinecke e os livros de Weber indicaram-lhe novos caminhos que deixariam a marca em sua *Teoria da América*.²⁴ Como sabido, o autor publicaria alguns anos mais tarde um longo estudo intitulado *Corpo e Alma do Brasil*, publicado originalmente na revista *Espelho*, em 1935, onde antecipa uma série de análises que estariam presentes um ano depois em *Raízes do Brasil*. De fato, podemos encontrar em *Raízes do Brasil* um estudo comparativo entre os processos de colonização português e espanhol – aquilo que Sérgio imaginara como um esboço de uma Teoria da América, igualmente válido para uma interpretação da história do Brasil quando este olha a si mesmo a partir do *mesmo do outro*, tal como caracteriza as relações entre latino-americanos, encontrando o fiel da balança justamente na maior ou menor permanência experiência de aprofundamento das raízes ibéricas – a *jangada de pedra*, de José Saramago – face à hegemonia imperialista do liberalismo Inglês e, posteriormente, dos EUA.

Na análise do autor presente em *Raízes do Brasil*, a experiência histórica brasileira aprofunda ainda mais a presença da matriz ibérica quanto mais se configura o *hiato* do empreendimento aventureiro colonial com as instituições políticas da metrópole. O *fracasso* do empreendimento colonial é visto, assim, como *sucesso*. Desta inversão analítica, Sérgio Buarque formula a base de sua reflexão modernista: a vitória da “capela dentro da casa” contra a “grande catedral” – metáfora e síntese da importância do signo do *familiar* e da *intimidade* na cultura política brasileira. As relações de poder *apequenadas* nas relações pessoais aprofundam a experiência ibérica na medida em que se distanciam das instituições políticas da metrópole. Este movimento de

aprofundamento do íntimo e do pessoal como aprofundamento daquilo que de mais ibérico e ao mesmo tempo mais medieval e antigo reside na longa duração histórica encontra paralelo no plano social no aprofundamento do empreendimento colonizador dos sertões brasileiros (o sertão como imaginário). Para Sérgio, a “concepção espaçosa do mundo” formada nesta “cultura de personalidade” caracteriza o sucesso político do “semeador aventureiro” face à experiência de outros países latino-americanos colonizados pelos espanhóis. De forma análoga ao elogio de Gilberto Freyre ao realismo grotesco lusitano, Sérgio Buarque revaloriza a cultura política legada pelo processo colonizador português nas Américas no que esta tem de menos europeia. Assim, a cultura política ibérica não seria mais exatamente a responsável pelo “atraso” econômico do país, mas, inadvertidamente, ou ao mesmo tempo, também responsável pela formação de um devir possível, inovador e singular, que não exclui o utópico, numa acepção libertária e democrático-popular.

Notas e referências

- ¹ Neste caso, estamos pensando a “passagem à modernidade” como uma experiência histórica referida ao conjunto de transformações burguesas que desde a revolução industrial, em meados do século XVIII, vai surgindo nos países de capitalismo avançado, no contexto europeu, irradiando-se pelo mundo em diferentes graus de intensidade, revolucionando os meios e as relações de produção, transformando as relações sociais e político-ideológicas. É possível falar, portanto, em modernidades alternativas ao processo hegemônico de poder liderado pelas potências capitalistas. No caso brasileiro, o deslocamento da dominação portuguesa (antigo colonizador) para outras formas de dominação (a influência inglesa e francesa, em um primeiro momento e, posteriormente, a hegemonia imperialista norte-americana) refletem o reordenamento político mobilizado pela revolução industrial e pelo desenvolvimento das forças produtivas.
- ² Interessante observar como alguns intelectuais referidos ao campo católico transitam de um lado para outro. Para citar exemplos, vale lembrar as relações orgânicas com o Integralismo de Alceu Amoroso Lima e Dom Hélder Câmara no começo de sua formação intelectual e política. Posteriormente, em outra conjuntura, estes mesmo intelectuais assumiram posicionamentos políticos mais próximos do solidarismo católico e estiveram comprometidos na mobilização de movimentos sociais críticos à Ditadura Militar no Brasil.
- ³ Vale lembrar também que para as potências coloniais ocidentais capitalistas como Inglaterra, França e EUA, o fascismo e as ideologias totalitaristas, embora antiliberais e antidemocráticas em diferentes aspectos, foram encaradas como um mal necessário para contenção do avanço das ideias socialistas. Por outro lado, é preciso observar também a diferença conceitual e a contradição muitas vezes existente entre liberalismo e democracia. Nem toda crítica ao liberalismo deve ser confundida como crítica à democracia, e vice-versa.
- ⁴ Não apenas no caso da Alemanha, mas em toda área de influência do mundo austro-germânico – a Europa do eixo centro-oriental –, os movimentos nacionalistas pangermanistas cristãos, sejam luteranos (região da Prússia, especialmente) ou católico-romanos (antigo Império Austro-Húngaro), identificaram o judaísmo com liberalismo, manipulando esta identificação como uma “dominação estrangeira” nociva favorecendo a escalada do antisemitismo. Vale lembrar que estas regiões de industrialização tardia do eixo centro-oriental da Europa, excluídas do processo hegemônico de controle político-econômico do capital, fizeram junto com a Itália a aliança política derrotada na Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, reeditada na Segunda Guerra Mundial. Ver Carl SCHORSKE, *Viena Fin-de-Siècle*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ⁵ Silvano SANTIAGO, *As raízes e o labirinto da América Latina*, Rio de Janeiro, Rocco, 2006.
- ⁶ Sérgio Buarque de HOLANDA, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olimpo, 1976.
- ⁷ Walter BENJAMIN, Walter, *Magia e técnica, arte e política*, São Paulo, Brasiliense, 1994.
- ⁸ *Ibid.*, p. 226.
- ⁹ Karl MARX, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo, Alfa Ômega, 1981, pp. 199-200.
- ¹⁰ Marc BLOCH, *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

-
- ¹¹ Pedro Meira MONTEIRO, 2012.
- ¹² Ainda hoje, a sociedade brasileira vem demonstrando-se bastante arraigada ao “mito de democracia racial” e à ideia de “equilíbrio de antagonismos”, ideias presentes na interpretação paradigmática de *Casa-Grande e Senzala* e constitutivas do imaginário nacional brasileiro. Ver: Gilberto FREYRE, *Casa-Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, José Olimpo, 1975.
- ¹³ Ver a coletânea organizada por Marcos COSTA (org.), *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos (Livro I – 1920-1949)*, São Paulo, Editora Unesp e Fundação Perseu Abramo, 2011.
- ¹⁴ Gizlene NEDER e Gisálio CERQUEIRA FILHO, *Conciliação e Violência na História do Brasil*, Coleção Encontros com a Civilização Brasileira, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- ¹⁵ Klaxon foi o nome da primeira revista modernista que seria fundada posteriormente. Pedro Meira MONTEIRO, Pedro Meira (Org.), *Mário de Andrade e Sérgio Buarque de Holanda: correspondência*, São Paulo, Companhia das Letras e Instituto de Estudos Brasileiros, Edusp, 2012, p. 412.
- ¹⁶ Silviano SANTIAGO, *As raízes e o labirinto da América Latina*, Rio de Janeiro, Rocco, 2006, p. 15.
- ¹⁷ Neste sentido, não há, pois, “atraso” na forma como as ideias circulam e são apropriadas em diferentes contextos sociais. O processo de tradução e apropriação constitutivo da circulação das ideias corresponde a processos sociais e culturais de diferenciação e criação. Estamos assim em desacordo com certa perspectiva linear da história das ideias, mormente quando esta é pensada a partir de um ideal de progresso e superioridade. As inovações teóricas e epistemológicas engendradas por diferentes movimentos vanguardistas não são próprias, nem exclusivas de um lugar específico, mas constitutivas da experiência de modernidade que avança em diferentes formações sociais.
- ¹⁸ Gizlene NEDER, *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*, R. de Janeiro, Achiamé, 1979.
- ¹⁹ Trata-se do motim organizado pelos marinheiros, em 1910, tendo João Cândido como sua principal liderança. Na ocasião, os marinheiros exigiam o fim da chibata como prática de disciplinamento impetrado pela Marinha Brasileira. Tomando em assalto três dos mais modernos encouraçados do país, os marinheiros exigiam, sob a ameaça de bombardeio da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil, o fim das práticas de tortura que remontavam o tempo da escravidão (a chibata era comumente composta por um pedaço de corda atravessado por pregos, submergido na água, para ganhar peso e aplicada até vinte, trinta ou cinquenta vezes nas costas do marinheiro considerado indisciplinado por seus superiores). Desde a República, com a implementação do serviço militar obrigatório (que foi prescrito por lei antes mesmo do ensino público obrigatório), o recrutamento ostensivo para o serviço militar apresentou-se formal ou informalmente como política de recolhimento e controle das classes populares menos favorecidas que aglomeravam nos arrabaldes da cidade.
- ²⁰ A Coluna Prestes percorreu o interior do Brasil entre 1925 e 1927, mantendo-se invicta e em oposição ao governo do presidente Arthur Bernardes durante toda sua marcha.
- ²¹ Não por acaso, os teóricos do totalitarismo, como, por exemplo, o alemão Carl Schmitt, fez da redescoberta da teologia-política de Thomas Hobbes o corpo filosófico para a fundamentação do poder autoritário e do estado absolutista, no âmbito da revolução burguesa e técnico-científica. Devemos ter em mente que estamos falando de um mundo ainda anterior à Segunda Guerra Mundial. De fato, com o fim da segunda Guerra Mundial, e o começo da Guerra Fria, um novo cenário de relações de força se apresentaria para toda a América Latina, destacando a hegemonia imperialista norte-americana e a ingerência da diplomacia ianque no desenvolvimento político e econômico de toda a região.
- ²² Marshall, BERMAN, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, São Paulo, Cia. das Letras, 1986.
- ²³ Richard MORSE, *Espelho do Próspero: cultura e ideias nas Américas*, São Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- ²⁴ Pedro Meira MONTEIRO destaca: “Na já referida introdução de Tentativas de Mitologia, [...] Sérgio lembra que foi em meio aos ‘prélucios intelectuais’ daqueles tempos que surgira a ideia, então comunicada a prudente de Moraes, neto, de escrever uma Teoria da América” (MONTEIRO, 2012, p. 336). Os debates intelectuais “daqueles tempos” referem-se precisamente ao modernismo. Em 1931, logo quando regressa da Alemanha, Sérgio publica o conto surrealista *Viagem a Nápoles*, na *Revista Nova*, dirigida por Paulo Prado, Alcântara Machado e Mário de Andrade. O conto merece ser destacado também como um dos lugares sensíveis para se observar a presença do campo crítico do modernismo na formação intelectual de Sérgio Buarque de Holanda.

Terra da Luz: a abolição da escravidão no Ceará a partir dos discursos dos políticos cearenses

*Mariana de Oliveira Sousa**

Ceará: Terra da Luz. Epíteto mais do que familiar aos cearenses, que resgata memórias particulares da terra de Alencar. Memórias que enchem de orgulho a gente cearense quando invocadas com o objetivo de estabelecer o diferencial do cearense face ao restante da nação. As motivações da alcunha não são segredo para ninguém. O final do século XIX no Ceará se configurou como o período por excelência da valorização dos ideais cientificistas apregoados na Europa; fato que tem estreita relação com o desenvolvimento educacional conhecido pela província. São esses ideais cientificistas, acolhidos em ambientes letrados como as academias e os clubes de leitura que vão servir como base para o desenvolvimento de um pensamento social envolvido com a proposta nacionalista em voga na Europa. Proposta que para se concretizar exige um elo responsável, senão totalmente pelo menos em parte, por dotar um contingente populacional do sentimento de pertença, de identidade coletiva que, por sua vez, reclama uma memória, algo em comum que perpassa os diferentes níveis sociais.

O processo de construção identitária do Ceará não fugiu à regra, construiu uma memória, homogeneizou a população e forjou uma identidade cearense, baseada em características supostamente comuns a todos que pertencem àquela província. Esse processo se deu por meio de alguns instrumentos, como a História e a Literatura que, através de folhetos, jornais, revistas, entre outros suportes, ajudaram a dotar um grupo de pessoas do sentimento de pertença a uma coletividade. Neste trabalho serão analisados os discursos dos políticos cearenses coletados nos *Anais da Assembleia Provincial do Ceará* e nos *Anais do Parlamento Imperial*, lembrando que estas discussões eram regularmente publicadas em jornais da província, sendo, portanto, acessíveis à considerável parte da população. É nesse contexto particular da segunda metade do século XIX que se gestam no Ceará novas leituras de mundo influenciadas pela nova postura local face às necessidades da província. Estamos falando, aqui, de um momento ilustrado, onde novas ideias surgem e ganham força no cenário nacional, uma delas é a liberdade, que passa a ser considerada condição *sine qua non* para ingressar no

* Mestre em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

rol das nações civilizadas e conseqüentemente, para o progresso. É nesse sentido que os homens do final do XIX colocam como objetivo a ilustração do país por meio da ciência e da cultura.

É nesse contexto que se insere o fim da escravidão no Ceará e tendo essas reflexões em mente nos propomos a analisar o processo que levou ao fim da escravatura no Ceará, com base nos posicionamentos políticos sobre o debate referente à questão servil e identificando os projetos políticos inseridos nessas discussões. Consideramos que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocorre de forma peculiar no Ceará que, inclusive decretou abolida a escravidão quatro anos antes do decreto nacional (a Lei Áurea). Este trabalho objetiva, portanto, fazer uma análise mais aprofundada, para isso, consideramos essencial acompanhar os representantes do Ceará nos debates parlamentares referentes ao fim da escravatura, identificando e analisando os projetos elaborados com o objetivo de resolver o problema da escravidão no Brasil; analisar os argumentos utilizados pelos deputados cearenses ao abordarem a questão do fim da escravatura e identificar os fundamentos explicativos para a necessidade de pôr fim à escravidão na província do Ceará.

As discussões da década de 1870 têm início em 16 de agosto de 1871, onde, em sessão ordinária os deputados Francisco Antônio de Oliveira Sobrinho (ex-conservador e agora liberal) e Manuel Soares da Silva Bezerra (conservador) discutem sobre a abrangência dos conceitos de igualdade e liberdade. Para o primeiro, o *verdadeiro systema representativo*, o fim do poder pessoal e novas conquistas no *campo das liberdades*¹ é que levariam a sociedade para a civilização; para que isso acontecesse, o caminho a ser trilhado, seriam as reformas liberais. É justamente nesse ponto que se contrapõe a Oliveira Sobrinho, Manuel Soares da Silva Bezerra, membro do partido conservador que, além de político, foi lente de português do Liceu Cearense, magistrado, filósofo e ensaísta. Nasceu no município de Riacho do Sangue, em 1810 e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Olinda, em 1836. Também foi diretor de um jornal político intitulado *Íris cearense*, juntamente com o deputado geral Antônio Pinto de Mendonça, que tinha por epígrafe a frase: “Liberdade pela constituição e pelas leis.”² Além deste periódico, ele também colaborou com outros jornais de cunho conservador e católico. Só pela epígrafe do periódico citado, já se pode vislumbrar a postura de Manuel Soares. Para ele, as teorias não correspondem necessariamente à realidade, o que impediria, a efetivação das ideias de Oliveira Sobrinho. Soares vê no progresso apregoado por seu colega, perdas para a sociedade em vez de vantagens, segundo ele, tal progresso em última instância corresponderia à revolução, que ele enfatiza não querer, afinal, uma revolução estaria fora de sua concepção de liberdade, que deve ser feita por meios legislativos e dentro do previsto pela Constituição. Como de praxe, nesse período, o deputado afirma querer a civilização, mas se diz incomodado com o não reconhecimento da liberdade no Brasil, que, segundo ele, é real.

Importa atentar aqui para a ideia de liberdade defendida pelo deputado. Segundo ele, haveria dois tipos de liberdade: a absoluta e a possível, sendo esta última a legitimada por ele. É interessante notar que o deputado Soares escolhe construir sua crítica encadeando os ideais de liberdade e igualdade defendidos por Oliveira Sobrinho, mas os

utiliza com a finalidade de provar a impossibilidade do fim da escravidão. Para Soares, a igualdade seria um conceito possível apenas no campo das abstrações e não na realidade, isto porque concretizar o ideal de liberdade, em sua concepção, implicaria em pôr fim às hierarquias, sem as quais o mundo não funcionaria.

Mais a frente, Soares volta-se para a questão da escravidão. Mais uma vez em conformidade com os discursos da época, o deputado assegura não ser contrário à emancipação dos escravos, mas deixa claro que não enxerga um absurdo ou mesmo uma incoerência na existência da escravatura – não é à toa que em 1870 e em 1871, o deputado aparece como procurador em processos de venda de escravos. Para ele, a escravidão tem origem divina porque do contrário não se conseguiria manter por tanto tempo, também, na sua perspectiva, não seria possível colocar um fim à sua existência, visto que esta se transformou ao longo do tempo, assumindo formas diferenciadas e essenciais para o funcionamento da sociedade.

Em última instância, Soares legitima a escravidão, ainda que não o faça de forma escancarada – mais uma vez, como era de praxe na época. Seus argumentos giram em torno da persistência do cativo e de sua aceitação generalizada ou *universal*, como ele mesmo coloca, afinal: “A humanidade não erra. O que é universal é tradicional.”³

Temos aqui um silêncio de 10 anos até que o assunto escravidão volte a merecer atenção nos debates provinciais. A retomada das discussões ocorreu em 12 de julho de 1881 em decorrência da apresentação, em sessão anterior, do projeto nº 1- 1881, do deputado Júlio Cezar da Fonseca Filho, que tinha como proposta impor taxas sobre os escravos que entrassem na província ou migrassem de um município para outro. O coronel Antônio Pereira de Brito Paiva foi o primeiro a se pronunciar, afirmando-se adepto da ideia da emancipação dos escravos, porém, ressaltando a importância da harmonia no processo para que não fosse ferido o direito de propriedade, para que a lei não sofresse ataques e para que não houvesse qualquer tipo de violência no processo. Paiva, liberal, teve problemas com a *Sociedade Libertadora Cearense*, em 1882, por terem lhe *roubado* escravos. Sua percepção sobre a emancipação é a de ser esta uma ideia patriótica, humanitária e associada ao progresso. No entanto, o deputado afirma que o fim da escravidão não pode ser estabelecido por meio de medidas imediatas, visto que sua pronta realização acarretaria desarranjos econômicos, ou mesmo uma guerra civil como a que ocorreu nos Estados Unidos. Para ele, tudo que havia de ser feito já tinha sido resolvido com a Lei 28 de setembro, não sendo necessárias outras determinações, que poderiam trazer consequências negativas.

“O Sr. Paiva – Si urge, a emancipação do escravo, como é o pensamento geral do paiz, e como eu penso ser também o anhelado desta assembléa, convem todavia attender que a ideia da emancipação tão trabalhada como tem sido dentro e fóra do paiz, offerece sem duvida as mais serias difficuldades para a sua prompta realisação, como talvez fora mister si não houvesse a temer graves perturbações economicas ou mesmo uma guerra civil como a dos Estados Unidos.[...] Era preciso conciliar as cousas, de maneira, que não soffressem os centros agricolas mais importantes, nem ideia tão generosa viesse a perecer por não ser possível a conciliação entre principios oppostos.

Senhores, o nobre deputado sabe, que o Visconde do Rio Branco, esse eminente estadista [...] na camara de 1871, elle não seguia as ideias liberaes, fez promulgar a sabia lei de 28 de Setembro de 1871, hoje denominada lei aurea, a qual decretou a liberdade do ventre e creou um fundo de emancipação, para que assim fosse desaparecendo os escravos de dia a dia, sendo certo, que no fim do século não haverá mais um escravo.

Senhores, esta lei tão sabia e prudente proveu a tudo quanto, se tinha de fazer sobre a emancipação do escravo.

Legislando sobre este ponto tão importante não sublevou o paiz, evitou todo o convulcionamento, ficando todos bem satisfeitos, por que geralmente aspirava-se á emancipação do escravo, mas sem golpe de estado, que trouxesse a rebellião e a guerra civil, do que foi theatro os Estados Unidos, como já vim de dizer.”(Mantida a grafia de época em todas as citações)⁴

O deputado insiste, em seu discurso, na importância de se manter a ordem e a justiça, que, para ele, equivaliam à extinção lenta e gradual da escravatura. Por esse motivo se coloca contra o projeto do deputado Julio Cezar da Fonseca Filho que tinha por fim proibir a venda de escravos. Paiva também critica a forma que vai tomando a propaganda pró-abolição no Ceará. Nota-se em sua fala o patente desconforto com medidas além das já estipuladas pela Lei do Ventre Livre, o que nos dá indícios para pensar a ausência de consenso entre os representantes políticos do Ceará em relação à abolição da escravidão. A propaganda abolicionista cearense, que tantos debates causou no Parlamento, não era unanimemente apoiada nem dentro da Assembleia Legislativa do Ceará.

É fato que não encontramos nos anais provinciais cearenses uma defesa explícita do sistema escravista, nenhum dos deputados envolvidos nos debates analisados se proclamou escravocrata, mesmo que o fosse; o que encontramos sempre foram preocupações evidentes em se afirmarem abolicionistas, ainda que não concordassem com a antecipação do fim da escravatura. Dentro da Assembleia a escravidão era repudiada por todos “é uma affronta [...] aos povos civilizados”, é o “maior dos absurdos”, é um fato que “assignala o nosso atraso”⁵ etc. No entanto, fora dela, o monstro não parecia ser tão feio assim para alguns deputados, sobretudo para aqueles que usufruíam diretamente das benesses do sistema escravista. O Sr. Paiva, que afirmava sempre ter pugnado pela ideia da emancipação do escravo, conta, nessa mesma sessão ordinária, uma história que explicita melhor o que estamos pretendendo dizer: “A mim, Srs. com pesar o digo, mas como é acto publico e notorio eu o referirei. A mim Srs. em um dia fizeram desaparecer todos os meus escravos, deixaram-me sem ter por quem mandasse ao assougue.”⁶

Impõe-se esclarecer que o furto de escravos ao qual se referiu o deputado não era feito mediante o uso da força, depreendendo-se, portanto, que os cativos do Sr. Paiva partiram por vontade própria, contando, é claro, com o incentivo dos abolicionistas mais radicais. Conta Hugo Victor Guimarães que um processo foi movido pelo deputado, porém nunca houve audiência por não permitirem os abolicionistas. E o deputado continua:

“Srs. eu nunca negocieei com escravos, nunca os comprei para vendel-os [...] por sentir natural repugnancia, mesmo porque não tinha disposição para isso, conservava meus escravos que são, a maior parte delles, como se costuma dizer, crias de casa, não queria vendel-os, pelo amor, que sempre se tem a esta criação, quando provem de escrava que foi de seus paes, sem alugal-os, apenas vivião em meu serviço doméstico que era quasi nenhum; elles erão mais os donos da casa, do que eu [...]

Não. E depois quem é mais infeliz, nossos escravos (refiro-me ao Ceará) que trajão decentemente, e mesmo alguns com luxo, sem incommodar ao publico ou esse infelizes meninos, meninas, moços, moças, velhos e velhas cobertos de andrajos, mortos a fome, que andão circulando a cidade?

O Sr. Montesuma: - Sem duvida que os escravos são mais felizes.”⁷

Bem, parece que os escravos do deputado discordavam dele.

Importante notar que quando o deputado afirma que os *nossos escravos*” (os do Ceará) têm boas condições de vida e relativa liberdade, ele está fazendo referência à construção amplamente divulgada do cearense como povo generoso, humanitário – praticamente sinônimo de partidário da abolição – e do Ceará como a província que marcha na vanguarda do progresso e da civilização.

É ressaltado com frequência o fato do Ceará ter sido a primeira província a estabelecer o trabalho livre e a constituir um fundo de emancipação, antes mesmo que ambos fossem regulamentados nacionalmente. O mais interessante é que este argumento é utilizado tanto por quem defende a aceleração do fim da escravidão quanto por aqueles que defendem que nada, além da Lei do Ventre Livre, precisa ser feito. No caso dos primeiros a explicação é que por estar à frente do movimento abolicionista – pelo menos era esta a perspectiva – o Ceará tem quase que a obrigação de libertar seus escravos para que seu exemplo seja seguido pelas demais. No último caso, a postura é que justamente por estar à frente das outras províncias, o Ceará não precisa dar passos desnecessários e precipitados, afinal, para quê acelerar um processo cujo fim já é iminente?

Em 24 de julho de 1882, o deputado João Paulino de Barros Leal afirma:

“Sou abolicionista, ainda uma vez o repito, e o sou pelo coração e pela cabeça; penso e sinto, mas também sempre fui, sou e serei amigo da lei, respeitador das instituições do paiz, capaz de retrogradar o passo no caminho, que tiver incetado, por mais que n’elle me haja adiantado, toda vez que me convencer de que a lei dispõe o contrario daquilo que me propunha a fazer.”⁸

No ano seguinte, o deputado Pedro Onofre de Farias, debatendo um projeto que propunha a elevação de impostos por escravos comercializados argumenta: “Não venho, portanto combater o projecto; mas entendo que elle contem algumas disposições vexatórias, porquanto sei que alguns de nossos patrícios libertão os seus escravos voluntariamente, aguardando somente para isso algumas festas de família.”⁹

No primeiro caso, a preocupação é clara: “Sou abolicionista”. No segundo, ela é dissimulada: “Não venho, portanto combater o projeto.” Mas em ambos está presente a

preocupação em mostrar-se disposto a resolver a questão, porém, sem passar por cima da lei e do direito de propriedade. Além dos projetos oficiais, que são propostos dentro dos trâmites burocráticos exigidos e colocados na pauta de discussão, também encontramos outras propostas que se sobressaem nos debates. Há aqueles que propõem o incentivo à exportação dos escravos, outros há que apoiam a abolição imediata, e há ainda os que oferecem apoio aberto aos atos dos jangadeiros e das associações abolicionistas mais radicais, que para grande parte dos deputados, atacam a lei e ferem o direito de propriedade.

A partir do ano de 1882, os debates ficam mais acalorados e as posições mais radicais em emergem com maior força e frequência, o que não implica consenso, é importante ressaltar que aqueles que adotaram uma postura moderada – baseada na emancipação gradual, lenta e ordeira, que a Lei do Ventre Livre já suprira – seguem opostos às “exagerações” até a emancipação total da província em 1884. Nesse período, alguns personagens se destacam nos debates, seja por seus posicionamentos, seja por seus projetos, acompanhemos agora suas opiniões e a construção de seus discursos.

A primeira coisa que salta aos olhos é a postura de exaltação do Ceará enquanto província vanguardista, essa perspectiva não era exclusiva de um ou outro partido, tanto liberais quanto conservadores se ufanavam em reforçar o discurso da época de que o Ceará estava à frente do movimento guiando as demais províncias ao momento inevitável: o fim da escravidão. Entre 1882 e 1884 destaca-se nos debates da Assembleia Legislativa um político conservador, Justiniano José de Serpa, que ganha projeção por seus discursos inflamados que reivindicam a abolição imediata.

Assim como a grande maioria dos políticos de então, Justiniano de Serpa associa a abolição ao progresso do país e percebe a escravidão como uma instituição falida cuja permanência caracterizava uma afronta aos povos civilizados. Além de exaltar o Ceará por suas conquistas no processo emancipacionista, ele aclama, em especial, os jangadeiros, que, para ele, deram mostra irrefutável de patriotismo. Suas falas se destacam por sua veia enérgica. Sua posição em relação ao fim da escravidão é a de que todos os meios são válidos se a abolição é o fim desejado. Julga, portanto, contrariamente a alguns de seus colegas, que o processo emancipacionista, na forma como estava ocorrendo no Ceará, foi simplesmente patriótico, não excessivo ou abusivo, como era definido por alguns.

Para Justiniano de Serpa, a escravidão não tem legitimidade porque não obedece as leis da natureza, na medida em que passa por cima da ideia de igualdade entre todos; a escravidão também não corresponde à ideia de civilização enquanto “aperfeiçoamento das sociedades” sendo, na verdade, o seu oposto: “o embrutecimento do corpo e do espírito”. É essa sua construção discursiva de modo a validar a radicalização ocorrida nas lutas pelo fim da escravatura no Ceará. Para Serpa, a liberdade é primordial e não pode ser tirada de ninguém, por isso, em sua perspectiva, a escravidão não pode ser amparada por nenhuma lei, visto que desrespeita a mais primitiva delas: o direito à liberdade, além disso, em seu discurso, a vontade da nação é que deve prevalecer: “Nenhuma lei justifica a escravidão, (*apoiados*); mas quando exista alguma tolerando-a, essa deve desaparecer, porque isso o deseja e quer a nação.”¹⁰

No âmbito parlamentar também prevaleceu a ausência de consenso. A bancada

cearense não se posicionava de maneira uníssona em relação às manifestações abolicionistas e aos meios que deveriam ser empregados para o fim da escravidão. Para alguns, a Lei do Ventre Livre era uma medida conveniente, para outros nada deveria ser feito além do que já se estava fazendo em cada província (a organização de fundos emancipacionistas). Em 1870, antes da aprovação da Lei do Ventre Livre, a discussão girava em torno do que deveria ser feito pelo governo, mais ainda, SE o governo deveria fazer alguma coisa. A esse respeito, Tristão de Alencar Araripe apresentou interessante postura quando de 1870 a 1871 mudou completamente de opinião. Sua fala, em 1870 tem início em resposta a alguns de seus colegas, que, segundo ele, se mostraram preocupados com a ausência de iniciativas por parte do governo. Para ele, essa apreensão é infundada e desnecessária, pois que o procedimento do governo – de não interferência – é o mais sábio e prudente possível. O deputado argumenta que se o país é praticamente unânime em relação à necessidade do fim do trabalho escravo, basta que cada proprietário alforrie seus cativos quando e como julgar mais adequado: “não vejo necessidade de tomar o governo a iniciativa no movimento libertador. Este acha-se completamente desenvolvido; e hoje ao governo só cumpre empregar providencias indirectas.”¹¹ O governo também não teria motivos para adiantar ações referentes à escravidão, visto que, não há risco de ocorrer catástrofes, sejam elas provenientes de fontes internas ou externas. Junta-se a isso o fato de, segundo o político, não termos estudos bem fundamentados que nos possibilitem tomar decisões acertadas, que não ofendam a propriedade e não abalem a economia da nação:

“O Sr. Alencar Araripe – Quaes serão os motivos que nos devem trazer essas catastrophes? Nós ou as devemos esperar de dentro do paiz ou de fora d'elle.

De fora creio que não há receio algum que uma nação qualquer nos venha impôr a liberdade dos escravos que entre nós existem: por consequente é inteiramente vã e infundada toda e qualquer idéa que surja a este respeito. [...]

Vejamos agora se das circumstancias internas nos pôde provir algum perigo em relação ao que expoem os nobres deputados.

O Sr. Duarte de Azevedo: - Por esse lado é que temos mais apreensões.

O Sr. Alencar Araripe: - Se a opinião do paiz já se tem manifestado de uma maneira clara e positiva em favor da libertação dos nossos escravos, o que resta ao governo fazer?

Creio que por ora nada convem que o governo faça senão preparar os meios de decidir com acerto. [...] e não se pode dizer que tenhamos estudos amplos e idéas assentadas e definitivas sobre o modo de solver a difficuldade de libertar os escravos sem offensa da propriedade individual, e sem abalo da forma publica.

A opinião talvez unanime do paiz é pela emancipação; pois bem, se assim é, pôde cada proprietário alforriar os seus escravos como quiser, e quando julgar que o deve fazer; pôde todo cidadão concorrer para que a liberdade dos escravos se opere pelos meios regulares com indemnização do proprietário, quando este não queira, ou não possa dar alforria gratuita.

Ora, nestes termos não é possível temer explosão interna do sentimento emancipador ...”¹²

Por fim, conclui não haver necessidade de se decretar qualquer ação direta. Vale ressaltar que o deputado rebate aqui a proposta de libertação do ventre escravo, que, segundo ele, não pode ser feita sem constituir séria ofensa às leis e aos direitos constitucionalmente garantidos, porém, um ano mais tarde, como já o dissemos, Araripe sustenta uma postura completamente diferente, colocando-se ao lado do imperador e do grupo que defendia a proposta que ficaria conhecida como Lei do Ventre Livre.

Aqui, Araripe já aparece como um categórico defensor da emancipação e, sobretudo, da Lei do Ventre Livre, e alega que quem se coloca contra esta proposta, se coloca também contra a emancipação. Araripe afirma prontamente que aqueles que sustentam os reais interesses da lavoura são os que se colocam a favor da proposta do governo e aqui a argumentação do deputado, mais uma vez, toma o rumo oposto ao que havia sido dito por ele em 1870. Em sua nova perspectiva, o problema pediria urgência em sua resolução, devendo, portanto, ser sanado o mais rápido possível, tendo em vista que sua demora demandaria sacrifícios ainda maiores. Agora, o deputado enxerga perigos na demora e cita o exemplo dos Estados Unidos, que teriam sofrido com tamanha guerra que lhes “devastou os campos, arrasou as cidades, ceifou milhares de vidas e cosumio riquezas fabulosas”¹³ justamente porque medidas imediatas não foram tomadas.

Por fim, o deputado defende-se das acusações de incoerência que lhe têm sido imputadas. Segundo ele, correria entre os deputados um seu opúsculo impresso sobre a emancipação servil, onde ele se colocaria contra a libertação do ventre escravo. Ele se defende argumentando que o que combateu sempre foi a ideia sem indenização. Bem, com ou sem indenização, o fato é que é 1870 o deputado sustentava sua postura de não aprovação da proposta alegando que nada mais deveria ser feito em relação à emancipação e que qualquer tentativa por parte do governo de promover ações diretas poderia causar tumultos indesejáveis, ou seja, o deputado não se opunha à forma como a libertação do ventre estava sendo proposta, na verdade ele se opunha a qualquer medida que viesse a acelerar um processo que, para ele, já estava bem encaminhado.

Outro deputado cearense a se pronunciar sobre a Lei do Ventre Livre foi o conservador Raimundo Ferreira de Araújo Lima. Para ele, a proposta também seria a melhor saída para se resolver o problema, tendo em vista a impossibilidade da abolição imediata. Rebate ainda aquelas propostas que propõem o fim da escravidão baseando-se na diferença entre óbitos e nascimentos e na iniciativa da população através das alforrias espontâneas. Para Araújo Lima, não faz nenhum sentido confiar nessa proposta, visto que o personagem principal aqui é o povo que, segundo ele, é volúvel, mudando de opinião de acordo com a tendência em voga:

“Alludio-se ainda, Sr. Presidente, nesta casa à abolição da escravidão pelo excesso dos obitos sobre os nascimentos. Não reputo aceitavel este principio por duas considerações principaes: fallibilidade de sua base e iniquidade.

Tem-se desenvolvido, é verdade, em grande escala a caridade privada em favor da emancipação. Folgo de fazer justiça a todo mundo, e principalmente a meus concidadãos. Todavia, cumpre não exagerar o bem nem o mal, porque dahi podem nascer apreciações erroneas.

Sabeis qual a causa principal que explica a energia da caridade privada com

relação à emancipação?

Ao me ver é esta: - o povo que não se compõe de sabios, que mudam de opinião todos os dias, como se muda de camisa [...]

Não me refiro a ninguém, o povo com o seu bom senso compreendeu logo que a escravidão toca ao seu termo, tendo ahi de intervir poderosamente a acção da lei. Então discorreu elle assim: - Se os meus escravos hão de ser forros pela lei, quero ter o merecimento do acto perante Deus, perante os homens, como perante a minha consciência. - Eis como se explica em grande parte a grandeza da caridade privada.

Mas estabeleça-se uma nova ordem de idéas. Acredite-se na perpetuidade da escravidão.

Reapparece então o imperio dos sentimentos egoisticos; não faltarão razões para justificar-se a escravidão [...].”¹⁴

Após essa discussão, um significativo período de silêncio ocorre no Parlamento. Os debates sobre o fim da escravidão voltam a ter destaque no ano de 1882, quando o deputado conservador cearense Antônio Pinto de Mendonça pede a palavra para falar sobre possíveis ordens de repressão do governo para com a sociedade *Emancipadora Cearense*. Antônio Pinto formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, conforme a tendência na época e foi colaborador de vários periódicos conservadores da província. No debate em questão, o deputado afirma ter ouvido de várias pessoas diferentes que o governo houvera solicitado ao delegado da província do Ceará que mesmo tomasse medidas enérgicas contra a citada associação emancipacionista, no que é contrariado pelos também representantes do Ceará: Leandro Chaves de Mello Ratisbona e Antônio Joaquim Rodrigues Júnior (ambos liberais).

Antônio Pinto declara terem chegado em suas mãos os seguintes telegramas:

“Fortaleza, 8 de junho: - O governo imperial ordenou ao presidente da provincia, que opprimisse a associação libertadora por ter o director do *Cearense* communicado para a côrte que houve levantamento de escravos, promovido pela libertadora. Consta que há demissões e suspensões de empregados publicos, membros daquella associação.

A provincia está ameaçada pelo dispotismo escravagista; temos fé no representante do povo, chamamos por elle; interpeção urgente.”¹⁵

Além destes, o deputado afirma haver vários outros telegramas publicados nos jornais da corte. Reforçando sua acusação, Antônio Pinto cita a greve dos tipógrafos, ocorrida no mesmo período em que vieram a público as denúncias de repressão pelo governo imperial. Segundo ele, os tipógrafos se negam a imprimir e publicar os artigos do jornal *Cearense* (órgão liberal da província) e o fazem por não concordarem com o procedimento daquele periódico, que estaria se colocando contra a sociedade *Emancipadora Cearense* e contra os abolicionistas de modo geral.

Contrários às colocações do deputado conservador fazem apartes durante todo o discurso deste os Srs. Rodrigues Júnior e Ratisbona, sobretudo porque o jornal alvo das críticas (*Cearense*) é de propriedade do primeiro. O discurso se desenrola com a

preocupação clara de associar Ceará e abolicionismo, como se esta ideia sempre tivesse estado presente no espírito cearense. Seus argumentos, em última instância, justificam o “pioneirismo” do Ceará no movimento emancipacionista e, conseqüentemente, seu papel de guia da nação. Vejamos seu discurso:

“O Ceará não é abolicionista de hoje, vem de longe o seu generoso pronunciamento em prol da redenção dos cativos, é, por assim dizer, um instinto do povo cearense, e que aumenta de dia para dia, e sempre com maior intensidade e entusiasmo.

Desde 1852 que o Ceará tomou a gloriosa iniciativa da grande e sublime idéia da abolição. Nesse tempo o seu illustre representante nesta camara, Pedro Pereira da Silva Guimarães, de saudosa memoria, apresentou e fundamentou um projecto de lei, libertando o ventre da mãe escrava, e por isso foi considerado como louco e temerario.

Correram os tempos, quando em 1868 a assembléa provincial do Ceará marcou uma quota no seu orçamento para a libertação de certo numero de crianças escravas, e esta quota para todos os annos subdividida pelas comarcas da provincia, produzindo um effeito surpreendente e abraçado por todos os cearenses.

Esse movimento sympathico foi se desenvolvendo na opinião até o presente estado em que o contemplamos; hoje o Ceará occupa a vanguarda das provincias do imperio, dando o mais edificante exemplo de seu amor a liberdade. Os meus collegas me desmintam, si é possível. Quem não é abolicionista no Ceará?

O Sr. Rodrigues Junior: – Ninguém.”

O debate segue com a pergunta de Ratisbona: “Como é que V. Ex. entende ser abolicionista?”, ao que Antônio Pinto prontamente responde afirmando não haver mais de um significado para a palavra. Ratisbona continua:

“O Sr. Ratisbona: - É atacando a propriedade?

O Sr. Antonio Pinto: - V. Ex. é injusto, pois sabe muito bem que em nossa provincia o abolicionista não ataca a propriedade de ninguém, não viola o direito constituido, e apenas emprega como arma de propaganda a resistencia passiva e legal.

O Sr. Rodrigues Junior: - No Ceará não existem escravagistas.

O Sr. Antonio Pinto: - Si assim é, porque o nobre deputado me contesta, e porque está a capital de nossa provincia estremecendo pelo medo e pelas ameaças do governo? [...]

O que eu admiro, Sr. Presidente, é que representantes do Ceará, que deveriam estar identificados com os seus interesses e aspirações, procurem por qualquer motivo falsear a presente questão, e não compartilhem comigo o merecido respeito aos sentimentos da provincia.”¹⁶

O que se pode perceber na discussão entre os deputados, todos representantes do Ceará, é justamente a mesma ausência de consenso notada entre os membros da Assembleia Provincial. O debate aqui não se refere à aprovação de propostas de lei, mas

aos contornos que o movimento tem ganhado no Ceará. É importante ressaltar aqui que no ano anterior os jangadeiros cearenses, no conhecido episódio do porto de Fortaleza, haviam declarado que no porto do Ceará não se embarcariam mais escravos. Esse evento, tenha sido ele ou não fruto da espontaneidade popular, deu mais força ao movimento, e de certa forma legitimou posicionamentos mais radicais que vieram a ocorrer posteriormente, bem como marcou o lugar do povo – entendendo como povo as parcelas mais humildes da população – no movimento pela libertação dos escravos. A partir de 1881, a identificação entre povo e movimento emancipacionista, no Ceará, passa a ser construída e serve como justificativa para o vanguardista movimento emancipacionista cearense:

“O Sr. Antonio Pinto: - Digo e repito, Sr. Presidente, o governo do Sr. Martinho Campos é pequenino, fraco; é impotente mesmo para supplantar o movimento abolicionista na minha provincia, porque, senhores, na terra em que o pobre e obscuro jangadeiro prefere os perigos e tempestades do oceano, onde vae procurar o sustento para seus filhos, e rejeita as ofertas do rico avarento, do escravagista ambicioso, e não embarca os seus escravos; na terra em que a mãe de familia prepara com as próprias mãos mimosos presentes para os bazares da liberdade [...] nesta terra, digo, Sr. Presidente, todo governo é impotente para esmagar uma idéa cristalisada na consciencia publica.”¹⁷

Em maio de 1883 novas discussões sobre o movimento emancipacionista no Ceará voltam a ocupar as atenções da Câmara Geral. O debate começa quando o liberal Rodrigues Júnior pede a palavra para falar sobre as censuras que tem recebido o governo em razão da transferência do 15º batalhão de infantaria do Ceará para o Pará. O deputado começa alegando que a movimentação de destacamentos de força policial é uma prática comum, bastante utilizada para combater possíveis frouxidões disciplinares decorrentes das relações íntimas que os mesmos podem vir a estabelecer com a população local. O 15º batalhão há anos encontrava-se estacionado em Fortaleza, sendo, quase todos os seus integrantes naturais da província do Ceará, o que, para Rodrigues Júnior, já justificaria sua locomoção. Soma-se a isso, no entanto, um acontecimento bastante peculiar que desencadeou tal reação por parte do governo, vejamos sua descrição dos fatos:

“Conhece a camara a direcção que tem tomado no Ceará o movimento abolicionista, pela propagando exagerada e os desvarios de alguns indivíduos que constituíram na cidade da Fortaleza a associação denominada *Libertadora Cearense*.

Começando por embaraçar a exportação de escravos destinados á venda para fóra da provincia, por meio de impressos incendiarios, da associação dos jangadeiros, e ajuntamentos na praia nos dias da sahida de vapores para o sul, logo depois, animados pelo successo, se abalançaram a estender os mesmos embaraços à sahida dos escravos que tinham de acompanhar aos próprios senhores, tivessem elles sido comprados na provincia ou somente de regressar. Entre outros citarei à camara um factu muito conhecido, o que se deu com o

major Camerino Facundo, empregado de fazenda, quando depois de estar por alguns meses na Fortaleza, teve de voltar a Belém onde é residente.

Chegando ao porto com a família e os escravos que tinham de seguir em sua companhia não pôde, pela grita e pelos embarços oppostos por um crescido grupo de indivíduos, effectuar o embarque dos escravos.

Reclamada a presença do chefe de policia [...] de balde tentou elle, por meios suasorios, conter os agitadores [...]

Requisitadas pelo chefe de policia ao commandante do 15º algumas praças, sob o commando de um official, para manter a ordem e garantir o embarque dos escravos, chegaram ellas retardadamente, e quando os escravos já tinham sido raptados, com applausos dos agitadores.”¹⁸

Rodrigues Júnior não nega que a remoção do destacamento tenha relação com o acontecido e na verdade até crê que os eventos justificam a postura do governo, pois que *excessos* estariam sendo cometidos pela *Libertadora Cearense* com o objetivo de acelerar o movimento abolicionista. No fim das contas, a *Libertadora* cometia abusos e atacava o governo, incitando a desobediência e as fugas de escravos sem que as autoridades provinciais nada fizessem para reprimir seus atos. Contou como agravante ainda, segundo o deputado, a constituição de uma sociedade pró-emancipação pelos militares, o *Club abolicionista militar*, filiado à *Libertadora Cearense*, o que tornava inviável a existência de uma relação de confiança entre o destacamento e o governo.

Para o deputado, são injustificáveis os eventos ocorridos no Ceará, pois que ali todos mostram simpatia pela ideia da emancipação. A propaganda, a seu ver, exagerada, chegou a atingir inclusive as províncias vizinhas, cujos escravos passaram a fugir para o Ceará, que o deputado receia se transformar num “valhacouto dos foragidos e onde se formem quilombos.”¹⁹

No dia seguinte, o conservador Antônio Pinto pronuncia-se contra a fala de Rodrigues Júnior, lamentando o posicionamento de seu colega que, cearense como ele, deveria manifestar apoio ao movimento de sua província, sobretudo quando ele mesmo havia mandado redigir e distribuir panfletos pró-emancipação no ano anterior e defende o 15º batalhão alegando que este nunca fez nada que motivasse sua transferência. As discussões continuam na bancada cearense, uns apoiam a *Libertadora Cearense* e seus atos, outros a repudiam. Acusações são trocadas: aqueles identificados com a *Libertadora* acusam o governo de demissões injustas e perseguições infundadas aos membros da associação, enquanto o outro grupo acusa a *Libertadora* de atos criminosos, na medida em que atacam o direito de propriedade estabelecido na Constituição e desordenam a sociedade.

Em particular, o conservador Antônio Pinto, acusa o liberal e ministro da guerra, Rodrigues Júnior, de ter mudado de postura em relação à emancipação e à *Libertadora Cearense*. Segundo Antônio Pinto, o liberal parecia pensar diferente quando, de início, mostrava apoio à *Libertadora* e quando seu sobrinho, Paulo Pessoa Filho (redator do *Cearense*) pedia que se ocultassem escravos:

“O Sr. Antonio Pinto: - Libertadora Cearense nunca podia ser considerada como valhacouto de escravos, e, si o podia ser, essa qualificação partiu dos incentivos

que essa associação recebeu do nobre ministro, dos amigos e dos parentes de S. Ex. S. Ex., quando abraçava de corpo e alma o pensamento que a dirige, com os seus amigos incitava a sociedade Libertadora no proposito da occultação de escravos. (*Apertes*)

O Sr. Dr. Paula Pessoa Filho, sobrinho de S. Ex. e redactor do *Cearense*, órgão de sua politica, era o primeiro que pedia aos abolicionistas cearenses para occultarem os escravos, como meio de protecção. Á vista disto, S. Ex. era o menos competente para qualificar a sociedade Libertadora de valhacouto de escravos.

O Sr. Rodrigues Junior (*ministro da guerra*): - V. Ex. está me emprestando o que eu não disse.

O Sr. Antonio Pinto: - Era o próprio sobrinho do nobre ministro que escrevia aos abolicinistas, dizendo - lá vai esse *trabalhador livre*, occultem-no. Mas isso era no tempo em que o nobre ministro era abolicionista como eu. (Hilaridade) Hoje S. Ex. é ministro, não adhere espontaneamente a estes sentimentos patrioticos, tem outra norma de conducta...²⁰

Antônio Pinto vai ainda mais longe e na sessão de 10 de julho de 1883 traz aos debates a lei de 1831, que considerava livres os escravos que adentrassem no país após sua publicação. Para o deputado, a lei ainda estaria em vigor já que nenhuma disposição posterior a anulou. Diante desta constatação, o deputado questiona: “Por que razão o governo não faz a reparação dessa grande injustiça, desse crime e iniquidade sem nome? Por que razão o governo não manda arrancar da infamia das senzalas essas creaturas livres?”²¹ Óbvio que tais indagações aumentaram significativamente as críticas que já recaíam sobre o deputado, sobretudo pelo fato do mesmo ser conservador. Tentando justificar sua posição, Antônio Pinto alega ser um conservador sem patente. Quando um deputado afirma que suas ideias, no entanto, são liberais, ele assevera ser este injusto em suas apreciações, pois que as questões emancipacionistas pertenceriam aos conservadores. Em sua percepção, o partido conservador não é contrário à emancipação, simplesmente não quer a precipitação dos acontecimentos, sendo, no entanto, de seu interesse a execução da ideia. Ao dizer isto, Antônio Pinto não tem um único “apoiado” da câmara, fato que é notado e anunciado por um Sr. Deputado, ao que reage, o cearense, acusando a câmara de ser formada, em sua maioria, por escravocratas:

“O Sr. Antonio Pinto: - O que quer V. Ex. que eu faça, si fallo perante uma camara em sua maior parte escravocrata? (*Não apoiados e reclamações*) É o que parece, é o que é verdade.

Ao passo que o nobre deputado por Minas foi há pouco tão cumprimentado porque fallou contra os abolicionistas e contra os cearenses, eu, que sou um entusiasta da emancipação, e advogo esta idéa sempre que posso, não devo esperar a mesma honra; mas, isto não me domove do proposito de cumprir meu dever. Estou sobranceiro a qualquer censura desde que me guie pela minha consciencia sómente; e, quando os meus comittentes não approvarem o meu procedimento, eu resignarei o mandato com a consciencia tranquilla de ter feito o meu dever, esforçando-me por cumpril-o sem dependencias e considerações.”²²

Finda 1883 e as discussões no ano posterior já se iniciam acaloradas em decorrência da recente abolição da escravidão no Ceará, em 25 de março de 1884. Um dos principais contendores da deputação cearense é Andrade Figueira, deputado geral pelo Rio de Janeiro. Entre os pontos de crítica mencionados até o momento, um em especial merece destaque: a propaganda abolicionista, que foi alvo de agitadas discussões e se revelou particularmente profícua em 1884, ano em que o Ceará se declarou livre de escravos, o que desencadeou no Rio de Janeiro uma onda de comemorações e manifestações de apoio. Manifestações estas que não contaram com o apoio irrestrito da elite política. Na câmara, os debates tiveram vários protagonistas, destacando-se mais uma vez na bancada cearense Antônio Pinto de Mendonça. As discussões se iniciaram por volta de maio de 1884, quando o deputado pelo Rio de Janeiro, Andrade Figueira, fez um pronunciamento se mostrando descontente com as movimentações pró-abolição no Ceará. Mais do que isso, Figueira acusava o governo imperial de ser condizente com tais atos, na medida em que não os reprimia, permitindo que a ordem pública fosse atacada. Ele também se mostra insatisfeito com a forma como se deu a abolição no Ceará. Seu argumento é de que nada pode ser decretado sem passar pelos órgãos competentes – Senado e Câmara –, como então, teria sido decretada uma medida que não transitou por nenhuma das instituições em questão? Para Andrade Figueira, a resposta é simples: a abolição se deu de forma irregular, mas condenável mesmo foi a atitude permissiva do governo, que nada fez para conter os ânimos populares:

“Onde está a legalidade da intitulada emancipação no Ceará? Qual é a lei decretada pelo poder competente, isto é, a camara dos deputados e o senado, abolindo a escravidão nessa provincia? Póde neste paiz alguém estabelecer legalidade que não transite por essa chancelaria e pela do senado? (*Apoiados*)

Que legalidade póde haver, portanto, na abolição que se festejava com o telegramma dirigido pelo presidente do Ceará?

Esse presidente de provincia devia ter sido demittido immediatamente, si o ministerio tivesse consciência da sua responsabilidade.”²³

O primeiro a se pronunciar em defesa dos abolicionistas cearenses foi Antônio Pinto, que ressaltou a forma pacífica e ordeira por que se deu a emancipação no Ceará e questionou a necessidade de haver lei para que um ato fosse considerado legal. Para ele, a vontade geral está acima do direito: “A provincia quiz e fez; nada mais natural e legal.”²⁴ A abolição no Ceará, na perspectiva do deputado teria sido fruto da vontade coletiva:

“O Sr. Antonio Pinto: - Disse S. Ex., o Sr. Andrade Figueira, que o movimento abolicionista do Ceará não foi legal, porque, até hoje, não há uma lei que determinasse esse movimento e sancionasse essas libertações.

Meus senhores, aquillo que se deu com relação ao povo cearense foi o que individualmente se passou com S. Ex.

S. Ex. Teve a caridade, a bella caridade de libertar seus escravos, e para isso não foi necessario lei que a determinasse; a lei foi a sua vontade, o impulso generoso do seu coração, que todos nós louvamos e applaudimos.

O que se deu individualmente com S. Ex. Deu-se collectivamente com todos os cearenses, que, do mesmo modo, libertaram todos os seus escravos. A provincia quiz e fez; nada mais natural e legal.

O Sr. Andrade Figueira: - E aquelles que não podem ser libertados senão com formalidades legais, como os escravos de órfãos e interdictos?

O Sr. Thomaz Pompeu: - Essas formalidade foram preenchidas.

O Sr. Andrade Figueira: - O que eu affirmo é que não houve lei libertando o Ceará.

O Sr. Antonio Pinto: - O Ceará não precisou de lei nesse sentido. A sua libertação tem a eloquencia dos factos.

O Sr. Andrade Figueira: - Acima dos factos está o direito.

O Sr. Antonio Pinto: - Acima do direito está o facto.²⁵

Antônio Pinto também contraria os boatos desordem e de falta de respeito à propriedade, no que é acompanhado por outro conservador cearense: Álvaro Caminha – mais um formado em Direito pela Faculdade de Recife – que também se mostra incomodado com as críticas que sua província tem recebido e manifesta sua opinião legitimando a abolição no Ceará com base no argumento da vontade coletiva, para ele não pode haver ilegalidade em um processo que se fundou na compra da liberdade dos cativos e nas alforrias espontâneas concedidas por seus senhores e conclui sua fala afirmando, assim com Antônio Pinto, que as disposições previstas pela Lei do Ventre Livre já não satisfazem as necessidades do país, fazendo-se necessário o estabelecimento de novas medidas.

O fim da escravidão no Ceará levanta ainda mais discussões e expõe as particularidades da bancada cearense quando o assunto é a emancipação dos cativos no restante do país. Acusações são feitas por todos os lados, posturas curiosas são tomadas e argumentos diversos são utilizados na justificação dos posicionamentos adotados. A abolição no Ceará só uniu a bancada cearense quando a província era acusada de proceder de forma ilegal no processo emancipacionista, aí seus representantes se levantavam em protesto defendendo a honra da província “ultrajada”, de resto, o que se vê são brigas entre e intra-partidos e acusações pessoais. As discussões acerca dos projetos emancipacionistas são um forte indicativo da heterogeneidade contida no interior dos partidos políticos, na medida em que, as opiniões emitidas a respeito dos projetos propostos não eram baseadas necessariamente na filiação partidária. A abolição da escravidão no Ceará é interessante porque exalta os ânimos, dá mais ímpeto ao movimento nacional e, em última instância, força os envolvidos no debate a tomar posicionamentos que nem sempre correspondiam ao que se esperava deles, seja por sua filiação partidária, seja por seu pertencimento à determinada bancada. O fato é que após março de 1884 as discussões ficaram mais intensas e a bancada cearense passou a se pronunciar com uma frequência ainda maior, fosse para esclarecer fatos ocorridos no Ceará, fosse em prol da defesa de sua província, fosse para justificar seus posicionamentos frente aos novos projetos reguladores da emancipação.

O mês de maio daquele mesmo ano foi repleto de discussões sobre a influência negativa da propaganda abolicionista do Ceará. Das várias bancadas das demais

províncias choveram ataques ao 25 de março. Alegava-se que as consequências teriam sido maléficas e que as províncias de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo andavam sobressaltadas pelo movimento abolicionista, que tomou significativo impulso após decretar-se o fim da escravidão no Ceará. O Barão da Leopoldina, deputado geral pela província de Minas Gerais, afirmava que dezenas de sociedades abolicionistas foram criadas desde março e culpava o governo por não imprimir ordem ao movimento. Para ele, foram desnecessárias as comemorações com tamanho alarde: uma jangada acompanhada pelo povo em procissão pelas ruas da capital, uma banda de música tocando e foguetes reboando. Segundo o deputado, se tal exibição não chegou perturbar a ordem pública, ao menos trouxe perturbações de ordem moral para os agricultores. Seu companheiro de bancada, João Penido, também se mostra incomodado com as repercussões do ocorrido no Ceará e pede providências ao corpo legislativo para barrar a “nefanda obra” dos abolicionistas “que têm penetrado por todos os lados naquella provincia, e que estão concitando os escravos [...]”²⁶. Penido tem a mesma percepção de Andrade Figueira em relação ao movimento no Ceará: foi ilegal. E satiriza a forma como se deu o fim da escravidão na província: “Não se póde, porém, deixar de dizer que estão fora da lei aquelles que, com a canôa, foram bloquear o Ceará como si fosse a terra do rei Mosquito (*risos*); aquelles que andam pregando placas nas ruas dizendo: - Aqui está livre, acola não. (*Risadas e apartes*). Hoje em dia a propaganda está feita.”²⁷

Enquanto isso, partem da bancada cearense sinais de protesto à alcinha de desordeiros imputada por vários deputados. E o clima dos debates daí por diante só se exalta. No dia 10 de julho é proclamada a abolição da escravidão no Amazonas e no dia 15 de julho de 1884, é apresentado à Câmara o projeto número 48-1884, que legisla sobre o elemento servil. Entre outras, o projeto determinava a libertação dos escravos com mais de 60 anos, ficando facultativo aos seus ex-senhores retribuírem ou não os serviços daqueles que optassem por continuar em sua companhia. No caso de libertos inválidos ou doentes, ficaria o ex-senhor obrigado a alimentar-lhes, vestir-lhes e socorrer-lhes, podendo cobrar destes, serviços compatíveis com suas forças. A abolição na província do Amazonas e a exposição do projeto, no entanto, não foram bem recebidas, para a surpresa de muitos, por alguns membros da bancada cearense.

Leandro Chaves de Mello Ratisbona critica a forma *violenta e ilegal* por que se realizou a emancipação no Amazonas. Segundo ele, os princípios constitucionais foram violados porque não compete às Assembleias Provinciais legislar sobre o “estado servil, nem impôr sobre a propriedade”²⁸ e deixa claro que é absolutamente contrário à libertação sem indenizações. Para ele, a propriedade escrava é digna de respeito porque se encontra respaldada pela justiça. É garantida porque é fruto do trabalho desta geração e da anterior, não podendo, portanto, ser arrancada a seus proprietários sem justa compensação. Ratisbona se declara emancipacionista, não abolicionista e almeja um fundo de emancipação vultoso que permita alforrias em larga escala, “... conciliando os direitos de propriedade com certos estímulos de mais equidade para as alforrias.”²⁹

Olhando rapidamente, inclinamo-nos a perceber nisto uma contradição, mas a leitura das fontes nos permite ver que a votação aqui não se dá apenas em termos de ideais a serem seguidos, mas também em termos do partido a que se filia cada deputado. Não

estamos aqui tentando justificar as posturas dos representantes da bancada cearense de modo a resguardar-lhes os nomes. Longe de nós tal intento e tal postura provinciana. Nossa preocupação é bem outra, tem a ver com a investigação histórica e com a análise das relações estabelecidas entre os indivíduos e os partidos políticos, entre os partidos e as questões sociais e entre estas e os indivíduos que se encontram no poder. Também não tem a ver com *esclarecer os fatos*, mas com compreender que os posicionamentos políticos estão enredados numa teia muito mais complexa que envolve contexto, razão, emoção e vínculos políticos e pessoais.

Foi atentando para estas questões que se optou por destacar aqui os argumentos levantados pela bancada cearense. Álvaro Caminha é o primeiro a se pronunciar relativamente à moção de desconfiança e conseqüentemente ao projeto em discussão. Ele deixa claro que é adversário do ministério em questão, mas que lhe concederá o voto de confiança porque a questão do elemento servil é humanitária, não é de partidos e que se assim não o fizesse, estaria traíndo a si mesmo. Justificando sua postura, ele vota contra a moção:

“O Sr. Alvaro Caminha, representante de uma provincia livre, não deve deixar de explicar o seu voto (*apoiados*) sobre o ponto em que os dous partidos collocaram a questão de confiança.

Adversario do ministerio em tudo que não diz respeito ao elemento servil, hoje como nunca lhe concederá voto de confiança; mas vota contra a moção do nobre deputado por Minas, porque a questão do elemento servil está acima dos partidos, é mais do que uma questão social, é uma questão humanitaria. (*Apoiado; muito bem*)

Seria o orador trahidor á sua consciência e ás suas idéas, se neste momento não as affirmasse de modo solemne, collocando-as acima das conveniencias dos partidos

Hoje e amanhã negará o seu voto em questões de confiança politica ao nobre deputado do conselho, mas neste momento vota contra a moção.

Quem vai ser julgado não é o ministerio, é uma idéa: esta, e não aquelle, será victoriosa ou vencida. (*Muito bem; muito bem*)”³⁰

Enquanto o conservador, Álvaro Caminha critica a tendência de alguns a colocarem os interesses do partido acima da questão da escravidão, o liberal Ratisbona faz a crítica no sentido contrário. Para ele, os que procedem como Caminha se destacam da arregimentação de seu partido, fato que ele não vê com bons olhos.

Quase um ano depois, o grupo que se opunha a passagem do projeto ganha. A moção de desconfiança sai vencedora, dando vazão a mais uma onda de explicações da bancada cearense, que se inicia com o já bastante conhecido, Antônio Pinto. Para ele, o interesse geral deve ser colocado acima do espírito partidário, portanto, nenhum seu conterrâneo deveria se opor ao projeto, pois que é da causa da liberdade que ele trata. Justamente os representantes do Ceará, a primeira província a abolir a escravidão, não podiam negar ao ministério em questão seu voto de confiança.

O liberal José Pompeu de Albuquerque Cavalcante – engenheiro formado no Rio de Janeiro –, por sua vez, pede a palavra para explicar seu voto contra o ministério. Suas

razões são essencialmente políticas. Mesmo reconhecendo a importância da questão, ele se vê na obrigação de negar seu apoio ao governo, já que este tem um comportamento que o deputado não aprova para com o partido liberal na província do Ceará. Álvaro Caminha mantém a mesma posição do ano anterior, exibindo exatamente os mesmos argumentos para convencer seus colegas de bancada, bem como para explicar à Câmara seu parecer e Ratisbona se coloca contra o projeto pela ausência do princípio de indenização, o deputado não apoia as ideias radicais (como já se pôde notar por suas falas) e critica quem o faz, indagando-lhes o que seria feito dos libertos, frutos da abolição imediata e quem substituiria os cativos no trato da lavoura. Até 1888, data da abolição nacional, os debates continuam com participação intensa da bancada cearense que, volta e meia, *se vê obrigada* a defender o Ceará. É importante atentar para ausência de preocupação com a importação de trabalhadores livres. A imigração, aqui, não é uma necessidade, mas o trabalho livre; e este não precisa ser necessariamente europeu, mesmo porque, o fim da escravidão no Ceará não fez escassear o braço trabalhador.

O que se sobressai nos discursos dos políticos cearenses, sejam eles do parlamento ou da assembleia provincial, é justamente a preocupação com o progresso, com a civilização e, juntamente a estas, a necessidade de marcar o espaço do Ceará dentro da história nacional, apresentando-o como exemplo a ser seguido e apresentando os cearenses como povo naturalmente humanitário e com um papel social: guiar a nação nos caminhos da civilização. É a partir desses pressupostos que se elabora uma identidade para a população do Ceará, calcada nas condições geográficas desfavoráveis, que foram utilizadas como elemento delineador do perfil cearense. A partir dos debates pode-se perceber também a falta de homogeneidade entre esses políticos. A formação educacional próxima não garantiu um posicionamento uníssono na assembleia local nem no parlamento. Vários fatores pesavam na tomada de decisões, não cabendo aí a correlação simplista: voto em conformidade com meu partido. Origem, formação, filiação partidária, trajetórias de vida etc, tudo isso influenciava na escolha entre um projeto ou outro e era o entrelaçamento de todos esses fatores que em última instância definia os posicionamentos, garantindo a multiplicidade de projetos, posturas e argumentos que pudemos acompanhar ao longo da pesquisa aqui empreendida.

Notas e referências

¹ BR/ Ceará, *Annaes da Assembleia Provincial do Ceará*, 16 de agosto de 1871, p. 94. Mantida a grafia original em todas as citações.

2 Ibid.

3 Ibid.

4 Ibid., 12 de julho de 1881, p. 15.

5 Ibid., 18 de julho de 1882, tomo XVI, p. 92.

6 Ibid., 12 de julho de 1881, tomo XV, p. 19.

7 Ibid., tomo XV, p. 19.

8 Ibid., tomo XVI, p. 140.

9 Ibid., 8 de outubro de 1883, tomo XVIII, p. 26.

10 Ibid., 30 de agosto de 1882, p. 449.

11 BR, *Annaes do Parlamento*, 18 de julho de 1870, p. 139.

12 Ibid., pp. 138-9.

13 Ibid., p. 197.

14 Ibid., p. 226.

- 15 Ibid., 10 de junho de 1882, p. 384.
16 Ibid.
17 Ibid.
18 Ibid., 10 de maio de 1883, p. 55.
19 Ibid., p. 56.
20 Ibid., 07 de junho de 1883, p. 61.
21 Ibid., 10 de julho de 1883, p. 104.
22 Ibid., p. 105.
23 Ibid., 08 de maio de 1884, p. 77
24 Ibid., 09 de maio de 1884, p. 95.
25 Ibid.
26 Ibid., 20 de maio de 1884, p. 245.
27 Ibid., p. 245.
28 Ibid., 23 de julho de 1884, p. 303.
29 Ibid., p. 304.
30 Ibid., p.362.

Sobre o LABIMI e a edição deste E-BOOK

O Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI) é um laboratório de pesquisa, com irradiação para o ensino e a extensão, vinculado a Programas de Pós-graduação (História e Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Com ampla área de atuação, atua no desenvolvimento de projetos de investigação; na elaboração de propostas de inovação metodológica e de abordagem; na coleta, catalogação e disponibilização de fontes; na organização de conferências, palestras, *work-shops*, simpósios e congressos; na edição de obras impressas e em meio digital; na formação de grupos de estudo; na articulação com arquivos, bibliotecas, casas étnicas e instituições ligadas à memória da e-imigração; na cooperação com universidades e centros de estudos sobre e-imigração nacionais e estrangeiros. Seu objetivo central é o de constituir-se em espaço referencial de pesquisa, dedicado a desenvolver investigações de ponta e propostas de inovação metodológica no campo dos estudos migratórios. Somam-se a este os objetivos de congregar pesquisadores; de propor novas metodologias no tratamento de fontes quantitativas e qualitativas; de manter diálogos interinstitucionais permanentes; de manter site com disponibilização ao público de produtos e informações acerca das migrações; de manter diálogos com associações, casas étnicas e demais instituições do gênero; de reunir, catalogar e conservar fontes orais e visuais: depoimentos orais, fotografias e documentos pessoais, recebidos em doação por imigrantes e descendentes; de constituir biblioteca e filmoteca especializada; de criar grupos de estudo que se constituam em celeiro de novos pesquisadores; de organizar conferências, palestras, *work-shops*, simpósios e congressos sobre o tema das migrações.

Criado no ano de 2000, o LABIMI tornou-se referência internacional. Diariamente, seu site (www.labimi.uerj.br) recebe visitantes interessados em encontrar pesquisadores; em consultar seu banco de dados; em buscar artigos de referência (disponibilizados no site); em encontrar notícias de eventos e atividades ou em buscar respostas para desafios que a eles se apresentam. Nesse e em outros sentidos, o LABIMI constitui-se em espaço privilegiado de produção e divulgação do conhecimento e de inovação metodológica.

Como unidade editorial no âmbito da UERJ, o LABIMI já editou um (1) livro, em co-edição com a Universidade de Huelva, e dois (2) CD-ROM. Foram, também, disponibilizados vários artigos, de autoria de pesquisadores de renome internacional.

A edição deste E-BOOK sobre História Intelectual explica-se pelo fato de uma das partes da obra contemplar artigos que destacam o tema das ideias e práticas sobre migrações e exílios que, posteriormente, com o consentimento de seus autores, também serão disponibilizados no site do Laboratório.